

ERIBELTO PERES CASTILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO PENSAMENTO
DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

MESTRADO EM HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO - 2008

ERIBELTO PERES CASTILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO PENSAMENTO
DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

MESTRADO EM HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO - 2008

ERIBELTO PERES CASTILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO PENSAMENTO
DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Comissão Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em História Social, sob a
orientação do Professor Doutor Antônio
Rago Filho

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO - 2008

COMISSÃO EXAMINADORA

A Valdecir Francisco de Castilho
in memoriam

A Dani, ao Dimi e a Cleide

Agradecimentos

Se subjacente a qualquer trabalho encontra-se um esforço interindividual, eis que chega a hora, pois, do devido reconhecimento. Sou grato a inúmeras pessoas que, contribuindo à sua maneira e dentro de suas possibilidades objetivas e espirituais, fizeram desse trabalho uma realidade, quiçá muito mais completo e rigoroso do que as modestas pretensões do autor ao iniciá-lo.

Desse modo, agradeço primeiramente ao orientador e amigo Antônio Rago Filho que, nesses anos de convivência acadêmica e extra-acadêmica mostrou-me qualidades para além do professor e intelectual rigoroso que é; qualidades humanas manifestadas, sobretudo, por sua conduta perante a vida real, conduta que espelha a imagem de um homem sempre disposto a nos tornar mais humano genérico.

A minha família, Sandra e Eliete, minhas irmãs mais velhas; Anáile, Adriele e Aiane, minhas queridas sobrinhas; Bina e André, meus irmãos mais novos; Vilma e família, e especialmente minha mãe Cleide, figura humana especial, que pelo estímulo e incentivo incondicional às minhas ações e objetivos transforma minha caminhada pela vida muito mais suave e segura.

A todos os grandes amigos da Comunidade João Ramalho (Neto, Cássio, João Paulo, Luís, Marcel, Flavinho, Ana Marta, Débora, Carol, Daniele) nome carinhosamente dado ao esse grupo de pessoas que, nas alegrias e percalços da convivência diária, foram em grande medida os responsáveis pelo humano que sou hoje.

Ao carinho sempre presente dos amigos de longa data Eloisa, Rosângela, Martinha, Edson, Paulo, Fabrício, Júlia, Patrícia, Fire, Camila, Rodrigo, Leandro, Ariano, bem como da turma do mestrado Nilo, Edson, João, Silvia, Adriana, Adriano, Roberta, que nessa curta trajetória já se transformaram em grandes amigos.

Ao Luís que, como se não bastasse a imensa amizade que inspira, ainda me ajudou materialmente com as impressões de meu trabalho.

A Yara e Vanessa, a primeira pela ajuda decisiva tanto na revisão e confecção do Abstract, quanto nos momentos finais de entrega da dissertação e a segunda pelo companheirismo fiel e sincero nessa nossa jornada pelo mestrado.

Às amigas e prof^{as}. Dr^{as}. Vera Lúcia Vieira e Lívia Cotrim, integrantes da Banca de Qualificação, pelas leituras e sugestões preciosas para o aprimoramento de meu trabalho.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP que ofereceu as condições institucionais para a realização dessa pesquisa, particularmente as prof^{as}. Dr^{as}. Yvone Dias Avelino e Márcia Mansor D'Alessio, pela enriquecedora e sempre gentil convivência acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que garantiu o auxílio financeiro para o desenvolvimento deste trabalho.

E por fim, agradeço de modo especial a duas pessoas imprescindíveis em minha vida, cúmplices para quem também dedico este trabalho.

Ao meu irmão Edimilson, amigo que me acompanha e me acompanhará por todo o sempre; companheiro de lutas cotidianas cuja tenacidade no enfrentamento da vida é sem dúvida um espelho para mim.

E a minha querida Danielle, mulher que pela envergadura intelectual e sensibilidade humanística no trato da vida me inspira diariamente. Paixão motivadora desse trabalho, sem o qual, não seria ele tão intenso.

Ao indivíduo resta a liberdade de se ocupar com o que o atrair, com o que lhe der prazer, com o que julgar útil, mas o verdadeiro objeto de estudo da humanidade é o homem. J. W. Goethe, As Afinidades Eletivas.

Resumo

Como se sabe o sociólogo Francisco de Oliveira muito contribuiu para a compreensão da formação histórica brasileira. Sua extensa produção intelectual, caracterizada por um ecletismo metodológico de forte viés marxista, é, sem dúvida, uma importante referência teórica no que tange à orientação prática de partidos políticos, políticas públicas, análises teóricas, entre outras.

Esta pesquisa visa efetuar a análise crítica do pensamento deste estudioso, mediante a elucidação de seu fato-doutrinário, representado aqui por seus livros publicados, bem como pelos artigos escritos para as revistas *Estudos Cebrap* e *Novos Estudos Cebrap*.

O trabalho divide-se em três capítulos, além da introdução e conclusão. Na Introdução busca-se expor preliminarmente o tema, apresentar os objetivos e as justificativas, como também realizar uma discussão mais aprofundada sobre a análise de ideologia por nós defendida.

No primeiro capítulo, em conformidade com nossa proposição analítica, é traçado o itinerário profissional e intelectual, as influências ideológicas, bem como o “chão” histórico em que Oliveira viveu e interagiu ativamente. No segundo, pretende-se examinar a interpretação de Oliveira, no que se refere à forma e o movimento de produção e reprodução do capital característico do momento histórico correspondente à República Velha no Brasil (1889-1930). O período posterior, que se estende de 1930 a 1976, refere-se à etapa em que a industrialização passou a ser o setor-chave para a dinâmica do capital brasileiro, até o esgotamento do “milagre econômico” no período da ditadura militar, e será abordado no terceiro capítulo. Por fim, passamos às considerações finais, quando tencionamos retomar as principais formulações constantes do ideário de Oliveira procurando encadeá-las de modo a compreender melhor o *sentido* da Formação Econômica do Brasil no pensamento do autor.

Palavras chave: história econômica brasileira, ideologia, pensamento social.

Abstract

As it is known the sociologist Francisco de Oliveira has contributed a lot to the comprehension of the Brazilian historical formation. His vaste intellectual production is characterized by a methodological eclecticism of strong Marxist emphasis, and it is without a doubt, an important theoretical reference concerning the practical orientation of political parties, public politics, theoretical analyses, among other things.

This research aims to make a critical analysis of Francisco de Oliveira's thought through the elucidation of his fact-doctrinaire, represented here by his published books as well as by the articles written for the magazines *Studies Cebrap* and *New Studies Cebrap*.

The work is divided into three chapters, besides the introduction and conclusion. The Introduction seeks to expose preliminarily the theme, introduce the goals and the justifications, as well as to accomplish a deeper discussion on the analysis of the ideology defended by us.

In the first chapter, in conformity with our analytic proposition, the professional and intellectual itinerary, the ideological influences, as well as the "historical ground in which Oliveira lived and interacted actively is traced. The second chapter intends to examine Oliveira's Interpretation, regarding the form and the production and reproduction action of the characteristic capital of the corresponding historical moment to the Old Republic in Brazil (1889-1930). The posterior period, which goes from 1930 to 1976, refers to the stage in which the industrialization became the sector-key for the dynamics of the Brazilian capital, until the exhaustion of the "economic miracle" in the period of the military dictatorship, and will be tackled in the third chapter. Finally, we pass to the final considerations, when we intend to summarize the main formulations of Oliveira's social or economic ideas trying to enchain them so as to comprehend better the "meaning" of the Economic Formation of Brazil in the author's thought.

Key words: Brazilian economic history, ideology, social thought.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I - Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira	14
1 – O jovem “reformista”: percurso e formação juvenil de Francisco de Oliveira. ...	14
2 – O bem-aventurado “escudeiro”: experiências de Francisco de Oliveira na SUDENE.	20
3 – O “desterrado”: andanças de Francisco de Oliveira no exílio.....	27
4 – O insurgir do “crítico-crítico”: Francisco de Oliveira na “casa” da “analítica paulista”	29
5 – “um petista da primeira hora”: a segunda militância partidária de Oliveira.....	40
6 – A Docência universitária e a produção intelectual mais recente de Francisco de Oliveira.....	45
Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)	57
1 – A Emergência de um Novo Modo de Produção de Mercadorias.....	61
2 – A <i>Intermediação Comercial e Financeira Externa</i> da Economia da República Velha.....	67
3 – Os obstáculos estruturais à diversificação da divisão social do trabalho rumo à industrialização brasileira.	71
4 – <i>Simultaneidade da Industrialização com Urbanização e Autarcização da Produção Industrial</i> : constituição inicial do Urbano e da Indústria brasileira.....	75
5 – A Constituição Histórica da denominada “Oligarquia Antiburguesa”.....	85
Capítulo III - A Economia Brasileira Pós-1930	95
1 – A Inversão do Padrão de Acumulação da Economia Brasileira Pós-1930.....	99
2 – A crítica de Oliveira à tese cepalina de “substituição de importações”.	110
3 – A Revolução Burguesa e a Acumulação Industrial no Brasil pós-1930: O politicismo de Francisco de Oliveira.....	114
4 – Processo de Acumulação Industrial no Brasil de 1930 a meados dos anos 1950.....	126
5 – Plano de Metas do Período JK: As Pré-Condições da Crise de 1964.....	132
6 – A Expansão Pós-1964: Progressão das Contradições	144
7 – O “Milagre Econômico”: agonia, êxtase, agonia.	159
Considerações Finais	173
Apêndice	192
Fontes	203
Referências Bibliográficas:	206

Introdução

A presente dissertação tem por objetivo a análise crítica do pensamento do sociólogo Francisco de Oliveira no que concerne a sua interpretação sobre a Formação da Economia Brasileira desde o período da República Velha (1889-1930) até o esgotamento do dito “milagre econômico” em fins dos anos 1970. Para tanto, nos valeremos de seu fato-doutrinário¹, representado aqui por seus livros publicados bem como pelos artigos escritos para as revistas *Estudos Cebrap* e *Novos Estudos Cebrap*.

Como sabemos este autor muito contribuiu para a compreensão efetiva da Formação Econômica Brasileira, sua extensa produção intelectual, caracterizada por um ecletismo metodológico de forte viés marxista é, sem sombra dúvida, uma importante referência teórica no que tange à orientação prática de programas partidários, projetos políticos, movimentos sociais, análises teóricas, etc.

Contudo, mesmo que seu pensamento figure como um importante fragmento da consciência social brasileira, ainda inexistem trabalhos acadêmicos que têm por objetivo um estudo mais abrangente de seu ideário, isto é, geralmente os artigos, resenhas críticas, etc., dedicados à investigação de sua obra, exploram tão somente trabalhos ou temas específicos de sua vasta produção teórica, muitas vezes com interesses meramente epistêmicos e quase sempre sem qualquer referência à práxis social do autor. No entanto, é bom que se diga que tal constatação em hipótese alguma corresponde a um desinteresse pela obra de Francisco de Oliveira, pelo contrário, o estudioso com o mínimo conhecimento das ciências humanas brasileiras certamente já teve contato, seja por livros ou artigos, seja pela imprensa ou citações, com a vasta produção deste importante sociólogo.

Desse modo, portanto, a perspectiva de nosso trabalho buscou contribuir para um desvendamento crítico mais amplo deste importante fragmento da consciência social, ou seja, não nos detivemos em temas ou trabalhos específicos do autor, mas,

¹ “Usamos a expressão fato-doutrinário para indicar a constelação global do pensamento de um autor, ou parte desse mesmo conjunto. É simples designativo de uma entidade de pensamento, podendo ser usado para indicar qualquer manifestação de pensamento explicitamente oferecida. Com ela queremos simplesmente indicar um objeto que tem nos textos sua expressão objetiva”. Cf. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, pp. 57 e 58. (nota 63).

a partir das fontes acima aludidas, buscamos apresentar sua interpretação sobre a Formação Econômica Brasileira, compreendidas aí, de forma articulada, todas as determinantes por ele concebidas como as mais fundamentais desse processo.

Tarefa árdua, talvez pretenciosa demais a um mestrado nas condições atuais, porém, sempre imbuída da convicção da possibilidade concreta de apreender, da forma mais aproximada possível, o que nós nos propusemos, isto é, os nexos constitutivos do pensamento de Francisco de Oliveira.

Entretanto, antes de prosseguirmos no delineamento crítico do pensamento de Oliveira, gostaríamos de fazer algumas breves considerações que, no entanto, são imprescindíveis à compreensão deste:

Se de pensamento se trata, de atividade material e intercâmbio material – sociabilidade – dos homens se trata, pois, como bem assevera Marx:

A produção de idéias, de representações da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material.²

De fato, ao falarmos em pensamento devemos nos reportar, necessariamente, a um dos pressupostos ontológicos deste – a atividade material humana – uma vez que: não se deve partir

daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos **homens realmente ativos**³ e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a

² MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998, p. 36.

³ (Grifos nossos) Importante consignar que: “Esta maneira de considerar as coisas não é desprovida de pressupostos. Parte de pressupostos reais e não os abandona um só instante. Estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Desde que se apresente este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas”. *Ibid.*, p. 38.

pressupostos materiais. [Afinal]: Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.⁴

Contudo, ao falarmos em atividade material, em *práxis*, em produção humana “é sempre da produção a um estado determinado de desenvolvimento social de que se trata – da produção de indivíduos sociais”.⁵

Como se vê, a sociabilidade também é pressuposto ontológico⁶ da produção humana e, conseqüentemente, também do pensamento. Vale dizer, a sociabilidade é “condição de possibilidade para a própria efetivação individual, mas a mediação social não se faz presente apenas nessa ou naquela forma de atividade humana individual, ao revés, ela penetra em todas as suas formas de exteriorização inclusive – é o que importa salientar aqui – na constituição de seu pensamento”.⁷

Assim ressalvadas, mesmo que de forma sucinta⁸, essas importantes considerações, quais sejam: “a produção da consciência como **momento da prática** humana concreta, constituído no **interior da própria sociabilidade**”,⁹ podemos agora prosseguir na investigação de nosso objeto, cientes de que a busca por uma efetiva apreensão de um sistema ideológico, no caso o pensamento de Francisco de Oliveira, obriga-nos, pela ausência de uma história autônoma¹⁰ das ideologias, à uma compreensão da

⁴ MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1998, p. 37.

⁵ MARX, K. Grundrisse de 1857-1858. In: *Carlos Marx – Frederico Engels Obras Fundamentais*. vols. 6 e 7. México: Fondo de Cultura Econômica, 1985, p. 21.

⁶ “Desde o início mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, **conexão esta que é tão antiga quanto os próprios homens** – e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma ‘história’ sem que exista qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos”. (Grifos nossos) MARX, K. & ENGELS, F. *op. cit.*, pp. 42 e 43.

⁷ VAISMAN, Ester. A Usina Onto-societária do Pensamento. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo I – Marxismo*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, p. 256.

⁸ Acreditamos não ser possível neste trabalho esgotar o desenvolvimento da ampla e complexa discussão acerca da sociabilidade e atividade prática como pressupostos ontológicos da produção da consciência, do pensamento. Entretanto, àqueles que queiram se inteirar mais do tema sugerimos alguns trabalhos que são imprescindíveis à compreensão deste: ALVES, Antônio José Lopes. *A Individualidade Moderna nos Grundrisse*; CHASIN, José. *Marx– Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica e Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*; VAISMAN, Ester. *A Usina Onto-societária do Pensamento*; TEXEIRA, Paulo T. F. *A Individualidade na Obra de Juventude de Karl Marx*, dentre outros.

⁹ (Grifos nossos) VAISMAN, Ester. *op. cit.*, p. 260.

¹⁰ “A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a **aparência de autonomia**. Não tem história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar”. (Grifos nossos) MARX, K. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1998, p. 37. “O que vale

totalidade histórica em que se produzem e em que se encerram; em outros termos: a análise de ideologias implica necessariamente no entendimento do que é por elas afirmado na sua relação com a situação concreta de quem as afirma. E se os produtos ideológicos são obviamente expressos pelas bocas ou penas singulares, cabe, no entanto, assinalar que sua produção efetiva já não goza, tão amplamente, da mesma evidência empírica, e que é necessário não simplificar a questão e considerar que, pelo menos, ela seria o resultado de um vasto e complexo trabalho interindividual cuja natureza é necessária determinar e levar em consideração.¹¹

Já é sem tempo a necessidade de delinear os modos de abordagem de nosso objeto, contudo: “Certo é, pois, que esta não é a hora e o lugar para vastas tematizações epistemológicas, embora, evidentemente, pelo simples fato de tentar fazer obra de ciência, está-se, desde logo, envolvido com problemas desta ordem”.¹²

Vivemos há tempos a “moda” do ecletismo metodológico, moda esta que tem por fundamento “a idéia de que os métodos se equivalem, de que se equilibram entre si seus valores e possibilidades analíticas”.¹³ Época, portanto, dos apologistas do ‘tudo é válido’ que, no intuito de promover a pluralidade de opiniões – pessoais – em ciência, se esquecem, ingênua ou oportunamente, que: se de ciência se trata, de opinião não se trata, pois, quem busca o real, o modo de ser do objeto não busca uma modesta opinião sobre, mas busca sua efetiva apreensão.

Portanto, para que não parem dúvidas, gostaríamos já de início consignar que: não pretendemos seguir esse modismo, ou melhor, não partilharemos da noção que considera ser qualquer procedimento científico mais uma contribuição à grande caixa de “ferramentas” das ciências humanas; negaremos, pois, “o ecletismo que busca justamente sua força no aditar de coisas insomáveis e caminha ao arrefecimento da lógica e dos princípios, em nome de um anti-ortodoxismo que não é mais do que o dogmatismo do descompromisso prático e científico”.¹⁴

dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma **história autônoma**, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam”. (Grifos nossos) CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 77.

¹¹ *Ibid.*, pp. 66 e 67.

¹² *Ibid.*, p. 58.

¹³ *Ibid.*, p. 58.

¹⁴ *Ibid.*, p. 58.

Assim, para nós, nosso método, ou como queiram chamar o procedimento de abordagem de nosso objeto, não é mais um dentre os vários existentes na “banca” gnosiológica, ao contrário; é aquele que, a nosso ver, possui “exclusivos atributos científicos”¹⁵; aquele que, comprometido com a efetiva apreensão do real, parte de “pressupostos reais”¹⁶ de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação”.¹⁷

Tanto é assim que, como já brevemente explicitado acima, não partimos do pressuposto de que o pensamento deste importante sociólogo seja uma produção solitária e isolada do mundo; gestado autonomamente no claustro do gabinete de estudos, sob o estatuto de consciência pura. Pelo contrário, o pressuposto do qual partimos é o de que o pensamento do homem – Francisco de Oliveira – é fruto de seu processo de desenvolvimento real, realizado em condições determinadas, empiricamente visíveis.

Estamos certos, portanto, que é a partir do processo de desenvolvimento de vida real de Francisco de Oliveira, realizado em condições determinadas, que se deve investigar seu pensamento, determinar sua *gênese e função social*.¹⁸ Entretanto, conscientes estamos que tal tarefa não pode ser cumprida sem que se acrescente, a estes dois pontos – gênese e a função social – à análise imanente/estrutural.¹⁹

Esta, que busca “analisar os textos e deles extrair a malha temática e a estrutura de sua lógica interna” é, sem dúvida, um importante procedimento analítico que interdita um dos erros muito comum nos trabalhos acadêmicos atuais, qual seja:

¹⁵ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 58.

¹⁶ (Grifos nossos) Cabe frisar novamente que: “esses pressupostos são os homens, não em qualquer fixação fantástica ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas empiricamente visíveis”. MARX, K. & ENGELS, F. *op. cit.*, p. 38.

¹⁷ *Ibid.*, p. 26.

¹⁸ Importante consignar, pois, que nossa referência à necessidade da investigação de tais pontos – gênese e função social do pensamento – está fundada nas importantes contribuições científicas, no que tange a análise de ideologias, do referencial estudo *O Integralismo de Plínio Salgado* de José Chasin. Neste trabalho o autor, “balizado pelo talhe histórico-genético praticado por Lukács”, afirma, nos mesmos timbres do importante filósofo húngaro, que: “a abordagem de um objeto ideológico implica na determinação de sua gênese e função social”. Cf. CHASIN, J. *op. cit.*, pp. 58 e 59.

¹⁹ Segundo J. Chasin, a análise imanente: “encara o texto – a formação ideal – em sua consistência auto-significativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o confrontam, tanto positivos quanto negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam”. CHASIN, J. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: TEXEIRA, Francisco S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995, p. 336.

a atribuição de significados extrínsecos aos objetos estudados, operação esta que obscurece, quando não impossibilita sua efetiva compreensão. Ou seja, com a análise imanente pretendemos apreender a “forma de existência”²⁰ do objeto estudado; “reproduzir pelo interior mesmo da reflexão” de Francisco de Oliveira

o traçado determinativo de seus escritos, **ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou**. Procedimento, pois, que adquire articulação e identidade pela condição ininterrupta de uma analítica matizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornável necessário compreender e fazer prova de ter compreendido.²¹

Exposto de forma breve nosso procedimento analítico e no intuito de melhor explicitar os significados dessa proposta, sigamos as orientações de Chasin, e “fixemos, de início, no plano mais geral possível, que o objeto ideológico é concebido como fenômeno cultural”.²²

Com efeito, nos diria G. Lukács

o homem é um ser que responde. Tudo o que a cultura humana criou até hoje nasceu, não de misteriosas motivações internas espirituais (ou coisa que o valha), mas do fato de que, desde o começo, os homens se esforçaram por resolver questões emergentes da existência social. É a série de respostas formuladas para tais questões que damos o nome de cultura humana. No movimento da cultura, muitas coisas foram sendo postas de lado, porque representam respostas erradas. Outras respostas, contudo, permaneceram válidas até hoje.²³

No mesmo diapasão, acrescenta ainda o filósofo húngaro

²⁰ Cf. MARX, K. Grundrisse de 1857-1858. In: *Carlos Marx – Frederico Engels Obras Fundamentais*. vol. 6. México: Fondo de Cultura Econômica, 1985, pp. 40-41.

²¹ (Grifos nossos) CHASIN, J. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: Teixeira, Francisco S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995, p. 335.

²² CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 62.

²³ LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969, pp.170 e 171. Apud CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 62.

Creio que nesse nível se coloca o problema da história e da possibilidade de alternativas no interior do espaço estabelecido pelas grandes leis do movimento. Uma liberdade em sentido absoluto, portanto, não pode existir: tal liberdade é simplesmente uma idéia de professores e na realidade nunca existiu. *A liberdade existe no sentido de que a vida dos homens coloca alternativas concretas.* Creio, e parece-me já ter usado esta expressão, que o homem é um ser que dá respostas e que sua liberdade consiste no fato de que deve e pode fazer uma certa escolha no interior das possibilidades oferecidas dentro de uma certa margem. Acrescentei, ainda, que na complexa continuidade do desenvolvimento humano, ele pode escolher em certas circunstâncias uma alternativa que, em si, de certo modo, está implícita nas relações existentes, mas a longo prazo e com mediações não claras, tornando-se uma alternativa real, plenamente consciente, apenas em épocas muito posteriores.²⁴

Claro está, portanto, que o homem é um ser que responde – daí o fundamento de sua liberdade –, entretanto, tal liberdade não é de modo algum absoluta: *A liberdade existe no sentido de que a vida dos homens coloca alternativas concretas*, isto é, a liberdade do homem consiste no fato de que ele *deve e pode* “fazer uma certa escolha”; escolha, todavia, feita no interior de circunstâncias histórico-sociais, “dentro de uma certa margem”.

Nesse sentido, observa J. Chasin,

a questão das ‘respostas’, e evidentemente dentro dela a da ideologia, remete, como se vê, à questão da totalidade. Em outros termos, a formulação sintética de que partimos, logo à primeira aproximação, implica reconhecer que o tratamento analítico de uma questão ideológica qualquer (como qualquer outro fenômeno sócio-histórico) só pode ser dirimido se nos situarmos no terreno das relações entre o todo e as partes, na imprescindibilidade de relacionar a ideologia (parte) ao todo da existência social.²⁵

Desse modo, pois, ao contrário de análises que colocam de um lado “as condições para o florescimento de uma ideologia”, e de outro “a ideologia ela própria”, sugerindo serem estas determinações externas uma à outra

²⁴ LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969, pp.170 e 171. Apud CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, pp. 62 e 63.

²⁵ CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 63.

a formulação que se extrai das concepções lukácsianas (análise de ideologias pela investigação de sua gênese e função sociais, bem como pelo estudo imanente de suas expressões explícitas) sinaliza um entrelaçamento íntimo, substantivo. Entrelaçamento dado a nível ontológico, e que o procedimento metodológico simplesmente separa para efeitos analíticos. Separação aliás, que, além de não negar a natureza distinta entre os componentes materiais e as expressões doutrinária, é operada como momento anterior à sua negação, negação necessária se o propósito é alcançar a totalidade do concreto, no caso, a compreensão do fato doutrinário, reconhecido em sua realidade ontológica e por isto mesmo compreendido como determinado pelas condições histórico-materiais específicas a cada momento real de existência.²⁶

Finalizando, pois, o sucinto delineamento de nosso procedimento analítico, há ainda uma importante consideração a ser feita: quando falamos de procedimento ou, se quiserem, método, não nos referimos a uma “ante-sala lógico-epistêmica ou [a um] apriorismo teórico-metodológico”²⁷, isto é, não tratamos de uma “receita”, forjada *a priori* em nossa consciência, que nos franqueasse um caminho suave e sereno ao verdadeiro, e isso porque: “Se a execução completasse o pensamento que é ótimo, então não haveria nada a observar”.²⁸

Como se sabe, vivemos hoje uma espécie de síndrome de *ilusões perdidas*, *fim da história*, em suma: *de fins dos tempos*. Contudo, adverte Chasin

Não é o fim dos tempos, mas é o tempo das crises. Estas vêm recebendo denominação variada e abundante. Desde algum tempo, é até mesmo lugar comum referir crises de toda espécie – social, política, econômica, moral ou dos costumes, cultural ou das mentalidades, da arte e da ciência, do direito e do meio ambiente, e assim por diante, envolvendo o conjunto dos aspectos que compõem a vida atual. Conjunto minado, que também é aludido sinteticamente como *a crise do nosso tempo*. Todavia, essa crise, que pode ter muitos nomes, não tem sido identificada e submetida a exame, ao menos com o devido peso, extensão e profundidade, em seu centro vital – agente e paciente –, os homens no processo infinito de sua autoconstituição.²⁹

²⁶ CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, pp. 67 e 68.

²⁷ CHASIN, J. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: Teixeira, Francisco S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995, p. 508.

²⁸ GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*. São Paulo. Ed. NovAlexandria, 1998, p. 41.

²⁹ (Grifos no Original) CHASIN, J. O Futuro Ausente. In: *Revista Ensaio Ad Hominem 1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 164.

Nesta esteira, há que reconhecer que *a esquerda*³⁰, “enquanto posição e organização política matrizada pela perspectiva da sociabilidade virtual do trabalho”³¹ está *liquidada*

Sim, há que reconhecer a morte da esquerda, que o surgimento da assim chamada *esquerda não-marxista* só faz confirmar. Ao mesmo tempo, há que admitir que, em toda a sua contrafação, a vaga neoliberal não é uma mera fantasia. Ergue-se através de energias próprias, mas fincando os pés sobre a vasta sepultura da esquerda. Em suas modulações e irradiações, torna-se a atmosfera ideológica alternativa deste fim de século, penetrando inclusive as carcaças remanescentes da esquerda-nominal, para não falar da esquerda não-marxista que, para além de vontade e consciência, não pode viver sem o seu sopro.³²

Entretanto, para se evitar mal-entendidos, necessário frisar, nas palavras do mesmo filósofo brasileiro que

Reconhecer, em toda a sua extensão de sua gravidade prática imediata, a morte da esquerda real e a ressurreição do liberalismo não é, portanto, manifestação de pessimismo, nem muito menos uma declaração do fim da história. Pelo contrário, é cumprir a exigência revolucionária elementar de aferição objetiva do quadro histórico vigente, facultada exatamente pela manutenção de perspectivas, que suscita senso crítico e de realidade,

³⁰ “A designação, no que concerne à *esquerda*, surgiu como indicativo de polaridade ou conseqüência, determinação de radicalidade ou máxima expansão da lógica imanente à forma de sociabilidade do capital, ao tempo da instauração de seu domínio político. Posição e lugar extremo, portanto, na escala dos patamares de realização do mundo burguês. Enquanto tal move-se no espaço do capital e, por mais aguda que seja a transfiguração societária que promova ou preconize, não ultrapassa o estatuto e as fronteiras do matrizarmento daquele. Desse circuito, no qual capital e trabalho são tomados somente enquanto vetores complementares, cujo ajustamento esgota a problemática, onde também por afinidade – esquerda e direita – são índices de um mesmo gradiente político-societário, os designativos transpassam para o universo da contradição estrutural entre capital e trabalho, quando então, de *graus* de coerência e homologia de um mesmo universo, passam à condição de *campos* distintos, antagonicamente contrapostos. A partir daí, genericamente, *direita* compreende o conjunto das proposituras e práticas políticas subsumidas à lógica do capital, e esquerda aquelas outras que são próprias à lógica do trabalho. Em suma, *esquerda* e *direita* designaram originalmente e ainda designam *graus* no interior do universo político do capital, e, por outro lado, o que é sua acepção plena, historicamente desenvolvida, *campos* políticos de natureza diversa, compreendidos pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias. O que distingue, por conseqüência, o campo *da esquerda*, figura organizada pela lógica humano-societária do trabalho, de posições *na esquerda* do leque político do capital”. (Grifos no Original) CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 229.

³¹ CHASIN, J. *A Morte da Esquerda e o Neoliberalismo*. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 117.

³² (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 117.

inclusive em circunstâncias de extrema adversidade, como a desenhada nestes finais de século [XX]. Quanto mais concreta for a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois *a morte da esquerda não é a extinção da perspectiva histórica da esquerda*.³³

É nesse quadro histórico vigente, portanto, que se impõe como urgência humano-societária o presente estudo. Como sabemos, Francisco de Oliveira personifica os interesses da esquerda brasileira³⁴ e, sem sombra de dúvidas, seu pensamento é uma importante referência ideológica desta³⁵.

Compreender e apreender as particularidades deste importante fragmento da consciência social é, pois, tarefa imprescindível à reflexão do que hoje se põe como pauta do dia, qual seja – a atual crise da esquerda brasileira – se é que esta já não estava de longa data em crise.³⁶

³³ (Grifos no Original) CHASIN, J. *A Morte da Esquerda e o Neoliberalismo*. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 118.

³⁴ Importante consignar, como observa Chasin de forma contundente que, muito distinta da “crítica prática e teórica irradiada a partir *da esquerda*, nos países de ‘tipo europeu (...) [que] principiou por onde findava a crítica e a prática revolucionária dos proprietários” é “a situação da *esquerda* onde a encarnação burguesa pela lógica da *via colonial*, jamais completou seu parto. Na história brasileira das *personae* do capital, a dominação proprietária ‘nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos quando já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seus próprios fins particulares. A esquerda brasileira, portanto, não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada. Viu-se em face de integralização histórica-social de um inacabamento. A crítica prática teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só haviam terminado como não podiam *terminar* nunca. E a esquerda bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. Obra que, sob a mesma planta jamais poderia ser sua. (...) A esquerda brasileira nasce, portanto, submersa no *limbo*, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores”. (Grifos no Original) CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 230.

³⁵ “Os filósofos apareceram sempre, no fundo – conscientes ou inconscientemente, querendo ou sem querer – vinculados a sua sociedade, a uma determinada *classe dela*, as suas aspirações progressivas ou regressivas. E o que em sua filosofia nos parece e realmente é pessoal, realmente original, acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo (e por seu destino histórico)”. (Grifos nossos) LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959, pp. 80 e 81. Apud CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 76.

³⁶ Segundo Chasin “uma visão de conjunto, especialmente de 64 para cá – o que não é ir longe demais, não propicia, para não dizer o mínimo, uma cena brilhante, nem muito menos do que razoável, do que é e vem sendo a esquerda brasileira. Em verdade, nesse longo período, em que viveu sua fase mais atribulada de dissensões e dissidências, em paralelo com seu mais agudo empobrecimento teórico, o campo *da esquerda* organizada se restringiu a ponto de ter desaparecido,

Trabalho, portanto, que tem por objetivo primordial somar esforços para a consecução de uma atividade mais ampla, interindividual e que deve ser continuamente estimulada: a de “ir configurando concretamente as especificidades da consciência social em países como o nosso”³⁷. Tarefa necessária ao desenvolvimento das ciências humanas brasileiras, uma vez que, “somente após compreendermos completamente o conhecido, é que podemos avançar em direção ao desconhecido”³⁸, ou seja, somente após um rigoroso mapeamento das especificidades do pensamento de uma ampla gama de teóricos brasileiros, conservadores ou revolucionários, identificando de forma crítica suas contribuições, ilusões,³⁹ ou mesmo desserviço ao desenvolvimento das ciências humanas, à compreensão efetiva da realidade que nos toca, é que estaremos mais aptos à refletir sobre os rumos, ainda pouco conhecidos, do movimento particular da realidade brasileira atual.

Assim, uma vez expostas algumas importantes questões no que concerne ao nosso intento analítico-crítico, resta-nos apresentar por fim a estrutura de nossa dissertação que, a nosso ver, nos parece ser o mais adequado à exposição dos resultados de nossa pesquisa.

No *Capítulo I - Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira* tratamos de expor, em conformidade com nossa proposição analítica, o itinerário profissional e intelectual, as influências ideológicas, bem como o “chão” histórico em que Oliveira viveu e interagiu ativamente. Desse modo, pois, procuramos ampliar o conhecimento sobre as bases concretas de sua ação e pensamento, uma vez que, como visto acima, para que possamos apreender efetivamente os nexos constitutivos de seu ideário, necessário é que remetamos seus produtos ao terreno sócio-histórico em

se é que alguma vez foi realmente efetivo enquanto figura política fundada e norteada pela lógica humano-societária do trabalho. Restaram ou surgiram alguns organismos partidários, de portes distintos, que, perdidos em suas pobres diferenças, desvalidos para tudo que sejam disputas irrelevantes de caráter bizantino, se igualizam como organizações políticas que ocupam posições *na esquerda* do arco político do capital”. (Grifos no Original) CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 231.

³⁷ CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 89.

³⁸ GOETHE, J. Wolfgang. *op. cit.*, p. 50.

³⁹ “Se a expressão consciente das relações reais dos indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é conseqüência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultaram”. MARX, K. & ENGELS, F. *op. cit.*, p. 36.

que emergiram. Para tanto, expusemos seu percurso e formação juvenil no subitem 1, suas experiências na Sudene no subitem 2, suas atividades profissionais quando de seu auto-exílio no subitem 3, sua participação no Cebrap no subitem 4, sua militância no Partido dos Trabalhadores (PT) no subitem 5 e, por fim, no subitem 6 sua experiência na academia e atividades de pesquisa mais atuais.

No *Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)* examinamos a interpretação de Oliveira, no que tange a forma e o movimento de produção e reprodução do capital característico desse período histórico particular. Buscamos expor, a partir de uma análise minuciosa de seu ideário, o padrão de acumulação então dominante – no caso o agroexportador – e todas as causas, conseqüências e seqüelas a ele relacionadas, tais como a intermediação comercial e financeira externa, a autarquização das unidades de produção agroexportadoras, a escravatura, o bloqueio da divisão social do trabalho no campo e nas cidades, a industrialização tardia, a conformação autocrática da burguesia brasileira e do Estado brasileiro. Mostramos, a partir da visão do sociólogo, as metamorfoses operadas nas relações de produção ocorridas com a abolição da escravidão, o surgimento do “quase-campesinato” e a instauração de uma nova forma de “acumulação primitiva” no campo. Também expusemos segundo sua concepção, a emergência de um novo modo de produção de mercadorias ocorrido no campo, bem como o desenvolvimento da divisão social do trabalho nas cidades ocorrido pela irrupção da incipiente industrialização.

No *Capítulo III – A História Econômica Brasileira pós-1930* analisamos a interpretação de Oliveira do período que vai de 1930 a 1976, isto é, na etapa em que, segundo ele, a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do capital brasileiro, até o esgotamento do dito “milagre econômico” no período da ditadura militar. Procuramos expor, de acordo com sua perspectiva analítica, a inversão do padrão de acumulação iniciado em 1930 com a denominada *Revolução Burguesa*, a forma de seu desenvolvimento sob o governo de Getúlio Vargas, bem como sua modificação com os projetos nacionalizantes implementados de 1950 a 1976 já sob os governos de Juscelino Kubitschek e dos militares. Também analisamos como se deu para Oliveira a conformação do urbano nesse período, discutindo, dentre outras determinantes, a questão do “inchaço” no setor terciário. Expusemos a negação teórico-empírica de Oliveira da tese cepalina de “substituição

de importação” e investigamos, por fim, sua visão sobre a expansão capitalista pós-1964, incluindo o processo de oligopolização ocorrido nesse período e o dito “milagre econômico” e todas suas seqüelas deixadas à economia brasileira

Capítulo I - Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira

1 – O jovem “reformista”: percurso e formação juvenil de Francisco de Oliveira.

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira ou “Chico de Oliveira”, como é mais conhecido esse sociólogo pernambucano, nasceu em sete de novembro de 1933 na cidade de Recife. Sexto filho de pequenos comerciantes, oriundos de uma “classe média decaída”⁴⁰, esse recifense já exercitava, desde jovem, tanto a atividade intelectual⁴¹ como a militância, chegando a participar ativamente no movimento estudantil secundarista de Pernambuco⁴².

Em 1952, influenciado pelas leituras dos jornais locais, principalmente dos “suplementos dominicais, de alguns professores que puxavam mais para as Ciências Sociais”⁴³ decidiu-se, ainda que a maioria de sua geração tenha ido cursar Direito, pelo curso de Ciências Sociais ingressando, no mesmo ano, na antiga Faculdade de Filosofia de Recife, que hoje é a Universidade Federal de Pernambuco.

Na Universidade, Oliveira, que até então era católico “de carteirinha”⁴⁴, logo se ligou a um “grupo católico de esquerda” denominado *Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco*. Esse grupo estudantil “irrelevante, [e que] não tinha influência em lugar nenhum” era visto pelo Partidão (Partido Comunista) – posição

⁴⁰ Segundo Oliveira, a origem de sua família, composta pelos pais e mais dez filhos com ele incluído, era “de classe média decaída”. Seu pai, como diz ele, “teve algum êxito empresarial nos anos 1930 como sócio em uma farmácia (...) que ficava no Porto de Recife, porque o material era importado. Depois, com a guerra, a importação foi cortada e o surgimento do mercado interno acabou com a localização estratégica: a cidade foi para dentro do continente. Então a farmácia foi afundando. (...) Em 1933, quando nasci, meu pai ainda tinha recursos, mas a década toda foi de decadência” OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 14.

⁴¹ “Já no ginásio [Oliveira] começou a mostrar interesse pela carreira intelectual, chegando até a formar um grêmio literário juntamente com alguns colegas”. MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 91.

⁴² “Na verdade, meu primeiro contato com a política nasceu um pouco antes, na União de Estudantes Secundários de Pernambuco”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 15.

⁴³ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁴ “Fiz primeira comunhão, crisma, tudo a que tinha direito. Até os dezesseis anos eu ainda era católico, até chegar à universidade. (...) Eu não me arrependo de nada em minha formação católica. Foi muito importante no momento em que me liguei a um grupo católico de esquerda na universidade. Não era na minha faculdade, tinha mais gente do Direito”. *Ibid.*, p. 15.

então hegemônica tanto no movimento estudantil, como na direção da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco – como “a ala feminina”⁴⁵, afinal os socialistas eram considerados em geral – e aqui o machismo típico do período – como tal.

Dentre as leituras, quando de sua estada na Faculdade de Ciências Sociais, as que mais o marcaram foram Pitirim A. Sorokin (1889-1968) em sociologia e Harold Joseph Laski (1893-1950) em política, sendo que os hoje conhecidos clássicos, tais como Karl Marx⁴⁶, Max Weber, Émile Durkheim⁴⁷, Gilberto Freyre⁴⁸, Caio Prado Jr.⁴⁹, Florestan Fernandes,⁵⁰ entre outros, tiveram pouca influência em sua formação universitária.

Concluindo o curso de Ciências Sociais em 1956, Oliveira logo procurou emprego como sociólogo, todavia, perguntava-se na época o jovem cientista: “o que um sociólogo faria no Recife nos anos 50?”⁵¹

Desse modo, foi graças a essa “feliz coincidência de escassa oferta de empregos para os sociólogos e cientistas sociais e, em determinado momento, uma abundante oferta de emprego no nordeste para a gente que não era propriamente economista, mas que estava mais para Economia do que para Ciências Sociais”⁵² que fez com que Oliveira começasse a se interessar por esse campo de estudos.

⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 15.

⁴⁶ Não se lia Marx nesse período por que, relembra Oliveira, não havia um mísero texto dele na “paupérrima” biblioteca de sua Universidade. “Os textos de Marx que a gente conseguia eram os que o Partidão editava, pela editora Vitória, que existia em todo o Brasil. Mas nenhum deles me marcou”. *Ibid.*, p. 15.

⁴⁷ Nas palavras de Oliveira, “Nenhum dos três porquinhos, [lhe marcaram] na época: nem Max Weber nem Émile Durkheim nem Marx”. *Ibid.*, p. 17.

⁴⁸ Não se lia Gilberto Freyre, ainda que este autor também fosse recifense, uma vez que, segundo Oliveira, Freyre “era muito discriminado pela esquerda na universidade. Em primeiro lugar porque ele era muito arrogante. Os estudantes, em geral, o detestavam. Ele era vaiado quando comparecia às bancas de concurso. Então ele não teve influência na minha formação nem na daquela geração toda”. Entretanto, em recente entrevista, datada de 8 de fevereiro de 2007, Oliveira assevera que essa ignorância quanto às obras de G. Freyre foi uma “lástima, porque estava[-se] perdendo um grande autor”. *Ibid.*, p. 17.

⁴⁹ Segundo Oliveira, ainda que Caio Prado Jr. fosse muito à Recife, bem como à sua Universidade “por causa da sua ligação com o Partidão” quase não lia esse autor. *Ibid.*, p. 17.

⁵⁰ Embora F. Fernandes já fosse bastante conhecido como um importante sociólogo em São Paulo, no Recife, segundo Oliveira, “ninguém sabia quem era Florestan”. *Ibid.*, p. 16.

⁵¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 92.

⁵² *Ibid.*, p. 92.

Ou seja, o banco do Nordeste do Brasil, que fora criado em 1952⁵³, já havia começado a “recrutar gente para trabalhar basicamente em análises de projetos, [e] em pesquisa sobre a economia do Nordeste”⁵⁴. Entretanto, relembra Oliveira, não havia economistas no Nordeste nesse período, uma vez que, tanto “a maioria das Escolas de Economia eram muito ruins”⁵⁵, como ninguém queria “sair do Rio [de Janeiro] para ir para lá. E [economistas de] outras partes do Brasil também não interessavam. Eram tão ruins quanto os de lá [do Nordeste]”.⁵⁶ Desse modo, portanto, o banco do Nordeste teve de recrutar “gente de outras áreas”⁵⁷ e, assim sendo, Oliveira viu uma possibilidade concreta de trabalho em sua cidade natal.

Oliveira prestou então dois concursos que o banco abriu para “gente formada em Direito, Economia, Ciências Sociais, Administração e até gente que não tinha título universitário”⁵⁸: um “para ser funcionário comum” e o outro para “entrar no escritório técnico de estudos econômicos”.⁵⁹ Passando no concurso, acompanhou então um curso de economia criado por essa instituição, curso que, segundo ele, era uma “espécie de forno de padaria”⁶⁰ donde em apenas seis meses⁶¹, “o sujeito saía com um preparo melhor do que o da Universidade”.⁶² Ao concluir o curso, Oliveira

⁵³ “O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal”. Cf. HISTÓRICO/BANCO DO NORDESTE. <http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao>. Acesso em: 24 fev. 2008.

⁵⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 92.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 92. Observa Oliveira que as Escolas de Economia neste período eram fracas; “eram as piores possíveis”. Segundo ele: “Em todo o Brasil, a única faculdade de Economia que prestava era a Universidade do Brasil [atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)]. As outras eram lastimáveis, mesmo a de São Paulo. Não tinha nada que prestasse no Recife também”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 16. Não é à toa que, segundo o autor, os grandes economistas dessa época são todos formados em outras disciplinas “O [Eugênio] Gudín é engenheiro. O Celso [Furtado] é formado em Direito. E [Ignácio] Rangel também é formado em Direito”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 92.

⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 17.

⁵⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 92.

⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 17.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 16.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 17.

⁶¹ “depois de seis meses a gente saía para atuar”. *Ibid.*, p. 17.

⁶² Segundo Oliveira, sua formação de economista tinha sido bastante precária e isto porque, observa ele: “eu não fiz o curso sistemático de Economia. Se eu tivesse feito no Nordeste, provavelmente ela não seria melhor. Podia até ser pior. Surpreendentemente, para quem conhece minhas posições, a minha formação começou pelos Keynesianos transformados em neoclássicos. O Banco do Nordeste

ingressou então no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste, emprego em que permaneceu por dois anos.⁶³

Em fins de 1957, Oliveira sai do Banco do Nordeste para ir à recém criada Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Após um ano nessa instituição o jovem cientista toma conhecimento, graças a um amigo seu,⁶⁴ de um curso da Cepal que era patrocinado pelo BND⁶⁵ e que seria ministrado na cidade do Rio de Janeiro. Assim, como “cada instituição deveria financiar aqueles que mandava para fazer o curso”⁶⁶, Oliveira consegue que a Comissão, à qual estava ligado, o mandasse para o Rio.

Esse curso “intensivo, de [apenas] quatro meses”,⁶⁷ também marcou a formação econômica inicial de Oliveira. Nele, o jovem sociólogo teve aulas com os professores “Jorge Ahumada, que dava Programação Geral. (...) Julio Vaunic, que era professor de Teoria de Projetos; Pedro Vuscovic⁶⁸, que dava Contabilidade Nacional. (...) Carlos Iasum, um economista chileno que dava Financiamento e Desenvolvimento”⁶⁹, além dos conferencistas Celso Furtado⁷⁰, Roberto Campos⁷¹ e

nos dava um curso intensivo e o livro básico era Introdução à Análise Econômica, do Paul A. Samuelson, que a Editora Agir publicou no Brasil durante décadas, que foi um best seller”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 92. Cf. SAMUELSON, Paul Anthony. *Introdução à Análise Econômica*. (Trad. Sérgio Túlio dos Santos). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1963.

⁶³ “A partir daí veio o gosto pela coisa [pelo campo da Economia] e uma formação melhor. Fui contaminado pelo vírus. Acho que fui um bom produto da escassez”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 92.

⁶⁴ “Tomei conhecimento do curso porque um amigo meu, que era professor no recife, disse: ‘você deve fazer o curso da Cepal. Não te contenta com o que você fez’. Eu tinha feito um curso de seis meses, patrocinado pelo Banco do Nordeste, onde a gente tinha aula teórica e, depois, estágio. Ele disse ‘é insuficiente, vai fazer o curso da Cepal’. E aí arranjei uma inscrição. E o time da Cepal era o melhor que havia na América Latina”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 18.

⁶⁵ Atualmente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 18.

⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 93.

⁶⁸ “Pedro Vuskovic, uma grande figura que foi ministro da Fazenda de Allende [Presidente do Chile]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 18.

⁶⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 93.

⁷⁰ Celso Furtado “deu uma conferência antes de sair para a Inglaterra, onde escreveria o [livro] *Formação Econômica do Brasil*”. *Ibid.*, p. 93.

⁷¹ “Roberto Campos também dava conferências, mesmo porque ele era superintendente do BNDES, que patrocinava o curso junto com a Cepal”. *Ibid.*, p. 93.

Mário Magalhães da Silveira⁷². Nesse curso, cujo conteúdo pautava-se em “certos autores que a Cepal privilegiava”,⁷³ a orientação teórica de Oliveira se transformou, isto é, nele o jovem sociólogo teve um contato mais direto com a “obra de Keynes”, que ele “já conhecia desde o curso do Banco do Nordeste, mas de uma forma atenuada pela visão do Samuelson”.⁷⁴

Entrementes, Oliveira, que diz ser reformista “desde criancinha”⁷⁵, também colaborou ativamente no Partido Socialista do Brasil⁷⁶ do qual fazia parte. Esse partido que, segundo ele, era composto por um “grupo de socialistas muito bom”⁷⁷ foi em grande medida o responsável tanto por sua formação socialista inicial⁷⁸, como por algumas, ainda que não muitas, de suas experiências com a militância política⁷⁹, atividade que, todavia, fora bastante atenuada quando de seu ingresso na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959⁸⁰.

⁷² “Outro conferencista importante foi Mário Magalhães da Silveira, um sanitarista e demógrafo que me influenciou muito”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 93.

⁷³ *Ibid.*, p. 93.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 93.

⁷⁵ Oliveira quando questionado em recente entrevista (8 de fevereiro de 2007) se havia sido membro do Partido Socialista Brasileiro, assim respondeu: “Era. Sempre fui reformista, desde criancinha”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 19.

⁷⁶ Partido constituído em 1947 a partir da denominada Esquerda Democrática que fora constituída, em 25 de agosto de 1945, como bloco autônomo dentro da UDN, concorrendo na mesma legenda para as eleições presidenciais de 1945.

⁷⁷ “A esquerda católica e o pessoal do Partido Socialista eram de primeira linha, mas não tinham voto”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 19.

⁷⁸ “Havia [no Partido Socialista Brasileiro] um grupo de socialistas muito bom, no qual também me formei”. (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 19. Nesse Partido “as nossas referências não eram Marx. Eram os trabalhistas ingleses. Alguns dos quais marxistas como Laski. O nosso modelo era mais ou menos o do Labour Party. Uma linha democrática socialista. Eu não sei dizer a respeito de outras influências, em outras partes do Brasil. O trotskismo foi certamente muito importante em certas facções do Partido Socialista Brasileiro, mas não na de Pernambuco, onde militei. Aí a influência maior era certamente do Partidão. Nós éramos uma espécie de ‘ala feminina’ do PCB (risos), mas tinha outra corrente de socialistas, que tinha maior influência dos trabalhistas ingleses. Então, eu comecei a tomar contato com uma certa literatura trabalhista, do tipo Laski, do Svebi, nas poucas traduções a que a gente tinha acesso. Algumas traduções do Editorial Vitória, que mudava de nome cada vez que a polícia empatelava, e algumas traduções em espanhol, que eram acessíveis aos estudantes”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 93 e 94.

⁷⁹ Para Oliveira a militância que faziam nesse período era muito pouca, mesmo porque, segundo ele: “Quem é que numa cidade de operários, ia ouvir intelectual? (...) Então a militância era fazer comício, estender faixa. Elegemos um vereador, uma vez, que era um professor de Belas Artes, Arquitetura e Urbanismo”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 19.

⁸⁰ “quando fui para a Sudene atenuei muito a minha militância política”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 19.

Em 1958, logo após a conclusão do curso da Cepal, Oliveira veio pela primeira vez para São Paulo para trabalhar no escritório da empresa Lambreta do Brasil S/A, com um diretor que havia sido seu chefe no Banco do Nordeste. Nessa empresa, onde permaneceu por um ano, Oliveira se sentiu muito solitário, pois, como nos diz ele:

meus conterrâneos vinham ser operários, e eu era de classe média. Não tive contato nenhum com eles. Morava no lado da Nove de Julho, na rua Sílvia. A fábrica da empresa ficava na Vila Hamburguesa e o escritório na praça da República, onde eu trabalhava.⁸¹

Nesse ínterim, relembra Oliveira, Celso Furtado já havia retornado ao Brasil e “estava recrutando gente para ir para o Recife”.⁸² Assim, como o jovem sociólogo já o conhecera desde o curso da Cepal, resolveu então visitá-lo no Rio de Janeiro, no BNDS, buscando conseguir seu espaço nessa nova empreitada. Oliveira levou então suas notas do curso da Cepal, “todas gloriosas” segundo ele, entretanto, Celso Furtado “nem quis olhar e disse: ‘Estou a sua disposição. Vá ali falar com o Medeiros, chefe da administração, e já acerte tudo’”.⁸³

⁸¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 18. Oliveira recentemente nos diz, referindo-se a sua primeira vinda a São Paulo em 1958, que: “eu odiei nessa cidade exatamente o caráter de exceção da migração forçada, embora este não tenha sido o meu caso, nem antes nem depois. Ofendia minha formação socialista que as pessoas fossem obrigadas a um desenraizamento tão profundo. E não ajudava muito, ao contrário, o preconceito contra os ‘baianos’, que reiterava a exceção da exclusão e que ainda grassa – veja-se a infeliz frase do atual ministro da Segurança Alimentar. Fomos e ainda somos vistos como a ameaça, os bárbaros que atentam contra a civilização. A cidade não reconhece que é ela que cria a exceção, e que os migrantes que aqui acodem são apenas sua conseqüência”. (grifos nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. Oração a São Paulo – A Tarefa da Crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 244. A infeliz frase a que Oliveira se refere foi proferida pelo então ministro extraordinário da Segurança Alimentar, José Graziano, numa reunião para empresários, realizada em 07 de fevereiro de 2003, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na ocasião, disse excelentíssimo ministro: "Temos que criar emprego lá [referindo-se ao Nordeste], temos que gerar oportunidade de educação lá, temos que gerar cidadania lá. Porque, se eles continuarem vindo pra cá, nós vamos ter de continuar andando de carro blindado." Cf. NATALI, João Batista. Graziano vincula migração de nordestinos à violência. FolhaOnline. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil>. Acesso em 12 mar. 2008.

⁸² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 18.

⁸³ *Ibid.*, p. 18.

2 – O bem-aventurado “escudeiro”: experiências de Francisco de Oliveira na SUDENE.

Em 1959⁸⁴, Oliveira retornou então à sua cidade natal para trabalhar na recém criada Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),⁸⁵ em cuja chefia estava Celso Furtado. Nessa instituição, onde permaneceu até o Golpe Militar de 1964, ele teve uma experiência muito marcante em sua vida:

Foi a melhor experiência pessoal que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as Ligas Camponesas de um lado, o ‘diabo-a-quatro’ de outro, a pressão sobre a SUDENE era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista (PC) era muito forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado]. Então, era um pau só.⁸⁶

⁸⁴ Como se sabe, já havia ocorrido nesse período a Revolução Cubana (1959), entretanto, tal evento quase não teve influência sobre o jovem Oliveira, uma vez que, segundo ele: “Eu era reformista demais para ser identificado com os cubanos”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 20.

⁸⁵ A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que fora criada em 1959 no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), teve como principal idealizador e primeiro superintendente o economista Celso Furtado. Oliveira, com seu senso irônico atilado, resume em artigo escrito em 1983, quais foram as forças sociais e a ideologia que sustentaram a criação da Sudene: “Uma poderosa coligação de forças, que incluía a própria burguesia industrial regional, a burguesia oligopolista internacional-associada do Centro-Sul, classes médias e intelectualidade, Igreja, trabalhadores e camponeses, além das Forças Armadas, resulta, no apagar das luzes do governo Kubitschek, na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), organismo fundado para implementar a política proposta por Furtado para a região nordestina. Todas as teses cepalinas estão de volta agora na moldura nordestina. Há explícita, uma deteriorização dos termos de intercâmbio entre o Nordeste e o Centro-Sul, por meio de uma operação triangular: o Nordeste exporta para o exterior, e também para o Centro-Sul, bens primários, enquanto importa deste as manufaturas. O Centro-Sul gasta, na importação de bens de capital e produtos intermediários para sua industrialização, as divisas que o Nordeste produz. Uma política *nacional* de comércio penaliza o Nordeste: as políticas cambial e tarifária impedem-no de ter relações autônomas com os países para os quais exporta açúcar, sisal, algodão, couros e peles, óleos vegetais. Aqui, a proposição furtadiana se esquece, esquecendo-se a si mesma, de que no caso da América Latina a relação direta com os países centrais *não melhora* a posição de barganha. Estamos em plena euforia da industrialização Kubitschekiana: *também* o Nordeste somente conseguirá sair da situação de ‘periferia’, vencer o subdesenvolvimento, se se industrializar. Os interesses das classes sociais nacionais são resolvidos em torno da industrialização; de fora, apenas os latifundiários do Nordeste, e não precisamente os barões-ladrões do açúcar, mas os do complexo algodão-pecuária, os ‘coronéis’”. (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 22.

⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 18 e 19.

Oliveira, que tinha então 26 anos de idade, foi nomeado por Celso Furtado para uma importante função dentro da SUDENE⁸⁷: “Meu cargo era de ‘mandachuva’. Abreviando, eu era o segundo do Celso”.⁸⁸ Desse modo, portanto, nas ocasiões de ausência de Celso Furtado, e segundo Oliveira ele se ausentava freqüentemente para viajar para o Rio, quem conduzia a administração era ele:

Eu substituía o Celso toda hora, embora sem intervir nos assuntos de política, que era área dele. Havia uma divisão de trabalho, nunca explícita, que entendi desde o início. Minha função era fazer aquilo funcionar, e funcionava. E a política estava com ele. Ele era de uma integridade espantosa. Até hoje foi a melhor lição de vida que recebi.⁸⁹

Estando, pois, “em posição privilegiada vendo, participando, dissentido, perdendo dentro do processo”⁹⁰, Oliveira foi então protagonista de inúmeros episódios que, sem dúvida, marcaram a história de sua vida e da própria SUDENE. Dentre eles, Oliveira nos conta que, em fins de 1961, sob o governo parlamentarista:

A derrubada do Celso estava no gatilho⁹¹. Ele viajara para Israel e eu o substituía. Eles prepararam uma sessão do Conselho para apresentar o caso. Aí reuni minha tropa, diretores da SUDENE, e fomos ao comandante do Quarto exército dizer a ele que os armazéns da SUDENE seriam entregues ao Exército porque o governador de plantão ameaçava invadi-los, e a SUDENE não tinha força armada. Era o General Arthur da Costa e Silva. Ele me recebeu, dizendo: ‘O senhor é muito jovem, está assustado, imagine se o governador [de Pernambuco] Paulo Guerra vai fazer um ato insensato desse. Volte para o seu trabalho’. (...) No outro dia seria a reunião do Conselho, o governador cometeu a besteira de mandar um bilhete que dizia: ‘Convoco o senhor superintendente a comparecer ao meu gabinete e, se não entregar tantas toneladas de milho, feijão, arroz e não sei o quê dentro de tantas

⁸⁷ Celso Furtado “me nomeou, sem pedir autorização a ninguém, só ao Conselho da Sudene. Não era um cargo de quadro, mesmo porque a SUDENE não tinha quadro”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 20.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 19.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 20.

⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981, p. 14.

⁹¹ No Recife, segundo Oliveira, os “militares conspiravam abertamente. O Castelo Branco, que havia sido comandante do Quarto Exército, ia a cada quinze dias a Recife. Conspiravam a tal ponto que Cid Sampaio [líder usineiro que havia sido governador do Estado] e Gilberto Freyre [ambos pertencentes ao Conselho da SUDENE] planejavam um golpe para derrubar o Celso [Furtado]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 22.

horas, a Polícia Militar de Pernambuco invadirá os armazéns da SUDENE'. Chamei o ajudante-de-ordens dele e disse: 'Diga ao seu governador que sou funcionário federal e não obedeco a ordens de governador nenhum'. (...) 'E este bilhete eu quero'. Sai com o bilhete, junto com Jader de Andrade e mais dois diretores, e fomos de novo ao general. 'Está aqui, general, o assustado não sou eu'. Ele então armou o golpe ali mesmo: 'Ah, agora o senhor está falando sério, não vou duvidar da sua palavra. Mas só posso fazer isso autorizado pelo primeiro-ministro'. Era o Tancredo Neves. 'Porque o senhor sabe, esta é uma unidade da Federação, se eu fizer isso configuraria uma intervenção no estado de Pernambuco e eu não posso. O senhor me passando o telegrama do primeiro-ministro, eu agirei'. (...) Quando saímos da casa do general meu compadre Jader teve um estalo. 'Negativo, esse é o pretexto para intervirem não no Estado de Pernambuco, mas na SUDENE, porque o Celso não está, você não é um funcionário nomeado pelo presidente, eles vão dar o golpe'. Chamamos os dois jornais locais, o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*, e pedimos que suspendessem a edição até mandarmos uma nota. Fomos para o escritório da SUDENE e redigimos uma carta duríssima e enviamos para os jornais. No outro dia haveria uma reunião do Conselho e os jornais deram a manchete: 'Superintendente substituto denuncia complô para derrubar Celso Furtado', com fotocópia do bilhete do Paulo Guerra, o governador de plantão. Foi uma debandada geral, esse momento vou guardar pelo resto da vida.⁹²

Com a nomeação, em 1962, de Celso Furtado para Ministro do Planejamento no governo de João Goulart, Oliveira assumiu provisoriamente o comando administrativo da SUDENE. Nesse período, donde a "pressão era formidável"⁹³, o jovem sociólogo já começou a pressentir os "ventos" de um golpe que se aproximava, ventos esses cujas impressões⁹⁴ transmitia a Miguel Arraes⁹⁵ então governador de Pernambuco.

⁹² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 22 e 23.

⁹³ "Com a política eu não tinha nenhuma relação, tratava de agüentar o tranco de governadores do tipo Aloísio Alves, Virgílio Távora, que era governador do Ceará e telefonava ameaçando porque eu me recusava a entregar-lhe recursos fora do convênio. A pressão era formidável". *Ibid.*, p. 23.

⁹⁴ Oliveira, lembrando algumas de suas impressões da clarividente eminência de um golpe de Estado em 1964, assim nos diz: "Recordo que, antes do comício [de João Goulart e Leonel Brizola] de 13 de março na Central do Brasil, eu tinha vindo a São Paulo e fui visitar o Diogo Gaspar, que foi meu diretor no Banco do Nordeste e com quem eu vim trabalhar aqui [na Lambreta do Brasil S/A]. Era uma visita de camaradagem. Ele inventou ao Carvalho Pinto, ao qual era muito ligado, que eu era um emissário do [Miguel] Arraes, o que era mentira, mas ele botou o verde para colher maduro. Me levou à casa do Carvalho Pinto no Morumbi, ele me recebeu de gravata, paletó e conversamos. Eu seria emissário do [Miguel] Arraes para fazer a dobradinha Arraes-Carvalho Pinto, que era o sonho da burguesia e da esquerda também. Tudo fantasia. O Carvalho Pinto já tinha rodado com o Jango, fora ministro da Fazenda, e ele disse: 'Eu vou levar você para ver umas coisas e avisar o pessoal lá de cima'. Depois de almoçar fomos à empresa norte-americana Clark, que fazia elevadores de carga. 'Você está vendo aquelas coisas ali?'. Tudo coberto de lonas. 'São tanques. Isso é para o caso de haver alguma tentativa de golpe da esquerda'. O fantasma [do golpe de esquerda] era real. Parece brincadeira, mas estavam improvisando o armamento. Evidentemente até a hora em que os norte-

Quando da irrupção do Golpe Militar em 1º de abril de 1964, Oliveira estava juntamente com Celso Furtado no Palácio do Governo de Pernambuco, onde foram obrigados a permanecer até as três horas da tarde.⁹⁶ Dali, ele e Furtado seguiram, “praticamente presos no carro”, para o Quartel General do Quarto Exército, onde Celso teria uma entrevista com o General Justino Alves Bastos, entrevista que, segundo Oliveira, seria “decisiva para sua inclusão na lista de cassados”.⁹⁷

Chegando lá, tinha um **corredor polonês**⁹⁸ em frente do gabinete do general para nos receber. Eles olhavam para o Celso com ódio de classe, que não era nem o caso porque o Celso era filho de desembargador... Ali eu vi uma cena inesquecível. O general Justino era um cachorro pequeno – isso não é uma ofensa aos homens pequenos porque eu mesmo só tenho um metro e sessenta – financiado pelos usineiros, todo mundo sabia. Ele mandou que sentássemos e fez o discurso. “Lamentavelmente temos de tirar o presidente Goulart do cargo porque ele está ameaçando as Forças Armadas”. E o Celso, quieto. “Lamento muito, mas o senhor não colaborou”. Quando ele disse isso o Celso reagiu: “General, eu sou um servidor público, os senhores deram um golpe de Estado, derrubaram um presidente legitimamente eleito. Se o senhor não sabe, eu sou reservista de primeira classe da FEB [Força Expedicionária Brasileira], não me ofenda falando em colaboração”. O

americanos chegassem com aquele Hércules e despejassem. Isso eu vi aqui em São Paulo”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 24.

⁹⁵ “Eu viajava muito a trabalho e tentava passar informações ao [Miguel] Arraes, que era o político com quem eu tinha maior relação. Eu vinha a São Paulo, ao Rio, a Brasília e procurava transmitir informações. Cada vez que chegava a Recife ia visitar o Arraes e dava minhas impressões”. *Ibid.*, p. 24. Como se vê, Oliveira tinha muito contato com Miguel Arraes, esse “coronel de esquerda, muito íntegro”; sua “relação com ele [Arraes] era ótima. Entrava em seu gabinete a qualquer hora ou quando” lhe “chamava para conversar”. *Ibid.*, p. 20.

⁹⁶ Oliveira, que estava no Palácio do Governador de Pernambuco naquele fatídico dia (1º de abril), nos relata – bem ao sabor das lendas do popularmente conhecido Pai Arraia – a cena presenciada quando da voz de prisão ao então governador Miguel Arraes: “Eu estava ao lado de [Miguel] Arraes em 1964, quando chegou o coronel Dutra de Castilho (...). Esse coronel era o comandante do 15º RI [Regimento de Infantaria] que deu voz de prisão a Arraes em 1º de abril de 1964. Eu ouvi ele dizer: ‘Governador, estamos pedindo ao senhor. Nossa ação é contra o Presidente Goulart, não contra o seu governo, entretanto, é necessário mudar os postos de comando do estado. Pedimos ao senhor que permaneça no Palácio como nosso hóspede’. O Arraes respondeu sem vacilação: ‘Coronel, não posso ser hóspede de mim mesmo porque esta é a casa do governador. Ou permaneço aqui como governador ou pode me prender’, e uniu os pulsos como para ser algemado. Evidentemente, o coronel não o prendeu. Há lendas sobre o Arraes, ele era um político maneiroso, mas nunca vacilante”. *Ibid.*, p. 20.

⁹⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 100.

⁹⁸ (Grifos nossos) Segundo Oliveira, esse “corredor polonês” que sem dúvida “desenhava a cara do golpe” era “formado, de um lado, pela alta oligarquia pernambucana do açúcar e, de outro, por militares”. *Ibid.*, p. 100.

general, que já era pequeno, ficou com um metro e meio. Saímos de lá e eu pensei: daqui vou preso.⁹⁹

Do gabinete do general, Celso Furtado e seu fiel escudeiro Francisco de Oliveira não saíram presos, todavia saíram certos da entrega da superintendência da SUDENE aos militares¹⁰⁰. Contudo, na madrugada de 6 de abril, logo após um último jantar com Celso Furtado na casa de um colega, os militares batem então na porta de Oliveira e, como ele “não tinha a mesma importância”¹⁰¹ e o mesmo prestígio que Celso Furtado no exército¹⁰², acabou por ser levado à prisão.

Oliveira, portanto, ficou preso por 45 dias¹⁰³ na companhia de “João Guerra, secretário da Fazenda de Arraes”¹⁰⁴. Saindo de lá, retornou novamente à SUDENE, donde encontrou então “um clima de perseguição”¹⁰⁵.

Durante esse período, relembra Oliveira:

Não me davam nada para fazer e eu era rigorosamente proibido de ter acesso a qualquer documento da instituição. Passava os dias lendo. Li então com muito gosto dois livros interessantes: o primeiro, o famoso artigo de Fernando Henrique Cardoso que é a introdução à tese dele sobre Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional¹⁰⁶. Tinha uma “Introdução Metodológica

⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 24 e 25.

¹⁰⁰ “Um general da reserva que trabalhava conosco, que era um João-ninguém, foi designado para receber a SUDENE”. *Ibid.*, p. 25.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 100.

¹⁰² “No Celso eles nunca tocaram porque ele tinha um enorme prestígio no exército. Tinha sido febiano [FEB] e acabara de receber uma condecoração. O subchefe do Estado-Maior do Exército, general Lindemberg dos Santos, foi recebê-lo no Rio e garantiu sua integridade até que tomasse um avião para o Chile. Isso foi no dia 8 de abril. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 25.

¹⁰³ Há aqui uma divergência sobre quantos dias Oliveira efetivamente esteve preso, ou seja, na entrevista concedida à Revista Margem Esquerda (p. 25), o autor diz ter sido preso por 45 dias, sendo que na entrevista concedida à Guido Mantega e Marcio Rego (p. 100) diz ele ter sido preso por 3 meses (90 dias). Decidimos adotar a versão proferida na entrevista concedida à Revista Margem Esquerda, uma vez que nela o autor nos dá mais detalhes dessa prisão. Contudo, o número de dias pouco importa, pois, mesmo que tenha ficado apenas uma hora preso, a experiência já é marcante e aterrorizante. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 25. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 100.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 25.

¹⁰⁵ “Iniciavam-se os inquéritos policiais militares, éramos convocados para depor a toda hora”. *Ibid.*, p. 25.

¹⁰⁶ Cf. CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. Difusão Européia, 1962.

sobre a Dialética nas Ciências Sociais”, na Revista Brasileira de Ciências Sociais editada por Júlio de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tomei contato com esse artigo e o livro de um polonês, que era Estanislau Soviski, *Estrutura de Classe na Consciência Social*. Eu passei lendo... Passei quarenta dias aí nesse limbo, onde você nem via Deus nem o Diabo (risos)”¹⁰⁷.

Todavia, Oliveira começou a pressentir que estava prestes a passar do limbo ao inferno; seus amigos da SUDENE lhe alertavam que já estava na lista, que logo iria ser chamado a depor e que sua prisão preventiva já havia sido solicitada. Desse modo, Oliveira, que já sentia a “barra pesar para os comunistas de sempre, aqueles que tinham pasta de dente e cueca já prontos para ir para Fernando de Noronha”¹⁰⁸, aproveitou-se da “frouxa”¹⁰⁹ vigilância da Ditadura e, assim, viajou clandestinamente para o Rio de Janeiro.

Eis aqui o fim de um importante capítulo da vida de Oliveira; o fim de mais uma “história do famoso” Celso Furtado, “que foi o mais casto enamorado e o mais valente cavaleiro que de muitos anos esta parte se viu naqueles arredores”¹¹⁰ e do

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 101.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 25. Segundo Oliveira: “O Recife sempre foi um lugar suspeito por causa da forte presença do Partido Comunista. É a velha anedota que todos nós conhecemos: o sujeito que já tem a maleta pronta, com escova, pasta de dente e a cueca, era comum entre os comunistas de Recife, que eu nunca fui do Partidão, mas eu era considerado como. E, semanalmente, a gente era transportado para Fernando de Noronha para passar uma temporada lá. Tomava banho de sol. Banho de mar, não, porque não deixavam. Então eu vi que ia enfrentar um período de idas a Fernando de Noronha com uma pasta e escova de dentes e eu não estava disposto a tolerar aquilo”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 101.

¹⁰⁹ Oliveira nos diz que naquela época “as polícias ainda eram relativamente desligadas uma das outras. Você tirava o R.G. no Rio e ninguém sabia em Pernambuco. Aí comprei uma passagem e fui embora para o Rio e fiquei clandestino”. *Ibid.*, p. 101.

¹¹⁰ CERVANTES S., Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Prólogo. (Trad. Sérgio Molina). São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 36. Em apresentação escrita no inverno de 2003 para o Livro *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*, Oliveira assim escreveu: “Num Brasil e num Nordeste plagados de patrimonialismo, Furtado entrou como um cavaleiro da razão montado no Rocinante, de uma aguda inteligência plasmada para desvendar os enigmas de uma sociedade que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela. Alto e austero, seco de carnes, semblante talhado a foice, como certos tipos do sertão, o cavaleiro da razão é um Quixote que do alto de sua loucura combate incansavelmente os moinhos do capitalismo predador e de suas classes-abutres”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 8.

também “famoso” Francisco de Oliveira “seu escudeiro, em quem, no meu entender, te dou cifradas todas as graças escudeiras”¹¹¹.

Importante trazer à tona ainda que, em entrevista concedida em outubro de 1997 a Guido Mantega e Márcio Rego, Oliveira diz que a criação da SUDENE, que sem dúvida foi bastante influenciada pela burguesia nacional desenvolvimentista¹¹², fora uma experiência “extraordinária sob vários pontos de vista”¹¹³. Dentre eles importante reter, segundo ele, “dois lados” que “fizeram da experiência da SUDENE uma coisa notável”¹¹⁴. O primeiro diz respeito ao fato de que essa instituição

era uma tentativa de profunda reforma das estruturas da economia do nordeste, mas não para integrá-la à dinâmica geral da economia brasileira. Era um projeto reformista sem nenhum disfarce. Mas um projeto reformista interessante porque surgido num embalo de uma enorme crise, e do aparecimento de novos atores muito importantes. Inclusive do campesinato, que no nordeste estava aparecendo com as ligas camponesas.¹¹⁵

Já o segundo refere-se à “tentativa de reformular o federalismo”¹¹⁶, ou seja:

No diagnóstico do Celso [Furtado], que é uma obra clássica hoje (a SUDENE o reeditou há uns três anos), há uma clara percepção da crise do federalismo. Isto é, você não pode ter uma federação que se agüenta nas pernas se você tem uma concentração do poder econômico em alguns Estados, como em São Paulo. Com essa percepção, que Celso diagnosticou de uma forma que é teoricamente equivocada, mas que apanha a dramaticidade, ele propunha uma reformulação da federação em termos regionais e não mais em termos de cada Estado, porque a enorme concentração econômica em São Paulo havia desbalanceado a federação de forma irreparável.¹¹⁷

¹¹¹ CERVANTES S., Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Prólogo. (Trad. Sérgio Molina). São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 36.

¹¹² “O seminário que inaugurou a SUDENE foi patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria [CNI]. Todo mundo passou uma semana em Garanhuns. Lula estava nascendo. A Confederação tinha uma revista importante, Desenvolvimento e Conjuntura, porque a da Fundação Getúlio Vargas era *Conjuntura Econômica*, de grande influência entre os economistas. A *Desenvolvimento e Conjuntura* foi criada para martelar os temas do desenvolvimento. Então tinha grande entrada [na SUDENE]. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 21 e 22.

¹¹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 98.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 99.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 98.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 98.

¹¹⁷ *Ibid.*, pp. 98 e 99. (Ver Apêndice deste trabalho na página 192).

3 – O “desterrado”: andanças de Francisco de Oliveira no exílio.

Em 1964, já no Rio de Janeiro, Oliveira enviou à Cepal seu currículo. Esta instituição lhe ofereceu então “um lugar no Haiti e outro na Bolívia”¹¹⁸, propostas que Oliveira prontamente negou dizendo preferir “a prisão do Marechal Castelo Branco”¹¹⁹. Seguiu, pois, para o Chile, onde conheceu Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort; contudo, logo viu que ali “não dava pé”¹²⁰ e, assim, voltou novamente para o Brasil ainda no mesmo ano.

Já no Rio de Janeiro, Oliveira, que tinha então um processo judicial, bem como um mandado de prisão preventiva em Recife, permaneceu ostensivelmente clandestino por um ano nessa cidade e isso porque, segundo ele, “a gente ia para a praia. Tomava banho de mar. Conversava e ia visitar os amigos do BNDES”.¹²¹ Nesse ínterim, Oliveira conseguiu então, junto a um advogado amigo seu da Paraíba, “a liberação do processo pelo Eraldo Gueiros, que era ministro do Superior Tribunal Militar”.¹²²

Assim, livre do processo e já com seu passaporte em mãos, Oliveira seguiu então com toda a família para Guatemala, país em que permaneceu por um ano como assessor da Cepal. Entretanto, após ver “o que aquilo era”¹²³, escreve para um diretor do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA) que “havia conhecido no Nordeste, quando eles levavam os alunos em viagens de

¹¹⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 26.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 26.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 26.

¹²¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 101.

¹²² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 25.

¹²³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 101. Quando de sua estada na Guatemala, Oliveira assistiu à “toda montagem dos boinas-verdes para destruir a guerrilha. Era pesado. Se andasse de carro à noite sem a luz acesa, era bom se preparar para uma rajada de metralhadora. Paravam os carros mandando acender a luz interna. A guerrilha tinha o controle do lado Atlântico da Guatemala, só passava quem eles deixassem. Depois os norte-americanos armaram-se até os dentes e surgiram os boinas-verdes para destruir a guerrilha da Guatemala. Não demorou muito e já veio outro golpe. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 26.

treinamento”.¹²⁴ Esse diretor convida-o então para ir ao México, convite que Oliveira prontamente aceitou.

Oliveira desligou-se, pois, da Cepal e assim seguiu para o México para trabalhar num programa do CEMLA¹²⁵ que o “BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] financiava”.¹²⁶ Após dois anos, “lecionando e pesquisando”¹²⁷ nesse programa, Oliveira se convenceu de que “ser exilado era uma coisa muito triste”¹²⁸ e, assim, resolveu aceitar o convite de Roberto Santos, reitor da Universidade da Bahia, para remontar o Instituto de Economia da universidade”.¹²⁹ Na Bahia, Oliveira permaneceu por três meses apenas: “vi que não era o caso e vim embora para São Paulo”.¹³⁰

Já em São Paulo, Oliveira trabalhou numa consultoria: “Tinha pleno êxito e ganhava muito bem. Naquela época havia uma febre de planos de desenvolvimento, planos urbanísticos, regionais”.¹³¹

Em 1970, Octávio Ianni, que Oliveira conhecera nos tempos em que ele dava cursos na SUDENE, convida-o para “participar de um projeto que iria ser financiado pela Academia Brasileira de Ciências, que receberia dinheiro do Ministério do Planejamento, e passaria para o *CEBRAP* [Centro Brasileiro de Análise e

¹²⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 101 e 102.

¹²⁵ Segundo Oliveira, o CEMLA, “era uma instituição estranha porque era o núcleo da ortodoxia monetarista na América Latina sustentada pelos bancos centrais”. *Ibid.*, p. 102.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 102.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 102.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 102. Oliveira se convenceu que o exílio era muito ruim porque, segundo ele: “Quando havia as festas de 7 de setembro e do Natal a gente se reunia e via todo mundo chorando e cantando o Hino Nacional. Além de quê, o CEMLA era reduto de republicanos espanhóis. Aí era trágico. No dia nacional da Espanha, eles só faltavam morrer. Porque estava muito longe de casa e amargavam a derrota para o franquismo. Eles choravam como crianças, mesmo Marques, que já era completamente integrado. Eles deram uma enorme contribuição à cultura mexicana. Fundaram o Fondo de Cultura, o Colégio de México. Mas eles eram exilados, no fim das contas. Era uma choradeira. Quando eu vi aquilo: um bando de homens velhos chorando... Contaminava! (risos) E a gente ia para as festas de brasileiros, era a mesma coisa. Aí, eu disse: definitivamente eu não fico exilado nem que seja para fazer O Capital (risos). Aí voltei!”. *Ibid.*, p. 102.

¹²⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 26.

¹³⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 102. “Fiquei lá [na Bahia] três meses, não recebi um tostão. No último dia me pagaram salários atrasados que eu joguei na cara do chefe de gabinete do reitor. Foi um calvário. Tinha um amigo que morava em São Paulo, telegrafei para ele e recebi passagens para mim e toda a minha família. E vim bater aqui [em São Paulo]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 26 e 27.

¹³¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 102.

Planejamento]”¹³². Apesar de essa pesquisa não ser realizada, “porque a Academia Brasileira de Ciências não deu o dinheiro”¹³³, Oliveira se integrou então ao *CEBRAP*, centro de pesquisa em que permaneceu por 25 anos.

4 – O insurgir do “crítico-crítico”: Francisco de Oliveira na “casa” da “analítica paulista”

Importante aqui, antes mesmo de seguirmos na exposição da trajetória de Oliveira, nos determos sucintamente na história da formação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (*CEBRAP*), centro que, sem dúvida, representará uma importante fase tanto na formação teórica, quanto na vida desse autor.

O jovem filósofo José Arthur Giannotti (1930), quando bolsista na França, chegou a freqüentar o grupo *Socialisme ou Barbarie* donde ouvira “as exposições de Claude Lefort sobre a burocratização da União Soviética”¹³⁴. Ao retornar ao Brasil em 1958, esse filósofo propôs então a uma “roda de amigos, jovens assistentes de esquerda, que estudassem o assunto”¹³⁵. Entretanto, tal proposta logo foi questionada pelo historiador Fernando A. Novais que, segundo Roberto Schwarz, achava “que era melhor dispensar intermediários e ler *O Capital* de uma vez”.¹³⁶

Formou-se assim, um grupo multidisciplinar para dar conta de tal empreitada, cujas figuras constantes eram o filósofo José Arthur Giannotti¹³⁷, o historiador

¹³² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 102 e 103.

¹³³ *Ibid.*, p. 103.

¹³⁴ SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo – SP, v. 1, n. 50, pp. 99-114, p. 100.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 100.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 100. Segundo Roberto Schwarz essa anedota, por ele lembrada acima, “mostra a combinação heterodoxa e adiantada, em formação na época, de interesse universitário pelo marxismo e distância crítica em relação à União Soviética”. *Ibid.*, p. 100.

¹³⁷ Paul I. Singer quando questionado recentemente (setembro de 1997) sobre quem eram os integrantes do grupo de leitura d’O Capital, assim respondeu: “Pela ordem de importância, o Giannotti, que foi o autor da idéia e que, de certa forma, dava uma unificação do ângulo filosófico. Quer dizer, a forma de ler foi muito influenciada por ele. Nós apreendemos a ler como filósofos lêem, dando atenção até as vírgulas, à construção gramatical, ao uso de certas palavras. Coisas que normalmente você não faz. Eu não fazia. Eu não sabia ler desse jeito. Isso foi muito importante para todos nós. Sem dúvida, o Fernando Henrique, a Ruth Cardoso, o Octávio Ianni, o Fernando Novais. Cito todos num mesmo plano. Eram todas pessoas jovens”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 63. Como sugestão para uma melhor compreensão da filosofia de José Arthur Giannotti, ver: RAGO FILHO, Antônio. A Filosofia de José Arthur Giannotti: Marxismo Adstringido e

Fernando A. Novais, o jovem economista Paul Singer, os cientistas sociais Octavio Ianni, Fernando Henrique e Ruth Cardoso, bem como alguns estudantes tais como Bento Prado Jr., F. Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e Roberto Schwarz.

Esse grupo que, seguindo a sugestão de José Chasin denominaremos aqui de “analítica paulista”¹³⁸, ficou então conhecido como o “afamado Seminário sobre O *Capital*”¹³⁹, cujo procedimento teórico adotado se afirmava “desde o princípio e daí por diante, como uma modalidade epistêmica de aproximação e apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade”¹⁴⁰.

Claro está, portanto, que o afamado grupo d’O *Capital* que, segundo Paul Singer, “não era marxista”¹⁴¹, não tinha como pretensão primeira resgatar a obra marxiana em sua profundidade e extensão, embora tenham contribuído parcialmente nesse diapasão, mas buscavam, sobretudo, valer-se da interpretação d’O *Capital*, assim como das obras de outros autores¹⁴², enquanto fonte epistêmica, seja para uma melhor compreensão das “estruturas do capitalismo da época”¹⁴³, seja para “promover um ponto de vista mais crítico e também uma concepção científica

Analítica Paulista. *Cadernos de Ciências Sociais 1 – Ciência e Engajamento*. Santo André: Centro Universitário Fundação Santo André, FAFIL, Colegiado de Ciências Sociais, 2005, pp. 479-512.

¹³⁸ “expressão com a qual é referida a vertente teórica produzida, desde a virada dos anos 50 aos 60, por destacados integrantes dos meios acadêmicos de SP, e que difundiu por todo o país como tributária e melhor intérprete do legado científico de Marx”. CHASIN, José. Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo IV – Dossiê Marx*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p. 6.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 7.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 7. Segundo Chasin, a “analítica paulista”, representada pelo grupo d’O *Capital* ou Seminário sobre O *Capital*, tinha por procedimento teórico uma “exclusão praticamente completa dos textos de Marx dos anos quarenta, sob o entendimento de que eram caudatários da antropologia feurbachiana. Por efeito, foram ignoradas as críticas ontológicas, a primeira das quais voltada à política, com as quais foi instaurado e teve continuidade a elaboração do corpus teórico marxiano. Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano, - a problemática, real e idealmente inalienável, da emancipação humana ou do trabalho, na qual e somente pela qual a própria questão prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu télos, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação”. (Grifos no Original) CHASIN, José. Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo IV – Dossiê Marx*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p. 7.

¹⁴¹ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 62.

¹⁴² “Nós queríamos apreender não só o pensamento de Marx. O grupo d’O *Capital* estudou Hilferding, estudou Keynes, estudou Weber, Rosa Luxemburgo”. *Ibid.*, p. 62. “Terminada a leitura d’O *Capital*, passamos imediatamente para a leitura da Teoria geral do emprego, juro e dinheiro [de J. M. Keynes]”. GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 50, p. 115-124, mar. 1998, p. 116.

¹⁴³ GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 50, p. 115-124, mar. 1998, p. 116.

superior, ainda que meio esotérica no ambiente”¹⁴⁴; ou ainda – e porque não? – construir uma dita “Economia Política moderna, captando o que havia de importante no pensamento teórico, sociológico e histórico”¹⁴⁵ do período.

Todavia, esse grupo, que já estava fadado a inscrever seu nome nos anais das ciências humanas brasileiras, sofreu um duro golpe com a irrupção da Ditadura Militar em 1964. Logo começou a ser desfalcado pela ausência de alguns de seus integrantes¹⁴⁶ que, uma vez perseguidos pelo Regime Militar, acabaram por se exilar em outros países na América Latina. Contudo, mesmo a despeito de tais desfalques e perseguições, esse grupo ainda se reuniria por mais um ano sendo, após esse período, extinto.

Em 1969, boa parte do grupo d’O Capital, que até então eram professores da USP, foram aposentados compulsoriamente pelo AI-5 e, assim sendo, formaram um centro de pesquisa e planejamento, denominado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).¹⁴⁷ A esse Centro que, segundo Paul Singer, foi inicialmente planejado por ele, José A. Giannotti e Fernando Henrique Cardoso¹⁴⁸, se juntaram posteriormente outros colaboradores¹⁴⁹ tornando-se, assim, um importante e influente Instituto de pesquisa do país nesse período.

¹⁴⁴ SCHWARZ, Roberto. *op. cit.*, p. 102.

¹⁴⁵ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 63.

¹⁴⁶ Segundo Paul Singer, um dos motivos de desfazimento do grupo d’O Capital se deveu à um fato ocorrido com Fernando Henrique Cardoso, ou seja “Nós fomos, de certa forma, desfalcados pelo golpe militar, por causa do Fernando e da Ruth. O Fernando teve um mandado de prisão e resolveu não se deixar prender. Mas, se tivesse deixado, hoje, sabemos que, naquele momento, em 64, nada de mais teria acontecido. Ele teria ficado, provavelmente, detido quinze dias. Em São Paulo, não havia tortura. Diferente do Nordeste. Onde o Chico [Francisco de Oliveira] foi detido e torturado. Mas ninguém sabia, a verdade é essa. Agora é fácil de dizer, mas naquele momento a incerteza era enorme. E ele resolveu se exilar. Então, ele foi para o Chile, o que teve grande influência sobre a vida dele, evidentemente. Ele passou no exílio de 64 até 68, mas o grupo continuou se reunindo pelo menos mais um ano”. *Ibid.*, p. 64.

¹⁴⁷ “Esse mesmo grupo continuou junto em circunstâncias bem diferentes a partir de [19]69, quando uma boa parte, mas não todos, fomos aposentados pelo AI-5 e aí criamos o CEBRAP. Nós nos encontramos todos. E o Octávio Ianni não tinha sido convidado. Eu sugeri que ele fosse e ninguém se opôs”. *Ibid.*, p. 64.

¹⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 64.

¹⁴⁹ “A Elza Berquó foi aposentada comigo lá na Faculdade de Higiene, portanto, estava ligada a mim e eu a trouxe para o CEBRAP. O Cândido Procópio Ferreira, que foi o primeiro presidente do CEBRAP, também estava ligado a mim e estava também na Faculdade de Higiene e Saúde Pública. E pessoas que o Fernando Henrique trouxe. Enfim, o CEBRAP ficou muito maior do que essas poucas pessoas. Mas há uma ligação evidente entre a composição, ou mais que a composição, a proposta do CEBRAP, que era interdisciplinar desde o primeiro momento. É uma conclusão óbvia daquilo que tínhamos apreendido nos longos anos que passamos juntos trabalhando no seminário”. Também “Entrou o Francisco Weffort, o Carlos Estevan Martins, o Bolívar Lamonier, e várias outras pessoas”. *Ibid.*, p. 65.

Importante observar que, num ambiente social amplamente marcado pelo acirramento da repressão militar e perseguição política (fins de 1960), dois importantes fatores contribuíram, segundo Sorj, para a sobrevivência e consolidação do CEBRAP nesse período: “em primeiro lugar, a ajuda financeira da Fundação Ford, e, em segundo, os vínculos estratégicos que a instituição, através de alguns de seus membros, conseguiu manter com setores mais liberais do empresariado, da classe política, da Igreja e da intelectualidade em geral, sobretudo em São Paulo”.¹⁵⁰

Em 1970, um ano após a criação do *CEBRAP*, entrou em cena, pois, Oliveira¹⁵¹. Esse sociólogo, que contava então com 37 anos de idade, se integrou como economista *sênior* dessa nova “casa”¹⁵², colaborando nela por 25 anos de sua vida¹⁵³.

Nesse Centro, não só eram realizados trabalhos profissionais de pesquisa e assessoramento de empresas de planejamento¹⁵⁴, mas também ocorriam cursos¹⁵⁵, bem como intensos e frutíferos debates, denominados à época de “mesões”¹⁵⁶.

¹⁵⁰ SORJ, Bernardo. *A Construção do Brasil Contemporâneo: Da Resistência à Ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001, p. 31.

¹⁵¹ “Eu fui para o CEBRAP, e não tinha título de mestre nem de doutor, porque a minha carreira foi diferente, mas eles me acolheram muito bem”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 104.

¹⁵² Como nos diz Singer: “O CEBRAP foi **nossa casa comum**, do Chico [Francisco de Oliveira] e minha, por quase vinte anos. (...) [Francisco de Oliveira] Estava morando aqui em São Paulo e teve a ousadia de se meter com um grupo de pessoas que tinham sido, pouco antes, exiladas definitivamente do ensino universitário”. (Grifos nossos) SINGER, Paul I. Crítica e Memória. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 15.

¹⁵³ Além das inúmeras pesquisas profissionais promovidas por Oliveira no período em que esteve no CEBRAP, também esse autor contribuiu com muitos artigos seus que foram publicados pela Revista Estudos Cebrap e posteriormente na Novos Estudos Cebrap. As referências bibliográficas desses artigos se encontram citadas ao longo do presente capítulo, como também no final de nosso trabalho, mais particularmente nas Fontes.

¹⁵⁴ “No Cebrap os estudos demográficos e de população chegariam a expandir-se consideravelmente, a ponto de absorver boa parte de seus recursos materiais e humanos. A excessiva importância que assumiu essa área teve, (...), repercussões importantes na história do Cebrap, criando conflitos internos e opiniões divergentes a respeito de seus resultados”. SORJ, Bernardo. *op. cit.*, p. 33

¹⁵⁵ “Nos primeiros anos do CEBRAP fazíamos um bom número de trabalhos profissionais para nos sustentar, assessorando empresas de planejamento, que tinham nossos ex-alunos dirigindo ou que precisavam de nossa assessoria e, ao mesmo tempo, dávamos cursos uns aos outros”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 70.

¹⁵⁶ O “mesão”: “Era uma discussão geral de textos ainda não inteiramente prontos. Quer dizer, prontos, mas que poderiam ainda ser modificados ou que não tinham sido publicados. A possibilidade de apresentar os meus textos e serem discutidos por pessoas daquele calibre era um enorme privilégio”. *Ibid.*, pp. 70 e 71.

Em 1972, num desses “mesões” realizados no *CEBRAP*, Fernando Henrique Cardoso apresentou um trabalho¹⁵⁷, em cuja argumentação buscava demonstrar, segundo P. Singer, que “o regime militar era não só economicamente avançado, progressista (...) ao lado disso, o regime militar também era socialmente avançado, progressista”¹⁵⁸. Ao lerem esse trabalho e discordarem bastante dele, Singer e Oliveira, que também compunham o mesão, resolvem então respondê-lo por escrito, o que não era usual.¹⁵⁹ Germina ali, portanto, dois importantes textos das Ciências Humanas brasileira, textos esses que viriam se transformar, posteriormente, no *O Milagre Brasileiro*¹⁶⁰ de Paul Singer e no *Crítica a Razão Dualista*¹⁶¹ de Francisco de Oliveira.

A respeito desse episódio, nos conta Oliveira que

havia um choque realmente importante, interessante, fecundo de opiniões, de posições, de contrastes e isso foi um período muito rico. O “pau quebrava” sem contemplações. Eu ouvi discussões muito duras. O meu próprio texto foi uma discussão com Fernando Henrique Cardoso. Eu e o Paulo Singer (*sic!*) fizemos dois textos que se transformariam no *Crítica à Razão Dualista* e *O Milagre Brasileiro* do Paulo (*sic!*). Na verdade, foram duas respostas a um artigo do Fernando Henrique.¹⁶²

¹⁵⁷ Diz-nos Oliveira que: “O artigo do Fernando Henrique é um artigo sobre 64 que está publicado numa das primeiras revistas do CEBRAP e que chamava 64 de ‘revolução burguesa’. Nós [Oliveira e Paul Singer] nos insurgimos contra a interpretação daquilo como revolução burguesa, mas não me lembro do título do artigo do Fernando, mas é fácil encontrar. Nós nos insurgimos e deu um debate fecundo e generoso”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 103. O artigo de Fernando Henrique a que Oliveira se refere foi publicado na revista *Estudos Cebrap*, no mesmo número em que foi publicado seu clássico ensaio *Crítica à Razão Dualista*. (Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro*. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972).

¹⁵⁸ SINGER, Paul I. *Crítica e Rememoração*. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 17.

¹⁵⁹ “Esse trabalho [o de Fernando Henrique] foi distribuído, nós lemos, era um trabalho interno, para debate. E dois de nós, o Chico e eu, resolvemos responder por escrito. O que não era absolutamente usual. O que se fazia era colocar questões em debate, todo mundo falava, era um debate extremamente interessante, acirrado algumas vezes, mas raramente, muito raramente alguém se dava o trabalho de, antes do debate, escrever”. *Ibid.*, p. 17.

¹⁶⁰ SINGER, Paul I. *O Milagre Brasileiro: causas e conseqüências*. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

¹⁶¹ Cf. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972 ou OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. *O Ornitórrinco*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. A análise crítica-imanente dessa obra será exposta mais detidamente no terceiro capítulo de nosso trabalho.

¹⁶² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 103.

Em 1973¹⁶³, na ocasião do lançamento da anticandidatura simbólica de Ulysses Guimarães à Presidência da República¹⁶⁴, deu-se, então, uma aproximação mais concreta do *CEBRAP* com o MDB [Movimento Democrático Brasileiro]. Nesse período, relembra Oliveira:

[O Ulysses Guimarães] chegou lá [no *CEBRAP*] sozinho. A gente era muito freqüentado pelo pessoal do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], basicamente de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. O *turquinho* Pedro Simon bancava tudo. E Ulysses chegou lá. Fernando Henrique conta uma história segundo a qual ele teria intermediado a visita, **mas é mentira**.¹⁶⁵ Ele chegou lá sozinho, queria falar com Cândido Procópio, que era o presidente mas não a referência principal. Para iniciar a conversa, ele disse: “Meus amigos, o mundo basta para o socialismo”, aí a gente abriu um riso. Juro por Deus. Continuou: “Eu queria ver com os amigos como poderiam nos ajudar na campanha presidencial”. Aí, o Fernando Henrique disse: “Dr. Ulysses, aqui há um grupo de gente que quer ajudar o MDB, mas o *CEBRAP* não pode assumir essa responsabilidade”. (...) Eram seis. Disse o Fernando Henrique: “Se o senhor quiser, esse grupo aqui está disposto a engajar-se”. (...) Aí o Ulysses disse: “Está bem”.¹⁶⁶

¹⁶³ Nesse ano, Oliveira publicou pela Revista Estudos Cebrap mais dois artigos: Capital, inflação e empresas multinacionais, uma resenha do livro de Charles Lewison. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Capital, inflação e empresas multinacionais (resenha do livro de Charles Lewison). Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 1, n. 4, p. 173-183, 1973); e Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil, escrito em co-autoria com P. Reichstul (Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; REICHSTUL, H. P. Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 4, p. 131-168, 1973).

¹⁶⁴ Paul Singer com seu crédulo saudosismo relembra: “Em 1974 haveria uma eleição presidencial meio fajuta – indireta –, mas com campanha. E o Ulysses Guimarães saiu como único candidato e fez uma locução final na televisão, muito incisiva, denunciando o processo inteiro e aquilo calou fundo. Esse é o momento de virada. Porque nós votávamos nulo ou em branco. Nós não votávamos no MDB. O MDB era considerado o partido do ‘sim, senhor’. A Arena era o partido do ‘sim’. E o outro do ‘sim, senhor’. A gente achava que era falsa oposição. E não era. Era verdadeira. Mostrou ser autêntica e nós mudamos – o Brasil inteiro e o *CEBRAP* também”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 72.

¹⁶⁵ (Grifos nossos) Segundo Singer, a aproximação concreta com o MDB deu-se em sua casa “através de uma sobrinha do deputado do MDB João Pacheco Chaves, muito próximo a Ulysses Guimarães. Era um fazendeiro do interior de São Paulo. A sobrinha dele, Ana, da Faculdade de Filosofia, me perguntou se eu receberia o João e o Ulysses na minha casa para conversar. Eu concordei. Então, eles vieram na minha casa e conversamos os três. Eles nem sabiam direito o que era o *CEBRAP*. Eles queriam conversar comigo, com meus amigos, porque eles achavam que precisavam criar um programa, uma visão política-ideológica para o MDB. Eu imediatamente sugeri o *CEBRAP*. Então eu fiz a ligação do Ulysses e do João Pacheco Chaves com o Fernando Henrique, com o Weffort e com o Chico de Oliveira”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 72.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 28 e 29.

Esse grupo de seis pessoas¹⁶⁷, todas elas pertencente ao *CEBRAP*, começaram então “a desenvolver a colaboração, que resultou em um relatório que, por sua vez, tornou-se o programa do MDB e do anticandidato [Ulysses Guimarães] em 1974”.¹⁶⁸ Concluído o programa, todo o grupo seguiu então para Brasília, onde ocorreria sua apresentação a Ulysses Guimarães e a todo o “Estado-Maior do MDB, que era todo o antigo **PSD**¹⁶⁹”.¹⁷⁰ Nesse encontro, relembra Oliveira

A gente despejou uma tonelada de soda cáustica em cima deles. Eles não pestanejavam, não se comoviam. Era impossível comovê-los. Aí, concluímos a exposição: trouxemos todos os horrores da distribuição de renda, o diabo; eles, impassíveis. Quando terminamos, nos cumprimentamos formalmente. Excelente, e nenhum comentário. Só o Montoro comentou; ele era um estranho no ninho. O problema deles, depois decifrei, **era a ditadura, não o regime econômico**¹⁷¹.

Em 1974¹⁷², buscando conhecer melhor a produção de Karl Marx, autor cuja obra tivera um contato mais sistemático somente mais tarde¹⁷³, Oliveira organizou no

¹⁶⁷ Segundo Oliveira, essas seis pessoas eram: ele, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e Paul I. Singer. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 29.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 29.

¹⁶⁹ (Grifos nossos) O Partido Social Democrático (PSD), fundado em 1945 sob a liderança de Getúlio Vargas, fora criado a partir da reunião dos antigos interventores do Estado Novo.

¹⁷⁰ Os membros do MDB que estavam no encontro eram Ulysses Guimarães, André Franco Montoro, Amarel Peixoto, Thales Ramalho, Tancredo Neves e Nelson Carneiro. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 29.

¹⁷¹ (Grifos nossos) Observem aqui, nessa decifração de Oliveira, uma clara evidência do ardil da politicização da totalidade, já há muito denunciado por José Chasin no artigo A “Politicização” da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico. Dito de forma mais precisa: “Longe de qualquer dúvida, sob as mais diversas formas, a marca que tem selado a identidade da oposição [brasileira desde 1964] é a da politicização do discurso. Entenda-se por isto a redução do todo problemático nacional ao meramente político. (...) o discurso politicizado da oposição é a diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras institucionais. É a autonomização e prevalência politicológica do ‘político’ em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômica”. (Grifos no original) CHASIN, José. A ‘Politicização’ da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 8.

¹⁷² Nesse ano Oliveira publicou mais dois textos pela revista *Estudos Cebrap*, trata-se de Um assalto contra a burocracia, uma resenha do livro *Pantaleón y las visitadoras* de M. Vargas Llosa (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Um assalto contra a burocracia (resenha de M. Vargas Llosa). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 8, p. 97-101, 1974; e OLIVEIRA, Francisco M. C. Para Entender A Revolução Peruana: do Modo de Produção Asiático à Crise de 1968. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 10, p. 57-78, 1974.

¹⁷³ “Me tornei marxista já bem adiantado. Na verdade, a minha formação marxista completou-se em São Paulo já nos anos 1960. Não foi em Recife”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 16. Como

CEBRAP um grupo de estudos de *O Capital*, evento que, lamentavelmente, lhe levou novamente à prisão pelos militares.

Fui preso. Foi um equívoco do aparelho de repressão. O Caico [Carlos Eduardo Fernandez da Silveira], a personagem de *O Ornitorrinco*. O Fredão [Frederico Mazzucchelli] também tinha desaparecido. Fui a casa do Caico para procurá-lo. Eu tinha um carrão norte-americano. Parei na porta da casa dele; não desconfiava de nada. Se tivesse desconfiado teria sido pior. Quando eu me aproximei da casa do Caico, a porta se abriu e... já senti a pistola na nuca. Encapuzaram-me e eu fui para o Dops [Departamento de Ordem Política e Social]. Eles nos prenderam porque participávamos de um grupo de estudos de *O capital* que era organizado sob minha liderança no CEBRAP. Mas, na verdade, procuravam outro grupo, ligado ao movimento chileno, que pretendia reorganizar a esquerda brasileira. Devia haver dezenas de núcleos de estudo de *O Capital*. Foi um brutal equívoco.¹⁷⁴

Nessa sua segunda estada na prisão, Oliveira foi duramente torturado pelos militares,¹⁷⁵ que pretendiam arrancar dele “os nomes do grupo de *O Capital* e os nomes do Chile”¹⁷⁶. Todavia, por um golpe de sorte – se é que se pode denominar esse triste evento dessa forma – Oliveira conseguiu se safar desse duro suplício, sendo libertado, portanto, alguns dias após sua prisão.¹⁷⁷

se vê, ao contrário do que muitos supõem, Oliveira não foi marxista “desde criancinha” – para utilizar uma expressão por ele cunhada. O marxismo, segundo ele, “foi uma aquisição tardia, já depois de passar por esses fornos da CEPAL e do ‘neoclassicismo’ Keynesiano. (...) De forma que o meu contato mais firme, mais sistemático e mais enriquecedor com o marxismo só se vai dar, na verdade, já com 30 anos e depois do aprendizado da CEPAL e da indicação de que havia na sua construção teórica uma pitada de marxismo, que era importante. O Inácio Rangel foi importante nisso, devido meu contato com o pessoal do BNDE, apesar de não ter sido meu professor, em nenhuma ocasião”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 93 e 94. Ver “O Jovem ‘reformista’: percurso e formação juvenil de Francisco de Oliveira” neste capítulo.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 27 e 28.

¹⁷⁵ Oliveira quando questionado recentemente (8 de fevereiro de 2007) se havia sido torturado quando de sua prisão em 1974 assim respondeu: “Pesado. Pau-de-arara, choque. Felizmente não ficou trauma nenhum. Devo ser meio maluco. Cf. *Ibid.*, p. 28.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 28. Importante observar que em 11 de setembro de 1973, O General Pinochet (Augusto José Ramón Pinochet Urgate) dá o Golpe Militar no Chile, intensificando ainda mais a “caça às bruxas” na América Latina.

¹⁷⁷ Questionado Oliveira se nessa ocasião havia permanecido muito tempo preso, assim respondeu: “Não, não durou bastante. Tinha um sujeito de Pernambuco. Ela não me bateu, mas saquei que ele era um tipo híbrido muito comum no Nordeste: cruzamento entre o índio e negro que dão uns homens de altura excepcional. Ele estava lá quando falei o nome de meu irmão, que era oficial da Polícia Militar e nada progressista, daí ele sacou quem eu era”. *Ibid.*, p. 28.

Em 1977¹⁷⁸, Oliveira publicou então mais dois livros que, sem sombra de dúvida, tornaram-se imediatamente importantes referências nas Ciências Humanas brasileiras. Trata-se da obra *A Economia da Dependência Imperfeita*¹⁷⁹, uma reunião de trabalhos esparsos dentre os quais alguns já previamente publicados¹⁸⁰ e *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*¹⁸¹, que, “escrito sob o signo da paixão”¹⁸² fora, segundo ele, resultado da metamorfose de sua reflexão sobre o Nordeste e a SUDENE, metamorfose operada sobretudo pela influência do fértil ambiente intelectual do CEBRAP.¹⁸³

¹⁷⁸ Um ano antes, Oliveira publicou pela editora brasiliense o livro *O Banquete e O Sonho: Ensaio Sobre Economia Brasileira*. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Banquete e O Sonho: Ensaio Sobre Economia Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976).

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

¹⁸⁰ No livro *A Economia da Dependência Imperfeita* (1977) estão reunidos os seguintes trabalhos de Oliveira: Cap. 1 – A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha, pesquisa publicada anteriormente no periódico *O Brasil Republicano* (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil*. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano*. 1. Estrutura de Poder e Economia. 1 ed. São Paulo: Ed. Difel, 1974, v. 1, p. 391-414); Cap. 2 – Mudança na divisão inter-regional do trabalho, ensaio escrito em co-autoria com Henri-Phillippe Reichstul e publicado pela revista *Estudo CEBRAP* em 1973 (Ver: nota 151); Cap. 3 – Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil 1950-1976, ensaio escrito em co-autoria com Frederico Mazzucchelli e publicado na *Cidade do México/México* em 1977 (Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; MAZZUCHELLI, F. *Patrones de Acumulación, Oligopólios Y Estado en Brasil (1950-1976)*. *Investigacion Economica, Cidade do México - México*, v. XXXVII, n. 143, 1977); Cap. 4 – Expansão Capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro; e Cap. 5 – A produção dos homens: notas sobre a reprodução, artigo publicado em 1976 na revista *Estudos Cebrap* (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. *Estudos Cebrap, São Paulo - SP*, v. 16, p. 5-25, 1976.). Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Introdução à Guisa de Prefácio (1977) - A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

¹⁸¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁸² OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 13.

¹⁸³ Oliveira no Prefácio de janeiro de 1977 do livro *Elegia para uma Re(li)gião* assim nos diz: “Encontrei no Centro Brasileiro de Planejamento – CEBRAP -, instituição à qual pertencço desde 1970, o clima propício à metamorfose de minha reflexão sobre o Nordeste; aqui, entre os companheiros dessa aventura intelectual, foi possível recuperar a dimensão da criação da SUDENE, a salvo tanto da crônica de um participante, quanto de um infantilismo saudosista. Aqui [no CEBRAP], encontrei o ambiente propício ao trabalho de ‘preservar o encanto’ da experiência, sem voltar a ‘cair na puerilidade’. Os agradecimentos, ainda que longos demais, serão feitos: a Fernando Henrique Cardoso, pelo estímulo intelectual que chegou até a assumir a co-autoria do trabalho, para fins externos, sem perguntar pelo seu conteúdo, o que revela um sentimento e uma confiança que extrapola as fronteiras simplesmente intelectuais; a José Arthur Giannotti, sempre disposto a tolerar os equívocos metodológicos, quando percebe algo que brilha em meio ao lixo; a Octávio Ianni, valorizador de qualquer esforço intelectual que esteja disposto a assumir um lado da História; a Vinicius Caldeira Brant, pela fértil discussão e ferrenha disposição em não deixar passar ‘gatos por lebres’; a Paul Singer, pela sempre afável e generosa disposição em discutir e ajudar mesmo aqueles que, como eu, contrastam pelo estilo e pouco verniz com seu cavalheirismo; a Geraldo Muller, ‘ché’, sempre inclinado a encontrar em meus trabalhos as virtudes que somente sua amizade é capaz de exagerar; a Carlos Estavam Martins, testemunha da história, que não permite o uso dos desvão da

Durante o período da ditadura militar, Oliveira também teve uma importante atuação na imprensa alternativa: “Começou com o *Opinião*, cujos editores eram o Fernando Gasparian, que tinha uma rede de contatos importante, inclusive o Celso Furtado, e o Raimundo [Rodrigues] Pereira, que era muito inteligente, embora na verdade, **tenha assassinado o *Opinião***¹⁸⁴. Escrevi muito para o *Opinião* e, depois, para o *Movimento*”.¹⁸⁵

Já no periódico *Movimento*, Oliveira fez parte, pois, do Conselho de Redação. Todavia, após dois anos de sábados gastos indo a reuniões desse jornal, ele foi expulso por ordem do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, injustamente, o acusava de trotskista.¹⁸⁶ Após sua saída do *Movimento*, Oliveira ainda contribuiu na criação de *O Tempo*, periódico donde não permaneceu por muito tempo, porque, dirá ele: “vi do que se tratava”.¹⁸⁷

memória; a todos os demais companheiros do CEBRAP, que transformaram nossas discussões no ‘mesão’ numa extraordinária oportunidade de crítica intelectual vigorosa e sem ademanos acadêmicos”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 18 e 19.

¹⁸⁴ (Grifos nossos) Segundo Oliveira: “O *Opinião* fechou por determinação do PCdoB [Partido Comunista do Brasil] ao Raimundo, que inventou um conflito com o Gasparian... Ele [Raimundo Rodrigues Pereira] contesta porque não vai confessar. Estou convencido de que foi o Raimundo. Ele contava com o fato de que o Gasparian era mão-de-vaca. Não é à toa que o Raimundo sacrificou um número inteiro do *Movimento*: após a morte de Mao [Tse Tung], ele botou o retrato do líder na capa do jornal. Sabia que a censura não ia deixar passar. Eu mesmo fui vítima do stalinismo do Raimundo, em um período no qual o *Movimento* organizava um seminário, que já era uma ação do PCdoB. O Raimundo manipulava elementos que iam ao seminário para fazer profissão de fé, para dizer barbaridades. E eu comentei, na saída desse seminário: ‘Isso aqui parece a reunião de um partido’. Aí ele instruiu o Sérgio Buarque, um dos jornalistas do *Movimento*, a propor um confronto meu com os personagens de lá. Quando ele propôs isso, eu virei e disse: ‘Sérgio, quando quiser ir ao Dops [Departamento de Ordem Política e Social], vou pelas minhas próprias pernas’. A partir daí, rompi com o Raimundo. Só voltei a colaborar com ele por causa do Paulo Arantes, na fase do Retrato do Brasil [empreendimento editorial cujo diretor de redação é Raimundo Rodrigues Pereira]. Mas sei quem ele é”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, pp. 30 e 31.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 30.

¹⁸⁶ “Fazia parte do Conselho de Redação. Todo Sábado. Gastei dois anos dos meus sábados indo a reuniões do *Movimento*. Eu, Bernardo Kucinski, aqueles que o Raimundo depois chamou de trotskistas. Fomos expulsos numa reunião que virou a noite. Foi a fase em que o [Partido Comunista do Brasil] PCdoB transitava da influência maoísta para a influência albanesa. Uma fase terrível. (...) Nem éramos [trotskistas]. Isso era uma invenção. Sempre foi mais fácil de o PCdoB tratar os dissidentes”. *Ibid.*, p. 30.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 31. Segundo Oliveira, sua permanência no jornal *O Tempo* foi “outra má lição” e continua: “O grupo principal era dos trotskistas e o Flavio [Andrade] sustentava. Dinheiro da Andrade Gutierrez. (...) Um dia, depois de uma larga discussão, Flavinho botou a pergunta fatal: ‘O que você acha do Lula?’. Eu respondi na lata: ‘O Lula é de direita, não se engane. O horizonte dele não passa de um terno do Mappin, de um carro e de uma casa. Não se engane”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 31.

Em 1978, ano “da **reemergência** e **afirmação** do movimento operário”¹⁸⁸, Fernando Henrique Cardoso, que desde aquele encontro com os representantes do MDB no *CEBRAP* ficara “amigo de Ulysses Guimarães e de outras figuras”,¹⁸⁹ se lançou candidato ao Senado por esse partido, candidatura que Oliveira prontamente apoiou, e em cuja campanha contribuiu ativamente.

Nas palavras do próprio autor:

Apoiei. Estava com ele [Fernando Henrique Cardoso] na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde se decidiu isso. Na verdade, ele era suplente de senador pelo Orestes Quércia, como estratégia para combater o Montoro, que acabou sendo eleito como primeiro candidato e o Fernando Henrique pegou a suplência, pois o Quércia mandou votar nele. O Robertão [Roberto Cardoso Alves], aquele do “É dando que se recebe” gritava: “Estão entrando os comunistas”, contra o Fernando [Henrique Cardoso]. Eu estava lá, fiz campanha, arranjamos dinheiro. Foi ali que o gordo sinistro Sérgio Motta se aproximou dele.¹⁹⁰

Contudo, esse apoio de Oliveira a candidatura de Fernando Henrique, motivado de certa forma por um acordo para tentativa de se criar “um núcleo do partido socialista”¹⁹¹ logo se mostrou inócuo, uma vez que, relembra Oliveira: “Fernando Henrique saltou dentro do MDB com a senha de que ele tinha saltado no partido para abrir as portas. Foi o contrário, ele as fechou”¹⁹².

Como se vê, “dentro do *CEBRAP* e fora também”, nos diz Oliveira, “as águas já estavam se dividindo”¹⁹³, isto é, nesse período da história brasileira donde as contradições se mostravam cada vez mais explícitas, exigia-se então dos atores sociais posições mais definidas, posições essas que já se mostravam cada vez mais irreconciliáveis e antagônicas.

¹⁸⁸ (Grifos no Original) CHASIN, José. *Ad Hominem – As Máquinas Param Germina a Democracia! Das Assembléias de Massas ao Movimento Democrático de Massas*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 92.

¹⁸⁹ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 72.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 30.

¹⁹¹ “o acordo era tentar criar o núcleo de um partido socialista. Então a gente conversava com o operariado. Teve um grupo que se reuniu durante dois anos para tentar criar pontos. Desse grupo faziam parte o Fernando Henrique, eu, o Chico Weffort e o Alminio Alfonso”. *Ibid.*, p. 32.

¹⁹² *Ibid.*, p. 30.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 32.

Foi nesse ambiente, portanto, que se iniciou uma nova e importante fase da vida de Oliveira, isto é, foi em fins dos anos 1970¹⁹⁴ que veio à tona toda a conjuntura que desaguou no surgimento de um novo partido de massas – o Partido dos Trabalhadores (PT) –, partido em cuja fundação e consolidação Oliveira participou ativamente¹⁹⁵.

5 – “um petista da primeira hora”: a segunda militância partidária de Oliveira.

Em 10 de fevereiro de 1980, num encontro histórico realizado no colégio Sion, em São Paulo, nasceu então a dita “novidade política”¹⁹⁶ – O Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesse encontro, em que estavam presentes importantes figuras históricas tais como Luiz Inácio Lula da Silva, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, também se encontravam intelectuais ainda não tão notórios, mas já bastante conhecidos à época, dentre os quais o sociólogo Francisco de Oliveira¹⁹⁷.

¹⁹⁴ Em fins de 1970 e início dos anos 1980, Oliveira publicará mais três importantes artigos pela revista Estudos Cebrap que, nesse período, terá seu nome mudado para Novos Estudos Cebrap, são eles: OLIVEIRA, Francisco M. C. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 24, p. 137-168, 1979; OLIVEIRA, F. M. C.; BORGES, W. J. Notas Intempestivas sobre a Questão da Universidade (II). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 27, p. 15-24, 1980; e OLIVEIRA, Francisco M. C. Anos 70: as Hostes Errantes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1981.

¹⁹⁵ P. Singer referindo-se ao PT assim nos diz: “todos nós o construímos, certamente o Chico [Francisco de Oliveira] e eu, junto com dezenas ou centenas de intelectuais, de pensadores, de lideranças da Igreja, dos sindicatos, cientistas, artistas”. SINGER, Paul I. Crítica e Rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, pp. 17 e 18.

¹⁹⁶ Em artigo publicado em 1997 na revista Novos Estudos Cebrap, Oliveira assim nos diz: “Os partidos comunistas, depois de longa repressão, perderam sua identidade e influência. O PT é o novo: corresponde à tarefa original dos partidos comunistas, de dotar o operariado de identidade política. Juntos, PT e partidos comunistas – que não conseguem representar ainda a classe operária – têm uma árdua e dura tarefa”. (Grifos nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. A longa espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 19, p. 03-05, dez. 1987, p. 4. Essa “novidade” do PT a que se refere Oliveira será tratada adiante mais detidamente, todavia, àqueles leitores mais afoitos fica a sugestão de leitura do E Agora PT?, artigo em que Oliveira trata mais especificamente dessa questão. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. E Agora PT? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 15, p. 32-43, jul. 1986. Esse artigo também se encontra publicado na íntegra em: OLIVEIRA, Francisco M. C. Qual é a do PT?. In: SADER, E. S. *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

¹⁹⁷ Quando questionado se estava no famoso encontro no colégio Sion em que fora fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), respondeu Oliveira: “Estava. O encontro do Sion é interessante porque, na saída, caminhávamos eu, o [José Arthur] Giannotti e o Leôncio Martins Rodrigues”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 32.

Dessa ocasião, relembra Oliveira:

O Leôncio Martins [Rodrigues] espumava de satisfação. Dizia: ‘o Velho sonho dos trotskistas, o encontro da intelectualidade com a classe operária’. E nós três [Oliveira, J. A. Gianotti e Leôncio M. R.] saímos do colégio assim. Lá a gente assinou uma ata que depois foi roubada. O PT começou logo com muito fogo. Roubaram. Aí a gente teve de ir novamente à Assembléia assinar o livro porque tinha três deputados. Eram Marco Aurélio Ribeiro, Airton Soares e Bete Mendes. Era na assembléia que a gente assinava o livro. Eu e o Gianotti. Estão lá as assinaturas. As **águas já estavam se dividindo**¹⁹⁸ antes.¹⁹⁹

Em 1982, o PT enfrentou sua primeira eleição. “Pela primeira vez”, observa P. Singer, “o PT teve candidato: Lula para Governador de São Paulo. Foi um resultado eleitoral incrivelmente pequeno, muito aquém das expectativas, não só nossas, mas dos adversários. Nós só elegemos oito deputados federais, dos quais seis em São Paulo”.²⁰⁰

Nesse mesmo ano, Lula e a direção do PT incumbiram ao economista P. Singer à tarefa de dirigir “uma equipe para fazer um programa econômico”²⁰¹ para o partido. Essa equipe, da qual também fez parte Oliveira²⁰², realizou tal empreitada e,

¹⁹⁸ (Grifos nossos) “No fim do regime militar houve a fundação do PT, houve o momento de divisão de águas essencial, em 1979. Chico e eu estreamos juntos, tentando formar um partido socialista, um partido socialista popular, e todos nós acabamos, de certa forma, absorvidos pela imensa novidade que foi Lula e o PT. E isto nos dividiu. O Fernando Henrique e muitos outros acabaram optando por ficar no PMDB, pela razão, é importante recordar isso, de que não estava na hora ainda de dividir a oposição ao regime militar. Em 1979, o regime militar estava longe ainda de acabar. Acabaria só em 85. E houve debates importantes lá em São Bernardo, inclusive com a presença do Fernando Henrique, do Almino Afonso, do Plínio de Arruda Sampaio, uma série de figuras históricas, sobre se a esquerda brasileira deveria formar um partido, sobretudo um partido de classe, um partido dos trabalhadores, certamente antagônico à classe capitalista, à burguesia e ao capitalismo, ou se deveríamos manter essas diferenças no segundo plano, para manter uma frente única de resistência democrática ao regime militar. E a opção foi feita e nós fomos ao PT”. SINGER, Paul I. Crítica e Rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 17.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 32.

²⁰⁰ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 81. De fato o resultado eleitoral do PT nas eleições de 1982 foi irrisório. Lula, então candidato a Governador por São Paulo teve apenas 3,7% dos votos válidos, sendo que os candidatos eleitos pelo partido somavam: 2 prefeitos, 8 deputados federais, 12 deputados estaduais e 118 vereadores. Cf. COMO FORAM AS ELEIÇÕES/SITE PT. <http://www.pt.org.br/pt25anos/>. Acesso em: 10 abr. 2008.

²⁰¹ “dirigi, por incumbência do Lula, e da direção do Partido, uma equipe para fazer um programa econômico. Isso foi em 1982”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 81.

²⁰² “O [Antônio] Kadir me ajudou. Eu reuni os amigos, o Chico de Oliveira, e fizemos juntos um programa econômico para o PT”. *Ibid.*, p. 81.

assim, apresentou um programa econômico para o PT que, segundo Singer, tinha “como grande questão a distribuição de renda”²⁰³.

Relembra P. Singer que esse primeiro programa econômico do PT não colocou em pauta o socialismo

mas um programa de desenvolvimento que teria o mercado interno como base, como fator dinâmico. A ampliação do mercado interno via inclusão social. Via distribuição da renda. Havia então até um germe do programa de renda mínima do Suplicy. Havíamos proposto uma espécie de salário-família significativo como uma das formas, não a única, de redistribuição da renda. Mas era um programa reformista, não se falava em socialismo diretamente. Claro, a proposta de marchar para o socialismo, sim. Mas a marcha para o socialismo consistia em ampliar a democracia, aprofundar a democracia para redistribuir renda.²⁰⁴

Com efeito, não poderia ter esse programa econômico outra natureza que não a reformista, e isso porque, segundo Oliveira em artigo publicado em 1986, “o PT não consegue ir além de um vago enunciado em que diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir”.²⁰⁵

Deixando de lado a discussão sobre a vocação revolucionária ou reformista do Partido dos Trabalhadores, pois, ainda que seja importante, extrapola os limites desse capítulo, sigamos, então, no encaço da trajetória particular de Oliveira, trajetória que nesse período se confunde com a do Partido.

Como se sabe, além da já assinalada função estratégica na confecção do primeiro programa econômico do PT, também esse “petista da primeira hora”²⁰⁶ contribuiu intelectualmente com tal partido, isto é, foi ele responsável por inúmeros artigos, publicados em vários meios de comunicação, inclusive do próprio PT, cujos

²⁰³ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 81.

²⁰⁴ *Ibid.*, pp. 81 e 82.

²⁰⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. E Agora PT? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 15, p. 32-43, jul. 1986, p. 35.

²⁰⁶ SCHWARZ, Robert. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p.12.

conteúdos versaram sobre os mais variados assuntos, desde propostas reflexivas da prática militante, da identidade política, defesas ou mesmo críticas a esse partido.

Em meados de 1999, Lula fez uma visita a Antonio Candido para, segundo ele, “conversar um pouco sobre nosso país, nossos desafios e nossas esperanças”²⁰⁷. Nessa ocasião, o petista solicitou então a Candido que emprestasse “sua enorme autoridade intelectual, moral e política para estimular a retomada de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e ao apego à rotina”.²⁰⁸

Antonio Candido então convida Paul Singer e Francisco de Oliveira, e eles três, junto com Paulo Vannuchi realizaram “inúmeras reuniões e consultas até conceber os Seminários Socialismo e Democracia, que o Instituto promoveu em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT, de abril a junho de 2000”.²⁰⁹

De fato, relembra Singer:

Em certo momento, houve uma crise de identidade do PT. Estou falando do ano de 2001 se não me engano. Por quê? Porque há uma crise mundial do socialismo, acho que não estou revelando nenhuma novidade, desde a queda da União Soviética e a contra-revolução neoliberal. E numa certa altura alguém disse que já estava na hora de superar essa coisa de socialismo no PT. Isso criou uma polêmica negativa contra a idéia de que o PT pudesse renunciar à sua missão, à sua ideologia, à sua razão de ser ancorada no socialismo. E, nessa ocasião, Lula foi ao Antonio Candido e perguntou se ele estaria disposto a organizar seminários sobre o tema do socialismo. E Antonio Candido aceitou a tarefa e sugeriu para ajudá-lo, especificamente o professor Francisco de Oliveira (...) e eu. Formamos uma trinca que depois virou um sexteto na verdade, e nós organizamos não uma série, mas três séries de debates com a ajuda da Fundação Perseu Abramo, com ajuda do próprio Partido, da Secretaria de Formação e do Instituto Cidadania. Eu estou feliz com esse trabalho, o Chico [Francisco de Oliveira] fez uma das conferências mais importantes, vários de nós fizemos conferências sobre os mais diferentes ângulos e isso está registrado,

²⁰⁷ LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 5.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 5.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 5.

felizmente publicado²¹⁰, e eu acho que isto contribuiu de alguma maneira para atualizar a discussão política e ideológica dentro do PT.²¹¹

Todavia, todo o esforço de Oliveira para se manter fiel a essa segunda²¹² e última²¹³ militância político-partidária, logo se mostrou insustentável, isto é, em 14 de dezembro de 2003, quase dois anos após a posse de Lula para Presidente da República, Oliveira se desligou do Partido dos Trabalhadores (PT) mediante a publicação, no jornal *Folha de São Paulo*, do artigo *Tudo que é sólido se desmancha em... cargos*. Eis alguns trechos desse artigo:

Este artigo consuma meu afastamento do Partido dos Trabalhadores, do qual me desligo formalmente. Aqui não me dirijo a qualquer instância formal do partido, nem aos seus dirigentes no próprio partido e no governo, mas aos petistas e aos cidadãos em geral. Aos primeiros por ter compartilhado com eles a militância durante todos os anos de existência do partido, e aos segundos por serem os únicos detentores formais, pela Constituição, do poder republicano e democrático, aos quais o Partido dos Trabalhadores e seu governo devem obediência. (...) Afasto-me porque não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores, reiterando um voto que se confirma desde 1982, para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço – o "triumfo da razão cínica", no dizer de César Benjamin –, uma política de alianças descaracterizadora, uma "caça às bruxas" anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de políticas que

²¹⁰ (Grifos nossos) A publicação a que Singer se refere é o livro *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo* em cujo conteúdo se insere Passagem na Neblina, artigo de Francisco de Oliveira. Cf. LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

²¹¹ SINGER, Paul I. Crítica e Rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 18.

²¹² "A minha segunda militância foi no PT". OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 34. Como já visto acima a primeira militância de Oliveira se deu no Partido Socialista do Brasil.

²¹³ "Depois do PT, nunca entrei em nenhum outro partido". OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 34.

fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza – enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC.²¹⁴

Ao sair do Partido dos Trabalhadores, Oliveira – *para não perder o costume*²¹⁵ – flertará com o então recém formado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)²¹⁶. Entretanto, após constatar que “o sol do PSOL está se pondo porque a classe operária – que ele acha que o PT traiu e que cabe a ele restaurar – não existe mais”²¹⁷ resolve afastar-se desse partido, uma vez que, segundo ele: “como o sol se levanta e se põe todo o dia, eu acho que esse já se pôs”.²¹⁸

6 – A Docência universitária e a produção intelectual mais recente de Francisco de Oliveira.

Como visto acima, a produção intelectual de Oliveira até meados dos anos de 1980 se deu praticamente fora da Universidade, ainda que desde sua segunda vinda a São Paulo em fins dos anos 1960 ele estivesse a esse meio intimamente ligado.²¹⁹

²¹⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. Tudo que é sólido se desmancha em... cargos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A8 - A8, 14 dez. 2003. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²¹⁵ É óbvio que a expressão acima utilizada trata-se apenas de uma ironia de nossa parte, isto é, não vemos essa aproximação de Oliveira ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) meramente como fruto de um hábito ou costume militante-partidário do autor, mas ao contrário, acreditamos que essa tentativa de aproximação – frustrada é certo –, deriva de sua concepção política, concepção essa que será melhor explicitada ao longo de nosso trabalho.

²¹⁶ Partido fundado em 2004 após a expulsão, da então senadora Heloísa Helena e dos deputados João Batista, João Fontes e Luciana Genro, do Partido dos Trabalhadores. Recebeu apoio de intelectuais tais como o jornalista e ex-deputado Milton Temer, os sociólogos Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes, o cientista político Carlos Nelson Coutinho, o economista João Machado, os filósofos Leandro Konder e Paulo Arantes, dentre outros.

²¹⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 34. Quando questionado recentemente sobre a primeira campanha eleitoral do PSOL realizada no pleito de 2006, assim respondeu Oliveira: Foi uma campanha “Despolitizada, evangélica, horrorosa. Se o trauma era a então chamada traição do PT, não entendemos nada do que se passou. Eu vou a reuniões para as quais me convidam, não mais para as que convocam. Já passei dessa idade. Estou na idade dos profetas catastrofistas do Antigo Testamento”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 35.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 34.

²¹⁹ “Inseri-me na segunda migração no meio acadêmico-universitário, o que me livrou da solidão de classe da primeira migração”. OLIVEIRA, Francisco M. C. Oração a São Paulo – A Tarefa da Crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 17. p. 244. Ver também nota 71.

Todavia, àqueles leitores que acham que sua trajetória intelectual já fora bastante intensa até esse período, pedimos que retomem mais uma vez o fôlego, para que assim possam nos acompanhar no conhecimento de mais essa importante fase da produção intelectual de Oliveira, fase marcada, sobretudo, por sua efetiva inserção na *Academia*.

Em 1980, o Departamento de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC) instituiu o primeiro concurso para a admissão de professores²²⁰; concurso esse que Oliveira concorreu, logrando, pois, seu ingresso como professor nos Estudos Pós-Graduados de Economia.

Do período de oito anos em que permaneceu nessa instituição não há, segundo Oliveira, “grande relato”²²¹ e isso porque:

Era um **time muito ruim**²²². Não somava, não fazia cola não. O curso era desprestigiado, a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] não reconhecia e vivia naquela flutuação da PUC. Um mês pagavam o salário; outro mês não pagavam. A gente não podia fazer nada, senão dar aula. A vantagem era que você fazia o que queria. Mas o curso não era reconhecido, era um curso noturno, enfim, tinha muitas desvantagens. A PUC não oferecia nada, absolutamente nada.²²³

Em 1982²²⁴, Oliveira publicou pela revista *Espaço & Debates* o ensaio *Estado e Urbano no Brasil*²²⁵ que, juntamente com o livro *Crítica à Razão Dualista*,

²²⁰ Paul Singer, que desde 1977 havia sido convidado para integrar o Departamento de Economia da PUC, relembra, a respeito desse primeiro concurso realizado pela FEA-PUC que: “Havia necessidade de ampliar o departamento de Economia. Até então os professores eram convidados. Não havia concurso. E quando sugeri que houvesse concurso, alguns foram contra. (...) Mas eu ganhei. A maioria do Departamento me acompanhou e fez o concurso. No primeiro concurso, lá por 1979 ou 80, entraram o Chico de Oliveira, o Barelli e o Plínio de Arruda Sampaio. Eu acho que foi um dos primeiros concursos instituídos em faculdade de Economia, se não me engano. Nos anos seguintes, entraram por concurso Paulo Sandroni, o Ladislau Dowbor, o Ricardo Abramovay, Guido Mantega, Álvaro Zini, a Lídia Goldenstein, o Antônio Kandir, o José Marcio Rego e muitos outros”. Cf. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 66.

²²¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 33.

²²² (Grifos nossos) Segundo Oliveira, estavam no Programa de Estudos Pós-Graduados de Economia da FEA-PUC ele, “o Paul [Singer], o Walter Barelli. Estava o japonês lá, o Ademar Sato, estava o irmão do Antônio Barros de Castro [Armando]”. Cf. *Ibid.*, p. 33.

²²³ *Ibid.*, p. 33.

²²⁴ Nesse ano Oliveira publica ainda mais dois artigos na revista *Novos Estudos Cebrap*, trata-se de *Da Paixão de Poulantzas*, prenúncio de sua nova teorização sobre o papel do Estado e do “fundo público” na economia capitalista contemporânea (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Da Paixão de Poulantzas. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 2, p. 7-11, 1982); e *O compromisso dos*

influenciou sobretudo diversos pesquisadores do processo de urbanização brasileiro desde então.²²⁶

Em 1984, Oliveira obteve, graças a uma bolsa de dois anos patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), seu título de pós-doutorado pela *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* (EHESS) de Paris. No mesmo ano, vinculou-se ainda ao *Office de La Recherche Scientifique Et Technique D'outre Mer* (ORSTOM), instituição francesa donde permaneceu como pesquisador por um ano.

Em 1987, já há três anos de volta ao Brasil²²⁷, Oliveira publicou outro importante livro - *O Elo Perdido: Classe e identidade de classe*²²⁸ –, obra em que trata mais particularmente do processo de industrialização, classes e representação de classes ocorrido na Bahia a partir da década de 1950, bem como - *lato sensu* - das circunstâncias da economia regional do Nordeste, tal como já realizado por ele

intelectuais, texto preparado para a 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. O compromisso dos intelectuais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 3, p. 3-3, 1982).

²²⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. O Estado e o Urbano. *Espaço & Debates*, São Paulo - SP, v. 6, 1982. Cf. também OLIVEIRA, Francisco M. C. O Estado e o Urbano no Brasil. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982.

²²⁶ “Nesses textos [Crítica à Razão Dualista e Estado e Urbano no Brasil], Chico articula idéias fundantes sobre aspectos da urbanização capitalista no Brasil, que acabaram sendo mais elaboradas por vários outros pesquisadores voltados para a questão da habitação, dentre os quais me incluo, compondo um quadro referencial sobre a cidade no período da implantação do capitalismo industrial no Brasil”. BONDUKI, Nabil. *Autoconstrução e Habitação: Memórias e Reflexões sobre a Contribuição de Chico de Oliveira*. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 225.

²²⁷ Nesses três anos anteriores, (1984, 1985 e 1986), Oliveira publicou oito textos pela revista *Novos Estudos Cebrap*, sendo sete deles dedicados a análises da conjuntura econômica e propostas de decisões a serem tomadas naquele momento crucial de fim da ditadura militar (1964-85) (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. As decisões cruciais: democracia ou bestialização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 2, n. 4, p. 1-2, 1984; OLIVEIRA, Francisco M. C. Por quem as greves dobram? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 12, p. 1-10, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Crise Econômica e Pacto Social. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 3-13, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Além da transição, aquém da imaginação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 12, p. 2-15, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Por que Pacto Social? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 2-3, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Depois da paz, a guerra!. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 16, p. 1-10, 1986; OLIVEIRA, Francisco M. C. E Agora PT?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 15, p. 32-43, 1986). E um último texto In memoriam (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 11, p. 5-30, 1985)

²²⁸ Alexandre Fortes, membro da equipe editorial da coleção *História do Povo Brasileiro*, observa na Apresentação à 2ª edição (2003) desse importante livro de Oliveira que: “acrescentamos ao seu título [O Elo Perdido: Classes e Representação de classes] o complemento ‘na Bahia’, que não constava da edição original (1987), indicando desde a capa o caráter de estudo de caso. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Elo Perdido: Classes e Representação de Classes na Bahia*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

na obra - *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*.

Em 1988²²⁹, Oliveira publicou então, pela revista *Novos Estudos Cebrap*, o polêmico ensaio *O Surgimento do Anti-Valor*²³⁰, trabalho em que sustentou a controversa interpretação, “ruminada” desde a realização de seu pós-doutoramento em Paris²³¹, de que no capitalismo contemporâneo “o padrão de financiamento público do *Welfare State* operou uma verdadeira ‘revolução copernicana’ nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho”, isto é, “‘implodiu’ o valor trabalho como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral”.²³²

Nesse período bastante fértil da produção intelectual de Oliveira (1988), relembra ele:

eu estava sendo disputado, e foi a única vez na minha vida. Mas não usufruí muito. (...) Meu passe estava supervalorizado. Aí chegaram a Unicamp e a USP no mesmo momento. Dei palestras na Unicamp e na USP, como se fossem meu vestibular para entrar no pós-graduação, já para entrar por cima e tal. Na Unicamp foi uma discussão muito interessante. **Na USP não**²³³. Eu

²²⁹ No ano anterior (1987) Oliveira publicou mais três textos pela revista *Novos Estudos Cebrap*, sendo dois deles homenagens (Ver: OLIVEIRA, Francisco. M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 19-19, 1987; OLIVEIRA, Francisco M. C. Homenagem a Stanislaú Ponte Preta. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 1-10, 1987) e outro em que discute a dita “novidade” do Partido dos Trabalhadores (PT) (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. A Longa Espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 19, p. 3-5, 1987).

²³⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988.

²³¹ “este ensaio [O Surgimento do Anti-valor] não apareceria agora, permanecendo, talvez, numa longa ruminção, que vem desde uma bolsa de pós-doutoramento patrocinada pelo CNPq e CNRS em Paris. Para além dos agradecimentos formais de praxe, meu reconhecimento não pode deixar de ancorar-se nos amigos e instituições, particularmente, neste caso, minha casa – O CEBRAP -, dispostos a patrocinar uma discussão que rema contra a maré montante do Moloch privatista neoliberal, o ‘ai-jesus’ de hoje no Brasil, que uma vez mais mostra como as ‘idéias podem estar fora do lugar’”. OLIVEIRA, Francisco. M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988, (1ª nota).

²³² OLIVEIRA, Francisco. M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988, pp. 13 e 14.

²³³ (Grifos nossos) Segundo Oliveira: “A USP estava na onda, domínio das feministas, como a Eva Blay. Estava lá a Beth Lobo, casada com o Marco Aurélio. E elas eram furiosamente feministas. Então, a polêmica que se instalou depois da minha conferência no seminário é se a mulher vinha antes da classe ou depois. Eu disse: ‘Acho isso uma besteira, com o perdão da minha mãe, das minhas seis irmãs, da minha mulher; se vocês estão nessa discussão, estou fora dela. (...) Essa distinção é boba, não leva a lugar nenhum. E depois, eu sinto muito, aprendi Marx já muito velho. Sou ortodoxo. Não vem que não tem, quero que vocês coloquem a mulher de classe média junto de uma operária para ver se não há distinção. Aí foi um escândalo, a Beth, que era militante e mais

me decidi pela USP por razões práticas, eu detesto dirigir, não gosto de estrada e resolvi: 'Vou ficar aqui'.²³⁴

De sua experiência no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde lecionou por dez anos (de 1988 a 1998), Oliveira nos conta que:

Lá [no Departamento de Sociologia da USP] renovei minha interlocução, sobretudo com gente muito boa da Sociologia. E ganhei amigos. Formou-se um grupo com o qual trabalho até hoje. Dar aulas nunca foi o meu barato, eu não gosto, mas isso é uma plataforma a partir da qual você vai para fora da universidade, que é a vantagem que eu vejo. Ficar dentro da universidade é vantagem para eruditos, para gente de maior sofisticação, não é o meu caso. Se ficar nessa, estou morto. Aproveitei muito da USP. Há professores que nunca passaram da fronteira da universidade, o que é uma perda para a sociedade, para movimentos, sindicatos, partidos. Gente de primeira. Eu lembro de [José Carlos] Bruni, um senhor professor, que tinha uma erudição não arrogante, mas fora da universidade ninguém conhece o Bruni.²³⁵

Em 1992²³⁶, ano em que Fernando Collor de Mello renunciou a Presidência da República, publicou Oliveira, por encomenda do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), o livro – *Collor: a falsificação da ira*²³⁷. Nessa obra, composta por vários trabalhos já previamente publicados, seja na revista *Novos Estudos Cebrap*, seja no jornal *Folha de São Paulo*²³⁸, buscou o autor “prever os

sofisticada teoricamente do que a Eva, se indignou. Resumindo, a discussão na USP foi pobre, não teve nenhuma relevância”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 33.

²³⁴ *Ibid.*, p. 33.

²³⁵ *Ibid.*, p. 34.

²³⁶ Dois anos antes, em março de 1989, Oliveira publicou mais um ensaio na revista *Novos Estudos Cebrap*, texto em que faz um balanço positivo das eleições para as prefeituras, ocorrido em novembro de 1988. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Eleições, mais que simplesmente. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 23, p. 3-6, 1989).

²³⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992.

²³⁸ “O livro se compõe de uma primeira parte com o ensaio originalmente preparado para a CLACSO, que é sua ‘pièce de résistance’, recebendo como fecho o artigo publicado na revista *Novos Estudos Cebrap*, ‘A Herança do marajá superkitsch’, uma espécie de posfácio indagando o que fica após a saída de cena de Collor. Essa primeira parte é denominada de Laboratório da Falsificação, pois são analisadas as condições que deram lugar à candidatura e a vitória de Collor, seu plano mistificador, e as conseqüências de sua presidência. A segunda parte é composta de cinco artigos publicados na *Folha de São Paulo* sobre Collor, sua personalidade, suas extravagâncias, a corrupção de seu governo, seu plano e as falhas assinaladas no calor da hora, terminando com um artigo publicado ainda antes do ‘impeachment’, ‘Réquiem para um falsificador’. Trajetória e Queda, que é esta segunda parte, descreve e interpreta, em cima dos fatos; é uma espécie de história imediata desse

desdobramentos da presidência Collor²³⁹, isto é, dedicou-se, tal como já vinham fazendo alguns de seus companheiros do *Cebrap*²⁴⁰, à interpretação teórica do que denominou “fenômeno Collor”²⁴¹.

No início do ano de 1993²⁴², foi publicado pela *Revista USP* mais um importante trabalho de Oliveira. Trata-se do ensaio *Economia Política da Social-Democracia*²⁴³, texto que corresponde “à aula, preparada como prova de erudição, no Concurso para Professor-titular da cadeira de Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, prestado pelo autor em 19 de outubro de 1992”.²⁴⁴ Nesse ensaio, em que Oliveira comunga idéias com autores tais como José Arthur Giannotti, Jünger Habermas, Claus Offe²⁴⁵, defende

período a mesmo tempo triste e inapelavelmente marcante da história nacional”. OLIVEIRA, Francisco. M. C. Apresentação - Collor, a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992, p. 9. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. O Marajá Super-Kitsch. *Novos Estudos Cebrap*, v. 26, p. 5-14, 1990; OLIVEIRA, Francisco M. C. A Falsificação da Ira. Ensaio-síntese para o projeto RLA 86/001. Clacso, Buenos Aires - Argentina, 1991; OLIVEIRA, Francisco M. C. A Herança do Marajá Superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 34, p. 8-14, 1992; OLIVEIRA, Francisco M. C. Fernando Collor de Mello: perfil de um prestidigitador. *Nueva Sociedad* (Venezuela), Caracas - Venezuela, v. 118, p. 99-108, 1992.

²³⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992, p. 9.

²⁴⁰ “Na revista *Novos Estudos Cebrap*, depois da eleição [de Fernando Collor de Mello] e ainda antes da posse, eu e outros colegas do CEBRAP aventuramo-nos a prever os desdobramentos da presidência Collor. Sem artes mágicas, e para nosso horror e lástima dos brasileiros, particularmente dos trabalhadores, aquelas previsões viram-se largamente confirmadas, para pior até. As previsões valeram-se apenas dos instrumentos da ciência social, e portanto um evento como o ‘impeachment’ não se incluía nelas; nem podia estar, pois quem pratica a árdua tarefa da ciência social não pode copiar a personagem central da tragédia política analisada neste ensaio [Collor, a falsificação da ira], fazendo simulacros falsificadores para parecer mais ‘científico’”. *Ibid.*, p. 9.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 9.

²⁴² Neste ano de 1993, bem como no ano subsequente (1994), Oliveira publicará pela revista *Novos Estudos Cebrap* mais quatro artigos: dois deles resultados de pesquisas realizadas no CEBRAP e coordenadas por ele (Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; EQUIPE. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 36, p. 3-7, 1993; OLIVEIRA, F. M. C.; COMIN, Á. Crise e Concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 149-171, 1994); um outro dedicado a importância das eleições presidenciais de 1994 para a história do CEBRAP (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Eleições 94: da Paixão do CEBRAP. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 3-4, 1994); e um último em que discute o processo de integração da Amazônia (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. A Reconquista da Amazônia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 38, p. 3-14, 1994).

²⁴³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia Política da Social-Democracia*. *Revista da USP*, São Paulo - SP, v. 17, p. 136-143, 1993.

²⁴⁴ Os professores membros da banca desse Concurso prestado por Oliveira eram: Manoel Corrêa de Andrade, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Reginaldo Prandi. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Economia Política da Social-Democracia*. In: _____, *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 49 (1ª nota).

²⁴⁵ Segundo Francisco Soares Texeira: “Independentemente de como cada um desses autores [Francisco de Oliveira, Giannotti, Habermas, Offe] pensa, todos comungam com a idéia de que o capitalismo não pode mais ser apreendido a partir da análise clássica realizada por Marx. As diferenças que separam as análises de Marx das que são realizadas por eles são tão profundas, que se poderia tomar por empréstimo o conceito elaborado por [Francisco de] Oliveira – o modo social-democrata de produção – para designar a atual forma de produção como expressão de um novo modo de produção de mercadorias; uma forma de produção que não cabe mais dentro dos limites da

ele, no mesmo diapasão do artigo *O Surgimento do Anti-Valor*, que: “a sociabilidade que tem no trabalho seu núcleo estruturador estaria em veloz transformação para desaparecer. E a sociedade de classes do capitalismo fatalmente seria afetada”.²⁴⁶

No mesmo ano de 1993, Oliveira, que ainda estava vinculado ao *CEBRAP*, tornou-se presidente dessa instituição²⁴⁷. Desse período, nos diz o autor:

Fui presidente, mas como uma rainha da Inglaterra. Eles me botaram como presidente por duas razões: em primeiro lugar, para satisfazer uma espécie de rodízio; e, em segundo, e aqui a maldade, para não dar a presidência à Elza Berquó. Eles não tinham confiança nela. Quando fui presidente eles já tinham dominado intimamente. Era a quadrilha do mal: Ruth Cardoso, Elza, Giannotti e Vilmar Faria. Este era um grandessíssimo canalha. Ele era o presidente em exercício e renunciou à metade do mandato, então eu fui eleito presidente. Para não mandar em nada. Eu me comportei bem, cumpri os dois anos e saí do *CEBRAP*. Quando começou, portanto, a política a dividir...²⁴⁸

racionalidade da produção capitalista”. TEXEIRA, Francisco José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. In: BOITO JR., Armando et. al. (orgs). A Obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Ed. Xamã, p. 214.

²⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. Economia Política da Social-Democracia. In: _____, *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 57.

²⁴⁷ Quando da comemoração dos 25 anos do CEBRAP em 1994, relembra Oliveira: “Eu estava na presidência, e nós resolvemos como única comemoração do CEBRAP realizar uma magna conferência, que seria dada por ele [Fernando Henrique Cardoso]. Foi dada aqui na USP, na sala do Conselho Universitário... Ele era o Ministro da Fazenda. Eu acho que já havia renunciado, para fazer a campanha. Eu era o presidente do CEBRAP. Todos achavam que era arriscado, inclusive a oposição dentro do CEBRAP. Eu disse: ‘Eu assumo’. E acho que a história é feita assim. Eu assumo que a pessoa mais adequada para falar nisso é o Fernando Henrique Cardoso. Eu o convidei e ele fez, ao meu modo de ver, o que eu ainda hoje acho uma desfeita: ele refez a história do CEBRAP na conferência dele, como se o CEBRAP houvesse sido o demiurgo da democracia no Brasil. Como se ele, Fernando Henrique, tivesse sido o demiurgo do CEBRAP. Isto é, justificando a candidatura dele em nome de algo que havia sido começado a construir vinte e cinco anos atrás. E esse procedimento eu não faço. Me recuso a fazer em respeito à minha própria história”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 104.

²⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007, p. 30. Quando questionado recentemente se o CEBRAP havia perdido o lugar que tinha conquistado nos anos 70, na época da ditadura, respondeu Oliveira: “Perdeu! E acho que perdeu para o bem. Porque aquilo era um regime de exceção, um período excepcional. As universidades não deixavam de produzir, mas estavam sob fogo cerrado e o CEBRAP pôde ser esse lugar onde vinha gente de toda parte. (...) Então eu acho que perdeu para o bem, ou seja, para diversificar o ambiente, para criar mais instituições. E a universidade retomou seu lugar central na produção intelectual e científica. E o CEBRAP, não é que foi reduzido às suas devidas proporções, eu não penso assim. Acho que o CEBRAP agora é um centro que produz pesquisa como qualquer outro. Ele não tem mais a notabilidade que era dada pelo regime de exceção e, sem dúvida, e para não fazer historiografia à soviética, pelo valor que as pessoas tiveram na época de enfrentar certas condições. Pessoas saídas da prisão foram diretamente para o CEBRAP. Como o Vinícios Caldeira Brant, como Régis de Castro Andrade. O Luiz Werneck Viana vinha do Rio e tinha passado pelo Partido Comunista. São pessoas que o CEBRAP acolheu generosamente, sem discriminação e contruíram uma história político-intelectual. Os políticos do MDB nos procuravam

Em 1995²⁴⁹, Oliveira ainda funda, juntamente com importantes pesquisadores-professores oriundos de diferentes departamentos e campi da USP, PUC, UNICAMP e UNIFESP, o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC). Esse núcleo, que a partir de 1999 passou a se chamar CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania)²⁵⁰ dedicar-se-á “ao estudo das intensas transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira na atualidade, trazidas pelas mudanças no capitalismo contemporâneo e mundializado”.²⁵¹

Seguindo, pois, a “ótica específica de abordagem do CENEDIC”, ótica essa centrada na dita “noção de direitos da cidadania”²⁵², Oliveira escreveu, em abril de 1997²⁵³, o ensaio *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política:*

muito. Quase todos eles passaram por lá. Assistiram conferências. Do Marcos Freire que era ‘autêntico’ de Pernambuco, ao Oreste Quércia de São Paulo. Passando por Ulysses Guimarães. Severo Gomes, quando Ministro da Indústria e Comércio do Geisel, foi ao CEBRAP ostensivamente. As pessoas encontravam ali um lugar onde se respirava. Onde as pessoas da universidade, do Governo, podiam dizer e discutir coisas que não se podia discutir, talvez, na universidade e talvez nos institutos do setor público. Mesmo assim há uma mitologia construída em torno disso”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 104 e 105.

²⁴⁹ Em março deste ano (1995) Oliveira publicou mais um ensaio pela revista Novos Estudos Cebrap, trabalho esse em que trata de analisar os resultados das eleições presidenciais de 1994, bem como a formação inicial do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Quem Tem Medo da Governabilidade? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 41, p. 61-77, 1995).

²⁵⁰ Dentre os pesquisadores do CENEDIC estão: Maria Celia Pinheiro Machado Paoli (líder do grupo juntamente com Oliveira), Ana Amélia da Silva, Cibele Saliba Rizek, Gabriel Cohn, Leonardo Gomes Mello e Silva, Maria Carmelita Yazbek, Olgaria Chain Feres Matos, Carlos Alberto Bello e Silva, Laymert Garcia dos Santos, Luiz Dagobert de Aguirra Roncari, Vera da Silva Telles.

²⁵¹ Segundo informações que constam no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ, os pesquisadores do CENEDIC, ainda que “adotem distintas referências teóricas e temas empíricos (...) lograram construir, pelo debate continuado, uma ótica específica de abordagem para analisar essas transformações. Ela se centra na noção de direitos da cidadania, que visa formular o campo de tensões e conflitos através dos quais o sentido dos direitos, como possibilidade de ampliação democrática e republicana, é disputado. Ao mesmo tempo, o Cenedic compromete-se com uma crítica epistemológica do instrumental das ciências sociais, crucial para se entender a dinâmica dos problemas reconhecidos e da crítica, possibilidade e impossibilidades de sua resolução. Reuniões e Seminários regulares de debates das pesquisas em curso foram e são realizados, numa atividade que envolve também os estudantes e bolsistas orientados pelos pesquisadores, posto ser uma das ênfases do grupo a de formar jovens pesquisadores. O Cenedic mantém convênios internacionais com universidades da França e contatos regulares com seus pesquisadores”. Cf. CNPQ/ DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhe.grupo.js?grupo>. Acesso em: 14 maio 2008.

²⁵² Cf. CNPQ/DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhe.grupo.js?grupo>. Acesso em: 14 maio 2008.

²⁵³ “escrevo no momento - abril de [19]97 – em que a marcha do Movimento dos Sem-Terras sobre Brasília recupera, notavelmente, o espaço da política”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999, p. 60. Nesse mesmo ano (1997), Oliveira publica pela revista Novos Estudos Cebrap mais um ensaio, trata-se de: OLIVEIRA, Francisco M. C.

O *totalitarismo neoliberal*, trabalho que seria publicado posteriormente, em 1999, no livro *Os Sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Nesse texto, que é influenciado sobretudo pela obra *Desentendimento: Política e Filosofia* de Jacques Rancière²⁵⁴, Oliveira conclui

que a face real do neoliberalismo, na sociedade brasileira, “é a do totalitarismo”. Esta tese aparece encaminhada como um concerto trágico que narra a destruição continuamente refeita da possibilidade da política, através do esvaziamento de uma esfera pública atuante que havia aparecido no cenário brasileiro recente com um novo e sensível sentido: o de operar pela tentativa, feita pelos trabalhadores, de fundar conflitos negociáveis entre as classes sociais cuja responsabilidade partilhada fazia aparecer, para toda a sociedade, não apenas a clareza dos critérios mas sobretudo o corpo e a facticidade de deliberações democráticas ampliadas.²⁵⁵

Em 1998, devido “à generosa insistência de Paulo Arantes, amigo e colega da FFLCH-USP, um dos coordenadores da Coleção Zero à Esquerda”²⁵⁶, Oliveira publicará o polêmico livro *Os Direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*, obra que, composta por uma reunião de ensaios já previamente publicados por Oliveira²⁵⁷ visava, segundo ele: “ser parte da luta dos

Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997.

²⁵⁴ RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

²⁵⁵ PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999, p. 12.

²⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 9.

²⁵⁷ Este livro está organizado em três partes: “A primeira, Do mercado aos direitos, contém dois artigos [Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988; OLIVEIRA, Francisco M. C. A Economia Política da Social-Democracia. *Revista da USP*, São Paulo - SP, v. 17, p. 136-143, 1993.] que tratam do tema da regulação do capitalismo – nada a ver com a chamada Escola da Regulação, outrora capitaneada por Michel Aglietta – construída, através do conflito e cuja característica básica constitui-se, segundo a interpretação adotada, em um trânsito da produção de mercadorias regulada sobretudo pelo mercado para aquela cuja regulação dependeu basicamente dos direitos da cidadania, alicerçados sobretudo nos novos direitos sociais e do trabalho” (p. 9). “A segunda parte, intitulada ‘A quase-hegemonia’ muda o registro do plano mais geral para o plano brasileiro. Ela é constituída de material sobre as bases materiais e sociais da dominação burguesa no Brasil, um artigo já antigo sobre os novos poderes econômicos no Nordeste pós-Sudene [Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. A Metamorfose da Arribaça. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 27, p. 67-92, 1990.], e outro sobre concentração e centralização industrial em São Paulo [Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; COMIN, Á. Crise e Concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 149-171, 1994.]. Os dois foram publicados na *Novos Estudos Cebrap*, e são artigos em colaboração com antigos colegas de pesquisa no Cebrap” (p. 13). “A terceira parte do livro, ‘Suave é o terror: O neoliberalismo termidoriano no Brasil’, diz logo a que vem. Ela é aberta com o artigo publicado também na *Novos Estudos Cebrap*, elaborado ainda antes da posse de Fernando Henrique Cardoso

que pretendem barrar o caminho do ‘suave terror’ e construir uma alternativa democrática, imperfeita”.²⁵⁸

No ano de 2000, Oliveira ainda estabelecerá mais um vínculo com uma instituição universitária - a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – instituição onde atuará como Professor-Visitante do Programa de Mestrado em Serviço Social.

Em julho de 2003, pouco antes de deixar o Partido dos Trabalhadores (se desliga em 14 de dezembro desse ano), Oliveira escreve mais um polêmico ensaio que logo causará *frisson*, trata-se de *O ornitorrinco*²⁵⁹, trabalho que, concebido “na própria oportunidade em que o Partido dos Trabalhadores [PT] chega à Presidência da República”²⁶⁰ buscava reconhecer segundo Schwarz “o monstro social em que, até segunda ordem, nos transformamos”.²⁶¹

Ainda no mesmo ano, Oliveira publica o livro *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*²⁶², uma reunião de textos já previamente publicados²⁶³

na presidência” [Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Quem Tem Medo da Governabilidade? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 41, p. 61-77, 1995.], bem como por mais três textos já escritos anteriormente, quais sejam: “Além da hegemonia, aquém da democracia”, texto “preparado para um seminário sobre Gramsci no Instituto de Estudos Avançados da USP”; “A Vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda” texto-base da conferência magistral proferida, por obra e graça da generosidade do meu amigo Emir Sader, no XXI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) e publicado na revista Praga” (p.13); e fechando a terceira parte “Dominantes e Dominados na Perspectiva do Milênio no Brasil: do Iluminismo para a Reação” [In: MARTINS, C. E. (Org.). O Livro da Profecia. O Brasil no Terceiro Milênio. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, 1997, v. 1, p. 273-282.] “no qual procuro caracterizar o sentido da grande mudança, isto é, o sentido da história brasileira, desde a Colônia, por sobre as misérias que o escravismo perpetrou atualizadas, parcialmente rompidas ou simplesmente reiteradas, num processo profundamente contraditório, violento, cruel e sangrento, era conduzido, apesar de tudo, sob o signo do Iluminismo fundamentalmente denunciadas e trabalhadas pela Escola de Frankfurt” (pp. 15 e 16). Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Introdução - Os Direitos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

²⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Introdução - Os Direitos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p 16.

²⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

²⁶⁰ SCHWARZ, Robert. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003, p. 12.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 12.

²⁶² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

²⁶³ Esse livro “reúne um conjunto de artigos que escrevi sobre Celso Furtado, a começar pelo primeiro deles, uma introdução que fiz – da qual roubei o título para este livro – a uma antologia do que eu considerava, à época, seus melhores textos, com exclusão, evidentemente, dos seus clássicos livros. A ordem dos artigos é simplesmente cronológica, na seqüência em que os escrevi e que foram publicados. não há qualquer outra organização. É simples como pão, e espero que os leitores o encontrem gostoso como pão”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 7.

sobre o economista cepalino que, segundo o Oliveira “não necessita de dedicatória, pois ela está explicitamente declarada”.²⁶⁴

Em julho de 2007, como “resultado do desenvolvimento de um projeto coletivo dos pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC)”²⁶⁵ foi publicado o livro *A Era da Indeterminação*²⁶⁶. Dentre os artigos componentes dessa obra encontrava-se o ensaio *Das Invenções à Indeterminação - Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*²⁶⁷; trabalho em que Oliveira, coeso aos textos de seus colegas de CENEDIC, buscava “avançar na compreensão do presente, em sua conformação social e política”, compreensão que, segundo Rizek e Paoli, “aparece como que modulada por um vocabulário e uma reflexão que interroga e vislumbra contornos e relações, nas disjunções entre as possibilidades e truncamentos do pensamento e da política”.²⁶⁸

* * *

Eis que termina aqui nossa sucinta *travessia* pela vida e obra de Francisco de Oliveira, *travessia* que, por mais detalhada que almeje ser, não nos dará, como diria Balzac²⁶⁹, a *extensão* de um homem como ele.

²⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 7.

²⁶⁵ “Esse projeto, aprovado pela FAPESP, foi desenvolvido entre 2001 e 2005, ainda que suas diretrizes gerais tenham sido concebidas anteriormente, entre 1999 e 2000, momento de transformações que, desde os anos 1990, podiam ser caracterizadas como destituição das possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar. Utilizando a expressão de Roberto Schwarz – o desmanche neoliberal -, o projeto buscava abordar a forma e o fundo desse processo por meio de uma reflexão sobre a política que pudesse dar conta da simultânea violência e banalidade que bloqueavam e rompiam sua própria possibilidade”. RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Apresentação: Depois do desmanche. In: OLIVEIRA, Francisco M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 07.

²⁶⁶ OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

²⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Das Invenções à Indeterminação - Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

²⁶⁸ RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Apresentação: Depois do desmanche. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 11.

²⁶⁹ Em Carta à Condessa Mafei em 1837, Honoré de Balzac assim escreveu: "Acho as pessoas muito impertinentes quando dizem que sou profundo e tentam me conhecer em cinco minutos. Cá entre nós, eu não sou profundo, e sim muito extenso, e caminhar à minha volta requer bastante tempo".

Entretanto, esperamos que no *ponto final* de nossa viagem – *ponto* que, sem dúvida, é para Oliveira *reticência...* – tenhamos tido a oportunidade de melhor conhecer a vida e obra desse importante sociólogo, conhecimento que, como visto em nossa *Introdução*, será imprescindível ao desvendamento de seu pensamento.

Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)

Em 1977, já a sete anos de colaboração com o Cebrap e a cinco da publicação do artigo *Crítica à Razão Dualista*, Oliveira publica a obra *A Economia da Dependência Imperfeita* (1977).

Essa obra, que é composta por uma reunião de trabalhos esparsos, cuja unidade consiste na perseguição obsessiva de “buscar entender a especificidade do capitalismo no Brasil”,²⁷⁰ é um esforço do autor – mediante a utilização do que denomina método marxista ou materialismo histórico e dialético²⁷¹ - para se “apanhar a riqueza dos processos sociais”²⁷². Dentre os trabalhos que a compõem se insere, no primeiro capítulo, *A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)* pesquisa que, por tratar mais detidamente do período discutido nesse capítulo, será o principal objeto da presente análise.²⁷³

Atento a afirmação de Karl Marx de que “o capital não é apenas uma relação social: ele é também e essencialmente um movimento, uma reprodução”,²⁷⁴ Oliveira busca responder, por meio da já citada pesquisa das formas e do movimento da

²⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 9.

²⁷¹ Oliveira, rejeitando um procedimento de “negação do marxismo”, de uma “teleologia vulgar” donde se opera, segundo ele, uma transformação da “história concreta dos homens numa história do pensamento, cuja única tarefa seria a de esperar acontecer os fatos para confirmar os princípios”, defende que é somente por meio da pesquisa das formas e do movimento da reprodução do capital que se pode apreender a especificidade da economia brasileira, ou seja, “a pesquisa que se requer é essencialmente a das leis que presidem, que fazem esse movimento, pois é somente pela pesquisa do movimento que se pode desvendar a especificidade da reprodução”. Eis o método marxista ou materialismo histórico e dialético de Oliveira. Cf. *Ibid.*, pp. 2 e 7.

²⁷² *Ibid.*, p. 7.

²⁷³ Não pretendemos, obviamente, apresentar um mero resumo da pesquisa acima citada, mesmo por que ler o original é sempre mais recomendável. A intenção aqui é utilizá-la como fio condutor de nossa crítica imanente, uma vez que ela figura, ao contrário dos demais escritos de Oliveira que abordam *en passant* esse período, como uma interpretação mais sistemática e contundente da economia da República Velha.

²⁷⁴ Karl Marx (sem citação no original) Apud OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 2. Segundo Oliveira, uma “leitura linear da História” que desconsiderasse a pesquisa do movimento e das formas do capital inferiria, conseqüentemente, “o futuro da divisão social do trabalho no Brasil a partir da economia cafeicultora, desde que os elementos formais do capital estariam dados, seriam presentes, como de fato o eram”, ou seja, conforme tal leitura “os proprietários do antigo capital transformar-se-iam em proprietários do novo capital, isto é, a burguesia cafeicultora em burguesia industrial”. Segundo o autor, a pesquisa que ora apresenta tenta fugir a esse tipo de vício, observando, entretanto, que em seu trabalho ‘A emergência do modo de produção de mercadorias’ “não nega a existência do antigo capital [e] nem a emergência do novo”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 2.

reprodução do capital, a duas importantes questões, quais sejam: “Por quê tardou a industrialização no Brasil, como forma do novo capital”²⁷⁵ e “Por quê a sociedade política no Brasil não transitou para as formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais?”²⁷⁶.

Nesse sentido, afirma ele que para responder a tais questões, não basta assumir como pressuposto o legado escravagista brasileiro²⁷⁷, nem tampouco remeter a subordinação da economia nacional frente ao capitalismo internacional²⁷⁸. O que é necessário entender, através da já citada pesquisa das formas e do movimento da reprodução de capital é:

como e por quê no Brasil, desde o século XIX e adentrando o atual [século XX], um pressuposto da inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho comandada pelas potências imperialistas transforma-se num obstáculo, numa contradição em termos mais rigorosos, para a expansão do capitalismo. E de como sua classe proprietária converte-se em uma oligarquia.²⁷⁹

Assevera ainda Oliveira, no que tange a teorização do Estado no capitalismo monopolista, que as contribuições de Karl Marx neste diapasão não passaram de “breves esboços”²⁸⁰ e, assim sendo:

ficamos órfãos precisamente do **método**, que é o que pode nos ajudar a desbravar os caminhos e as situações concretas que nem mesmo o gênio de Marx poderia antecipar: fazê-lo de outra forma seria reduzir o marxismo àquela teleologia, que pode ser muito confortável para as discussões acadêmicas, mas que pode nos conduzir àquele estado de inação, à semelhança da Carolina da canção de Chico Buarque: o tempo passou pela janela, e só Carolina não viu.²⁸¹

²⁷⁵ (Grifo no original). OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 2.

²⁷⁶ (Grifo no original). *Ibid.*, p. 2.

²⁷⁷ Segundo Oliveira a escravidão já era “um pressuposto da forma como o capital se reproduzia aqui para engordar as potências colonialistas”. (Grifo no original). *Ibid.*, p. 2.

²⁷⁸ A validade desse pressuposto é questionável para Oliveira porque, segundo ele, outras economias - como o caso da Argentina, por exemplo – também eram subordinadas ao imperialismo, mas mesmo assim conseguiram lograr processos de industrialização bem antes do Brasil. Cf. *Ibid.*, p. 3.

²⁷⁹ (Grifo no original). *Ibid.*, p. 3. O termo oligarquia será explicitado mais detidamente no final deste capítulo.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 7.

²⁸¹ (Grifo nossos). *Ibid.*, p. 7.

Importante apontar aqui um equívoco muito comum – e claramente presente nesta citação de Oliveira – derivado do que José Chasin denominou de “imperialismo gnosiológico ou epistêmico que dominou a marxologia nos últimos decênios”. Noutras palavras:

Desde os anos 50, com antecedentes bem mais remotos, sem se indagarem pela adequação do caráter de suas abordagens ao objeto pesquisado, o mais que fizeram os interpretes de Marx foi disputar sobre ‘o estatuto científico’ de seu discurso. Em suas querelas, mais ou menos agudas, primaram por conferir talhes analíticos ao pensamento marxiano que infletiram ao sabor das conflitantes equações formuladas pela tematização convencional da problemática do conhecimento, isto é, cada um deles descobriu ou emprestou ao pensamento de Marx o fundamento de um perfil teórico cognitivo e método diverso, porém, laborando todos eles na certeza uníssona de que a base da reflexão marxiana ou a resolução de suas ‘dificuldades’ estava em algum canteiro do subsolo lógico-gnosio-epistêmico.²⁸²

Atentos à *janela* e, sobretudo, ao *tempo que Carolina não viu*, sigamos então à análise da pesquisa *A emergência do modo de produção de mercadorias (1889-1930)*, essa que, segundo o autor, é uma “incessante síntese entre teoria e prática”.²⁸³

Oliveira já de início adverte que o período da República Velha ou Primeira República (1889-1930) é geralmente entendido sob o “ponto de vista da completa inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho ‘produtores de manufaturas versus produtores de matérias-primas’”.²⁸⁴ Padrão esse que entrará em crise em 1929 tendo, nesse período, “seu ponto de inflexão ou de ruptura”.²⁸⁵

Segue na exposição de duas perspectivas teóricas que buscaram interpretar o período correspondente à República Velha (1889-1930). A primeira, “que se pode genericamente enquadrar como histórico-estruturalistas” ressaltou segundo ele “o

²⁸² (Grifos no Original) Cf. CHASIN, J. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: Teixeira, Francisco S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995, p. 337 e seguintes.

²⁸³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 2.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 9.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 9.

aspecto de formação do mercado interno, via expansão da renda monetária das exportações, principalmente do café, que se dava mediante a reiteração e o aprofundamento da própria economia agroexportadora”.²⁸⁶ Já a segunda, “filiada à teorização neoclássica e marginalista” ressaltou “o processo de alocação dos fatores econômicos e sua distribuição entre produção para exportação e produção para o mercado interno”.²⁸⁷

Para Oliveira, as perspectivas acima citadas possuem, ainda que sejam claramente antagônicas, um mesmo fundo teleológico, qual seja:

o de que a economia brasileira estava destinada a etapas superiores de atividade econômicas, pela existência de recursos naturais, mão-de-obra, vastidão continental, mercado interno; chegar ou não a essas etapas superiores é, nas interpretações mais citadas, ora uma distorção na alocação de recursos, ponto de vista dos neoclássicos, ora uma decorrência natural da renda produzida pelas exportações, ponto de vista dos históricos-estruturalistas.²⁸⁸

Segundo ele, sua posição interpretativa distingue-se das análises acima referidas uma vez que busca entender o movimento das forças sociais e suas diversas situações “nem como desvios [como para os neoclássicos], nem como decorrência natural [como para os históricos-estruturalistas]”²⁸⁹, ou seja:

O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão do capitalismo ocidental”.²⁹⁰

²⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 10. Aqui, Oliveira refere-se particularmente ao economista histórico-estruturalista Celso Furtado.

²⁸⁷ *Ibid.*, pp. 10 e 11. O autor se refere mais especificamente a três economistas neoclássicos: Carlos Manuel Peláez, Annibal Villela e Wilson Suzigan.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 11.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 11.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 11.

1 – A Emergência de um Novo Modo de Produção de Mercadorias.

Recuando um pouco na história, afirma Oliveira que apesar do período correspondente ao Primeiro e Segundo Império (1822-1889) se apresentar, nas aparências, com um mesmo estilo de crescimento econômico do período colonial, ou seja, centrado no modelo agro-exportador, tanto seu “conteúdo quanto as formas desse crescimento haviam mudado substancialmente”²⁹¹. Enquanto no período colonial a classe dominante local, forjada a partir das concessões do Estado português, tinha suas atividades econômicas totalmente subordinadas aos interesses metropolitanos, no Primeiro Império e, principalmente no Segundo (em particular na economia cafeeira), a “natureza” dessa classe se alterará fundamentalmente:

De classe dominante fundada pelo Estado, o baronato brasileiro (mais no sentido da propriedade e posse dos meios de produção que no sentido da às vezes ridícula e sempre pretenciosa aristocracia) passava à condição de classe dominante que repudiava um tipo de Estado estranho aos interesses e, portanto, hostil. De posse do principal meio de produção – a terra –, essa classe detinha a total virtualidade de mediar o emprego da mão-de-obra – escrava, decerto – e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado.²⁹²

²⁹¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 12.

²⁹² *Ibid.*, p. 12. Aqui Oliveira está claramente dialogando com Celso Furtado uma vez que, também para esse economista: “Se se compara o processo de formação das classes dirigentes nas economias açucareira e cafeeira percebem-se facilmente algumas diferenças fundamentais. Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtivas e comerciais estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses”. Já a economia cafeeira “formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. (...). Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançara sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1971, pp. 115 e 116. Essa importante determinante do pensamento de Oliveira será exposta, mais detidamente, no final do presente capítulo.

Outra importante determinante que, segundo Oliveira, contribuiu sobremaneira para importantes mudanças na forma e no conteúdo da reprodução do capital no período histórico analisado foi a Abolição da escravatura (13 de maio de 1888). Esta, que representou o golpe de misericórdia do Império, não se deu, tal como alerta o autor parafraseando Marx, *como um raio num dia de céu azul*, mas foi fruto de uma “contradição entre a estrutura de produção e as condições de realização do produto”.²⁹³

Isso porque, a sempre crescente expansão das lavouras de exportação, especialmente a cafeeira, exigiu como contrapartida um aumento mais que proporcional do capital constante “constituído seja pelo próprio estoque de capital empatado nos escravos, seja pelos meios de subsistência dos mesmos escravos”²⁹⁴. Somado a isso, teve-se um considerável crescimento das importações nesse período – impulsionado principalmente pelos constantes incrementos da demanda pelos meios de subsistência necessários a manutenção da crescente massa de escravos – fato que, segundo o autor, representava constantemente um preocupante risco “a estabilidade da forma de valor do produto: a moeda estrangeira e principalmente a taxa de câmbio”.²⁹⁵

Agravando ainda o quadro, observa Oliveira que essa expansão produtiva, por se dar numa insuficiente base de infra-estrutura necessária à cultura de exportação – tais como portos e ferrovias – exigiu “doses incrementadas de moeda externa, com o que as crises cambiais chegam quase a um estado crônico”.²⁹⁶

Desse modo, portanto, foi a abolição da escravidão que garantiu uma sobrevivência à expansão do padrão de acumulação fundado na agroexportação; ela resolveu “um dos lados da contradição, transformando o trabalho compulsório em força de trabalho”.²⁹⁷

Com efeito, foram as “metamorfoses operadas nas relações de produção”²⁹⁸ que acabaram por potencializar o crescimento da economia da República Velha,

²⁹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 12 e 13.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 13.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 13.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 13.

²⁹⁷ *Ibid.*, p. 13.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 13.

ainda que nos mesmos termos da antiga divisão internacional do trabalho – produtor e exportador de produtos primários.

Ou seja, com a abolição da escravidão e o conseqüente rompimento das **autarcias** das unidades de produção²⁹⁹ houve, concomitantemente, o surgimento de um “**quase-campesinato**”³⁰⁰ no Brasil, com que se deu um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho”.³⁰¹ Desse modo, pois;

avançam os processos de **acumulação primitiva**, que a nova classe [a burguesia agrária brasileira] revertia agora *pro domo suo*, e que significavam não apenas a ampliação da posse e propriedade da terra, mas o controle das nascentes trocas entre as unidades de produção distintas, desfeita a autarcia anterior, por intermédio de todas as instituições que depois vão caracterizar a estrutura política e social de República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio-minifúndio, os agregados.³⁰²

Segundo Oliveira, esse “conceito” de “acumulação primitiva” – e aqui mais uma vez se evidencia o já referido imperialismo gnosiológico ou epistêmico presente em seu pensamento –, que fora tomado de empréstimo de Karl Marx quando de sua análise da expropriação do campesinato europeu, como condição prévia à acumulação capitalista, deve ser, para os fins requeridos à sua análise, redefinido da seguinte maneira:

²⁹⁹ Como bem observa Oliveira, as unidades de produção da economia agroexportadora eram completamente autárquicas, isto é, dentro delas se produziam todos os insumos internos necessários à produção (como, por exemplo, a “roça” destinada à produção de alimentos para a reprodução dos escravos, que se situava dentro da própria unidade produtiva e era mantida pela força-de-trabalho dela componente). Segundo o autor, essa característica fundamental da economia agroexportadora acabou por bloquear – como veremos – a divisão social do trabalho nas já raras unidades camponesas do Brasil, fato que, com a abolição da escravatura, se transformou completamente. Tanto é assim que, segundo o autor: “Hoje tem muita gente que, para decorar suas casas, sai aí procurando, nas pequenas cidades do interior do Brasil, rocas de fiar que não passam de peças de museu; são peças tão raras que quem as consegue pode exibi-las orgulhosamente, mobiliando as casas, dando aquela aparência de novo-velho que é o bom-tom da nova classe média; mas isso na verdade são apenas peças de museu porque essa divisão social do trabalho interna à unidades camponesas no Brasil nunca houve ou, quando houve, foi em casos muito raros”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 42.

³⁰⁰ (Grifos nossos) Para Oliveira o surgimento do quase-campesinato – e essa designação por ele sugerida deve-se ao fato de não ter o camponês brasileiro a propriedade da terra, senão a posse - se dá, ao contrário das interpretações do que denomina leituras lineares da história, simultaneamente à instauração do trabalho livre. Defende o autor que a inexistência – ou melhor, rara existência - de um campesinato é uma das especificidades do processo de economias tal como a brasileira que, baseada na monocultura e no trabalho escravo “nasceram como uma reserva de acumulação primitiva da expansão do sistema capitalista em escala mundial”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 13.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 13.

³⁰² (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 14.

em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas *se expropria* o excedente que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética.³⁰³

Também foi graças à instauração do trabalho livre que se deu para Oliveira, a possibilidade de inversão da composição orgânica do capital³⁰⁴ nas unidades produtivas agroexportadoras, isto é, grande parte do capital constante que, no período anterior, era empatado nos escravos e na importação dos meios de sua subsistência foi então liberado. Dessa forma, portanto, alterou-se a composição orgânica do capital dessas unidades produtivas donde, tem-se o predomínio do capital variável que, segundo Oliveira, também concorreu para o crescimento da “rentabilidade das explorações”.³⁰⁵

Assim sendo, o volume de excedente que agora se transferia ao “controle dos ‘barões do café’ (assim como dos barões do açúcar e dos outros barões)”³⁰⁶ era quantitativamente muito superior ao das épocas anteriores, isto é, “o que passa

³⁰³ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 43. A respeito da acumulação primitiva exposta por Karl Marx, ver a obra MARX, Karl. *A Origem do Capital - Acumulação Primitiva*. (Trad. Walter S. Maia). São Paulo: Ed. Global, 1977.

³⁰⁴ “A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de reprodução empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica”. MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, v. II. (Trad. Reginaldo Sant’Ana). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996, pp. 712 e 713. Ainda no mesmo diapasão Francisco Teixeira também nos esclarece, em sua leitura crítico comentada de O Capital de Karl Marx, o seguinte: “O valor de todo e qualquer produto se resolve na seguinte equação: C + V + M. ‘C’ representa o capital constante, isto é, o valor das máquinas, equipamentos, matérias primas e outros tantos meios de trabalho [tal como o escravo e seus meios de subsistência]; ‘V’ expressa o capital variável, capital despendido na compra da força de trabalho, e ‘M’ a massa de mais-valia produzida. Noutras palavras, aquela equação pode ainda ser expressa da seguinte forma: o capital constante é trabalho passado materializado nos meios de produção, enquanto V + M representam o valor novo criado durante o processo de trabalho, durante o tempo em que a força de trabalho está em ação”. Cf. TEIXEIRA, Francisco J. S. *Pensando com Marx. Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995, p. 141.

³⁰⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 14.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 14.

virtualmente ao controle dessa nova classe social é aquilo que na Colônia constituía o 'exclusivo', como salienta **Fernando Novais**³⁰⁷, isto é, o monopólio do excedente econômico".³⁰⁸

Entretanto, assevera Oliveira que, do controle do excedente econômico monopolizado pela classe de barões do café, açúcar e correlatos ainda escapava um segmento e, com ele, uma parte considerável do excedente produzido pela economia agroexportadora - tratava-se da *intermediação comercial e financeira externa* dos produtos de exportação que se situava na esfera de circulação. Em suma, o que antes constituía

o 'exclusivo' comercial da Colônia havia sido substituído pelos lucros da intermediação comercial dos produtos de exportação, agora pela Inglaterra e logo após pelos Estados Unidos da América do Norte (para citar apenas os dois principais) e pela intermediação financeira da City, que financiava a comercialização interna e externa dos produtos de exportação.³⁰⁹

Claro está, portanto, que a economia da República Velha encerrava, nos termos observados por Oliveira, uma patente contradição. Ao mesmo tempo em que a abolição da escravidão foi responsável por novas condições de "produção do excedente e a passagem do seu controle para uma classe social interna", a intermediação comercial e financeira externa acabou por malograr as plenas possibilidades desse controle pela "nova classe social burguesa agrária brasileira"³¹⁰, bem como contribuiu, sobretudo, "para fazer abortar o avanço da divisão social interna do trabalho e, com isso, negar o processo de acumulação e crescimento".³¹¹

Contudo, mesmo a despeito da contradição instaurada no coração econômico da Primeira República; essa, beneficiada pelas transformações ocorridas

³⁰⁷ (Grifos nossos) Fernando Antônio Novais, esse historiador paulista que aqui é citado por Oliveira, utilizou o termo "exclusivo" metropolitano para designar, à semelhança do termo utilizado na própria época, o denominado "monopólio comercial" que, segundo ele, "constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema [Colonial], através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeia em transição para o capitalismo integral". NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, p. 72.

³⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 14.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 14.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 14.

³¹¹ *Ibid.*, p. 15.

nas relações de produção acima descritas, acabou por reiterar a “vocalização agrícola’ do País, atingindo seu auge da exportação de café entre 1910 e 1925”.³¹²

Para Oliveira, essa reiteração da ‘vocalização agrícola’ da economia brasileira aprofundou a “virtualidade da diferenciação crescente da divisão social interna do trabalho, não tanto pelo **efeito-renda**³¹³ – que Celso Furtado privilegiou na *Formação [Econômica do Brasil]* –, mas principalmente pelo efeito-troca”.³¹⁴ Segundo Oliveira a abolição da escravidão não poderia *jamaís* – e o advérbio é do próprio autor – ter elevado a renda derivada do trabalho; o nível global da renda, ao contrário do que pregava Celso Furtado, permanecia constante, mudando, porém, “sua forma”.³¹⁵ Ou seja, com o rompimento das autarcias produtivas das unidades agroexportadoras, bem como a conseqüente formação do já descrito quase-campesinato ou economia de subsistência, fora expulsa:

para fora dos custos de produção do café a manutenção da massa trabalhadora (ainda que a produção dos bens de subsistência possa ter permanecido dentro das fronteiras do latifúndio); no proceder-se a essa mudança de forma da produção dos meios de subsistência, procedia-se, concomitantemente, a uma mudança de conteúdo fundamental, para a **existência de um modo de produção de mercadorias**, pois antes, ainda que existisse, a produção de subsistência pelos próprios escravos não fundava nenhuma troca.³¹⁶

Como se vê, foram as transformações nas relações de produção, operadas com a instauração do trabalho livre que possibilitaram a emergência de um modo de produção de mercadorias fundado em relações internas de troca. Assim sendo:

³¹² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 15.

³¹³ (Grifos nossos) Para o economista Celso Furtado, a virtualidade de constituição e crescimento tanto do mercado interno, quanto da divisão social interna do trabalho era, como já observado por Oliveira, uma “decorrência natural” do incremento da renda monetária produzida pelas exportações; segundo esse cepalino histórico-estruturalista: “Quando convergem certos fatores (...), o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente [devido ao dito efeito multiplicador] que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última”. (Grifos nossos) FURTADO, Celso. *op. cit.*, p. 152. Ver a obra *Formação Econômica do Brasil* em sua extensão, principalmente da Quarta Parte em diante.

³¹⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 15.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 15.

³¹⁶ (Grifos nossos) *Ibid.*, pp. 15 e 16.

no caso quase geral da agricultura brasileira, de persistência de uma fraca monetarização das relações de troca – fenômeno largamente existente ainda hoje –, a própria reiteração das relações de troca acaba por escolher uma mercadoria-padrão, que se metamorfoseia em dinheiro; virão a ser o sal, o querosene, o pouco vestuário e calçado, enfim, elementares artigos da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência, que quase tomam o lugar do dinheiro nas novas relações de troca.³¹⁷

Contudo, ainda é importante atinar para o fato de que alguns desses produtos elementares tais como calçados, vestuário, etc. que, como visto acima, metamorfosearam-se em dinheiro nas relações de troca, não eram produzidos, tal com observa Oliveira, nem “pelas unidades de agroexportação nem pelas unidades da chamada agricultura de ‘subsistência’, o que forceja a diferenciação da divisão social do trabalho em **outros segmentos do sistema econômico**”.³¹⁸

2 – A Intermediação Comercial e Financeira Externa da Economia da República Velha.

Voltemos agora, na esteira do ideário de Oliveira, àquele importante segmento do processo de acumulação da economia brasileira que, no período histórico analisado, escapava ao controle da dita classe burguesa agrária brasileira, qual seja: *a intermediação comercial e financeira*.

Essa atividade que, como visto logo acima era de “realização quase que totalmente externa”³¹⁹ (particularmente pela Inglaterra e Estados Unidos), não somente retinha grande parte do excedente produzido pela economia agroexportadora brasileira para servir à acumulação – primitiva – em seus países de origem, como também, por realizar-se “inteiramente na forma de **divisas estrangeiras**”³²⁰,³²¹ tornava “a preservação dessa forma de valor vital para a

³¹⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 16.

³¹⁸ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 16.

³¹⁹ *Ibid.*, p. 16.

³²⁰ (Grifos nossos) Oliveira observa que: “A reiteração da ‘vocaçãõ agrícola do país e as formas pelas quais se financiava essa ‘vocaçãõ’ chegaram ao ponto de converter a libra esterlina, então a moeda internacional por excelência, quase em moeda interna. Não apenas a renda dos próprios produtores da agroexportação se expressava em moeda externa, como as transações importação-exportação podiam fazer-se diretamente sem necessidade de conversão à moeda nacional, como os depósitos nacionais no exterior e, principalmente, os pagamentos – na maior parte dos casos retenção de parte

realização completa do circuito ‘produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção’³²².

Observa Oliveira, portanto, que a política cambial, com vistas à preservação do valor divisas estrangeiras, se converteu “ao longo da história da Primeira República, na determinante fundamental do arremedo do que se poderia chamar de ‘política econômica’ do governo e núcleo das controvérsias e das lutas econômicas, sociais e políticas **no seio** da própria classe dominante”.³²³ E isso porque, segundo ele, tanto a renda dos produtores da agroexportação, quanto a reposição dos pressupostos do circuito acima mencionado (produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção) eram completamente dependentes da preservação do valor “divisas”, isto é, da moeda externa.

No entanto, assegura Oliveira que a política cambial dessa época oscilava constantemente entre períodos de alta e de baixa da taxa de câmbio; ora a relação mil-réis/libra esterlina forçosamente se privilegiava³²⁴ devido ao agravamento de problemas financeiros do governo e a escassez de meios de pagamentos suficientes para saldar suas dívidas; ora essa relação se declinava³²⁵ graças às exigências do setor agroexportador, que tinha na preservação do valor “divisas estrangeiras”, a condição necessária à manutenção de seus níveis de acumulação. Dessa forma, portanto:

Ausente da determinação explícita da taxa cambial está, sempre, a questão da divisão social do trabalho interno; são sempre, de um lado, a necessidade de preservação da forma de valor privilegiada da produção agroexportadora e, de outro os problemas financeiros do governo; mas por fora, à semelhança de corridas de cavalos, corre um ganhador potencial, que força, como tendência, uma relação declinante mil réis/libra esterlina.³²⁶

dos empréstimos – do financiamento da comercialização realizava-se completamente à margem do sistema financeiro-monetário, interno. Mesmo os impostos governamentais sobre importação, então a principal fonte de recursos públicos, realizavam-se parcialmente em ouro, ou, o que é o mesmo em moeda externa”. (Grifo no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 17.

³²¹ *Ibid.*, pp. 16 e 17.

³²² *Ibid.*, p. 17.

³²³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 17.

³²⁴ Menos unidades de moeda doméstica (mil réis) por unidade de moeda externa (libra esterlina ou ouro).

³²⁵ Mais unidades de moeda doméstica (mil réis) por unidade de moeda externa (libra esterlina ou ouro).

³²⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 18.

Contudo, Oliveira chama a atenção para o fato de que, sob a perspectiva da ampliação do mercado interno e da formação do capital interno;

tanto uma taxa de câmbio alta como baixa são neutras em relação ao preço dos bens de capital importados *se não atuam fatores internos de intermediação financeira*, pois, se no primeiro caso exigem-se menos mil-réis por libra esterlina enquanto no segundo caso se dá o contrário, o resultado é o mesmo para *uma dada disponibilidade interna de recursos reais* a serem transportados em bens de capital importado.³²⁷

Com efeito, esses fatores internos de intermediação financeira que, conforme Oliveira, poderiam contribuir para a redução do custo do capital-dinheiro interno e a conseqüente formação interna de capital em outros segmentos da economia que não só o agro-exportador, somente se viabilizaria quando coincidisse “*temporalmente* retração de demanda externa do café – com a conseqüente contração da receita [do governo] em divisas”.³²⁸ Ou seja, com a simultânea redução das exportações, queda das receitas governamentais graças à diminuição das importações³²⁹, bem como aumento ou simples manutenção do serviço da dívida externa, acabava-se por gerar constantes déficits nas receitas correntes do governo, obrigando-o, frente à “necessidade de aumentar os meios de pagamentos tanto externos quanto internos”³³⁰ a impor a *desvalorização cambial*³³¹. Porém, para financiá-la, o governo acaba por se valer de um expediente até então pouco utilizado, qual seja:

o governo emite e, na passagem, cria a necessária intermediação financeira que reduz temporariamente o custo do capital-dinheiro interno, dando alento à realização do valor das mercadorias internas, com o que potencializa também os níveis de formação de capital interno, apesar de que a desvalorização **em si mesma** pudesse elevar os custos de importação; o crucial aqui será o

³²⁷ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 18.

³²⁸ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 19.

³²⁹ Note, tal como já observado por Oliveira (nota 310), que os impostos governamentais sobre a importação eram, nesse período, a principal fonte de recursos públicos do Estado brasileiro. Desse modo, ao reduzir-se as importações ocorria, conseqüentemente, também uma retração nas receitas do governo.

³³⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 19.

³³¹ Redução oficial do valor real da moeda doméstica (o mil-réis) frente à moeda estrangeira (a libra esterlina).

diferencial que vier a se estabelecer entre o custo do capital-dinheiro interno e a elevação em mil-réis dos preços dos produtos de importação.³³²

Entretanto, Oliveira nos revela o caráter efêmero de tais soluções, pois cessa seus efeitos, uma vez restabelecido “os níveis de exportação, reforçados os empréstimos externos, reativadas as importações e, portanto, as receitas governamentais”. A partir daí, o governo retomava o financiamento “quase que exclusivamente externo da economia”³³³, isto é, retomava sua “política contracionista”³³⁴ retirando, dessa forma, “os mecanismos de intermediação financeira interna, que havia temporariamente criado, [e] bloqueando a formação de capital interno nos outros segmentos da economia”.³³⁵

Necessário ainda frisar outra importante determinante que, por ter “um efeito substancial na composição da dívida externa”,³³⁶ acabava por influir sobremodo na taxa de câmbio desse período – trata-se, pois, dos “capitais estrangeiros que se aplicavam sobretudo na implantação da infra-estrutura de ferrovias e portos, necessárias para a própria reiteração da ‘vocação agrícola do país’”.³³⁷

Segundo Oliveira, não seria possível a cultura cafeeira ter assumido a posição que assumiu na economia do país, nem tampouco a economia brasileira ter assumido a posição que assumiu na divisão internacional do trabalho no capitalismo mundial, não fossem as profundas modificações no sistema de transportes aqui ocorridas. Com a construção das ferrovias em substituição às conhecidas “tropas de burros”, houve um conseqüente incremento da produtividade que se corporificava no “valor dos produtos da agroexportação, aumentando substancialmente também a massa de valor via incremento das quantidades produzidas e exportadas”.³³⁸

Contudo, uma vez sendo o Estado o garantidor do financiamento externo dos investimentos diretos de capital estrangeiro no sistema de transportes, padece, ele, de duras crises que acabaram por assolar gravemente suas finanças, visto que

³³² (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 19.

³³³ *Ibid.*, p. 19.

³³⁴ *Ibid.*, p. 19.

³³⁵ *Ibid.*, p. 19.

³³⁶ *Ibid.*, p. 20.

³³⁷ *Ibid.*, p. 20.

³³⁸ *Ibid.*, p. 21.

à medida que a dívida externa aumentava pelo incremento da implantação do sistema de transportes a debilidade do Estado, face às flutuações da oferta e da demanda e dos preços dos produtos da agroexportação, colocava-o frente a uma rigidez do serviço da dívida externa, cuja margem de manobra se desdobrava freqüentemente em reforçar o endividamento externo.³³⁹

Porém, em algumas situações tais como redução de meios de pagamento externo, bem como impossibilidade de tomar novos empréstimos externos, teve o Estado de recorrer a um procedimento não tão tradicional – a já descrita desvalorização cambial e a “ampliação da dívida interna, seja pela simples emissão monetária, seja por títulos representativos da dívida pública, seja autorizando os bancos privados emissores, seja autorizando os próprios Estados a emitirem títulos”.³⁴⁰ Desse modo, pois, estão dadas as condições do nascimento da intermediação financeira interna, atividade que, para Oliveira, intensificou “o passo à concretização da diferenciação da divisão social do trabalho interno mediante um reforço à realização do valor das mercadorias internas”.³⁴¹

Uma vez descrito o complexo³⁴² movimento da intermediação comercial e financeira e seus desdobramentos na economia brasileira, sigamos, pois, nossa análise imanente, buscando compreender melhor a divisão social do trabalho e a formação do mercado interno no período correspondente à República Velha.

3 – Os obstáculos estruturais à diversificação da divisão social do trabalho rumo à industrialização brasileira.

Segundo Oliveira, não foi a condição de produtor de bens primários para o mercado capitalista mundial que gerou sérios obstáculos ao país para que este

³³⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 21.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 21.

³⁴¹ *Ibid.*, pp. 21 e 22.

³⁴² Digo complexo por se tratar de uma discussão que, imagino, tenha exigido do leitor – não muito afeito ao que podemos designar de “economês” – atenção redobrada e muita perseverança, bem como, parafraseando Oliveira em resenha crítica a um livro de Celso Furtado, um bom dicionário de economia que resolva os termos mais especializados e facilite a leitura. Como sugestão do próprio Francisco de Oliveira, ver SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 86.

lograsse “o salto quantitativo e qualitativo”³⁴³ rumo à industrialização³⁴⁴; “bem mais importante que a simples condição de colônia para a existência daqueles obstáculos foi o *tipo de colonização*”.³⁴⁵

Ou seja, Oliveira utilizando-se de uma distinção entre *tipos de colonização* presente em Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais - qual seja: colônias de exploração e colônias de povoamento³⁴⁶ – defende que:

Na raiz, pois, da impotência da divisão social do trabalho no Brasil, encontra-se o ter sido o País **colônia de exploração comercial que adotou formas de trabalho compulsório**³⁴⁷. Esta é a base ou a ausência de base para o mercado interno, e não simplesmente o da produção de bens primários de exportação.³⁴⁸

De fato, a adoção do trabalho escravo com vistas à acumulação primitiva nas metrópoles capitalistas acabou por gerar sérios efeitos na economia brasileira³⁴⁹. Dentre eles, importante frisar que: “A acumulação, em economias desse tipo, (...)”

³⁴³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 22.

³⁴⁴ Lembrem-se, como observado logo acima, que Oliveira afirma ser a validade desse pressuposto questionável, uma vez que, segundo ele, outras economias – tais como a da Argentina, por exemplo – também produziam bens primários para o mercado capitalista mundial, mas mesmo assim conseguiram galgar processos de industrialização bem antes do Brasil.

³⁴⁵ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 22.

³⁴⁶ Essa distinção que se apresenta na tese de doutorado de Celso Furtado e nas obras *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. e *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* de Fernando A. Novais deve-se ao autor francês LEROY-BEULIEU, Paul (*Colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin, 1886). Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 88.

³⁴⁷ (Grifos nossos) Oliveira, citando novamente o historiador Fernando Novais, afirma que: não bastava que as colônias de exploração, ao contrário das colônias de povoamento inglesas ou francesas, produzissem “os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias européias. (...) Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou, na sua forma limite, o escravismo”. (Grifos no Original) NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, pp. 42 e 43. Apud OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 22.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 22.

³⁴⁹ Um desses efeitos, segundo Oliveira, seria a impossibilidade de um aumento da produtividade do trabalho nesse período, isto é: “O limite da possibilidade de aumento da produtividade (...) é, no máximo dado pela fase de cooperação; mais além, o aumento da produtividade mesmo em termos físicos esbarra naquilo que Marx chamou de ‘transferência da virtualidade técnica do operário para a máquina’, pois essa metamorfose, que culmina a subsunção formal do trabalho ao capital em subordinação real, não é possível na ausência do trabalho livre, na ausência da compra da força de trabalho, na ausência da mais-valia”. *Ibid.*, p. 23.

resulta na ampliação do fundo de terras, sem, entretanto, produzir renda da terra, e ampliação do fundo de escravos, que corresponde ao capital constante³⁵⁰, ou seja, o que há, para Oliveira, é “uma acumulação de riquezas [em fundo de terras, ou números de escravos], mas não de capital”.³⁵¹ Desse modo, pois, inexistente o capital-dinheiro interno sendo o avanço da divisão social do trabalho, nessas condições, “insignificante e incapaz de transformar qualitativamente o padrão econômico de acumulação e crescimento”.³⁵²

Como já visto, a necessidade da Abolição começou a se desenhar tão logo os encargos com a manutenção dos escravos passaram a ameaçar a própria forma de valor da economia agroexportadora. Ou seja, na composição orgânica do capital da economia agroexportadora predominava um “tipo de capital constante que incluía o escravo, cuja subsistência, também capital constante, forçava para baixo a taxa de lucro [do setor agroexportador]”³⁵³. Nesse cenário, portanto, teria a Abolição o condão de resolver ao menos um dos lados dessa contradição, uma vez que, ao transformar o trabalho compulsório em força de trabalho, acabou por transferir “para fora dos custos de produção dos bens agro-exportados” o fundo de subsistência dos escravos que, agora enquanto trabalhador “livre” tem de cuidar, mediante a venda de sua força de trabalho, da reprodução de sua própria existência.

Essa transformação, como assinalado por Oliveira, possibilitou o nascimento de um modo de produção de mercadorias cuja emergência se deu, inicialmente, “no próprio campo, na produção dos bens agrícolas e pecuários”,³⁵⁴ isto é, primeiramente foi fundado o já referido *quase-campesinato* ou *economia de subsistência* que, a partir de então, passou a assumir as tarefas de produção dos “bens da cesta de consumo do capital variável, de um lado, e, de outro, cumprir, para o nascente modo de produção de mercadorias *interno*, o papel da acumulação primitiva, que a economia colonial havia desempenhado para o modo de produção de mercadorias *externo*”.³⁵⁵ Conseqüentemente, a própria agroexportação recebeu segundo Oliveira um “inusitado alento”, donde o nascimento da força de trabalho e, concomitantemente, do quase-campesinato constituiu “os motores que vão acelerar

³⁵⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 23.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 23.

³⁵² *Ibid.*, p. 23.

³⁵³ *Ibid.*, p. 24.

³⁵⁴ *Ibid.*, p. 25.

³⁵⁵ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 24.

a radicalização da ‘vocação agrícola’ do País, ao ponto de tornar o café o produto primário de maior valor no comércio internacional”.³⁵⁶

Já no que concerne ao avanço da divisão social do trabalho nas cidades, também a passagem para o trabalho livre fundou a possibilidade da emergência de um modo de produção de mercadorias, uma vez que a “separação entre produtores e meios de produção vai fazer crescer enormemente uma *população para o capital* [citadino], com o que a potencialidade da acumulação é reforçada”.³⁵⁷ Porém, toda essa potencialidade surgida nas cidades graças às transformações nas relações de produção esbarrou em diversos fatores que, na esteira do pensamento de Oliveira, apresentaremos abaixo.

Primeiramente há de se notar que “a ausência daquela base capitalista prévia, desde que a economia agroexportadora era uma economia que exportava seu excedente, vai cobrar fortes direitos no momento em que se empreende o esforço no sentido de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização”,³⁵⁸ isto é, a inexistência de uma acumulação prévia que “se cristalizasse na máquina”³⁵⁹ acaba por forçar uma “capitalização de nível muito baixo: a força de trabalho liberada não tem, praticamente, nenhuma **virtude técnica a transferir**”³⁶⁰ para o capital”³⁶¹.

Somado a isso, também se observava uma “nova configuração nas relações campo-cidade”³⁶², ou seja, com a instauração do trabalho livre e a simultânea absorção da força de trabalho pelas novas relações de produção – seja na forma de assalariados, semi-assalariados, camponeses ou quase-camponeses –, opera-se uma maior radicalização da

³⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 25.

³⁵⁷ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 25.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 116.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 116.

³⁶⁰ (Grifos nossos) Oliveira defende que essa força de trabalho liberada por ter antes estado na condição de escravo acabou por não agregar qualquer capacidade técnica ou domínio do instrumento de trabalho não tendo, pois, “nada a transferir para o capital senão sua força muscular”. Assim sendo, segundo o autor: “Não é estranho, por isso, que em meio a uma abundância de força de trabalho, a indústria brasileira nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX tenha que socorrer-se do imigrante estrangeiro, cuja predominância no total da classe operária ainda era absoluta em 1920”. Cf. *Ibid.*, p. 26. Ver também nota 349.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 25.

³⁶² *Ibid.*, p. 26.

especialização anterior: assalariados e semi-assalariados produzem *apenas* os bens de exportação, camponeses e quase-camponeses produzem agora *apenas* os bens alimentícios de sua própria cesta de consumo e algumas matérias-primas, cujo excedente vão para as cidades.³⁶³

O advérbio *apenas*, que na citação anterior é utilizado duas vezes e de forma sublinhada pelo autor, não deve ser desprezado, quer dizer, foi graças a esses *apenas* que nasceu a exigência, para que a divisão social do trabalho nas cidades avançasse, do que Oliveira denominou de “*simultaneidade da industrialização com urbanização*, cujo resultado será, quando concretizados, uma autarcização da produção industrial elevando os coeficientes do capital constante a níveis insuportáveis para a frágil formação de capital industrial”.³⁶⁴

4 – *Simultaneidade da Industrialização com Urbanização e Autarcização da Produção Industrial: constituição inicial do Urbano e da Indústria brasileira*

Necessário aqui esclarecer algumas mediações presentes no pensamento de Oliveira que, sem dúvida, contribuirão para o entendimento do que vem a ser essa *simultaneidade da industrialização com urbanização*, ou mesmo essa *autarcização da produção industrial*. Para tanto, pedimos paciência e atenção do leitor, virtudes que serão imprescindíveis a uma maior compreensão do tema em questão.

Inicialmente, Oliveira nos chama a atenção para o fato de que havia alguns pressupostos históricos que acabaram por condicionar a formação do urbano na economia brasileira; esses pressupostos seriam, para ele, “derivados exatamente da formação da economia colonial e situavam-se, evidentemente, sob aquele ângulo da divisão social do trabalho”.³⁶⁵

Prosseguindo no mesmo raciocínio, afirma que as cidades brasileiras constituíram-se basicamente segundo um padrão litorâneo, observando, porém, que tal padrão não se deveu apenas ao caráter agroexportador de produtos primários da economia brasileira, mas também, à “divisão social do trabalho, e isto tem a ver com

³⁶³ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 26.

³⁶⁴ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 26.

³⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 37.

a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora”.³⁶⁶

Em suma: na divisão social do trabalho da economia agroexportadora desde os tempos do “Brasil Colônia e depois, já com o país independente, no prosseguimento da expansão da agricultura de agroexportação (...) até o final dos anos 20”³⁶⁷ cabia às cidades o papel de sede tanto dos “aparelhos que faziam a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias, quanto dos aparelhos de Estado”,³⁶⁸ isto é, cabia a elas a função de serem sede do capital comercial e burocrático.

Segundo Oliveira, se não compreendermos esse caráter inicial da urbanização brasileira “como centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela”³⁶⁹ dificilmente poderíamos entender “o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos largos do que aqueles que nós acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização”.³⁷⁰

É obvio, tal como dispõe Oliveira, que a “industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria”.³⁷¹ Entretanto, tal entendimento, segundo ele, nos tem levado a desprezar a formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora como, por exemplo, o tamanho das cidades que, por cumprirem a já assinalada função de sede do capital comercial e burocrático já eram, antes mesmo da irrupção da industrialização, razoavelmente grandes para a época³⁷².

³⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 37.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 37.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 37.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 38.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 38.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 38.

³⁷² Ainda que essa afirmação sobre o tamanho das cidades no período anterior da irrupção industrialização nos pareça correta, convém advertir, todavia, que Oliveira não nos fornece qualquer fonte o dado que comprove tal assertiva.

Importante notar ainda, no que se refere à formação do urbano analisada pelo autor, que por ter sido a economia agroexportadora brasileira fundada na monocultura, não se criou

ao estilo da Europa – se quisermos falar da Europa como uma referência – a imensa cadeia de aldeias e pequenas vilas. O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação.³⁷³

Desse modo, portanto, ao contrário “dessa imensa teia de aldeias e pequenas cidades – que talvez seja um padrão característico da urbanização européia”, verificou-se no Brasil “uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas que por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio”³⁷⁴.

Todo o período colonial, bem como todo o século XIX será marcado pela permanência do padrão de urbanização acima descrito, sendo que:

A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio **caráter autárquico das produções para exportação**³⁷⁵. Esse caráter autárquico embota a divisão social do trabalho e, embotando a divisão social do trabalho, não dava lugar ao surgimento de novas atividades cujo centro natural fosse evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas.³⁷⁶

Ainda no que concerne ao padrão de urbanização acima assinalado, Oliveira observa que “não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato

³⁷³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 38.

³⁷⁴ *Ibid.*, pp. 38 e 39.

³⁷⁵ (Grifos nossos) Lembrem-se, como já visto anteriormente (nota 289), que havia na economia agroexportadora brasileira uma autarcização das unidades de produção.

³⁷⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 40.

de que ela se fundava no trabalho escravo”.³⁷⁷ Ou seja, foi graças à existência do trabalho escravo, que não houve no Brasil

aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quanto dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização do país, de um lado e da polarização em torno de poucas cidades do outro.³⁷⁸

Como se vê, o fato de ter sido a economia agroexportadora brasileira fundada na monocultura e no trabalho compulsório acabou por negar a cidade enquanto mercado da força de trabalho, seja pelo caráter autárquico das produções agrícolas, seja como espaço na divisão social do trabalho.

Contudo, esse padrão de urbanização que, como mencionado acima, durou até os anos vinte do século passado, foi redefinido tão logo esse urbano passou a ser a sede não somente dos ditos “aparelhos burocráticos do Estado” e do capital comercial, mas também do novo aparelho produtivo que é a indústria. Ou seja, é “completamente óbvio e transparente”³⁷⁹ que a irrupção da industrialização foi a responsável pela redefinição no padrão urbano brasileiro rumo ao enorme salto que as cidades deram nesse período, de outro modo, “o próprio tamanho que as cidades tomam, a própria rapidez do processo de urbanização, medido pelos incrementos da população que aflui às cidades, tem muito a ver, de um lado, evidentemente, com a industrialização, com a massa de capitais e, portanto, com o processo de acumulação sediado nas cidades”.³⁸⁰

Entretanto, se óbvio e transparente é essa relação causal entre industrialização e incremento da urbanização, não tão óbvio, e por isso necessário

³⁷⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 40.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 40.

³⁷⁹ *Ibid.*, p. 40.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 41.

questionar, segundo Oliveira, por que “também a industrialização, quando se dá, impõe um **ritmo de urbanização desse porte**³⁸¹?”³⁸²

A resposta a essa questão que, enfim, dará o real significado das expressões apresentadas ao atento e paciente leitor laudas acima, está na explicitação do que vem a ser para Oliveira essa *simultaneidade da industrialização com urbanização*, ou mesmo essa *autarcização da produção industrial*.

Ou seja, Oliveira defende que graças à antiga herança autárquica do campo, que determinava um caráter pobre de urbanização no conjunto do país, teve a cidade, ao tornar-se “com a industrialização o centro do aparelho produtivo”, que constituir-se também de forma autárquica, isto é

a industrialização vai impor um padrão de acumulação que potencia, por uma potência X, ainda não determinada, uma urbanização; a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao próprio ritmo da industrialização.³⁸³

Em outros termos: tanto a condição de autarquia do campo, que emperrou a diversificação da divisão do trabalho nos períodos anteriores, quanto a pretérita existência do trabalho compulsório, que impossibilitou a formação de um mercado de trabalho na cidade, acabou por exigir que a industrialização brasileira tivesse de se fazer “**imediatamente urbana e excepcionalmente urbana**”.³⁸⁴

Assim, enquanto nos países centrais (tais como Inglaterra e França, por exemplo) a expansão capitalista industrial repousou “inicialmente sobre uma especial combinação da divisão social do trabalho entre campo e cidade”³⁸⁵, no Brasil tal não se pode dar.

Enquanto a indústria têxtil inglesa – para tomar um exemplo concreto segundo o autor – acolhia a tecelagem e a fiação, “a outra parte do processo

³⁸¹ (Grifos nossos) O ritmo de urbanização a que Oliveira se refere pode ser exemplificado pelo “espetáculo um tanto impressionante do salto de uma cidade como São Paulo que, ao fim do século XIX, tinha uma significância pequena dentro do conjunto das grandes cidades brasileiras, para, no curso de 60 anos, dar um enorme salto e chegar a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 41.

³⁸² *Ibid.*, p. 41.

³⁸³ *Ibid.*, p. 41.

³⁸⁴ (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 42.

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 42.

industrial da fabricação de tecidos continuou a residir no campo, isto é, o camponês europeu era autárquico noutro sentido, no sentido de que dentro da unidade camponesa existia uma divisão social do trabalho que ia desde as tarefas agrícolas até as tarefas de manufatura”.³⁸⁶

Já no Brasil, o processo de constituição da indústria não se deu nos mesmos termos dos países clássicos, aqui, “quando a **industrialização** começa a ser o motor da expansão capitalista (...), ela tem que ser **simultaneamente urbana** porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas”.³⁸⁷ Ao contrário “do camponês europeu [que] era, simultaneamente, um agricultor e um artesão”³⁸⁸ o camponês ou, como alerta Oliveira o “semi-camponês (...) porque nunca teve a propriedade da terra, senão a posse”³⁸⁹ produzia **apenas**³⁹⁰ os bens agrícolas e pecuários. Aqui, devido ao fato de quase inexistir uma maior diversificação da divisão social do trabalho na unidade camponesa acabou-se por exigir que: ou a industrialização fosse simultaneamente urbana, “ou teria muito poucas condições de nascer”.³⁹¹

Assim, uma vez compreendido a real significação para Oliveira da expressão *simultaneidade da industrialização com urbanização*, resta-nos ainda desvendar a outra, qual seja; *autarcização da produção industrial*.

Conforme o autor, as indústrias que nasceram nas cidades, que até então eram sedes “apenas do aparelho burocrático quanto do capital comercial”³⁹², não encontraram um tipo de divisão social do trabalho “que desse lugar a unidades

³⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 42. Engels já nos demonstrava em sua clássica obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* que “antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário”. Cf. ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007, pp. 45 e 46.

³⁸⁷ (Grifos nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 42.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 42.

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 42.

³⁹⁰ Como já dito, será esse *apenas*, advérbio utilizado e sublinhado logo acima por Oliveira, que determinará a necessidade tanto da industrialização com simultaneidade da urbanização quanto, como veremos a seguir, da autarcização da produção industrial.

³⁹¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 42.

³⁹² *Ibid.*, p. 43.

produtivas de pequeno porte”³⁹³; por inexistir uma ampla divisão social do trabalho anterior tiveram as indústrias nascentes que se constituíram na forma de grandes unidades produtivas – em unidades de grande porte.

Somado a isso, também não tiveram essas indústrias como se apoiar “em nenhuma divisão social do trabalho pretérita que as ligasse com o campo”³⁹⁴, uma vez que, como visto, o campo brasileiro **apenas** produzia, ao contrário do campo nos casos clássicos, os bens agrícolas e pecuários, não havendo qualquer produção manufatureira³⁹⁵.

Assim, seja pela inexistência anterior de uma ampla divisão social do trabalho nas cidades, seja pela relação estanque dessa mesma divisão entre o campo e a cidade, terão as indústrias nascentes brasileiras de ser “completamente autárquicas”, isto é;

de um lado, a grande maioria das indústrias brasileiras dos grandes conjuntos industriais, as Indústrias Matarazzo, por exemplo, vamos ver que ela, sendo uma indústria de bens não duráveis de consumo, tem dentro de si desde o princípio uma divisão social do trabalho extremamente complexa. Isso se repete por quase todos os grandes conjuntos da indústria brasileira. (...) A indústria vai conter dentro de si uma divisão social do trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final. Isto é bastante evidente. Cidades como Paulista, em Pernambuco, e Votorantim, em São Paulo, são exemplos onde a indústria para se instalar teve que simultaneamente instalar uma cidade, desde o fazer a casa para o operário (o que em muitos casos parecia um pouco o idílio entre capital e trabalho), e até uma complexa divisão social do trabalho no interior da própria fábrica.³⁹⁶

Claro está, portanto, que por ter a nascente indústria brasileira de surgir mediante uma **autarcização de sua produção**, acabou ela por exigir “graus de capitalização muito mais altos”³⁹⁷, isto é, por ter de instalar “toda uma complexa divisão social do trabalho no interior de uma unidade industrial”³⁹⁸, terão essas

³⁹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 43.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 43.

³⁹⁵ Lembrem-se, como já observado por Oliveira (nota 289), que peças tais como as rocas de fiar não passam de peças de museu no Brasil.

³⁹⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 43.

³⁹⁷ *Ibid.*, p. 44.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 44.

indústrias de elevar constantemente os coeficientes do capital constante de sua produção, sem o qual elas não se viabilizarão.

Por esta razão, todo esse complexo processo de constituição industrial concorrerá com o rebaixamento do “próprio poder de acumulação de cada grupo industrial em si mesmo”³⁹⁹ e isso por que, para tomar novamente um exemplo concreto do autor;

se uma indústria como a Matarazzo para funcionar, exigia manter quase todo um complexo industrial para fabricar um único bem, isto significava que do ponto de vista da produtividade do trabalho, para conseguir uma tonelada de sabão em relação aos capitais aplicados, a produtividade do trabalho era baixa. (...) Isso requereu taxas de capitalização elevadas e, quase que por essa determinação de base técnica, as indústrias logo tiveram uma alta concentração de capital e uma tendência a constituir-se em oligopólios ou conglomerados.⁴⁰⁰

Como se vê, tanto a simultaneidade da industrialização com urbanização, quanto a autarcização da produção industrial – condições necessárias segundo Oliveira ao nascimento das indústrias brasileiras – acabaram por resultar num ritmo de acumulação industrial “não apenas lento mas intermitente, e conseqüentemente níveis bastante medíocres para o conjunto da economia industrial como um todo”.⁴⁰¹ Desse modo, o avanço da divisão do trabalho interno com vistas ao desenvolvimento do capitalismo industrial, repousou “tão-somente sobre as relações que o custo da reprodução da força de trabalho industrial guardará com a própria acumulação industrial, e, secundariamente, sobre o perfil de demanda das débeis camadas médias das cidades”.⁴⁰²

Ou seja, ao contrário de Celso Furtado que, baseando-se no consumo da burguesia, construiu a famosa tese da “industrialização por substituição de

³⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982, p. 44.

⁴⁰⁰ *Ibid.*, p. 44.

⁴⁰¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 26.

⁴⁰² *Ibid.*, p. 26.

importações”⁴⁰³, Oliveira defende que o avanço da diversificação da divisão social do trabalho rumo ao capital industrial se deu, na verdade, graças a outros fatores:

Em primeiro lugar, devido à manutenção, mediante as “transformações que se processam no próprio campo”,⁴⁰⁴ do baixo custo da reprodução da força de trabalho que, somada ao simultâneo surgimento do já assinalado exército industrial de reserva contribuíram para a permanência dos ínfimos níveis salariais dos novos operários industriais.

Em segundo, ao contrário da tese furtadiana acima citada, foram os poucos itens não agrícolas da cesta de consumo dos assalariados, ou ainda da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência (campesinato ou quase-campesinato) que, segundo Oliveira:

imporão um caminho à industrialização nascente: ela começará pelos bens não duráveis, tipo alimentos, calçados, têxteis, e alguns bens intermediários para os quais a existência de recursos naturais do País, os altos custos de transporte de importação e o concurso da mão-de-obra barata os tornarão competitivos (principalmente no ramo de minerais não metálicos). O tamanho das empresas nesses ramos não será insignificante, principalmente no têxtil, dada a dimensão do mercado constituída por uma massa de valor (a folha de salários) de baixo nível, é certo, mas extremamente extensa. O sentido geral da industrialização seguirá, de perto, pois, os níveis, a composição e as modificações no custo de reprodução da força de trabalho; a demanda das classes médias, débeis tanto numérica quanto qualitativamente, bem como da burguesia agrária e urbana, continuará sendo atendida pelas importações.⁴⁰⁵

⁴⁰³ Para Furtado, a “existência de uma classe dirigente [tal como a brasileira] com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países. (...) Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”. Desse modo, pois: “A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fases mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização” e, não sem razão segundo ele, será “durante a fase de ‘substituição de importações’, a qual se liga às tensões da balança de pagamentos que tem início a formação de um sistema industrial [brasileiro]”. (Grifos nossos) Cf. FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974, pp. 77 a 94.

⁴⁰⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 27.

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 27.

Nesse passo, faz-se necessário o resgate de alguns pontos anteriormente expostos para que assim não percamos o fio condutor da discussão até aqui realizada.

Como já visto no início deste capítulo, Oliveira busca responder, mediante a pesquisa das *formas e do movimento da reprodução do capital* no período correspondente à República Velha (1889-1930), a duas importantes questões;

1º - Por quê tardou a industrialização no Brasil, como forma do novo capital?

2º - Por quê a sociedade política no Brasil não transitou para as formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais?

Quanto à primeira questão, a discussão até aqui realizada já nos oferece subsídios suficientes para respondê-la, entretanto, não seria demasiado a nosso ver, repassar sucintamente os elementos que compõem essa resposta.

Como se viu, o nascimento do capital industrial no Brasil da República Velha foi marcado por uma série de restrições que, segundo Oliveira, acabaram por protelar seu avanço.

A quase inexistência, devido à herança do modo de produção agroexportador, de uma economia de trocas anterior; a ausência de virtualidade técnica da ampla população liberada para o capital com a Abolição; a necessidade, graças à referida relação estanca entre campo e cidade, da simultaneidade da industrialização com urbanização, bem como da autarcização da produção industrial; e, por fim, a concentração de renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo foram responsáveis, em grande medida, por esse intermitente e tardio avanço da economia brasileira rumo ao capitalismo industrial. Contudo:

ao lado de todas essas restrições, existirá uma outra que garroteará as possibilidades de financiamento da acumulação de capital: a já assinalada intermediação comercial e financeira externa da economia da República Velha, que privilegiará constantemente a forma de valor da agroexportação, e que se expressa na política de defesa do café. Um negativo dessa restrição pode ser encontrado no encilhamento: na ausência dos mecanismos internos de financiamento da formação de capital, a virtualidade das demais condições – que avançam, apesar de tudo – não conseguirá concretizar-se, pelo menos

na velocidade esperada pelos agentes sócio-políticos-econômicos que viam na implantação do trabalho livre assalariado o sinal de mudanças há tanto tempo esperado.⁴⁰⁶

Respondida a primeira questão de Oliveira com base na lógica interna de seu próprio pensamento, resta-nos agora partir para a resposta da segunda que, por exigir alguns elementos não expostos preteritamente, será mais extensa e detalhada.

5 – A Constituição Histórica da denominada “Oligarquia Antiburguesa”.

Como visto acima com Oliveira, desde o Império estava ocorrendo transformações na classe dominante brasileira que, de um baronato fundado pelo Estado e a ele subordinado no período colonial estava passando à condição de uma burguesia agrária graças à nova função por ela assumida de mediadora entre a força de trabalho e as forças produtivas, bem como da destruição do que Fernando Novais denominou de mecanismos do ‘exclusivo comercial’ externo.

No entanto, o acabamento completo dessa nova classe social (a burguesia agrária brasileira) se deu efetivamente

no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente do produto social, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa a acumulação primitiva, se dá no nível da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que repõem o econômico sob formas de coerção não econômica: o coronelismo e suas seqüelas, a meação, a parceria, o colonato, o barracão.⁴⁰⁷

Oliveira observa que durante todo esse processo, a luta de classes deu-se em dois planos: o primeiro, que não se deve *superestimar* segundo o autor, seria o do antagonismo entre “proprietários e não-proprietários ou entre exploradores e

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 28.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, pp. 29 e 30.

explorados”⁴⁰⁸ sendo, o segundo, o antagonismo “no seio da própria classe dominante, proprietária e exploradora”.⁴⁰⁹

Quanto ao segundo, Oliveira adverte que não se trata de um mero antagonismo entre distintos proprietários do capital, mas, utilizando-se das contribuições de seu companheiro do *Cebrap* José Arthur Giannotti⁴¹⁰, defende que: “A transformação de pessoas em *personas* do capital *distintas* somente se dá quando se diferencia a forma como o pressuposto é repostado (...), isto é, quando as diferenças na produção e apropriação do valor geram circuitos distintos de reposição do produto”.⁴¹¹ Assim, serão as transformações ocorridas no nível da produção e reprodução do valor que, de acordo com ele, gerarão os antagonismos na burguesia agrária brasileira e, conseqüentemente, sua metamorfose em seu contrário – na “oligarquia antiburguesa”.

Como já observado por Oliveira, a economia da Primeira República, beneficiada que foi pelas metamorfoses ocorridas nas relações de produção já descritas acima, acabou por reiterar a ‘vocação agrícola’ do País, cujo financiamento se dava, fundamentalmente, na forma de empréstimos estrangeiros.

Dessa forma, portanto, tal processo criou, segundo Oliveira, um círculo vicioso:

⁴⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 29. Mesmo que Oliveira defenda que o antagonismo entre exploradores e explorados não tenha sido ausente nesse período, argumenta ele, todavia, que “uma superestimação desse conflito (...) teria caráter meramente ideológico”. (Grifos nossos) Cf. *Ibid.*, p. 29. Ora, aqui residem, a nosso ver, duas falhas da pesquisa de Oliveira. A primeira diz respeito ao significado implícito do termo ideologia que, como vimos na citação acima, apresenta claramente um sentido de falsa consciência, de mascaramento – intencional – de uma realidade. Já a segunda refere-se ao fato de que, ainda que busquemos não superestimar tal conflito, não se pode, entretanto, subestimá-lo, ou seja, hoje já existe uma ampla historiografia que demonstra ter sido intenso o conflito entre exploradores e explorados. Tanto é assim que tal intensidade não somente representou uma grande preocupação do antropologismo dos intelectuais conhecidos como autoritários do começo do século, mas também motivou uma ampla repressão do Estado, cujo exemplo da colônia penal de Clevelândia só vem a ratificar. Ver os trabalhos de BRITO, Edson Machado de. *Do Sentido aos Significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. 2008, Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP. São Paulo e SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002; os autores autoritários TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914 e VIANNA, Francisco J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 5ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.

⁴⁰⁹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 29.

⁴¹⁰ Ver o Capítulo II - Ardil do Trabalho constante da obra: GIANNOTTI, José Arthur. *Trabalho e Reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

⁴¹¹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 30.

a realização do valor da economia agroexportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agroexportadora. Simultaneamente, o mecanismo do financiamento *externo* bloqueava a produção do valor da mercadoria de realização *interna*.⁴¹²

Todavia, esse círculo vicioso ao se agravar – e segundo Oliveira agravava-se permanentemente –, terminou por promover um duro golpe na formação do valor da economia agroexportadora, com o que essa própria forma de produção de valor era negada constantemente. Dito de outro modo: tem-se que, em casos extremos, os “requerimentos do financiamento externo acabam por consumir todo o valor da economia agroexportadora”⁴¹³, isto é, nesses períodos a quase totalidade do valor gerado pela economia agroexportadora destinava-se ao pagamento dos custos da intermediação comercial e financeira “operando-se uma redistribuição da mais-valia entre *lucros internos e lucros e juros externos* completamente desfavoráveis aos primeiros”.⁴¹⁴

Desse modo, portanto, só havia uma forma de devolver a parte substancial do excedente produzido pela economia agroexportadora que se esvaía ao exterior na forma de lucros e juros da intermediação comercial e financeira; forma essa que consistiu na reiteração dos empréstimos estrangeiros, fato que, na opinião do autor, aprofundou sobremaneira a inviabilidade desse tipo de economia:

o saldo em circulação da dívida externa era já acumulação financeira – ou, se quiserem os Keynesianos, poupança – da própria economia agroexportadora, mas que não reentrava no circuito de produção senão sob a forma de novos empréstimos, isto é, sob a forma de uma distribuição de mais-valia que não se repunha como lucros, mas como juros, e que iria aparecer no produto também não como lucros, mas de novo como juros.⁴¹⁵

Vale ressaltar ainda que essa reiteração da ‘vocação agrícola’ do país não somente negará a produção do valor da economia agroexportadora: ela também bloqueará o desenvolvimento da divisão social do trabalho em direção ao

⁴¹² (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 30 e 31.

⁴¹³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 31.

⁴¹⁴ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 31.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 34.

“capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias nos setores não agroexportadores”⁴¹⁶, bem como trará o avanço da divisão social do trabalho no campo.

Quanto a esse último ponto, Oliveira adverte que:

Nascendo como uma burguesia agrária, quando se funda na economia brasileira o trabalho assalariado e o campesinato, a classe dominante rural bloqueará o avanço da divisão social do trabalho no campo – em suma, a penetração do capitalismo no campo, de uma forma quase total, exatamente porque perpetuou o mecanismo que inicialmente cumpria o papel da acumulação primitiva.⁴¹⁷

Sem embargo, será graças à incapacidade “de ultrapassar os níveis de **reprodução simples**⁴¹⁸, pela presença da intermediação comercial e financeira”,⁴¹⁹ que a burguesia agrária brasileira reproduzirá internamente “**o mecanismo de exploração externa**⁴²⁰ que lhe roubava o excedente”⁴²¹, ou seja, sendo os lucros

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 33.

⁴¹⁷ (Grifos no Original) *Ibid.*, pp. 34 e 35.

⁴¹⁸ (Grifos nossos) A reprodução simples, a que se refere Oliveira, deve-se às contribuições de Karl Marx que assim a resume: “As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. Permanecendo invariáveis as demais condições, só pode reproduzir ou manter sua riqueza no mesmo nível, substituindo durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos, isto é, instrumental de trabalho, matérias-primas e substâncias acessórias, por quantidade igual de artigos da mesma espécie, separados da produção anual e incorporados ao processo de produção que continua. Determinada parte do produto anual pertence portanto à produção. Destinados, desde a origem, ao consumo produtivo, essa parte possui formas que, em regra, tornam-na inteiramente inadequada ao consumo individual. Se a produção tem a forma capitalista, também terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, no corrente ano, transforma 100 libras esterlinas em capital e produz 20 de mais valia, terá no próximo ano e nos subseqüentes de repetir a mesma operação. Como acréscimo periódico ao valor do capital, ou fruto periódico do capital em movimento, a mais valia toma a forma de um rendimento que tem sua origem no capital. Se o capitalista só utilizasse esse rendimento para consumo, gastando-o no mesmo período em que ganha, ocorrerá então, não se alterando as demais circunstâncias, reprodução simples”. (Grifos nossos) MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, v. II. (Trad. Reginaldo Sant’Ana). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996, pp. 659 e 660. Ver também a respeito dessa categoria presente em *O Capital*, o obra de TEXEIRA, Francisco S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995, pp. 235-251.

⁴¹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 35.

⁴²⁰ (Grifos nossos) Lembrem-se, como acima já explicitado por Oliveira que: “o que passa virtualmente ao controle dessa nova classe social é aquilo que na Colônia constituía o ‘exclusivo’,

dessa burguesia amplamente tolhidos pelos custos da intermediação comercial e financeira, acabará ela, como forma de alcançar ao menos os níveis da reprodução simples, por se valer de uma “apropriação do excedente ao nível da circulação via mecanismos de controle político e social já descritos [a meação, a parceria, o colonato, o barracão], com o que travou o acabamento da formação camponesa e sua conseqüente dissolução”.⁴²²

Para Oliveira, foi a constante reiteração das condições acima expostas que acabou por transformar a burguesia agrária no que ele denomina de oligarquia anti-burguesa. Vale dizer:

Esse complexo movimento vai separar e distinguir as distintas **personas** do capital, transformando-as em classes sociais com interesses antagônicos. A negação do valor da própria economia agroexportadora implicava necessariamente na negação das demais atividades econômicas, pelos mecanismos já descritos. Na reiteração dessa negação, a burguesia agrária transforma-se em oligarquia antiburguesa.⁴²³

Ainda no mesmo diapasão, salienta Oliveira que também o Estado se transformou devido as conseqüências dessa reiteração, isto é, também ele, por ter de se valer dos mesmos mecanismos de produção do valor da economia agroexportadora para a realização de suas receitas e despesas, acabou por perder “a autonomia de um ente separado das classes sociais dominantes. Torna-se incapaz de opor à reiteração agroexportadora os interesses das outras classes sociais”.⁴²⁴ Ou seja, o Estado brasileiro

Nem é mais um Estado liberal; transforma-se, se é permitida a expressão, num Estado Oligárquico. As reações surgidas de dentro do próprio Estado, de que o Tenentismo é a expressão mais presente e persistente ao longo da história da República Velha, podem receber hoje o crédito histórico de elementos dissolventes da República oligárquica e até os louros de futuras transformações. Mas elas são imponentes para transformar a sociedade a

como salienta Fernando Novais, isto é, o monopólio do excedente econômico” produzido, agora, pelo campesinato ou quase-campesinato. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 14.

⁴²¹ (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 35.

⁴²² (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 35.

⁴²³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 34.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 35.

partir do seio do próprio Estado; apenas quando a própria unidade oligárquica se fratura é que surge a possibilidade da transformação.⁴²⁵

Como se vê, foi graças à “subordinação de toda a economia, de todos os seus segmentos, tanto setoriais quanto regionais, à forma de produção do valor da economia agroexportadora e seu xifópago, a intermediação comercial e financeira externa”⁴²⁶ que se formou uma oligarquia burguesa, bem como um Estado Oligárquico, isto é, foi mediante a reiteração da ‘vocação agrícola” do País, e todas suas conseqüências já inúmeras vezes assinaladas, que se impossibilitou, como afirma Oliveira, que a “sociedade política no Brasil transite para formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais”.⁴²⁷ Tanto é assim que, segundo ele

Não é estranho à dinâmica da história, portanto, que a reação a esse quadro, que vai desaguar na Revolução de 1930, tenha começado pela dissidência oligárquica de outras regiões do País em relação à oligarquia hegemônica, a cafeicultura, sediada sobretudo em São Paulo. A quebra do monolitismo oligárquico é condição para a Revolução, mas no seu rastro, terminado por impor-se, serão os novos interesses burgueses, será a nova forma de produção do valor, serão as novas condições de reposição do pressuposto fundamental – do lucro, em última instância – que darão a pauta desde metade da década de trinta, quando se reorienta principalmente a intermediação comercial e financeira que de **externa** passa para **interna**, depois de demonstrada *in extremis* a inviabilidade de permanência da economia agroexportadora e de suas relações internacionais com a crise de 1929 e a política de destruição dos excedentes de café. Nesse processo, o Estado [antes oligárquico] vai jogar um papel fundamental no financiamento da acumulação de capital e na regulação das relações entre o **novo capital** e o **novo trabalho** e, agora, na subordinação dos interesses da oligarquia aos interesses da acumulação industrial.⁴²⁸

Importante observar aqui, que ainda que o Oliveira se utilize do termo *oligarquia* sem especificar sua gênese, ou mesmo sem nenhuma citação que nos ajude a desvendá-lo, pode-se facilmente inferir que tal designação tem certamente

⁴²⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 35 e 36.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 35.

⁴²⁷ *Ibid.*, p. 2.

⁴²⁸ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 34. A interpretação de Oliveira concernente a esse novo processo de acumulação urbano-industrial da economia brasileira pós-30 será tratada mais detidamente no capítulo subsequente (Cap. III).

influência da teoria *tipológica, psicossociológica e etapista*, dos argentinos Gino Germani, José Graciarena, dentre outros. Certamente Oliveira teve contato com tal literatura, uma vez que numa simples olhadela pelas obras de seus companheiros do CEBRAP, principalmente Weffort, autor muitas vezes citado por ele no que concerne à análise política, facilmente pode ser encontrado esse “conceito” que é amplamente referenciado às obras dos autores acima citados.

Segundo esses autores, a denominada “oligarquia” – uma espécie de tipo ideal weberiano – foi uma das **etapas** do processo de **evolução política** dos países latino-americanos, processo de transição política que culminou em formas de *democracia representativa com participação total*, que garantiram “a exclusão da população ‘periférica’⁴²⁹ e a existência de um *consensus* entre todos os grupos das regiões ‘centrais’ – altos, médios, e populares – na manutenção do ‘jogo das instituições’, precisamente dentro destes limites”.⁴³⁰

Em suma, para Gino Germani, por exemplo:

A evolução política dos países latino-americanos pode ser descrita sinteticamente como uma série de **seis etapas sucessivas** e, conseqüentemente, o estado atual de cada país determinado poderá definir-se com relação à etapa alcançada dentro do processo de transição. Convém advertir os grandes perigos que este procedimento implica. Sem dúvida, é o único que permite oferecer uma visão de conjunto do processo, e se não forem negligenciadas suas limitações óbvias, passará a constituir-se um recurso metodológico de considerável utilidade. São seis as seguintes etapas em que dividimos o processo: 1) Guerras de libertação e proclamação formal da independência; 2) guerras civis, caudilhismo, anarquia; 3) autocracias unificadoras; 4) [e aqui nos interessa especialmente] democracia representativa com participação ‘limitada’ ou ‘oligarquia’; 5) democracias representativas com participação ampliada; 6) democracias representativas

⁴²⁹ Para se ter uma idéia da teoria epistemológica e psicossociológica destes *teóricos da Modernização*, observem como Gino Germani conceitua a exclusão política das ditas “regiões periféricas”: “O país encontra-se dividido (esquemáticamente) em duas partes: áreas ‘centrais’ onde se verifica um grau de modernização, com a formação de uma ou várias cidades grandes, base das referidas camadas médias, e todo o resto, constituído por regiões ‘periféricas’ que incluem a grande maioria da população. A última parte pertence, sociologicamente, ao padrão tradicional (...): economia de subsistência, formas mentais e controle social fundamentado nos mecanismos e normas das instituições tradicionais. Deste modo, a grande maioria da população permanece passiva no processo político *não porque a exclua* (por exemplo, através das formas legais ou ilegais de limitação do voto), mas, *sobretudo*, por sua mentalidade, nível de aspirações e expectativas ‘ajustadas’ às possibilidades e condições concretamente oferecidas pelo tipo de estrutura que vive. (Grifos no Original) GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa época de Transição*. (Trads. Eurico L. Figueiredo & José Jeremias O. Filho). São Paulo: Ed. Mestre Jou, s. d., p. 164.

⁴³⁰ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 165.

com participação total. (...) A passagem à quarta etapa – *democracia com participação limitada* (que em linguagem corrente na América Latina chama-se ‘oligarquia’) – foi extremamente variável. Ocorreu cedo no Chile, após Portales e desde a segunda metade do século XIX, como na Argentina depois de Rosas, ou desde os últimos anos do século XIX e primeiros anos do atual, no Uruguai, após a série de três ditadores entre 1870 e 1903; no Brasil, também podemos falar de uma transição análoga – com todas as reservas do caso – após o desaparecimento do ‘poder moderador’ ou da ‘democracia coroada’, representada por D. Pedro II e o estabelecimento da República.⁴³¹

Explorando ainda a provável gênese do termo oligarquia, convém apresentar outro autor, amplamente citado por Weffort⁴³² que, em sua obra *Poder y Clases Sociales em el Desarrollo de America Latina* dedica o Capítulo II à introduzir alguns “ajustes”, “correções” e “atualizações” do termo. Eis o que diz o argentino Jorge Graciarena:

Oligarquías latifundistas. Están basadas em la gran propiedad agrária semifeudal que produce para la exportación ganando o productos agrícolas; es el caso Del gamonal peruano, Del gran fazendeiro brasileño y Del estanciero rioplatense. La dependência econômica de las relaciones imperialistas Del mercado internacional son muy grandes. La sociedad correspondiente es biclasista em lo esencial y las relaciones personales interclases responden bien al esquema de uma estructura de castas, pues la clase principal, la que proporciona la fuerza de trabajo, está formada em su mayor parte por índios o negros, em una relación com la clase dominante de esclavitud o semiesclavitud”.⁴³³

⁴³¹ (Grifos no Original) GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa época de Transição*. (Trad. Eurico L. Figueiredo & José Jeremias O. Filho). São Paulo: Ed. Mestre Jou, s. d., pp. 161 e 162.

⁴³² Francisco Weffort, baseando-se nas contribuições de Jorge Graciarena, assim resume o “conceito” oligarquia: “Dominação das elites agrárias e ideologia liberal, conteúdo oligárquico e formas democráticas – eis uma das raízes do Estado latino-americano. Como se sabe, nas linhas do desenvolvimento político europeu o liberalismo confere ao Estado seus fundamentos doutrinários como Estado de direito, democrático e nacional, isto é, estabelece os marcos do jogo político como padrões gerais válidos para todos os cidadãos. Os padrões oligárquicos, pelo contrário, tendem a restringir a participação política aos membros de uma ‘elite’ vinculada à grande propriedade da terra ou àqueles setores que poderiam assimilar-se a ela”. WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1978, p. 62 e (nota 7 da mesma obra). Ver também o Capítulo II – *Estado e Massas no Brasil*, p. 45 e ss.

⁴³³ “Oligarquias Latifundiárias. Baseadas na grande propriedade agrária semi-feudal, que cria gado ou produtos para exportação; é o caso do ‘gamonal’ peruano, do grande fazendeiro brasileiro e do estancieiro do Rio de Prata. A dependência econômica das relações imperialistas do mercado internacional é muito grande. A sociedade correspondente é essencialmente biclassista e as relações pessoais entre as classes correspondem bem ao esquema de uma estrutura de castas, pois a classe mais numerosa, a que fornece a força de trabalho, é constituída em sua maior parte de índios ou negros, cuja relação com a classe dominante é de escravidão ou semi-escravidão”. (Tradução livre do autor) Cf. GRACIARENA, Jorge. *Poder y Clases Sociales em el Desarrollo de America Latina*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1967, p. 65. Cf. tradução da obra: GRACIARENA, Jorge. *Poder e Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina*. (Trad. Miguel Maillat). São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1971. Ver

Percorrido, pois, as determinantes mais fundamentais do complexo ideológico do autor no que concerne a interpretação do período correspondente à República Velha (1889-1930) cabe-nos frisar ainda que, para ele, a análise desse processo histórico não poderia jamais prescindir do exame das relações internacionais que o conformara

a intermediação comercial e financeira externa, que tanto se enfatizou ao longo deste trabalho, não é um acaso nessa trama de relações: ela é a *relação*. Seu epicentro é a Inglaterra, na fase típica de exportações de capitais; seu nome é *imperialismo*.⁴³⁴

Ou seja, sustentando-se na formulação de Vladimir I. Lênin que, segundo ele, seria a melhor aproximação a esse desenvolvimento teórico⁴³⁵ defende que:

ao controlar grande parte do comércio internacional de matérias-primas, cuja origem é a especificidade da composição orgânica do capital na Inglaterra, o sistema financeiro inglês tornou-se o responsável e o beneficiário da realização do valor das mercadorias em escala internacional. É essa a sua ligação com a economia brasileira. (...) No momento em que a moeda e o sistema financeiro ingleses se converteram em internacionais, eles se

também: WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1978, especialmente o *Capítulo II – Estado e Massas no Brasil*, p. 45 e ss.

⁴³⁴ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 35.

⁴³⁵ São várias, segundo Oliveira, as posições teóricas que divergem quanto a “natureza e as formas do imperialismo”. Dentre eles se encontra os de Rosa Luxemburg, que argumenta no sentido de ser o imperialismo o resultado de uma “crise de realização das metrópoles, criando a necessidade de novos mercados”; a de Ruy Mauro Marine cujo fundamento reside no “barateamento do custo da reprodução da força de trabalho metropolitana e acumulação, via imposição de relações de trocas desfavorável à periferia”; a de Fernando Henrique Cardoso que nega a validade a esta última, principalmente no que tange a “troca desigual” uma vez que, segundo ele, “o café não seria um item importante da cesta de reprodução da força de trabalho metropolitana”. Entretanto, nenhuma delas, segundo o autor, conseguiu resolver como se forma exatamente “o dinheiro internacional, o dinheiro-capital internacional, e de como ele passa a ser o *pressuposto e produto* da formação do valor em qualquer latitude. Parece-me, no fim das contas, que a melhor aproximação a esse desenvolvimento teórico continua a ser o de Lênin”. (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 37 (nota 16). Ver LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. (Trad. Moniz Bandeira). Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970; MARINE, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: STEDILLE, João P.; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marine: Vida e Obra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005; CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1977. Ver ainda a respeito da controvérsia entre Ruy M. Marine e Fernando H. Cardoso, bem como sobre outras vertentes da dita “Teoria” da Dependência COTRIN, Ivan. *Imperialismo e Via Colonial x “Teoria” da Dependência*. Revista PUC VIVA, São Paulo, ano 6, n. 20, pp. 49 a 77, abr. a jun. 2004. Ver também CHASIN, José. *A Via Colonial De Entificação Do Capitalismo*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 54 a 58.

convertem no pressuposto de qualquer produção de mercadorias, em qualquer parte do mundo. (...) E, ao funcionar como moeda não nacional de subsistemas nacionais diferentes, o capitalismo inglês produziu a reiterações de um padrão de reprodução do tipo do que regeu a economia brasileira desde os dias do Império até a República Velha.⁴³⁶

Com efeito, Lênin em sua clássica obra *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* já tinha antevisto (não no sentido de vidência profética, é claro) a subordinação de economias periféricas à forma de produção do valor – com base na agroexportação, por certo – que beneficiasse sobretudo os lucros da *intermediação comercial e financeira externa*, isto é, que beneficiasse o capital financeiro metropolitano em detrimento, inclusive, da própria independência política destes países. Eis o que diz ele:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos.⁴³⁷

⁴³⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 36, 37 e 38.

⁴³⁷ LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. (Trad. Leila Prado). São Paulo: Ed. Centauro, 2005, p. 82.

Capítulo III - A Economia Brasileira Pós-1930

Em 1972, dois anos após a entrada de Oliveira no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi publicado pela revista dessa instituição (*Estudos Cebrap*) seu clássico artigo *Crítica à Razão Dualista*.

Neste trabalho, que conforme visto nasceu em resposta ao texto *O Regime Político Brasileiro* de Fernando Henrique Cardoso⁴³⁸, Oliveira buscou contribuir para a “revisão do modo de pensar a economia brasileira, na etapa em que a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema, isto é, para efeitos práticos, após a Revolução de 1930”.⁴³⁹

Todavia, observava o autor que seu exame não tratou de avaliar a “performance do sistema numa perspectiva ético-finalista de satisfação das necessidades da população”⁴⁴⁰, tal como fizeram os cepalinos, nem tampouco discutiu “magnitudes de taxas de crescimento”⁴⁴¹ como propunham os economistas conservadores, isto é, sua revisão do modo de pensar a economia brasileira pós-1930 centrou “sua atenção nas transformações estruturais, entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção”.⁴⁴²

Contudo, preocupado em recusar um tipo de análise “economicista”, preocupação certamente influenciada pelo repúdio incisivo dessa forma de análise pela maioria dos pesquisadores do *Cebrap*, Oliveira incorporou à perspectiva de seu trabalho, “o nível político ou as condições políticas do sistema”⁴⁴³, buscando demonstrar

⁴³⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro*. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

⁴³⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. *O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 29. Aqui, já se expressa uma primeira objeção de Oliveira ao artigo de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, ao contrário do sociólogo que considera o golpe de 1964 num “sentido limitado de uma revolução econômica burguesa”, Oliveira, como veremos, defenderá o ano de 1930 como o marco histórico de tal “revolução”. Ver CARDOSO, Fernando Henrique. *op. cit.*, p. 71.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. *O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 29.

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 29.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 29.

⁴⁴³ *Ibid.*, p. 29.

que as ‘passagens’ de um modelo a outro, de um ciclo a outro, não são inteligíveis economicamente ‘em si’, em qualquer sistema que revista características de dominação social. O ‘economicismo’ das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda a par com a recusa em reconhecer-se como ideologia.⁴⁴⁴

Importante observar que, ao se opor ao caráter mecânico das análises *economicistas*, Oliveira acaba por resvalar para o *politicismo*⁴⁴⁵, isto é, ainda que considere o processo econômico em sua análise, buscará na política sua explicação e fundamento último. Desse modo, pois, a economia, como veremos, aparecerá em sua análise muitas vezes como

uma espécie de pano de fundo por si amorfo, ou melhor, uma plataforma virtual com várias possibilidades, que será decidida pela política – correlação de forças constitutivas de alianças (...) Nesse contexto, a economia – o complexo produtivo material, a base material da existência humana, é reduzida a *fator*, ou seja, ocorre o desnaturamento ontológico da atividade vital ou essencial do homem.⁴⁴⁶

⁴⁴⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 29.

⁴⁴⁵ “Em verdade a oposição ao caráter mecânico do economicismo leva ao politicismo (a política como última instância) sem que surja uma teoria mais consistente da sociabilidade e de seus processos, ou seja, o caráter de matrizarmento da esfera produtiva é reduzido a uma posição relativamente secundária, isto é, fica-se sem saber qual a força determinativa do ‘fator’ econômico. Na medida em que deixa de ser a economia a esfera matrizaradora da sociabilidade, e é convertida em fator, não se sabe mais com precisão qual é o peso determinativo desse fator, e a política passa a ser a última instância”. CHASIN, José. Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista. In: *Revista Ensaio Ad Hominem 1, Tomo IV – Dossiê Marx*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p. 35.

⁴⁴⁶ (Grifos no Original) *Ibid.*, pp. 34 e 35. Importante consignar aqui que apesar de criticarmos o *politicismo* de Oliveira claramente representado na passagem acima, não coadunamos com a crítica da economista Maria da Conceição Tavares que, argumentando que o “avanço científico não pode prescindir, pois, de **análises parciais e claramente delimitadas** em seu recorte do real” uma vez que há uma “**impossibilidade histórica**, de que esse **esforço de totalização possa ser resolvido antes que as próprias determinações do sistema se encontrem configuradas**” defende que “a própria escolha do processo de acumulação como núcleo da análise integradora padece da mesma dificuldade de resolução teórica... Invocá-la como categoria totalizante seria substituir a análise do real por simples exigência. Enquanto proposição analítica, não é, portanto, menos ambiciosa do que a reconstrução ‘totalizante’ da sociedade, nem diminui o risco de recriar uma nova consigna que, enquanto tal, não é conhecimento. (...) O economista Francisco de Oliveira parece não ter-se dado conta dessa dificuldade em seu último ensaio [Crítica à Razão Dualista], quanto ao mais, rico em sugestões críticas. Oliveira cede à tentação de propor-se uma análise ‘totalizante’ que integre o econômico, o político e o social. Sua tentativa de resolver esses problemas se faz através da inclusão em sua análise de elementos políticos e sociais injetados arbitrariamente para explicar uma ou outra circunstância histórica. Deste modo, não só não consegue realizar a sua intenção totalizante como debilita sua própria crítica do economicismo”. (Grifos nossos) Cf. *Á Guisa de Introdução* escrito pela autora em 20 de junho de 1972 na cidade de Santiago (Chile). In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973, p. 24.

Prosseguindo ainda na exposição de seu trabalho, Oliveira chama a atenção para o fato de que tal se insere ao lado de outros surgidos no mesmo período, trabalhos que, buscando “renovar a discussão sobre a economia brasileira”, deram

mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise, procurando recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de ‘respeito humano’ que deu largas à utilização do arsenal marginalista e Keynesiano, estes conferindo honorabilidade e reconhecimento científico junto ao *establishment* técnico e acadêmico.⁴⁴⁷

Desse modo, ao contrário dos “esquemas teóricos e analíticos”⁴⁴⁸ de boa parte da intelectualidade do período que, presos “às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado” acabaram por construir um “estranho mundo da dualidade”, o esforço reinterpretaivo intentado por Oliveira suportou-se, segundo ele, “teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo”.⁴⁴⁹

Ou seja, buscou ele em sua análise romper com “o que se poderia chamar de conceito do ‘modo de produção subdesenvolvido’”, conceito que, constituído “polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’”, não se sustentava teoricamente enquanto uma formação histórico-econômica singular, uma vez que, para ele: “esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos”.⁴⁵⁰

Em suma: Oliveira defendeu em sua análise que a dita oposição entre um setor atrasado e um setor moderno propugnado pelo dual-estruturalismo como uma característica singular das economias subdesenvolvidas, é tão-somente uma oposição formal, isto é, “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma

⁴⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 30.

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 30.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 31.

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 32.

organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”⁴⁵¹.

Alertava ainda, que a *dualidade* é um fenômeno que tem intensa influência nas ciências sociais, principalmente entre os economistas. Entretanto, alguns sociólogos, cientistas políticos e filósofos conseguiram, segundo ele, escapar à tentação das interpretações dualistas, uma vez que mantiveram como eixos centrais de suas análises, categorias sociais importantes tais como: “sistema econômico”, “modo de produção”, “classes sociais”, “exploração”, “dominação”.

Para ele, o artigo *Crítica à Razão Dualista* é, portanto, um “esforço reinterpretativo” que não trata “em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimento bebido diretamente ou inspirado no ‘modelo Cepal’, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana”⁴⁵². Mesmo porque, os opositores da Cepal, apesar de realizarem o mesmo tipo de análise marginalista, neoclássica e Keynesiana, podiam ser comparados a “pobres papagaios”, que se limitaram durante décadas a repetir os esquemas interpretativos, sem nenhuma perspectiva crítica, aprendidos nas universidades anglo-saxônicas.⁴⁵³

Todavia, adverte que no plano da prática a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento – teorizado e sustentado pelo ‘modelo Cepal’ – “não pode deixar de ser radical” e isso porque “foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil,

⁴⁵¹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 32. Em recente entrevista (1997), Oliveira avalia quais foram as novidades de seu artigo *Crítica à Razão Dualista* de 1972: “A novidade da crítica eram duas, sobretudo uma tentativa de mostrar a articulação entre o atrasado e o moderno por via de uma agricultura atrasada, saindo assim do esquema dualista – eu chamei assim para voltar a ter a CEPAL como interlocutora. Na verdade, um texto que já tem mais de 30 anos . Eu era ainda jovem e podia dizer certas coisas . Tem muito exagero, uma espécie de icnoclastia contra a CEPAL. Mas o eixo da crítica era certo, não do ponto de vista positivista, mas de fecundar outras perspectiva e mostrou que a oposição atrasado moderno era mais do que uma simples oposição. Era uma contradição no sentido que Marx havia dado as lutas de classe na França, que mostrava como as relações são contraditórias entre os dois e como uma agricultura atrasada financia a industrialização”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 107.

⁴⁵² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 32.

⁴⁵³ Cf. *Ibid.*, p. 32.

cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?’”.⁴⁵⁴

Essa teorização do subdesenvolvimento, ao assentar as bases ao que Oliveira denominou de “desenvolvimentismo”, acabou por desviar “a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia da base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam”. Desse modo, segundo ele, a teoria do subdesenvolvimento cumpriu um importante papel a partir de 1930, qual seja a de ser “a ideologia própria do chamado período populista”.⁴⁵⁵

Posto os problemas a serem enfrentado por Oliveira nessa obra, sigamos na análise imanente de sua tecitura, procurando desvendar seus sentidos e conexões íntimas.

1 – A Inversão do Padrão de Acumulação da Economia Brasileira Pós-1930.

Como já visto, será a partir de 1930 que se inaugura segundo Oliveira um novo ciclo na economia brasileira. Período marcado pelo “fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira a renda do setor industrial superará a da agricultura”.⁴⁵⁶

As determinações desse processo com vista ao início de um novo ciclo serão, pois,

a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de ‘destruição’ das regras do jogo

⁴⁵⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 34. De fato, como bem observa Sérgio Silva, “tal qual é empregada em um grande número de estudos [e aqui se insere toda a teorização cepalina], a noção de industrialização esconde o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas”. SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995, p. 15.

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *op. cit.*, p. 34.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 35.

segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de 'criação' das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.⁴⁵⁷

Como se vê, o novo modo de acumulação intentado pós-1930 se assentou, segundo o autor, numa "realização parcial interna crescente"⁴⁵⁸, sendo que

A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo).⁴⁵⁹

Oliveira observa que nesse processo de inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, há três aspectos de crucial importância: O primeiro é o que o autor denomina de regulamentação de fatores, dentre os quais o mais importante seria a regulamentação das leis da relação entre o capital e o trabalho. O segundo refere-se a chamada intervenção estatal na economia. E o terceiro corresponde ao novo papel da agricultura nessa nova articulação produtiva.

Quanto ao primeiro, nos chama a atenção para a legislação trabalhista que, segundo ele,

tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela pelo Estado, e tem sido arriscada a hipótese de que a fixação do salário mínimo, por exemplo, teria sido uma medida artificial, sem relação com as condições concretas da oferta e demanda de trabalho: os níveis do salário mínimo, para Inácio Rangel, seriam *níveis institucionais*, acima daquilo que se obteria com a pura barganha entre trabalhadores e capitalistas no mercado.⁴⁶⁰

Para Oliveira, esse tipo de argumentação, que acabou por endossar as interpretações que advogam "sobre o caráter redistributivista dos regimes políticos

⁴⁵⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 35.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 35.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, pp. 35 e 36.

⁴⁶⁰ (Grifos no Original). *Ibid.*, p. 36.

populistas entre 1930 e 1964”⁴⁶¹, não se sustenta em termos econômicos. Ou seja, primeiramente questiona

a que mercado se referem, quando dizem que os níveis do salário mínimo foram ou são fixados acima do que se poderia esperar num ‘mercado livre’? Esse ‘mercado livre’, abstrato, em que o Estado não interfere, tomado de empréstimo do liberalismo econômico, certamente não é um mercado capitalista, pois, precisamente o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo.⁴⁶²

Posteriormente, observa que essa tese segundo o qual os salários foram estabelecidos acima “do custo de reprodução da força de trabalho, que é o parâmetro de referência mais correto, para avaliar-se a ‘artificialidade’ ou a ‘realidade’ dos níveis do salário mínimo”⁴⁶³, não encontrava sustentação nos fatos, uma vez que

Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a qualidade da força de trabalho que trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho.⁴⁶⁴

Com efeito, ao contrário das análises que, sustentando os níveis “artificiais” de fixação do salário mínimo minimizam “o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação que se instaura ou acelera a partir de 1930”⁴⁶⁵, Oliveira defende que “as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação”⁴⁶⁶.

⁴⁶¹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 36.

⁴⁶² *Ibid.*, p. 37.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁶⁴ *Ibid.*, pp. 37 e 38.

⁴⁶⁵ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, p. 38.

Para ele, o enorme contingente populacional que afluía às cidades necessitava ser convertido em “exército de reserva”, operação imprescindível às exigências do novo padrão de acumulação urbano-industrial intentado. Desse modo, portanto, foi a legislação trabalhista que cumpriu tal tarefa uma vez que, de um lado “propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores”⁴⁶⁷; e, de outro, “*igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho”.⁴⁶⁸

Segundo o autor, essa igualização do salário pela base – salário mínimo – promovida pela legislação trabalhista, acabou por reverter trabalhadores especializados à situação de não-qualificados impedindo, ao contrário do que pensam os cepalinos,

a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de ‘mercado livre’, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um ‘denominador comum de todas as categorias’, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a.⁴⁶⁹

Contudo, àqueles que se opõem a tese esposada acima, de que a legislação teria rebaixado os salários, argumentando que não existem provas desse

⁴⁶⁷ Oliveira, em recente avaliação de sua obra *Crítica à Razão Dualista*, nos diz que: do contrário do que afirma ele nessa citação, a legislação trabalhista “não era um cálculo do processo de acumulação de capital – não foi isso que eu quis dizer no *Crítica à Razão Dualista*. Ela não é feita como um cálculo para a acumulação de capital. Ela resulta nisso. (...) Rangel tinha razão do ponto de vista de que aquilo não é cálculo para a acumulação burguesa. Dou a mão à palmatória. Agora eu acho que ele não tinha razão quando disse que aquilo era irrelevante para a acumulação burguesa”. Ou seja, para Oliveira, a legislação trabalhista foi, sem dúvida, importante para a acumulação burguesa pós-1930 “mas não foi pensado *ex-ante* como importante. O que foi pensado antes era como conquistar o controle dessa classe social que estava nascendo. E isso é claríssimo nos textos do Estado Novo. Isso vem desde os anos 1910. Desde o pensamento autoritário conservador. E é bem positivista. Uma coisa interessante porque a gente só pensa Vargas e o Estado Novo como cópia da *Carta del Lavoro* italiana. Isso é besteira. Na verdade a grande inspiração de Vargas é o positivismo, que tem uma doutrina social para o trabalho. E não esqueçamos: Vargas era um positivista. Ele vem da tradição gaúcha, além de ter passado pela escola militar, com toda aquela tradição positivista do exército e que agora o livro de Apolônio de Carvalho ressuscita de forma exemplar”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 110 e 111.

⁴⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 38.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 38.

rebaixamento, Oliveira demonstra que “para os efeitos da acumulação, não era necessário que houvesse rebaixamento de salários anteriormente pagos, mas apenas equalização dos salários dos contingentes obreiros incrementais”.⁴⁷⁰ De fato, no processo de industrialização brasileiro pós-1930 “os incrementos no contingente obreiro são muitas vezes maiores que o *stock* operário anterior, a legislação alcançava seu objetivo, (...) de propiciar a formação de um enorme ‘exército de reserva’ propício à acumulação”.⁴⁷¹

Como se vê, em oposição às teses consagradas, que apenas viam na legislação trabalhista empecilhos à acumulação urbano-industrial, Oliveira, utilizando-se de uma categoria marxista, defendeu que ela cumpriu um importante papel no dinamismo dessa acumulação pós-1930, uma vez que garantiu a formação do necessário *exército industrial de reserva* que, como se sabe, concorreu, no mínimo, para a manutenção dos salários da massa de trabalhadores em níveis bem reduzidos.

Por certo, observa que:

se fosse verdade que os níveis do salário mínimo estivessem ‘por cima’ de níveis de pura barganha num ‘mercado livre’, o que aumentaria demasiadamente a parte da remuneração do trabalho na distribuição funcional da renda, o sistema entraria em crise por impossibilidade de acumular; o que se viu após a implantação da legislação trabalhista foi exatamente o contrário: é a partir daí que um tremendo impulso é transmitido à acumulação, caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.⁴⁷²

Há ainda uma segunda objeção feita a sua tese de rebaixamento do salário promovido pela legislação trabalhista, ou seja, argumentam os opositores que, comparando-se o salário mínimo das cidades aos rendimentos auferidos no campo nesse período verificava-se que o primeiro era superior, o que, por sua vez, “dada à extração rural dos novos contingentes que afluíam às cidades, tornou-se um elemento favorável aos anseios de integração das novas populações operárias e trabalhadoras em geral, debilitando a formação de consciência de classe entre

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 39.

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 39.

⁴⁷² *Ibid.*, p. 39.

elas”.⁴⁷³ Entretanto, esse fenômeno, mesmo que possa ter tido para o autor algum significado social e político sobre a classe trabalhadora, não teve nenhuma importância do ponto de vista da acumulação, pois,

se as atividades urbanas, particularmente a indústria, paga salários mais altos que os rendimentos auferidos no campo, o parâmetro que esclarece a relação favorável à acumulação é a produtividade das atividades urbanas; em outras palavras, a relação significativa é a que se estabelece entre salários urbanos e produtividade das atividades urbanas (no caso, indústria), isto é, a taxa de exploração que explica o incremento da acumulação é determinada em função dos salários e dos lucros ou ganhos de produtividade das atividades urbanas.⁴⁷⁴

O segundo aspecto que foi de importância crucial ao processo de inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, consistiu no que Oliveira denominou de intervenção do Estado na esfera econômica, isto é, além de o Estado promover a adequada regulamentação da relação entre capital e trabalho como acima aludido, também passou a operar mais intensamente “na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos e grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas”. Em suma:

o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter ‘planificador’, ao modo do Estado inglês que editava tanto o *‘poor law’* como o *‘cereal act’*, isto é, no ‘trânsito’, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia ‘se inclinava naturalmente’, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. Nesse sentido, substituíram-se os preços do ‘velho mercado’ por ‘preços sociais’, cuja função é permitir a consolidação do ‘novo mercado’, isto é, até que o processo de acumulação se oriente com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio.⁴⁷⁵

Esses “preços sociais”, que ora tinham no financiamento público seu grande fiador, ora eram a imposição estatal de uma distribuição de ganhos diferente entre

⁴⁷³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 39.

⁴⁷⁴ *Ibid.*, p. 40.

⁴⁷⁵ *Ibid.*, p. 40.

os grupos sociais, atuaram no sentido de “fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia”.⁴⁷⁶ Sendo assim, assistiu-se nesse período, que se estendeu segundo Oliveira até o governo Kubitschek, “uma ampliação das funções do Estado”, dentre as quais as mais importantes foram: a regulamentação da relação capital/trabalho – legislação trabalhista –, a imposição do denominado confisco cambial da agroexportação cafeeira, os subsídios cambiais à importação de equipamentos industriais, a atuação no setor produtivo por meio da Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce.

Desse modo, portanto, o Estado mediante a intervenção na esfera econômica, passou a operar continuamente uma transferência *não-automática* de “recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema”.⁴⁷⁷ Transferência *não-automática* uma vez que nesse processo transitório, que de acordo com o autor guardava alguma semelhança formal com a passagem de uma “economia de base capitalista para uma economia socialista”,

não apenas não funcionam os automatismos econômicos da base anterior [o padrão agroexportador] como, mais do que isso, não devem funcionar, sob pena de não se implementar a nova base [o padrão urbano-industrial]. Por essa razão, os mecanismos de mercado devem ser substituídos por *controles administrativos* cuja missão é fazer funcionar a economia de forma *não-automática*.⁴⁷⁸

Considera Oliveira, que essa “destruição” dos automatismos econômicos da base anterior e a implantação *não-automática* da nova base pela ação estatal “vão ser superpostas as versões de um ‘socialismo dos tolos’ tanto da esquerda como da ultradireita, que viam na ação do Estado, ‘estatismo’, sem se fazer nunca, uns e outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso?”

É evidente, como visto anteriormente na discussão sobre a legislação trabalhista, que não foi a classe trabalhadora quem se beneficiou desse agigantamento das funções estatais. Esse *estatismo*, sem dúvida, serviu sobretudo a burguesia nacional dependente e caudatária do imperialismo que, por sua debilidade congênita, necessitava de uma amplo intervencionismo do Estado.

⁴⁷⁶ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 40.

⁴⁷⁷ *Ibid.*, p. 41.

⁴⁷⁸ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 41.

O terceiro aspecto, no que concerne às condições decisivas à inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, corresponde, na análise do autor, ao novo papel da agricultura nesse processo. Em seus próprios termos:

[A agricultura] tem uma nova e importante função, não tão importante por ser nova mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. (...) De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstacularizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial.⁴⁷⁹

Dessa forma, pois, na transição da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial a questão agrária se apresentava, de acordo com ele, como um complexo de soluções; complexo pautado, sobretudo, “no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária”.⁴⁸⁰ Ou seja, a nova configuração da agricultura, fundamental ao processo de inversão do padrão de acumulação intentado, se assentava em uma “expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de ‘acumulação primitiva’.⁴⁸¹”

Com efeito, argumenta Oliveira:

tanto na abertura de fronteiras ‘externas’⁴⁸² como ‘internas’⁴⁸³, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca, e

⁴⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 42.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 43.

⁴⁸¹ Ver nota 302.

⁴⁸² No que concerne à abertura de fronteiras externas “o processo se dá mediante o avanço da fronteira agrícola que se expande com a rodovia: norte do Paraná, com o surto do café nas décadas de 1940 e 1950; Goiás e Mato Grosso, na década de 1960, com penetração da pecuária; Maranhão, na década de 1950, com a penetração do arroz e pecuária; Belém-Brasília, na década de 1960; oeste

cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de ‘trabalho morto’, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade.⁴⁸⁴

Segundo Oliveira, o processo acima descrito teve importantes conseqüências tanto no que se refere às relações entre a agricultura e indústria, quanto nas atividades agrícolas propriamente ditas. De um lado, representou um importante papel no rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbano, uma vez que impediu que crescessem os custos da produção agrícola em relação à industrial; por outro, devido ao mesmo fenômeno de rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbano, acabou por possibilitar um maior incremento do número do proletariado rural disponível às culturas comerciais de realização tanto no mercado interno, quanto no externo.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos 1950 – ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado; tanto a legislação do trabalho praticamente não existe no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural.⁴⁸⁵

do Paraná e sul do Mato Grosso nos últimos quinze anos, com a produção de milho, feijão, suínos”. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 44.

⁴⁸³ Já ao que se refere às fronteiras internas “a rotação de terras e não de culturas, dentro do latifúndio, tem o mesmo papel: o processo secular que se desenvolve no Nordeste, por exemplo, é típico dessa simbiose. O morador, ao plantar sua ‘roça’, planta também o algodão, e o custo de reprodução da força de trabalho é a variável que torna comercializáveis ambas as mercadorias”. *Ibid.*, p. 43.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 43.

⁴⁸⁵ *Ibid.*, p. 45.

Por certo, nos termos do autor esta foi a real natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola, de outro modo, ainda que a produção da agricultura tenha tido um tratamento confiscatório com vistas ao estímulo da implantação do novo padrão de acumulação urbano-industrial, foi ela compensada pelo crescimento industrial, que permitiu, como acima explicitado, a manutenção de um “padrão ‘primitivo’, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho”.⁴⁸⁶

Claro está, portanto, que a combinação de um padrão agrícola ‘primitivo’ com as novas relações de produção agropecuária beneficiou, sobretudo, o impressionante crescimento industrial e dos serviços nas cidades. Assim, essa nova configuração das relações de produção no campo forneceu, primeiramente, os enormes contingentes populacionais que formaram o “exército de reserva” nas cidades, fenômeno que, como visto, foi imprescindível à implantação da nova relação capital-trabalho necessária à ampliação das possibilidades de acumulação industrial. Posteriormente, ao fornecer os excedentes alimentícios às cidades, cujos preços baseavam-se no baixíssimo custo da reprodução da força de trabalho rural, acabou por beneficiar a acumulação industrial, uma vez que contribuiu também para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Em outras palavras, o preço da oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo da reprodução da força de trabalho rural – e o custo dos bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, que se descreverá mais adiante, tudo forçando para baixo o preço da oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas. Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira.⁴⁸⁷

Subjacente à argumentação exposta acima, está, como veremos a seguir, toda uma crítica ao modelo dualista cepalino que propugnava a existência, na

⁴⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 45 e 46.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, pp. 46 e 47.

economia brasileira, de uma oposição formal entre um setor “atrasado” – agricultura e serviços – e um setor “moderno” – indústria.

Primeiramente observa Oliveira que, ao contrário do que pregava Celso Furtado, um dos baluartes da teoria cepalina, no Brasil não se verificou como pudemos ver, a tão difundida idéia da inelasticidade de oferta agrícola, tese que, segundo ele, fora construída a partir da realidade chilena e generalizada indevidamente para toda América Latina.

Em segundo lugar, assevera o autor que a indústria para se viabilizar nunca necessitou do mercado rural, e tanto é assim que: “instalada e promovida ao mesmo tempo que a produção de automóveis, a produção de tratores engatinhou até agora, não chegando a uma vigésima parte daquela co-irmã”.⁴⁸⁸ Isto é, para ele

a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta”.⁴⁸⁹

Prosseguindo, pois, afirma ainda que, o simples fato de haver diferenças substanciais, no que concerne a produtividade da agricultura comparada com a da indústria, não possibilita que se sustente a tese do modelo dualista; “por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”⁴⁹⁰, ou seja, ao contrário de um isolamento e oposição entre esses dois pólos – o atrasado e o moderno – existem relações estruturais que são congênicas à particularidade da expansão capitalista no Brasil pós-1930.

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 47.

⁴⁸⁹ *Ibid.*, p. 47.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, p. 47.

2 – A crítica de Oliveira à tese cepalina de “substituição de importações”.

Ainda na busca de se contrapor ao modelo cepalino, Oliveira nos chama a atenção para o fato de que quando se trata de interpretar a expansão industrial pós-1930, tal corrente se vale de uma tese muito difundida: a denominada “substituição de importações”. Segundo essa tese, que já fora sucintamente discutida em nosso segundo capítulo, a crise cambial ocorrida em 1929, somada a não disponibilidade de divisas e às conseqüências da Segunda Guerra Mundial, acabaram por bloquear o acesso aos bens importados promovendo, por sua vez, uma *demandada contida* que foi

o horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados. Posteriormente, a adoção de uma política alfandegária protecionista ampliará as margens de preferência para os produtos de fabricação interna.⁴⁹¹

Aí estaria segundo Oliveira a raiz, para os cepalinos, tanto da formação dos pólos “atrasado” e “moderno” da economia brasileira, quanto da imposição de padrões de consumo sofisticados que, de um lado, prejudicariam a propensão para poupar e, de outro, promoveriam uma demanda reduzida forçando a indústria a “superdimensionar suas unidades, adotar técnicas *capital-intensives* diminuindo o multiplicador do emprego, trabalhar com capacidade ociosa e deprimir a relação produto/capital; a longo prazo isso redundaria numa deteriorização da taxa de lucro e da taxa de inversão e, conseqüentemente, da taxa de crescimento”.⁴⁹²

De acordo com o sociólogo, essa concepção não se sustenta nem teórica, nem empiricamente, e isto porque, nela estariam ausentes conceitos como a *mais-valia* – relativa ou absoluta. Desse modo, mesmo que os cepalinos estivessem certos quanto à subutilização do capital nas indústrias brasileiras, sua conclusão seria equivocada, pois “a rentabilidade ou taxa de lucro podem aumentar ainda quando fisicamente o capital não seja utilizado integralmente: não somente a

⁴⁹¹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 48.

⁴⁹² *Ibid.*, p. 49.

variável ‘mais-valia’ joga um papel fundamental nessa possibilidade, como as posições monopolísticas das empresas, elevando os preços dos produtos”.⁴⁹³

Esse tipo de interpretação pautada na noção de “substituição de importações” funda-se, como se pode facilmente inferir, numa necessidade de consumo e não de produção/acumulação. Ademais, as formas de consumo impostas parecem não ter relação “com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que perverte a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do ‘atrasado’ e do ‘moderno’”.⁴⁹⁴

Todavia, observa Oliveira que a história econômica brasileira pós-1930 nos demonstra uma via de industrialização bem diferente do modelo de “substituição de importações” acima descrito. A industrialização aqui sempre se deu visando prioritariamente a acumulação e não o consumo. Em outras palavras:

Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e de serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo da reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. No Brasil, também foi assim: começou-se a produzir internamente *em primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa.⁴⁹⁵

Segundo Oliveira, ainda que esse processo tenha desembocado em uma distribuição de renda concentrada, deslocando por isso a esfera produtiva para a fabricação bens de consumo duráveis numa etapa posterior, tal não se deve a “nenhum fetiche ou natureza de bens”, mas ao contrário, tal deslocamento se realizou, sobretudo, graças “à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’, ao aumento da taxa de exploração, às

⁴⁹³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 49.

⁴⁹⁴ *Ibid.*, pp. 49 e 50.

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 50.

velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação”.⁴⁹⁶ Em suma, nos diz Oliveira: “foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente”.⁴⁹⁷

Observa o autor que é fácil perceber que a mudança de orientação da economia brasileira para a produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital se deu, numa segunda etapa de expansão, mais por

necessidades da produção/acumulação que do consumo: este privilegiado sempre no nível da ideologia ‘desenvolvimentista’ (análise do Grupo Cepal-BNDE que forneceu as bases para o Plano de Metas do período Kubitschek), mas é duvidoso que o melhor atendimento ao consumo fosse mais racionalmente logrado com produtos de qualidade inferior e de preços mais altos. Ainda no nível do discurso dos planos de desenvolvimento é fácil perceber que realmente a variável privilegiada é a dos *efeitos interindustriais* das novas produções, isto é, a produção e a acumulação. Pouco importa, para a *rationale* da acumulação, que os preços nacionais sejam mais altos que os dos produtos importados: ou melhor, *é preciso exatamente que os preços nacionais sejam mais altos*, pois ainda quando eles se transmitam interindustrialmente a outras produções e exatamente por isso elevem também a média dos preços dos demais ramos chamados “dinâmicos”, do ponto de vista da acumulação essa produção pode realizar-se porque a redefinição das relações trabalho-capital deu lugar à concentração de renda que torna consumíveis os produtos e, por sua vez, reforça a acumulação, dado que a alta produtividade dos novos ramos em comparação com o crescimento dos salários dá um “salto de qualidade”, reforçando a tendência à concentração de renda.⁴⁹⁸

Entretanto, se os altos preços dos bens de consumo duráveis são uma necessidade para a *rationale* da acumulação brasileira, tais não podem contaminar, todavia, a manutenção da força de trabalho, ou seja, “absolutamente necessário é que os altos preços não se transmitam aos bens que formam parte do custo de reprodução da força de trabalho, o que ameaçaria a acumulação”.⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 50.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, pp. 50 e 51.

⁴⁹⁸ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 51.

⁴⁹⁹ *Ibid.*, p. 51.

Posto o problema nesses termos, resta-nos citar uma importante passagem de Oliveira donde resume de forma clara a orientação da produção nacional no referido período

Tendo como demanda as classes altas em uma distribuição de rendas extremamente desigualitária, a produção nacional de bens de consumo duráveis, dos quais o automóvel é um arquétipo, encontra mercado e realiza sua função na acumulação tornando as unidades e os ramos fabris a ela dedicados as unidades-chave do sistema: essas não apenas estão entre as mais rentáveis e mais promissoras do setor industrial, como orientam o perfil da estrutura produtiva. Um raciocínio neoclássico-marginalista aconselharia a baixa do preço dos automóveis, por exemplo, baseado no suposto de uma alta elasticidade-renda daquela demanda: porém, como para o sistema e as empresas não é o consumo o objetivo, essa manobra apenas significaria vender mais carros sem repercussão favorável nos lucros, que poderiam até baixar.⁵⁰⁰

Convém aqui, como forma de fornecer um exemplo concreto desse fenômeno, valer-se de uma nota de Oliveira que, ainda que longa, é muito esclarecedora:

No Brasil, recentemente, assiste-se uma evolução paradoxal do ponto de vista da teoria tradicional, na produção de automóveis. A Volkswagen é a única produtora nacional de veículos de passeio que, pelo volume de vendas de um único modelo – o conhecido ‘Fusca’ -, poderia beneficiar-se de economias de escala, reduzindo, portanto, o custo de produção do seu modelo popular e, segundo a teoria convencional, ampliando o mercado. A política da Volkswagen tem sido completamente oposta a esse modelo: nos últimos anos, a empresa diversificou sua linha de produção, passando para a produção de um carro popular para mais de seis modelos diferentes, todos em linha ascensional de preços, buscando, justamente, competir pelo mercado das classes de altas rendas.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 52.

⁵⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 52 (nota 15).

3 – A Revolução Burguesa e a Acumulação Industrial no Brasil pós-1930: O politicismo de Francisco de Oliveira

Ainda que Francisco de Oliveira rejeite a teorização cepalina do subdesenvolvimento brasileiro⁵⁰², defende ele, todavia, que o processo histórico da economia brasileira pós-1930 contém alguma “especificidade particular”. Ou seja, mesmo admitindo ter havido uma expansão da economia capitalista pós-1930, observa que tal “não repete nem reproduz *‘ipsis litteris’* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos” e nem tampouco “a estrutura que é seu resultado”.⁵⁰³

Ele insiste na idéia de *expansão* da economia capitalista pós-1930, argumentando que não houve nesse período a emergência de um modo de produção capitalista no Brasil, afinal esse já era o modo de produção existente aqui; não houve, em sua opinião, mudanças nas

relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não-proprietários dos meios de produção, isto é, do ponto de vista de compradores e vendedores de força de trabalho; o sistema continua tendo por base e norte a realização do lucro.⁵⁰⁴

Essa noção de *expansão* da economia capitalista brasileira o leva, portanto, a explicitar um ponto essencial de sua tese, qual seja

o de que, tomando como um *dado* a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema,

⁵⁰² “o conceito do subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo – e não como um elo na cadeia do seqüenciamento que vai do não-desenvolvido ao desenvolvido – é uma criação cuja densidade e poder heurístico explicativo da especificidade da periferia latino-americana só foram plenamente alcançados com os trabalhos da CEPAL, e sua mais abrangente e aprofundada elaboração pelo [economista Celso Furtado]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 109.

⁵⁰³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 61.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 61.

aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho* no próprio sistema capitalista fosse adverso. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade quando *há sincronia* entre os movimentos interno e externo.⁵⁰⁵

Dessa forma, a possibilidade de transformação estrutural da economia brasileira pós-1930, rumo a um padrão de acumulação urbano-industrial passou a ser, segundo o autor, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*, ou como gostam de dizer os economistas – uma possibilidade endógena –, isto é, para ele ainda que o esquema da divisão internacional do trabalho fosse adverso, havia a possibilidade de o país se inserir autonomamente nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista, uma vez que as relações de produção aqui vigentes continham *em si* a possibilidade de reestruturação global do sistema.⁵⁰⁶

Nesse sentido, portanto, Oliveira se aproxima da tese furtadiana, isto é, diferentemente do que propugnava Caio Prado Junior⁵⁰⁷, acredita o autor, no mesmo diapasão do economista cepalino, que mesmo sob relações desfavoráveis com o imperialismo teria a industrialização brasileira pós-1930 o condão de completar um projeto nacional autônomo. Eis o que diz ele:

Furtado não deduz o Estado da nação ou da sociedade, nem o contrário. Trabalha as relações entre essas duas instâncias, na forma em que um economista as trabalha – a rigor, suas remissões ao Estado são sempre menos explícitas que entre os clássicos do autoritarismo [aqui o autor se refere, principalmente, a Oliveira Vianna e Alberto Torres], e em muitas de suas obras a política não passa de um epifenômeno da economia, salvo

⁵⁰⁵ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 62.

⁵⁰⁶ A que se dar o devido peso, segundo Oliveira, “à possibilidade teórica e empírica de que se expanda o capitalismo em países como o Brasil *ainda quando* seja desfavorável a divisão internacional do trabalho do sistema capitalista como um todo”. Tanto que, para ele, “a expansão do capitalismo no Brasil, depois de 1930, ilustra precisamente esse caso. (Grifos no Original) Cf. *Ibid.*, p. 33, (nota 4).

⁵⁰⁷ Segundo Caio Prado Jr.: “É difícil imaginar, numa situação como essa, um desenvolvimento industrial, e portanto econômico em geral, que seja mais que reflexo longínquo e apagado do que vai, em matéria de progresso e desenvolvimento, pelos grandes centros do mundo contemporâneo. Não passaremos nunca de retardatários cada vez mais distanciados, um complemento periférico e simples apêndice daqueles centros. E se isto pode ser situação aceitável para os reduzidos setores mais ou menos internacionalizados da população brasileira, não o será certamente para o restante dela, e sobretudo para o país em conjunto”. PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, p. 330.

explicitamente em 'A pré-revolução brasileira', quando ela assume as dimensões de uma tragédia -, mas evidentemente essas relações são varridas por uma lufada de ar fresco, mediante uma forma renovada de perceber suas articulações. Desse ponto de vista, a meu ver, [Furtado] supera o obstáculo que Caio Prado Jr. não conseguiu superar, uma vez que para Furtado a industrialização completava o projeto nacional, enquanto para Caio Prado Jr. esse projeto continuaria incompleto enquanto perdurasse as condições de submissão ao imperialismo. Em minha opinião, Caio Prado Jr. não percebeu o que Furtado rapidamente entendeu: que a existência de Estados nacionais não é indiferente às relações com o imperialismo, e que essas relações não são uma avenida de mão única. Isto é, havia a possibilidade para uma inserção autônoma nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista, justamente o cavalo-de-batalha em torno do qual começou a erigir-se o edifício cepalino, com sua denúncia da deteriorização dos termos de intercâmbio como sugadora dos excedentes produzidos pelos países produtores de matérias-primas, que reinteravam permanentemente esta dependência. A industrialização teria o condão de romper com o círculo vicioso. Além disso, a teorização cepalino-furtadiana abriria as portas para a futura elaboração da teoria da dependência, na verdade uma sociologização menor da obra maior da navegação venturosa.⁵⁰⁸

Desse modo, pois, no que concerne à articulação das classes sociais internas com vistas ao aprofundamento da hegemonia do novo padrão urbano-industrial de acumulação capitalista, restava apenas “*uma questão* a ser resolvida: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresário-industriais”.⁵⁰⁹

Essa *única questão* a que se refere o autor, que pode ser sintetizada na ordinária noção de disputa pela hegemonia do poder político entre as classes dos empresário-industriais e dos proprietários rurais exclui, como se vê, o papel da classe trabalhadora nesse processo. Entretanto, tal exclusão não é ato inadvertido do autor, mas sim, conseqüência de sua própria concepção política que, fundada no conceito de populismo de Weffort⁵¹⁰, deduz que as “classes trabalhadoras em geral não têm nenhuma possibilidade nessa encruzilhada”.⁵¹¹

⁵⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. In: _____. *A Navegação Venturosa; ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp. 17 e 18. Ver nossa resenha deste ensaio constante no Apêndice da página 192 deste trabalho.

⁵⁰⁹ (Grifos Nossos) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 62.

⁵¹⁰ Francisco C. Weffort, autor logo a frente citado por Oliveira, defende em sua obra *O Populismo na Política Brasileira* que: “Por força da clássica antecipação das ‘elites’, as massas populares permaneceram neste período [pós-1930] (e permanecem ainda nos dias atuais) o parceiro-fantasma

Já no que se refere à determinação das relações externas na nova reconfiguração da economia brasileira com vistas ao desenvolvimento industrial, Oliveira observa uma situação mais adversa que a descrita acima, isto é, afirma o autor que, primeiramente, a crise de 1930 no sistema capitalista mundial cria um “vazio, mas não a alternativa de rearticulação” e “em seguida, a Segunda Guerra Mundial continuará obstaculizando essa rearticulação e, não paradoxalmente, reativará o papel de fornecedor de matérias-primas de economias como o Brasil”.⁵¹²

Segundo Oliveira, com o término da Segunda Guerra Mundial os países vencedores voltaram-se à reconstrução das economias dos ex-inimigos visando, desse modo, “frear” a crescente expansão do socialismo que já ameaçava, inclusive, os próprios países desenvolvidos e vitoriosos. Essa reconstrução, além de desviar os recursos financeiros ao centro do sistema capitalista escasseando tais provisões na periferia do sistema, também forçava um restabelecimento da antiga divisão internacional do trabalho, uma vez que:

a reconstrução das economias devastadas terá a indústria como estratégia central e o comércio de manufaturas entre as nações industriais do sistema será a condição de viabilidade da estratégia; aos países não industriais do sistema continuará cabendo, por muito tempo, dentro dessa divisão do trabalho, o papel de produtor de matérias-primas e produtor agrícolas.⁵¹³

Desse modo, salienta Oliveira que, uma vez sendo adversas as condições externas para a inversão do padrão de acumulação tentado na economia brasileira pós-1930, tal possibilidade repousou tão somente na

dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora.⁵¹⁴

no jogo político”. Cf. WEFFORT, Francisco Côrrea. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003, p. 15.

⁵¹¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 62.

⁵¹² *Ibid.*, p. 62.

⁵¹³ *Ibid.*, pp. 62 e 63.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 63.

Nesse diapasão, portanto, será a forma política populista⁵¹⁵ decisiva na condução da singular revolução burguesa brasileira pós-1930. Em suas próprias palavras: “Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das ‘especificidades particulares’ da expansão do sistema”.⁵¹⁶

Para Oliveira, ao contrário dos casos clássicos, onde “a crise é na totalidade da economia e da sociedade”, no caso brasileiro “passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema”. Em outras palavras, como nos casos clássicos não havia, como já havia para o Brasil pós-1930, a possibilidade de se abastecer em um sistema externo de bens de capital – forças produtivas – para a expansão do capitalismo, assim tinham essas burguesias centrais que produzir esses bens de capital, sob pena de se travar a “expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias”⁵¹⁷. Para isso, necessária era uma ruptura total, em todos os planos, com as classes proprietárias rurais, uma vez que essas detinham a hegemonia absoluta, paralisando qualquer desenvolvimento produtivo.

No caso brasileiro, diversamente do caso clássico acima descrito, considera Oliveira que a ruptura das novas classes burguesas empresário-industriais com as classes proprietárias rurais não se deu em todos os níveis, não foi total, pois, segundo ele:

Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes

⁵¹⁵ “De fato, em suas origens e antes do acabamento de seu formato por contornos de natureza politicista, a teoria do populismo teve pretensões históricas, tanto no plano analítico como em seu aroma doutrinário. Abstraídas influências e confluências com a sociologia hispano-americana (Gino Germani, Torcuato Di Tella etc.), que reforçaram seu tempero formalista, a ‘crítica do populismo’ pretendeu nada menos do que se alçar à condição de teoria do desenvolvimento brasileiro entre 1930 e 1964. Interpretação, ademais, que se apresentava como forjada pelo prisma da ‘radicalidade proletária’, cujo teor político supunha resgatar assim da ‘diluição de classes, cuja promoção era feita, segundo análise, pela política de massas da burguesia industrial ascendente. Em verdade, a teoria do populismo tentava explicar o trânsito do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos-ideais”. CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 249 e 250.

⁵¹⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 63.

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 63.

propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora.⁵¹⁸

Oliveira nota que com a crise capitalista mundial de 1930, houve um colapso nas relações externas controladas pelos proprietários rurais, desembocando a hegemonia dessa classe, que já era parcial, no que o autor denomina de *vácuo*.

É nesse *vácuo* de hegemonia que, segundo Oliveira, estavam “as condições necessárias mais não suficientes” para se “encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário exportadora”⁵¹⁹. Condições necessárias, mas não suficientes, devido ao fato de que essa nova possibilidade de inversão do padrão de acumulação brasileiro pós-1930 rumo ao padrão urbano-industrial não se deu, para o autor, de forma automática, mas exigiu antes uma *adequação* das relações de produção.

Seria o populismo, portanto, “a larga operação dessa adequação”, ou seja, para Oliveira o populismo

começa por estabelecer a forma de junção do ‘arcaico’ e do ‘novo’, corporativista como se tem assinalado cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso.⁵²⁰

Segundo o sociólogo, a legislação trabalhista que criou de um lado as condições para a acumulação industrial⁵²¹, acabou por promover, por outro, um pacto de classes, isto é, “a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffort, é a cumeeira de um *pacto de classes*”⁵²²; pacto no qual

⁵¹⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 64.

⁵¹⁹ *Ibid.*, p. 64.

⁵²⁰ *Ibid.*, p. 64.

⁵²¹ Verificar a denominada “regulamentação dos fatores” exposta por Francisco de Oliveira no livro *Crítica a Razão Dualista*. Cf. *Ibid.*, pp. 36 a 40.

⁵²² Weffort, em sua acepção *politicista* do processo histórico brasileiro, assim afirma: “Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso, até entre grupos políticos mais antagônicos, que evitasse a radicalização do processo político e seu encaminhamento para soluções surpreendentes”. Cf. WEFFORT, Francisco Côrrea. *op. cit.*, p.15.

a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o ‘boom’ dos preços do café e de outras matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, reverta à situação pré-anos 1930.⁵²³

Nesse período, portanto, assiste-se segundo o autor um rol de políticas aparentemente contraditórias. Ao mesmo tempo em que se incentiva a empresa industrial, a fim de transformá-la no setor chave da economia; penaliza-se a empresa agro-exportadora, mas num nível suportável que não a inviabilize, afinal é a exportação de produtos primários que geram divisas⁵²⁴ para a manutenção da capacidade importadora do sistema.

Oliveira observa que esse processo de inversão do padrão de acumulação com vistas à hegemonia das classes burguesas empresário-industriais se deu, constantemente, sob condições externas adversas⁵²⁵. Assim sendo, essa burguesia industrial, devido a requisitos estruturais⁵²⁶, não poderia excluir totalmente “as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema”, tanto que a “legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de ‘acumulação primitiva’ extremamente adequado para a expansão global”.⁵²⁷

Aqui cabe um questionamento pertinente: como vimos, Oliveira afirma que a ascendente burguesia empresário-industrial, por meio da legislação trabalhista,

⁵²³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 64.

⁵²⁴ Ver o denominado Confisco Cambial tratado mais detidamente por Oliveira no livro *A Economia da Dependência Imperfeita*. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 79 e 80.

⁵²⁵ Observe que Oliveira está aqui reforçando a sua tese, exposta acima, de que “as relações de produção vigentes [pós-1930] continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003, p. 62.

⁵²⁶ Os requisitos estruturais compreendem as funções que a produção primária cumpre para a inversão do modo de acumulação que tem por chave do sistema o setor urbano-industrial, ou seja, a produção agro-exportadora é responsável, externamente, pela geração das divisas necessárias à importação de bens de capital imprescindíveis à industrialização, enquanto que, internamente, essa produção (agro-pecuária) cumpre um importante papel – o de garantir a manutenção do baixo custo da reprodução da força-de-trabalho na cidade, por meio do que Oliveira denomina “acumulação-primitiva” - expansão horizontal do emprego da força de trabalho e ampliação extensiva das áreas cultiváveis.

⁵²⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 65.

estabeleceu um pacto com a classe trabalhadora visando, com isso, liquidar as antigas classes de proprietários rurais do poder político. Logo após, Oliveira demonstra ter a burguesia empresário-industrial consciência, até mesmo devido às adversas condições externas, de sua dependência estrutural⁵²⁸ para com essas mesmas classes de proprietários rurais, tanto é assim, que elas não foram *liquidadas*, não foram excluídas nem da estrutura do poder, nem dos ganhos da expansão do sistema.

Ora, é patente a contradição nos termos apresentados pelo autor, isto é, não seria coerente a classe burguesa empresário-industrial estabelecer um pacto com a classe trabalhadora tendo em vista aniquilar as antigas classes de proprietários rurais se, de antemão, reconhecesse sua dependência estrutural para com essas mesmas classes. Em outras palavras: porque teria a classe burguesa industrial estabelecido um pacto com a classe trabalhadora visando *liquidar* a classe de proprietários rurais, se tinha por intenção e cálculo estabelecer um “pacto estrutural”⁵²⁹ com essas antigas classes?

De fato, nos diria Chasin

Essa mera agregação “factual”, epidermicamente incoerente na forma em que é enlaçada, entretanto, é muito mais do que uma eventual contradição nos termos. Além de exemplar quanto à forma de seus procedimentos metodológicos, é através desse pano de fundo mal-cosido que a teoria do populismo assenta a base e os contornos de suas teses mais caras. Operando simplesmente com universais, que supõe de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo fica às voltas com a “anomalia” do quadro brasileiro. Se a burguesia industrial tem de admitir o condomínio de poder, um poder afinal que é um vácuo político, e assim mesmo a radicalidade proletária não se manifesta, há de ser porque está em curso uma grande artimanha.⁵³⁰

⁵²⁸ Vide os acima citados “requisitos estruturais”. (Cf. nota 525)

⁵²⁹ Pacto estabelecido entre a classe burguesa empresário-industrial e a antiga classe de proprietários rurais promovendo, como veremos a seguir, uma junção não antagônica de modos distintos de acumulação (arcaico e moderno).

⁵³⁰ CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 250 e 251.

Com efeito, o populismo para Oliveira, como de resto para a dita literatura “especializada”⁵³¹, nada mais é do que uma *grande artimanha*, ou para sermos mais precisos, um “truque”⁵³². “Exitoso” truque que, segundo ele, é “a marca específica da conciliação de interesses das classes dominantes [pós-1930], no sentido de realizarem essas tarefas da acumulação, às expensas das classes dominadas, mas contraditoriamente empurradas por estas”.⁵³³

Prosseguindo ainda na explicitação do ideário de Oliveira, importante advertir que o acima denominado “pacto estrutural”, celebrado entre a nova classe burguesa de empresário-industriais e a antiga classe de proprietários rurais, preservará segundo ele “modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino”.⁵³⁴

Assim sendo, pode-se identificar, segundo Oliveira, duas “especificidades particulares” do modelo brasileiro: A primeira consubstancia-se na constante expansão da população rural – ainda que tenha sua participação declinante no conjunto total da população –, reproduzindo com isso formas “não-capitalistas” no campo e impedindo, conseqüentemente, a penetração de formas “nitidamente capitalistas”. Já a segunda refere-se a

estruturação da economia industrial-urbana, particularmente nas proporções da participação do Secundário e do Terciário na estrutura do emprego, a questão (...) da incapacidade ou não de o Secundário criar empregos para a absorção da nova força de trabalho e a conseqüente ‘inchação’ ou adequação do tamanho do terciário.⁵³⁵

⁵³¹ “A gênese e difusão do *tipo ideal do populismo*, na verdade, foi o resultado da aplicação do conceito à realidade latino-americana, uma vez que certos fenômenos políticos escapavam a mera identificação ao nazi-facismo, equalizados pelo conceito de *totalitarismo*. Ao se recorrer a construtos subjetivos, potencializados por um exagerado webwrianismo, os teóricos pinçam da realidade alguns fragmentos empíricos para a composição de uma dada forma conceitual, o *tipo ideal*, em que Weber era uma composição utópica, que acaba por se contrapor ao multiverso caótico e infinito das coisas, ou seja, o mundo histórico-cultural, a fim de organizar racionalmente a porção finita, fragmentada, *escolhida* do real. (Grifos no Original) RAGO FILHO, Antonio. *A Ideologia 1964: Os Gestores do Capital Atrófico*. 1998. Tese (Doutorado em História) PUC. São Paulo, p. 48. Ver também o subitem *O colapso de uma Teoria* constante na *Introdução* da mesma Tese (pp. 46 e ss.).

⁵³² “O **truque** populista consistia em manter um rosto político indiferenciado” (Grifos nossos) Cf. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 118 e 119.

⁵³³ *Ibid.*, p. 118.

⁵³⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 65.

⁵³⁵ *Ibid.*, p. 65.

Oliveira volta-se, então, à análise de um importante elemento que seria estrutural de nosso particular modo de produção – o escravismo –. Argumenta o autor que, o escravismo constituía-se em obstáculo à industrialização brasileira, uma vez que a reprodução do escravo entrava como custo interno da produção. Desse modo, portanto, a industrialização brasileira “significará, desde então, a tentativa de ‘expulsar’ o custo da reprodução do escravo do custo de produção”⁵³⁶, ou seja, contrariamente aos casos clássicos, que apenas precisavam “absorver sua periferia”, no caso brasileiro essa periferia precisava ser criada e, para tanto, deveria ser criada todo um rol de instituições, tal como a legislação trabalhista por exemplo, que teriam o condão de expulsar o custo da reprodução da força-de-trabalho de dentro das empresas industriais.⁵³⁷

Outra especificidade particular observada por Oliveira refere-se ao nosso particular processo de industrialização. Ou seja, sendo a industrialização brasileira tardia, sua acumulação passa a ser “potencializada pelo fato de se dispor, em nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de ‘trabalho morto’ que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que iniciaram o processo de industrialização recentemente”, isto é, em nosso processo de industrialização pós-1930 houve, segundo Oliveira uma *queima de várias etapas*, dentre as quais a mais importante foi a de não ter o capital de esperar “que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho”.⁵³⁸

Desse modo, portanto, essa *queima das várias etapas* – que induz pelo aumento da produtividade do trabalho um maior rendimento do capital sem a contrapartida equivalente no salário –, somada aos novos dispositivos da relação capital/trabalho, surgidos com o advento da legislação trabalhista, multiplica

⁵³⁶ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 66.

⁵³⁷ “As instituições do período pós-1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça-chave, destinam-se a ‘expulsar’ o custo da reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais (recorde-se todo o padrão de industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa que dedicará toda sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita”. *Ibid.*, p. 66.

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 67.

a produtividade das inversões; por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural –, mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos do trabalho.⁵³⁹

Contudo, se por um lado a importação de bens de capital pela indústria brasileira *queima várias etapas* como descrito; por outro, significa que reduz “o circuito de realização interna de capital”⁵⁴⁰ afetando, conseqüentemente, um dos mais importantes multiplicadores reais de inversão, qual seja – o emprego direto e indireto. Desse modo, assevera Oliveira, a “razão histórica da industrialização tardia converte-se numa razão estrutural, dando ao setor Secundário e à indústria participações desequilibradas no Produto e na estrutura do emprego”.⁵⁴¹

Nesse diapasão, cabe reconhecer também que a dimensão – inchada⁵⁴² - do Terciário explicita, tal como as dimensões desequilibradas no Produto e na estrutura do emprego do setor Secundário, “razões históricas e outras estruturais, que explicariam uma ‘especificidade particular’ da expansão capitalista no Brasil”.⁵⁴³ Isto é, para uma industrialização tardia tal como se deu no Brasil, necessário a existência de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho, devido inclusive à contemporaneidade das indústrias. No entanto, essa exigência, de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho, “choca-se contra a exigüidade inicial – uma razão estrutural – dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços”.⁵⁴⁴

Ora, como então resolver esse problema, como satisfazer a exigência de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho sem recursos suficientes?

A solução encontrada, que pode ser facilmente notada pela grande dimensão do Terciário foi consubstanciada no crescimento dos serviços de forma horizontal

⁵³⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 67.

⁵⁴⁰ *Ibid.*, p. 67.

⁵⁴¹ *Ibid.*, p. 67.

⁵⁴² Termo utilizado pelo pensamento dual-estruturalista para se referir a uma suposta “patologia” do setor Terciário que caracterizaria um obstáculo ao desenvolvimento do país.

⁵⁴³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 67.

⁵⁴⁴ *Ibid.*, pp. 67 e 68.

sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de ‘pôr fora’ dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços.⁵⁴⁵

Tanto é assim que, tal como observa Oliveira, não há em toda legislação desse período qualquer disposição que visasse gerar, por meio de concessão prioritária de crédito, isenção para importação de equipamentos, concessão de incentivos fiscais, disposições de natureza tarifária, uma maior capitalização no setor de serviços.

Em outras palavras, a reestruturação do padrão de acumulação nesse período operou na perspectiva de que o setor de serviços poderia atuar satisfatoriamente com exígua capitalização, ou melhor “os serviços ‘não apenas podiam como deveriam’ ser implantados apoiando-se na oferta de força de trabalho barata”.⁵⁴⁶

Vale ressaltar ainda mais uma importante determinante da mencionada *inchação* do setor terciário. A forma particular de expansão industrial no Brasil e a adrede desigualdade na distribuição dos ganhos de produtividade entre lucros e salários “pôs em movimento um outro acelerador do crescimento dos serviços, tanto de produção como os de consumo pessoal”⁵⁴⁷, isto é, com a própria expansão industrial e, conseqüentemente, com a expansão urbana, necessário foi a criação de um diversificado rol de serviços (mercearias, lojas, oficinas de reparos, salões de serviços pessoais) com vistas a atender essas novas populações, de baixo poder aquisitivo, nucleadas nos subúrbios nascentes. Será, portanto, o baixo salário dessas populações que determinarão o nível de ganho – também baixo – desses pseudo-proprietários, operação que garantia, por sua vez, um baixo custo de comercialização de produtos industriais – estimulando indiretamente esse setor – uma vez que também eram esse pseudo-proprietários os responsáveis pela comercialização de grande parte da produção industrial para esse tipo de mercado.

⁵⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 68.

⁵⁴⁶ *Ibid.*, p. 68.

⁵⁴⁷ *Ibid.*, p. 68.

Importante consignar ainda que, conforme o autor é “possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relações de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria”.⁵⁴⁸ Contudo, a implantação de novas relações de produção no setor chave da economia brasileira tendia, por decorrência de razões históricas que depois se transformaram em estruturais, a perpetuar relações não-capitalistas na agricultura e no setor de serviços, ou melhor, a “especificidade particular” do modelo de *expansão* da economia brasileira pós-1930 consiste segundo ele

em reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.⁵⁴⁹

4 – Processo de Acumulação Industrial no Brasil de 1930 a meados dos anos 1950

Até a primeira metade dos anos 50, sob o governo Vargas, vigia um padrão de acumulação que se fundava na intenção de uma expansão do setor de bens de produção “que poderia – atente-se para o condicional – fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis”.⁵⁵⁰

Ou seja, até meados dos anos 50 é vasta a gama de empreendimentos de caráter estatal, materializados pela criação da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica

⁵⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 69.

⁵⁴⁹ *Ibid.*, p. 69.

⁵⁵⁰ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 77. Para que prossigamos nossa análise, necessário é entendermos, *grosso modo*, o esquema da reprodução ampliada de Marx (Capital, V. II – “A reprodução e circulação do capital social em conjunto”). Para Marx a reprodução ampliada deve ser estudada a partir de relações entre dois departamentos, quais sejam: o produtor de bens de produção e bens intermediários (Departamento I) e o produtor de bens de consumo (Departamento II). Há, contudo, uma outra divisão feita posteriormente pelos analistas, mas que se funda na reprodução ampliada de Marx, em que se introduz um novo departamento (Departamento III) que seria aquele correspondente à produção de bens de consumo para os capitalistas, isto é, bens de consumo duráveis.

Nacional, na tentativa de implantação da Companhia Nacional da Álcalis, no projeto da Eletrobrás e no funcionamento da Companhia do Vale do Rio Doce⁵⁵¹. Entretanto, como atenta Oliveira, este padrão de acumulação eivado de uma ampla atividade estatal, e que foi parcialmente realizado, não se deu por acaso, isto é

Não surgiu de ‘conspirações assessoriais’, e nem sequer de uma ideologia nacionalista exacerbada: hoje, é fato conhecido que a ditadura Vargas propôs ao capital norte-americano a implantação do que viria a ser a Companhia Siderúrgica Nacional; e, se a forma da tomada de decisões prévias revestiu-se de sigilo, nascendo ou passando por instâncias das próprias Forças Armadas – o caso da luta do Gen. Horta Barbosa no Estado-Maior do Exército pela criação do monopólio estatal do petróleo -, isto se deveu muito mais ao caráter ditatorial do regime do Estado Novo do que uma suposta casta burocrata que fazia as vezes de ‘consciência’ da burguesia nacional⁵⁵²

A citação acima demonstra mais uma vez o caráter débil de nossa burguesia nacional. Claro é que esta intenção de ‘nacionalização’ de nossa economia não nasceu devido uma atuação consciente da burguesia nacional, nasceu consentânea à particularidade histórica do país, no seio de um regime ditatorial, nasceu do caráter autocrático que permeia todo processo histórico brasileiro.

Oliveira observa que o surgimento dos projetos “nacionalizantes” até meados dos anos 50 obedeceu a possibilidades reais/concretas, advindas do contexto histórico que passava o mundo neste período.

Isso porque, admite que, “a ruptura entre economia nacional e o capitalismo internacional deflagrada pela Grande Recessão”⁵⁵³ promoveu a possibilidade de abertura de um “espaço econômico por onde se afirmou a expansão industrial, cortados durante toda a República Velha pela hegemonia do café”.⁵⁵⁴ Assim sendo, contrariamente à recessão que assolava as economias industriais centrais, devido à crise cambial e a eclosão da Segunda Grande Guerra, no Brasil verificavam-se taxas de crescimento industrial na ordem de 11% ao ano, impulsionadas, inclusive, pela

⁵⁵¹ Cf. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 77.

⁵⁵² *Ibid.*, p. 78.

⁵⁵³ *Ibid.*, p. 78.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 77.

impossibilidade “de abastecer-se, para a sua expansão, no exterior, de bens de capital e de bens de produção”.⁵⁵⁵

Destaque-se que este crescimento industrial, esta implantação de projetos estatais de base só foi possível devido aos países imperialistas estarem em recessão e voltados à economia de guerra, pois, sendo esta configuração histórica diversa, a economia brasileira, tanto no âmbito estatal como privado-burguês, talvez não teria “pernas” para este peculiar desempenho produtivo.

Importante observarmos ainda outra fundamental determinante quanto à natureza do padrão de acumulação praticado em nossa economia até meados de 1950. Esta se refere à forma de financiamento da acumulação de capital que, segundo Oliveira, assentava-se em três formas:

1º - A “manutenção da política cambial⁵⁵⁶ e de sua filha primogênita que era a política do confisco cambial⁵⁵⁷, tentando-se utilizar o mecanismo da transferência de excedentes do setor agroexportador para o setor industrial”.⁵⁵⁸

2º – A “nacionalização dos setores básicos do Departamento I, mais propriamente nos setores produtores de bens intermediários: essa nacionalização realizava o processo do financiamento interno do Departamento I, enquanto a

⁵⁵⁵ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 78 e 79.

⁵⁵⁶ (Grifos nossos) Aqui cabe um esclarecimento. Um nível “ótimo” do excedente da agroexportação, que garantia que uma parte deste excedente fosse transferida pelo Estado ao setor industrial, se manteve graças à política cambial que, nesta época, apresentava-se imóvel. Resumindo. O governo por meio desta política cambial fixa proporcionava uma paridade do cruzeiro em um patamar que estimulava às exportações, contribuindo conseqüentemente, para um aumento do excedente produzido neste setor exportador. “Entre 1950 e 1953 a taxa do dólar permaneceu fixa em Cr\$ 18,72 e a taxa da libra esterlina em Cr\$ 55,42” Cf. *Ibid.*, p. 81.

⁵⁵⁷ (Grifos nossos) O excedente formado na agroexportação, tendo como um dos fatores a já acima descrita política cambial, tem de ser transferido ao setor industrial pelo Estado. Tanto é assim, que Oliveira chama atenção para a política do confisco cambial deste período, isto é, o Estado confisca parte deste excedente em formas fiscais (imposto sobre exportação, por exemplo) e assim tem parte dele em mãos para transferir ao setor industrial por meios de estímulos que serão abordados posteriormente. Em termos simples: “Quantia retida pelo governo brasileiro do montante de dólares obtidos pelos exportadores de certos produtos, em suas transações com o exterior. O confisco cambial foi aplicado pela primeira vez em 1953, nas exportações de café, com o objetivo de controlar o preço do produto no mercado internacional e fornecer divisas ao governo para o financiamento de outras atividades, especialmente a indústria. Em certas ocasiões, esse confisco também é aplicado às exportações de açúcar, soja e outros produtos, sobretudo quando eles atingem elevadas cotações no exterior”. SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994, p. 68.

⁵⁵⁸ OLIVEIRA Francisco M. C. *op.cit.*, p. 79.

política cambial realizava o processo do financiamento interno e externo nos dois departamentos”.⁵⁵⁹

3º – A “contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que se assinalava às empresas do Estado: produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados”.⁵⁶⁰

Quanto às considerações sobre a primeira forma de financiamento da acumulação, pode-se observar uma contradição imanente apontada por Oliveira. É por meio do excedente da agroexportação, principalmente cafeeira, que o país conseguia divisas, meios para cumprir os pagamentos internacionais, “indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos”.⁵⁶¹ Contudo, é também por meio da política de câmbio, e do denominado confisco cambial das agroexportações que o Estado, nesta época, conseguia divisas para transferi-las ao impulso do setor industrial. Ora, se este confisco cambial ultrapassasse um determinado limite, ameaçando, portanto, tanto o lucro dos agroexportadores, quanto a competitividade das *commodities* brasileiras no exterior, óbvio é que estas exportações diminuiriam e, conseqüentemente, o país teria menos divisas para saldar os pagamentos internacionais, estrangulando assim, a crescente industrialização que dependia de importações.

Perguntarão alguns então, sobre o porquê de não ter o Estado optado por uma possível alternativa a esta contradição, isto é, deixado às agroexportações apenas a tarefa de garantir os pagamentos internacionais por um lado, e, por outro promovendo uma alteração de sua conservadora política fiscal, criando por sua vez uma “que captasse a fração do excedente necessário para financiar sua estratégia de acumulação, o que significaria apenas recuperar para o Estado uma fração dos aumentos de produtividade que eram transmitidos, gerados e apropriados pelo setor privado, e que, na ausência de uma política fiscal progressista, transformaram-se em poderosa fonte de acumulação de lucros não taxados”.⁵⁶²

⁵⁵⁹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977,, p 79.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 79.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 81.

⁵⁶² *Ibid.*, p. 81 e 82.

Oliveira, valendo-se novamente do malfadado e impreciso referencial teórico do populismo, assim responde:

o caráter político peculiar do pacto populista, no que diz respeito à aliança com as classes dominantes, imobilizava o Estado para realizar essa reforma fiscal, com o que o financiamento interno da acumulação de capital nas empresas estatais se inviabilizava por completo. Por outro lado, o próprio pacto populista, já no que se refere à aliança com os assalariados, impediu a utilização da inflação como fonte de recursos, tal como iria se dar no período seguinte.⁵⁶³

Quanto a segunda forma de financiamento da acumulação neste período, verifica-se claramente que era “posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento”⁵⁶⁴ uma vez que, se o Departamento I (bens de produção) tinha presença maciça do Estado, principalmente no sub-ramo dos bens intermediários (chapas de ferro, aço, etc.) certo era seu financiamento interno, e não só; por meio da política cambial e do confisco cambial, o Estado, tanto externa como internamente, financiava o Departamento I como também o Departamento II (bens de consumo), sem a necessidade de recorrer ao financiamento externo.

Por fim, quanto à terceira forma de financiamento da acumulação no período estudado, pode-se concluir que, para que o Estado contivesse o salário real dos trabalhadores, sem que o poder de compra destes fosse prejudicado, necessário era que houvesse um subsídio à produção dos bens de consumo (Departamento II), isto é, deveriam ser produzidos bens e serviços abaixo do custo de produção, “transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados”,⁵⁶⁵ e financiando assim, de forma indireta, a produção industrial nacional. Isso porque com o barateamento da ‘manutenção da vida’ do trabalhador, possível era que com a estagnação ou mesmo aumentos irrisórios do salário, este trabalhador conseguisse ter um “razoável” poder de compra, enquanto que, por outro lado, a indústria brasileira se beneficiando deste subsídio, deste barateamento estatal da

⁵⁶³ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 82.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 79.

⁵⁶⁵ *Ibid.*, p. 79.

força de trabalho, proporcionava por meio de mais investimentos, aumentos cada vez maiores de produtividade do trabalho.⁵⁶⁶

Oliveira, resumindo essa forma de financiamento da acumulação, assim afirma:

a estratégia da expansão fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor produtor dos bens de produção, o que implicava no virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria. Sob certos aspectos, essa estratégia de industrialização parece-se muito com o modelo Dobb para a primeira fase da expansão da economia soviética; essa semelhança é apenas teórica, já que nunca esteve, nem na ideologia nem na prática dos grupos dominantes de então, qualquer veleidade socializante.⁵⁶⁷

Entretanto, Oliveira atenta que o financiamento consubstanciado na contenção real dos salários dos trabalhadores aumentou apenas os lucros das empresas privadas, não se transformando “em toda sua potencialidade, em mecanismo da estratégia de acumulação assim definida”.⁵⁶⁸ Tanto é assim, que a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BND) que tinha seus recursos advindos de um adicional ao imposto de renda, era no fundo uma tentativa de promover a famigerada reforma fiscal, era, pois, uma tentativa velada de taxar os “lucros extraordinários que o setor privado realizava às expensas dos trabalhadores e das empresas estatais”⁵⁶⁹. Contudo, graças ao insucesso dessa pseudo-política fiscal, o BND teve que “recorrer predominantemente aos recursos do Tesouro Federal e enveredar pela política do endividamento externo, até então recusada.”⁵⁷⁰

Conforme o autor, este padrão de acumulação que até a metade dos anos 50, tinha a clara intenção de ampliar a produção no setor de bens de produção

⁵⁶⁶ “É de se supor que em 1951 a produtividade do trabalho tenha crescido a uma taxa superior à dos salários médios na indústria. Entre janeiro de 1952 e junho de 1954, é provável que se tenha verificado uma distribuição, na melhor das hipóteses, eqüitativa dos ganhos de produtividades aos assalariados, tendência esta que se inverte por completo entre 1955 e 1962, quando o salário real médio da indústria de transformação cresceu 12,3%, enquanto a produtividade experimentou um crescimento de 72,8%”. CAUDAL, A. A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectiva. Apud OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 79 e 80 (nota 5).

⁵⁶⁷ *Ibid.*, p. 80.

⁵⁶⁸ *Ibid.*, p. 82.

⁵⁶⁹ *Ibid.*, p. 82.

⁵⁷⁰ *Ibid.*, p. 82.

(Departamento I) não chegou a se concretizar totalmente. Posteriormente, na gestão liberal do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin⁵⁷¹, o padrão de acumulação já se distingue radicalmente do anterior, sendo no “Plano de Metas” do governo de Juscelino sua mudança definitiva.

5 – Plano de Metas do Período JK: As Pré-Condições da Crise de 1964

Oliveira sustenta a tese de que não se pode compreender o perfil da economia brasileira em fins de 1970 “senão tomando-se como referência básica a segunda metade dos anos cinqüenta, como os problemas emergem hoje na primeira linha da pauta do futuro comportamento da economia nacional são, rigorosamente, os sinais do esgotamento do padrão de acumulação ali iniciado ou ampliado, se se quer relativizar a questão”⁵⁷², isto é, deve-se compreender o padrão de acumulação que teve suas bases fincadas pelo chamado “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek.

Segundo Oliveira, o governo Kubitschek forçou a aceleração da acumulação capitalista brasileira com seu programa “cinqüenta anos em cinco”, convertendo definitivamente o setor industrial em setor-chave do sistema. Nesse período, ao mesmo tempo em o Estado promovia um amplo rol de investimentos, subsídios e obras públicas com vistas a essa conversão, mantinha, todavia, uma política fiscal conservadora acarretando, conseqüentemente, um constante incremento de sua dívida interna e externa.

Entretanto, observa Oliveira que a adversidade econômica externa do período (pós Segunda Guerra Mundial) resultou em quase nenhum financiamento de governo a governo, tendo o Estado brasileiro, nessas circunstâncias, de recorrer ao endividamento externo privado, de prazos curtos, o que gerou pressões sobre a Balança de Pagamentos numa época de nula elasticidade das exportações.⁵⁷³

⁵⁷¹ O economista Eugênio Gudin fora nomeado Ministro da Fazenda no governo de Café Filho (de 24 de agosto de 1954 a 3 de novembro de 1955).

⁵⁷² OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 76.

⁵⁷³ Cf. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp. 72 e 73.

Ainda nos chama a atenção o autor para o impressionante crescimento da economia brasileira nos anos Kubitschek (o coeficiente de inversão – relação entre formação de capital e o produto bruto – se elevou de um índice 100 no quinquênio anterior para um índice 122 – cerca de 1/4), perguntando-se, porém: “Como se financiou tal crescimento, como se compatibilizou esse esforço de crescimento com os limites pobres de nossa acumulação de bases nacionais?”⁵⁷⁴

A solução a esse problema se deu, segundo ele, por duas vertentes:

A primeira consistiu na associação do capital nacional com o capital estrangeiro, não tanto por sua contribuição quantitativa – não passou de 5% da poupança nacional –, mas, sobretudo, pelo fornecimento de tecnologia – acumulação prévia, *Know how*, etc. Ou seja, o Estado, segundo Oliveira, não entrou como comprador de tecnologia para repassar ao setor privado nacional, tendo esse último de se associar ao capital estrangeiro para adquirir essa tecnologia. Em outras palavras: “os ‘cinquenta anos em cinco’ não podiam ser logrados sem o recurso ao capital estrangeiro”.⁵⁷⁵

Como se vê, não há dúvidas que para Oliveira

a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida, também, que em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo desta.⁵⁷⁶

Todavia, coerente com sua interpretação *politicista*, cuja expressão é a teoria do populismo, afirma que:

o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos 1930, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. Em outras palavras,

⁵⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 73.

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 73.

⁵⁷⁶ *Ibid.*, p. 74.

com a crise dos anos 1930, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação – como ocorreu em muitos países da América Latina e de outros continentes de capitalismo periférico – como crescimento; este, que se deu no Brasil, pôde se concretizar porque do ponto de vista das relações fundamentais entre os atores básicos do processo existiam condições estruturais, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno.⁵⁷⁷

Desse modo, portanto,

o importante para a tese que aqui se esboça é que tais medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira; para tanto, o processo de reprodução do capital que viabilizava aqueles desideratos exigia uma aceleração da acumulação que concretamente tomava as formas do elenco de indústrias prioritárias.⁵⁷⁸

Para Oliveira, o recorrer ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que traz novas forças ao processo de acumulação brasileira, também significou novos problemas à continuidade da expansão, isto é

Em primeiro lugar, incorporando-se rapidamente uma tecnologia mais avançada, a produtividade dará enormes saltos, ainda mais se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, *de per se*, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia vão acelerar ainda mais o processo de concentração de renda. A acumulação dá, aí, um salto de qualidade: a mera transferência de tecnologia, isto é, 'trabalho morto externo, potencializa enormemente a reprodução do capital.⁵⁷⁹

O autor destaca ainda o fato de que sem essa associação com o capital estrangeiro não poderia o Brasil pensar no crescimento econômico nesse período, e isto porque

⁵⁷⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 74.

⁵⁷⁸ *Ibid.*, p. 75.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 75.

ela era absolutamente indispensável ao processo de reprodução do capital, pois a pobre base de acumulação nitidamente capitalística da economia brasileira não poderia realizar essa tarefa; pode-se pensar que, assim como o estado atuou deliberadamente no sentido de privilegiar o capital, poderia ter atuado transferindo tecnologia para as empresas de capital nacional. Tal não ocorreu, mas uma explicação meramente *ex post* não é suficientemente para esgotar o assunto. É preciso pensar que a figura de um Estado onipresente nunca foi pensada, nem era da perspectiva ideológica do empresariado industrial nacional. Não se encontra nenhuma disposição tendente a propiciar a transferência de tecnologia para empresas nacionais que tivessem a intermediação do Estado. Inclusive as políticas científica e tecnológica de instituições como as universidades eram completamente desligadas da problemática mais imediata da acumulação de capital.⁵⁸⁰

Além da associação com o capital estrangeiro, também outra vertente concorreu fundamentalmente para o esforço de acumulação: “a do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação”⁵⁸¹, isto é, “o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação”⁵⁸².

Assim sendo, Oliveira, utilizando-se de dados do estudo de Souza⁵⁸³, afirma que:

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que os 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos (pois dos dados sob análise excluem-se os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os autônomos), sendo que no Estado mais industrializado o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que 1964! Além disso, podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, *reduz pela metade* o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolongará até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano 1958, é marcada pela deteriorização do salário mínimo

⁵⁸⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 77.

⁵⁸¹ *Ibid.*, p. 78.

⁵⁸² *Ibid.*, p. 78.

⁵⁸³ SOUZA, Alberto Mello. Efeitos econômicos do salário mínimo. Apud OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 79.

real, numa tendência que se agrava pós-anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart.⁵⁸⁴

Claro está que, contrariamente a grande parte da literatura econômica da época, Oliveira demonstra uma vez mais que “a aceleração da inversão a partir do período Kubitschek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, requeria, para a sua viabilização, um aumento na taxa de exploração da força de trabalho”.⁵⁸⁵

Com efeito, “a intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando”⁵⁸⁶, ou seja:

A não ser no ano de 1963, quando a economia já entrava em crise, o crescimento do produto real do setor industrial superou sempre e largamente a taxa de absorção de mão-de-obra pela indústria e, comparado à evolução do salário mínimo real em São Paulo e Guanabara, constata-se perfeitamente um crescente diferencial entre as duas variáveis.⁵⁸⁷

Apresentadas algumas determinantes da implantação do novo padrão de acumulação iniciado com o governo de Kubitschek, Oliveira propõe a seguinte questão:

Como o governo Kubitschek, aparentemente montado sobre a mesma correlação de forças políticas [do período anterior], pode dar uma guinada tão radical que, a médio prazo, significaria não somente uma mudança no padrão de acumulação da economia, mas uma redefinição do papel do Estado e das relações deste com a sociedade civil, terminando por liquidar a própria correlação de forças políticas que era a sua base?⁵⁸⁸

⁵⁸⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 78.

⁵⁸⁵ *Ibid.*, p. 84.

⁵⁸⁶ *Ibid.*, p. 78.

⁵⁸⁷ *Ibid.*, p. 83.

⁵⁸⁸ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 82 e 83.

Realmente, como alerta Oliveira, tal questão não tem resposta fácil, porém, o autor tenta esclarecer com base em três ordens de fatores, consciente de que tais não esgotam o entendimento da matéria.

O primeiro fator apontado é o grau de excedente formado nas mãos do setor privado da economia, excedente materializado pela persecução de um padrão de acumulação vigente até meados dos anos 1950. Resumindo: “salários reais praticamente constantes e aumentos da produtividade logrados no chamado setor produtivo estatal e transferidos ao setor privado, eis a fórmula da incipiente concentração”.⁵⁸⁹

Assim, com essa “fantástica” acumulação no setor privado realizada no período anterior, verificava-se uma mudança no perfil da demanda, isto é, havia uma espécie de “demanda reprimida”⁵⁹⁰, de uma demanda de ávidos capitalistas prontos a gastarem “sua” poupança; fato que viria a ser a base do denominado “Plano de Metas”.

Já como segundo fator, atenta o autor para uma redefinição da divisão internacional do trabalho entre os países dependentes e centrais, que após a recuperação europeia do pós-guerra repousava sob novas bases:

agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção.⁵⁹¹

Por fim, quanto ao terceiro fator, Oliveira, utilizando-se mais uma vez de uma explicação *politicista*, observa que o pacto populista – o truque - havia promovido nas classes populares uma espécie de fetichização do Estado a tal ponto, que conferia a este a possibilidade de uma aliança em prol de uma política denominada “nacionalismo de Estado” em que “as empresas estatais seguiriam no seu papel de

⁵⁸⁹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 83.

⁵⁹⁰ Termo construído pela análise do Grupo Misto BNDE-CEPAL em 1954. Grupo que identificava a existência de uma demanda nova que poderia ser explorada pela criação de um Departamento III (bens duráveis). Cf. *Ibid.*, p. 84.

⁵⁹¹ *Ibid.*, p. 83.

potenciador da acumulação privada sem questionamentos classistas partidos de baixo”.⁵⁹²

Portanto, todos estes fatores promoveram segundo Oliveira uma possibilidade concreta de mudança do padrão de acumulação, padrão este que, ao contrário do período anterior em que se centrava na produção de bens de produção (Departamento I), tinha a clara intenção de se centrar na produção de bens de consumo duráveis (Departamento III).

De certa forma, este novo padrão de acumulação era assegurado pela denominada ‘demanda reprimida’ e não só; de “outro ponto de vista, a existência de um Departamento III numa economia como a brasileira, em que não apenas não se havia esgotado o amplo reservatório de mão-de-obra como o próprio processo de expansão estava ampliando-o”⁵⁹³ estimulava sua implantação.

Entretanto, assevera Oliveira que este novo padrão de acumulação intentado, tinha todos os indicativos de uma inviabilidade, isto porque, atentando-se para a relação entre o desenvolvimento do Departamento I (bens de produção) no Brasil até este período, com a implantação do denominado Departamento III (bens de consumo duráveis) podia-se identificar um ponto de estrangulamento, qual seja; o de não ter o Departamento I brasileiro condições de oferecer bens de produção suficientes às exigências do Departamento III, tendo, portanto, o Departamento III de recorrer a crescentes importações destes bens. Em poucos termos:

Historicamente, o Departamento I da economia nacional – como, de resto, de qualquer outra economia dependente – situa-se fora do circuito interno da acumulação: situa-se no interior das economias centrais e, nas economias dependentes, são as exportações, sobretudo primárias, que cumprem o papel de financiar as compras de bens de produção. Este tipo de relação, como é óbvio, exporta também o estímulo à produção de bens de produção.⁵⁹⁴

Como se vê, esta intenção de se implantar o Departamento III, de se promover uma nova espécie de padrão de acumulação tinha, devido às relações

⁵⁹² OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 83 e 84.

⁵⁹³ *Ibid.*, p. 84.

⁵⁹⁴ *Ibid.*, pp. 84 e 85.

entre o incipiente Departamento I brasileiro e a crescente avidez por bens de produção do Departamento III, o ponto de estrangulamento exatamente nas exportações primárias brasileiras. Porém, estas exportações, por sua característica inerente, possuíam uma “relativa inelasticidade de crescimento”⁵⁹⁵ proporcionando assim, um entrave difícil de ser solucionado.

Contudo, se difícil é para nós pensarmos em uma solução viável, fácil foi para a burguesia caudatária e para os liberais de gabinete. “A solução encontrada – que, diga-se de passagem, não corresponde nem de longe a imposições automáticas, mas revela claras opções de política⁵⁹⁶ – foi o recurso ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, **capital de risco**⁵⁹⁷”.⁵⁹⁸

Tal solução foi posta em prática na Instrução 113⁵⁹⁹, de autoria do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, essa trouxe em seu bojo a possibilidade institucionalizada de investimentos externos sem cobertura cambial, possibilidade, inclusive, muito utilizada pelo governo posterior, o de Juscelino Kubstichek.

Na esclarecedora Dissertação *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964)*, Ângela Maria Souza, em sua rigorosa análise imanente do ideário de Caio Prado Jr., assim nos resume a certa avaliação desse autor sobre a instrução 113:

⁵⁹⁵ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 85.

⁵⁹⁶ Como já dito no início desse capítulo, ainda que Oliveira considere em sua análise as circunstâncias estruturantes do processo econômico, busca na política, ou melhor, nas opções – subjetivas? – de política sua explicação e fundamento último.

⁵⁹⁷ (Grifos nossos) “Capital investido em atividades em que existe a possibilidade de perdas. Em geral, esses investimentos são realizados por capitalistas privados. No balanço de pagamentos, os capitais de risco são os investimentos diretos realizados por empresas estrangeiras no Brasil (entrada) e por empresas brasileiras no exterior (saídas). Os movimentos desses capitais são registrados na conta de capital do balanço de pagamentos”. SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994, p. 68.

⁵⁹⁸ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 85.

⁵⁹⁹ “A indústria automobilística entrou no Brasil através da Instrução 113, de minha autoria, quando Ministro da Fazenda. Tudo quanto o governo Kubitschek pode reclamar é a glória de não ter revogado; antes pelo contrário. (...) Quanto às indústrias que se utilizaram do financiamento, não há dúvidas que isso deve ser creditado ao governo do Sr. Jânio Quadros, a quem o Sr. Kubitschek deixa para pagar (vide boletim da Sumoc, de agosto último) U\$ 898 327 000,00, isto é, quase um bilhão dólares. Aí está a que se reduz a fantasmagoria da Industrialização Kubitschek”. E. GUDIN. *A Formação do Economista*, p. 150. Apud BORGES, Maria A. *Eugênio Gudin: Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: Ed. EDUC (PUC), 1996, p. 204.

Nas páginas 172-7 da versão de 1962, não constantes no texto de 1956, ele mostrava mais desdobradamente, mas na mesma linha do texto anterior, como as medidas tomadas foram onerando cada vez mais a economia nacional, em benefício do capital estrangeiro, a exemplo da Instrução 113 da Sumoc (baixada durante a gestão Café Filho, em 1955, quando Eugênio Gudim era ministro da Fazenda e Octavio Gouveia de Bulhões estava na direção da Superintendência) que garantia aos capitalistas estrangeiros trazerem do exterior equipamentos sem despesa cambial, ou seja, poderiam se instalar no Brasil trazendo as máquinas que já possuísem ou que tivessem condições de adquirir fora do país por conta própria, enquanto que os nacionais eram obrigados a pagarem a vista para a aquisição dos equipamentos de que necessitavam. Reações ocorreram, mas não foram capazes de reverter esta situação, tendo muitos industriais nacionais se associado a estrangeiros como forma de se valerem desses benefícios.⁶⁰⁰

Estava, portanto, solucionado o problema de financiamento deste novo padrão de acumulação de capital. Daí, como constatado por Oliveira, todo o capital estrangeiro necessário aos setores contemplados no Plano de Metas, isto é, a indústria automobilística, construção naval, entre outros, entrou no Brasil revestido de um tom 'benevolente', de um tom de propiciador de nosso desenvolvimento.

Explicado está então o mistério do célebre slogan do governo Kubstichek: "cinquenta anos em cinco", isto é, "para o curto período e nestas condições, solucionava-se o problema do financiamento externo da acumulação de capital"⁶⁰¹ por meio do recurso a uma maciça entrada de capital estrangeiro de risco no país.

Solucionado o problema do financiamento externo deste novo padrão de acumulação é hora de se apresentarmos como se realizou o seu financiamento interno.

Ora, a implantação de súbito do Departamento III no Brasil, exigia um determinado tempo de "depuração", isto é, havia uma impossibilidade de o Estado obter por meio de medidas fiscais parte do excedente deste mesmo Departamento III que se implantava, sendo muitas vezes obrigado, do contrário, a fornecer incentivos diretos para seu estímulo.

⁶⁰⁰ SOUZA, Ângela Maria. O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, p. 67 (nota 73).

⁶⁰¹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 85.

Outro problema quanto ao financiamento interno deste novo padrão acumulativo, se punha como pauta de urgência. Tinha-se a necessidade de se estimular o aumento de produção do incipiente Departamento I (bens de produção e bens intermediários), que não fora completado no período de acumulação anterior, pois o implantado Departamento III exigia crescentemente o abastecimento destes tipos de produtos advindo do Departamento I. Porém, a dificuldade de abastecimento destes produtos pelo Departamento I brasileiro se evidenciava cada vez mais, tendo o país que recorrer a crescentes importações em um período de difícil crescimento das exportações.

Somando aos dois problemas apontados acima, havia ainda a necessidade de o Estado promover a ampliação do capital social básico (infra-estrutura rodoviária, energética, etc.); fato que, segundo Oliveira, fazia com que este tivesse de levar até as últimas conseqüências sua capacidade fiscal.

Posto o problema do financiamento interno deste novo padrão de acumulação nos termos acima descritos e, conscientes que no capitalismo não existem milagres podemos entender melhor a solução praticada para este financiamento interno.

A solução encontrada para o financiamento interno deste novo padrão acumulativo foi, segundo Oliveira, a inflação, pois, impossibilitado pelo pacto populista⁶⁰², o Estado não podia propor uma reforma fiscal. Assim, nada mais natural do que repassar a conta à população por meio da inflação de preços.

Solucionado estava o financiamento do novo padrão de acumulação, padrão este que fora inaugurado sob os cuidados de Eugênio Gudín e consolidado no governo de Kubstichek. Assim, tanto externamente, com a entrada maciça de capital estrangeiro, como internamente, com o financiamento inflacionário, estava solucionado o problema de financiamento deste novo padrão de acumulação que agora se voltava claramente ao estímulo do Departamento III (bens de consumo duráveis).

⁶⁰² Aqui, mais uma vez, Oliveira se utiliza da *mal-cosida* teoria do populismo para explicar a impossibilidade de uma reforma fiscal para a sustentação interna da acumulação. Que pacto de classes é esse em que apenas um dos pactuantes – no caso a classe trabalhadora – sofre o ônus? Ora, se o financiamento interno do novo padrão de acumulação se assenta na deteriorização das condições de vida do trabalhador e mesmo assim a radicalidade proletária não se manifesta, há de ser porque, como já frisado por Chasin, “está em curso uma grande artimanha”. CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 251.

Os termos da solução deste padrão de acumulação é expresso claramente na política de Juscelino, que, segundo Oliveira, constitui-se em três níveis:

Em um primeiro nível verificava-se uma política cambial tímida, “audaciosa ao revés, isto é, imobilista e liberal, em condições de extrema severidade das receitas cambiais”.⁶⁰³ Mesmo a denominada Lei das Tarifas era menos a tentativa de encarecimento das moedas estrangeiras, do que uma “política de criação de mercados ‘cativos’ para as indústrias em implantação, erguendo uma poderosa barreira protecionista que muito contribuiu para a oligopolização dos novos setores industriais”.⁶⁰⁴

Já quanto ao segundo nível da política governamental deste período, Oliveira alerta para a famigerada política fiscal, que igualmente ao período anterior, permanecia extremamente conservadora congelando assim a expansão das receitas do Estado.

Por fim, quanto ao terceiro nível de sustentação do governo Kubstichek, Oliveira aponta para a característica da política monetária e financeira. Estas eram “de insólita audácia, utilizando-se o mecanismo inflacionário até limites insuportáveis”.⁶⁰⁵

Como já visto anteriormente, a implantação de um padrão de acumulação estruturado fundamentalmente no Departamento III (bens de consumo duráveis) numa economia como a nossa “teve imediata, dada a forma como se implantou, uma atrofia, relativa mas muito pronunciada, do Departamento I [bens de produção]; voltou a residir nos países capitalistas centrais parte do Departamento I da economia nacional”.⁶⁰⁶

Por certo, observa Oliveira

As conseqüências dessa inversão da tendência do período imediatamente anterior [período Kubitschek] fazem-se sentir sobretudo atualmente [1977]. Essa inversão restaurou – daí o codinome “Restauração” Kubitschek – um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto

⁶⁰³ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 86.

⁶⁰⁴ *Ibid.*, p. 86.

⁶⁰⁴ *Ibid.*, p. 86.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 86.

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 86.

da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, instaurando, por sua vez – e aqui constitui sua singularidade –, uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos, que se expressa na contradição entre uma indústria voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamentos internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional.⁶⁰⁷

Em suma: ao contrário do anterior padrão de acumulação fundado na agroexportação que, ao produzir a mercadoria exportável, gerava ao menos os meios de pagamentos do capital internacional, no novo padrão inaugurado pós-anos 1950 tal possibilidade inexistirá, ou seja, sendo nossa indústria voltada para o mercado interno, mas de propriedade do capital estrangeiro, não se gerará, conseqüentemente, os meios de pagamentos internacionais (dólares) suficientes tanto para a reprodução ampliada do capital, quanto para fazer retornar à circulação internacional do capital-dinheiro a enorme massa de lucros obtidos pelas empresas estrangeiras aqui instaladas.

Assim sendo o tipo de crise do Balanço de Pagamentos desse novo padrão de acumulação, agora fundado na produção industrial do Departamento III (bens de consumo duráveis) será “radicalmente distinto da crise tradicional dos Balanços de Pagamentos das economias dependentes”, isto é, enquanto que as crises do padrão fundado na agroexportação eram “rigorosamente, crises da circulação internacional de mercadorias. Agora, sob o novo padrão, as crises são da circulação internacional do dinheiro-capital”.⁶⁰⁸

A esse novo tipo de crise do Balanço de Pagamentos acima descrito soma-se, segundo Oliveira, o antigo, uma vez que

o evidente predomínio do Departamento III presidindo à articulação intersetorial torna irreversível o processo de controle oligopolístico, impondo, no que interessa a esse exame, um padrão de relações interdepartamentais no qual os aumentos de produtividade produzidos quase em qualquer setor da economia industrial são inevitavelmente transferidos aos setores-líderes e ao seu irmão siamês, o Departamento I das economias centrais.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 86 e 87.

⁶⁰⁸ *Ibid.*, p. 87.

⁶⁰⁹ *Ibid.*, p. 87.

Desse modo, tem-se que

Esse padrão de articulação, presidido oligopolisticamente pelo conjunto de empresas multinacionais, soma ao novo tipo de crise recorrente do Balanço de Pagamentos, já descrito, o antigo, que se expressa no incremento da importação de bens de produção, sejam intermediários – caso do aço e dos não ferrosos, por exemplo –, sejam bens de capital em sentido estrito –, como, por exemplo, máquinas, equipamentos, geradores, turbinas; este constitui o caso clássico de desequilíbrio crônico do Balanço de Pagamentos, tratado por Furtado.⁶¹⁰

Importante frisar que este padrão acumulativo não se restringe, como alerta Oliveira, apenas a este período, ao contrário “convém não subestimar a herança do período deflagrado pelos anos subseqüentes, conformando o padrão básico de crescimento ou de expansão da economia nacional”.⁶¹¹

6 – A Expansão Pós-1964: Progressão das Contradições

A irrupção do golpe militar de 1964 traz em seu bojo um “novo” programa econômico – o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) -, cujo objetivo fundamental consistia na contenção do processo inflacionário com vistas à retomada dos investimentos públicos e privados. Do ponto de vista formal, observará Oliveira, há uma extraordinária semelhança do PAEG com o Plano Trienal do Governo de João Goulart; formalidade que, fundada num erro comum, se apresentava em quase todos os planos de combate à inflação, “em todas as “latitudes”.

O primeiro resultado da execução tanto do Plano Trienal (1963), quanto do PAEG será uma forte recessão, breve a primeira e prolongada a segunda; recessões cuja identidade do erro derivava exatamente “da identidade das supostas causas: a de que se estava em presença de uma inflação de demanda; o remédio era, num como noutro caso, a contenção dos meios de pagamento, [e] o corte nos gastos governamentais”. Para Oliveira, tais erros se deviam, sobretudo, aos “preconceitos ideológicos, comuns entre os economistas, como a quase lei de escassez nas

⁶¹⁰ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 88.

⁶¹¹ *Ibid.*, p. 86.

chamadas economias subdesenvolvidas”, preconceitos que, segundo ele, “constituíram o pano de fundo das abstrações que lastreavam o instrumental de combate a inflação”.⁶¹²

Dessa forma, somente quando se operou uma nova política *seletiva*⁶¹³ de combate à inflação é que se retomou a expansão do sistema, isto é, ao contrário da política anterior que se pautava na perspectiva de contenção de crédito e dos gastos governamentais, a nova política pautou-se no aumento de créditos, no aumento dos gastos governamentais e no estímulo da demanda. Ou seja, fora preciso a recessão “para que a situação de classe abrisse os olhos dos detentores do poder e forçasse o abandono da ideologia economicista do Sr. Roberto Campos e seus continuadores”.⁶¹⁴

Segundo Oliveira, para que o governo implantasse essa política seletiva de combate à inflação utilizou-se para tanto de alguns instrumentos estratégicos, dentre os quais os mais importantes foram: uma reforma fiscal que, ainda que fosse progressiva na aparência, era de fato regressiva, uma vez que aumentava mais os impostos indiretos do que os diretos⁶¹⁵; um controle salarial mais estrito⁶¹⁶; e uma estruturação do mercado de capitais que possibilitasse que o “excedente econômico contido no nível das famílias e das empresas e representativo da distribuição da renda que se gestara no período anterior” fosse deslocado para o mercado

⁶¹² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp. 93 e 94.

⁶¹³ “o termo seletivo não deve ser confundido com outra quase lei da seletividade derivada das prioridades sociais. A política *seletiva* implantada distingue, antes, *seletividade das classes sociais e privilegia as necessidades da produção*”. (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 94.

⁶¹⁴ *Ibid.*, p. 94.

⁶¹⁵ Nesse período foram criados o IPI (imposto sobre produtos industrializados), o ICM (imposto sobre circulação de mercadorias) e o ISS (imposto sobre serviços). A união ficou com o IPI, o Imposto de Renda, os Impostos Únicos, os Impostos de Comércio Exterior, o Imposto Territorial Rural (ITR). Os estados ficaram com o ICM e os municípios, com o ISS e o IPTU (imposto sobre propriedade territorial urbana). Também foram instituídos os fundos de transferência entre os governos da União, dos Estados e dos Municípios, tais como: o fundo de participação dos estados e dos municípios, que se baseavam em parcelas de arrecadação do IPI, do IR e do ICMS.

⁶¹⁶ “A partir de 1964, a política salarial tornou-se o principal instrumento, a viga mestra, da acumulação monopolista subordinada em nosso país. Não há, pois, que reduzir a ditadura a um simples exercício de um poder arbitrário de uns sobre os demais. A ditadura se enraíza na própria anatomia da sociedade civil, nas relações sociais de produção. A ditadura do capital sobre o trabalho – na fórmula marxiana do trabalho morto que se apodera do vivo – logra o seu máximo objetivo: alcançar altas taxas de crescimento econômico com a elevação da produtividade e a diminuição politicamente forjada do valor da força de trabalho. Os operários explicavam-na com uma simples expressão: estavam sob o jugo da política do arrocho salarial”. RAGO FILHO, Antônio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Communicare, Revista de Pesquisa Faculdade Cásper Líbero*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2º sem. 2004, p.149.

financeiro, dando fluidez à circulação desse excedente econômico acumulado anteriormente. Em suma

a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo da reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é a adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária, a prática, já iniciada em períodos anteriores, de fuga aos limites estreitos da lei da usura. A circulação desse excedente compatibiliza os altos preços dos produtos industrializados com a realização de acumulação, propiciada por um mercado de altas rendas, concentrado nos estratos da burguesia e das classes médias altas.⁶¹⁷

Todavia, pergunta-se Oliveira, “sobre qual estrutura de distribuição da renda pôde apoiar-se a política descrita?”⁶¹⁸

Buscando então responder tal pergunta Oliveira, baseando-se em estudos fundados no Censo Demográfico de 1960 e 1970, segue, pois, na exposição da estrutura de distribuição de renda do período.

Inicialmente já demonstra, mediante uma apresentação dos dados estatísticos do censo demográfico de 1960, que a “renda apropriada pelo 1% superior da escala populacional – 11,72% da renda – é superior, ainda que por pequena margem, à proporção de renda apropriada por 40% da população”, ou ainda “que os 5% superiores da escala populacional apropriavam uma parcela da renda ainda maior que a parcela por 60% da população: 27,35% contra 25,18%”. Concluindo “a renda média dos 5% superiores da população correspondia a mais de 15 vezes a renda média de 50% da população: Cr\$ 56,02 contra Cr\$ 3,62, em cruzeiros constantes de 1949”⁶¹⁹.

Como se vê, será sob essa estrutura social perversa de distribuição de renda, gestada no processo de industrialização anterior, que se assentará segundo Oliveira a política econômica pós-1964, ou seja, tal política tinha exatamente nessa distribuição desigualitária de renda a garantia de um mercado para os novos ramos

⁶¹⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp. 94 e 95.

⁶¹⁸ *Ibid.*, p. 95.

⁶¹⁹ *Ibid.*, pp. 95 e 96.

industriais implantados, ao contrário do que pensava Furtado e seus seguidores, que viam nessa extrema desigualdade um obstáculo ao crescimento do país. Em poucas palavras:

Os altos preços dos produtos nacionais que substituíam os importados, antes de frearem a demanda, produziram capacidade ociosa, baixaram a relação produto/capital, eram adequados à distribuição da renda e cumpriam o papel de reforçar a acumulação, mediante o incremento dos diferenciais salários/produzitividade. Uma crise de realização do tipo clássico existiria se, mantendo-se altos os preços dos produtos nacionais, a distribuição da renda fosse mais igualitária, e não o contrário. Apoiando-se numa tal estrutura, a política econômica pós-1964 avançou na progressão em direção a uma concentração ainda mais extremada.⁶²⁰

Por certo, a política econômica implantada pela ditadura militar aprofundará a desigualdade de renda na década posterior, aumentando, com é óbvio, a concentração nos extratos de renda superiores. Assim

1% superior em 1960 se apropriava de 11,72% da renda total, em 1970 essa porcentagem aumenta para 17,77%; os 5% superiores em 1960 detinham 27,35%, enquanto em 1970 passam a reter 36,25%. Em contrapartida, *et por cause*, os 40% inferiores da população participavam em 11,20% da renda total, enquanto em 1970 sua participação decaiu para 9,05%. (...) Em termos monetários, os 5% superiores da população tinham uma renda média, em cruzeiros constantes de 1949, mais de 26 vezes superior à renda média recebida dos 50% da população Cr\$ 96,16 contra Cr\$ 3,64.⁶²¹

Observando-se os dados mais detidamente, Oliveira nos chama à atenção para o fato de que durante a década de 1970 a maior parte (aproximadamente 70%) do crescimento da renda real da economia brasileira fora apropriado predominantemente pelos 5% mais ricos da população. Com efeito, é óbvio que a massa de renda em cada extrato tenha aumentado “pelo simples fato de que o número de habitantes em cada extrato também aumentou” sendo, desse modo, esse aumento responsável em parte pela sustentação da demanda dos bens não-

⁶²⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 96.

⁶²¹ *Ibid.*, p. 97.

duráveis nos extratos de renda baixa. Entretanto, nos extratos de rendas altas, não somente o incremento populacional representou um maior consumo desses bens

mas principalmente os ganhos de renda real por membro dos estratos ricos é que constituem a base de mercado para os bens de consumo duráveis – automóveis, eletrodomésticos – cuja demanda aumentou sensivelmente a partir de 1968; por sua vez, a demanda para os bens de capital também pôde sustentar-se, já que o ritmo de crescimento e os preços relativos dos bens de consumo duráveis satisfizeram a condição de crescimento do departamento de bens de capital. Tal fenômeno está na base do 2º e do 3º carro, já o padrão comum na maioria das famílias de altas rendas o país.⁶²²

Claro está, portanto, que com base nos dados fornecidos por Oliveira “não houve nenhuma distribuição para baixo, nem em termos de beneficiamento dos estratos médios, nem muito menos, como é óbvio, dos estratos baixos”.⁶²³ Ou seja, contrariamente do que pregava José Serra e Maria da Conceição Tavares, de que a compressão salarial era necessária para, mediante a redistribuição desse excedente para os estratos médios, financiar a inversão da economia definitivamente⁶²⁴, Oliveira defende que a estrutura de distribuição de renda verificada na década de 1960 não ameaçava a inversão.

Assim, contrapondo-se a tese dos autores acima citados, observa Oliveira que os dados até aqui expostos demonstram de forma indelével que não se confirma

nenhuma hipótese de redistribuição intermediária, teoricamente duvidosa aliás, já que não existem relações de produção entre as classes médias e já que, necessariamente, qualquer distribuição do tipo acima passa pela intermediação do aparelho produtivo, isto é passa pela propriedade dos meios

⁶²² (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 98.

⁶²³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 96.

⁶²⁴ Para Oliveira essa tese de redistribuição intermediária, defendida pelos dois autores acima citados deriva da errônea idéia de que os acréscimos infinitesimais na renda das classes mais baixas não a habilitam ainda a consumir os bens não-duráveis. Desse modo, se esse excedente, produzido pela compressão salarial, for redistribuído para as classes médias, aqueles acréscimos, que são insignificantes para as classes baixas, serão expressivos para os extratos médios, uma vez que este incremento se somaria a um montante de renda já bastante elevado, bem como seria distribuído à um número de pessoas muito menor que nos extratos baixos. Assim sendo, “o resultado seria, com a ‘redistribuição intermediária’, um volume de poder de compra mais concentrado e um nível de renda médio das classes médias mais elevado, o que tornaria capazes de comprar os bens de consumo duráveis. *Ibid.*, p. 99.

de produção; a hipótese ressuma a um ‘estado do bem-estar’ para as classes médias, construído pelo ‘despreendimento’ das classes proprietárias.⁶²⁵

Ou seja, ao contrário da tese da *redistribuição intermediária* defendida por Serra e Tavares, sustenta Oliveira que, se houve incremento da renda da classe média tal não derivou do superexcedente gerado pela compressão salarial da classe trabalhadora, mas se deu, sobretudo, graças aos “novos requerimentos técnicos-industriais da matriz da nova estrutura industrial e, portanto, das *ocupações* médias que essa matriz cria: é uma ‘necessidade’ da estrutura produtiva, em seu sentido global, e não um ‘estado do bem-estar’ das classes médias”⁶²⁶, isto é, seria muito mais *fácil e verdadeiro*, segundo o autor

supor que o nível de renda mais elevado das classes médias decorre das novas ocupações criadas pela expansão industrial e da posição que essas novas ocupações guardam em relação à estrutura produtiva, em termos da escala social global. Além disso, se as rendas das classes médias fazem parte da mais-valia, elevá-las significaria debilitar a inversão e não o contrário.⁶²⁷

Dessa forma, a tese que opera na perspectiva de que houve uma redistribuição intermediária, “artificialmente” produzida pela compressão salarial promovida pela política econômica da ditadura militar, não se sustenta segundo Oliveira, uma vez que tal hipótese nos levaria a acreditar que a acumulação capitalista possui “preconceitos de classe”. Ou seja, tal perspectiva nos levaria a considerar, errônea ou ingenuamente, que

o consumo poderia ser realizado por operários e trabalhadores em geral, pois dispõem de renda para tanto, mas o sistema tem preconceito de classe; somente classes médias e ricas – brancos, em suma – podem consumir: trabalhadores – pretos e mulatos – não podem consumir, e então transfere-se a renda para as classes médias.⁶²⁸

⁶²⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 98.

⁶²⁶ *Ibid.*, pp. 98 e 99.

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 100.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 99.

De acordo com Oliveira a argumentação acima exposta peca justamente por desconsiderar o simples fato de que

a compressão salarial, impedindo o crescimento dos salários, transfere os ganhos da elevação da mais-valia absoluta e relativa para o pólo da acumulação e não o do consumo [no caso das classes médias]. Isso não quer dizer que as classes médias ou os estratos intermediários não tenham se beneficiado com a expansão dos últimos anos; quer dizer apenas que não houve redistribuição intermediária: a possibilidade de que esta seja factível acabaria com todos os problemas do capitalismo.⁶²⁹

Ou seja, em não havendo relações de produção entre as classes trabalhadoras e as classes intermediárias a transferência de renda acima aludida repousaria, segundo a perspectiva da redistribuição intermediária, tão somente numa racionalidade do aparato do Estado, racionalidade, entretanto, impossível de existir para Oliveira, pois, do contrário, teria o Estado o condão de facilmente resolver as contradições imanentes do capitalismo, dentre as quais a acabar com desigualitária distribuição de renda.

Todavia, sendo um fato irrefutável, inclusive para os adeptos da tese da redistribuição intermediária, que houve nesse período uma extrema compressão salarial, pergunta-se então Oliveira: “Onde vai parar, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema?”⁶³⁰

A resposta, já prenunciada logo acima, pode ser sinteticamente resumida da seguinte forma:

o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a *função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se*. Levado inicialmente pelas exigências da aceleração dos anos 1957/1962 a aumentar a taxa de exploração do trabalho, a fim de financiar internamente a inversão, o sistema caminhou para um conflito entre relações de produção e forças produtivas, cujo desenlace conhecido foi aprofundar, como *condição política* de sua sobrevivência, aquela exploração; assim, em

⁶²⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 99.

⁶³⁰ *Ibid.*, p. 100.

primeiro lugar, o superexcedente tem uma *função política de contenção*, para o que, necessariamente, reveste-se de características repressivas. Isto é, torna-se **indissociável a política da economia**⁶³¹, porque a contenção da classe trabalhadora se faz, principalmente, pela contenção de salários. No entanto, isso seria uma ‘morbidez’ do sistema, se não fosse um requisito estrutural. Esse requisito estrutural já aparece no movimento do período 1957/1962: faz-se necessário aumentar a taxa de lucros, para ativar a economia, para promover a expansão.⁶³²

Segundo Oliveira, o período de aceleração da economia brasileira ocorrido entre os anos de 1957 a 1962 “introduz uma mudança qualitativa sumamente importante que encobre uma mudança quantitativa: a implantação, nos ramos ‘dinâmicos’, *das empresas que requerem uma homogeneidade monopolística da economia como condição sine qua non de sua expansão*”.⁶³³

Dessa forma, portanto, será justamente a necessidade de homogeneização monopolística que determinará, desde então, todos os esforços para a manutenção ou mesmo elevação das altas taxas de lucros do setor de ponta da economia brasileira - no caso o setor industrial; será em prol dela que se manterá tanto “uma estrutura de proteção tarifária extremamente alta”, como também todo um rol de incentivos “à capitalização e de subsídios ao capital, aparentemente paradoxais, quando a economia mostra taxas de expansão também surpreendentemente altas”.⁶³⁴

Para Oliveira, essa homogeneização monopolística não se dá apenas por uma necessidade de proteção de mercados, mas se realiza, fundamentalmente, por uma necessidade de expansão das empresas monopolistas para setores da economia ainda não monopolizados. Ou seja, mantendo-se alta a taxa de lucro e, mediante o subsídio do capital, elevando-se a taxa de lucro potencial dos setores ainda não monopolizados forma-se

⁶³¹ (Grifos nossos) Aqui, mais uma vez, se expressa o *politicismo* de Oliveira, isto é, se somente nesse período ocorre uma relação indissociável entre economia e política, então se supõe que em outros momentos tal associação inexistente. Ora, cabe frisar novamente que: ao desconsiderar a economia como a esfera matrizadora da sociabilidade, convertendo-a em mero fator, Oliveira não mais consegue definir com precisão qual é o peso determinativo desse fator passando a política a ser a última instância. Cf. CHASIN, José. Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo IV – Dossiê Marx*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p. 35.

⁶³² (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 100.

⁶³³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 101.

⁶³⁴ *Ibid.*, p. 101.

um superexcedente nas empresas que alastram sua influência e seu controle às outras áreas e setores da economia. O conglomerado, que é a unidade típica dessa estruturação monopolística, não é, ao contrário do que pensa, uma estruturação para fazer circular o excedente intramuros do próprio conglomerado, mas uma estruturação de expansão. A manutenção de taxas de lucros elevadas é a condição para essa expansão.⁶³⁵

Ainda que esse processo possa parecer simples na aparência, tal não se completou em poucos anos. Segundo Oliveira, apesar de toda “a avassaladora instrumentação institucional posta em marcha para tanto: incentivos à obsolescência precoce do capital, reavaliação de ativos, subsídios ao capital nas áreas da Sudene⁶³⁶, Sudam⁶³⁷, Embratur⁶³⁸, IBDF, Supede⁶³⁹ etc.” a estruturação monopolística da economia brasileira não se completou facilmente uma vez que encontrou “resistências no conjunto das empresas não-monopolísticas que, na margem, reforçam sua capacidade de resistência pelo próprio fato de que o conjunto de incentivos também eleva sua taxa de lucros e, portanto, sua capitalização”.⁶⁴⁰

Desse modo, portanto, caberá ao mercado de capitais, mediante a intermediação financeira desses incentivos, a tarefa de “realizar ‘a frio’ essa operação”. Assim

o superexcedente, que se contabilizava no nível das famílias e das empresas, como poupança e lucros não distribuídos, dirigiu-se ao mercado financeiro, para a aplicação em papéis que, para uns, significavam aumento de renda e, para outros possibilidade de viabilizar a expansão, o controle sobre outras áreas e setores da economia. Um complicado sistema foi montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas.⁶⁴¹

⁶³⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 101.

⁶³⁶ Ver nota 85.

⁶³⁷ A SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) é uma extinta autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo militar de Castelo Branco em 1966. A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEP) também foi uma autarquia federal, vinculada ao ministério da agricultura, e criada pela lei delegada nº 10 de 1962.

⁶³⁸ A Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) é uma empresa estatal também criada no governo militar de Castelo Branco em 18 de novembro de 1966. Hoje é denominado Instituto Brasileiro de Turismo e está vinculado ao Ministério do Turismo do Brasil.

⁶³⁹ A SUDEP (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) foi uma autarquia federal criada em 1962 pela lei delegada nº 10 e vinculada ao ministério da agricultura. Seu objetivo consistia no fomento a exploração industrial da atividade pesqueira.

⁶⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 101.

⁶⁴¹ *Ibid.*, p. 102.

Entretanto, ao se incentivar o mercado de capitais a fim de garantir os recursos necessários a tendência de estruturação monopolística da economia brasileira, acabou-se por transformá-lo em “ativo competidor dos fundos de acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos”.⁶⁴²

De acordo com Oliveira, surge então nesse momento para o governo brasileiro um difícil dilema a ser solucionado, isto é, para que a aplicação meramente financeira não seja um concorrente para a aplicação na esfera produtiva necessário é baixar a taxa de lucro da primeira, a fim de aproximá-la da taxa de lucros reais da segunda, todavia,

essa operação pode ter como resultado matar a ‘galinha dos ovos de ouro’: as baixas nas cotações das bolsas afugentam as pessoas físicas do mercado de capitais e diminuem a liquidez das empresas, pela enorme retenção de papéis de rentabilidade em declínio”.⁶⁴³

Dessa forma, portanto, em tendo que manter altas as cotações das bolsas com o fito de não afugentar investidores e não reduzir a liquidez do sistema, o governo acaba por impossibilitar que as taxas de lucro na órbita financeira se aproximem do lucro real da esfera produtiva impedindo, com isso

que o mercado de capitais exerça o papel intercambiador de recursos ociosos de umas unidades para outras e aumente a taxa de poupança do sistema como um todo. (...) Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o ‘descolamento’ das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte para a segunda. O elemento ‘confiabilidade’ dos papéis passa a ser estratégico nessa conjuntura, quando sua função seria meramente acessória.⁶⁴⁴

⁶⁴² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 102.

⁶⁴³ *Ibid.*, p. 102.

⁶⁴⁴ *Ibid.*, pp. 102 e 103.

Observa Oliveira que sob as condições verificadas no período, tais como incremento da poupança, ampliação do *exército industrial de reservas* e compressão salarial dos trabalhadores o sistema encontra seu limite tão somente se “não transforma essa poupança em acumulação real”. No entanto, para que se realize tal transformação, é necessário que “a velocidade de crescimento das relações interindustriais entre os departamentos 1 e 2 da economia seja mais alta que a velocidade de crescimento da poupança; caso contrário, o sistema tende a ‘afogar-se’ em excedente”.⁶⁴⁵

Todavia, essa necessidade de incremento das relações interindustriais entre os departamentos I e II da economia esbarrará num fator limitante, que se configura, segundo Oliveira parodiando Celso Furtado, como uma “*dessubstituição de importações* de bens de produção”. Ou seja

A retomada do crescimento, ocupada a capacidade ociosa gerada pela recessão dos anos 1962/1967, exige, imediatamente, um aumento da produção de bens de capital, a fim de aumentar a capacidade produtiva instalada. Esses novos requerimentos de bens de produção são os que vão alimentar o crescimento do departamento 1 da economia ou mais precisamente da indústria; entretanto, seja pela recessão anterior, seja pela orientação da política econômica, a capacidade de produção do referido departamento não foi incrementada no período anterior, e esses requerimentos ou são satisfeitos mediante o recurso às importações ou o crescimento é bloqueado.⁶⁴⁶

Com efeito, como forma de se evitar o bloqueio do crescimento do departamento II (bens de consumo não duráveis) da economia brasileira recorrer-se-á ao incremento das importações de bens de capital (departamento I). Exemplo disso reside no fato, observado por Oliveira, de que entre os anos de 1966 e 1970, nossas “importações de bens de capital destinados à inversão interna passaram de US\$ 405,6 milhões para US\$ 1.073,9 milhões, isto é, cresceram 1,6 vezes, velocidade muito maior que a do crescimento do PNB e que o crescimento do próprio produto do setor industrial como um todo”.⁶⁴⁷

⁶⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 103.

⁶⁴⁶ *Ibid.*, p. 103.

⁶⁴⁷ *Ibid.*, p. 103.

Dessa forma, portanto, tem-se que “boa parte do impulso gerado pelo crescimento do departamento II (bens de consumo) não se transmitiu ao departamento I (bens de produção), com o que não se internalizou totalmente a potencialidade de crescimento”⁶⁴⁸, isto é, ao contrário de o crescimento do departamento II estimular a ampliação do departamento I da economia brasileira, promoveu, entretanto, um estímulo ao departamento I dos países exportadores de bens de capital, de modo que, além de atrofiar o setor de bens de produção interno, também resultou numa maior dependência do incremento das exportações, uma vez que será essa a “forma escolhida de abastecimento dos bens de capital requeridos pelo crescimento das demandas do departamento 2”.⁶⁴⁹

Tanto é assim que, dentre às várias medidas destinadas à manutenção dos altos níveis da taxa de lucros no período, o subsídio às exportações é talvez uma das mais importantes

Em primeiro lugar, as exportações mais fortemente subsidiadas são as de manufatura, para as quais o país é *um exportador marginal* no comércio internacional; mas as manufaturas exportadas não concorrem, absolutamente, com as manufaturas exportadas pelos países mais desenvolvidos; antes, são exatamente as manufaturas de ramos industriais *que, sem o recurso às exportações*, entrariam em crise pelo fraco crescimento ou não-crescimento da demanda interna, resultado da compressão salarial das classes de renda baixas: calçados, têxteis, sucos, carne bovina (não se subsidiam exportações do tipo de minério de ferro, nem café, por suposto).⁶⁵⁰

Para Oliveira, todo esse processo de subsídios às exportações, justamente num período em que os preços internos sobem mais que os externos, é, de certo modo, uma forma de *esterilizar o capital*; esterilização que, apesar de aparecer como lucro na contabilidade das empresas subsidiadas é, na verdade, “transferência da conta do Governo para a conta de capital das empresas, já que é a renúncia a um imposto (no fundo ela é uma transferência das contas das famílias, intermediada pelo Governo)”.⁶⁵¹

⁶⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 103.

⁶⁴⁹ *Ibid.*, p. 104.

⁶⁵⁰ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 103.

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 104.

Outro fator que também concorrerá para a já aludida *esterilização de capital* consistirá, tal como observa Oliveira, no incentivo à obsolescência do capital, ou seja, busca-se estimular constantemente a produção de novos bens ou novos modelos visando, com isso, aumentar tanto a demanda por bens de capital, quanto “enxugar” o excesso de poder de compra nas mãos dos consumidores das classes de rendas altas.

Por certo, essa política econômica com vistas à manutenção de altas taxas de remuneração do capital criou no curto prazo, “uma capacidade insuspeitada de crescimento”, todavia, em seu desenvolvimento, acabou por gerar uma grave dependência financeira do governo ao crédito externo. Nas palavras de Oliveira

Com o subsídio, aumentam-se as exportações, buscando melhorar a capacidade de barganha internacional; mas somente os ingênuos podem continuar acreditando que o comércio internacional é realmente multilateral: o que é multilateral é o sistema de pagamento desse comércio, mas, no fim das contas, os países que se abrem para nossas exportações esperam tratamento idêntico de nossa parte para as suas. Como resultado, nossas importações de bens de capital estão crescendo muito mais que o ritmo de crescimento da indústria e da economia como um todo e, a longo prazo, afetando a expansão do próprio setor de produção de bens de capital da economia brasileira. A fim de incentivar e manter alta a taxa de lucro, o Governo abre mão de suas receitas e, para financiar suas inversões, recorre, em níveis cada vez mais altos, ao crédito externo; por outro lado renuncia também a parte dos impostos, para ativar o sistema financeiro, o que comprime ainda mais a capacidade de gasto do Poder Público, se *não se recorrer ao crédito externo.*⁶⁵²

Diante de todo o quadro exposto perguntar-se-á, portanto, Oliveira: *em que sentido caminhou o sistema [pós-1964] em sua re-posição?*

Pelos elementos constantes de seu ideário até aqui analisados, pode-se claramente afirmar que: o sistema não caminhou no sentido de “superar” os ditos “esquemas arcaicos de produção”, mas ao contrário, continua explorando-os⁶⁵³. “A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento

⁶⁵² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 105.

⁶⁵³ Oliveira cita o exemplo da construção da Transamazônica que, reproduzindo as experiências de Belém-Brasília, atua como espécie de operação “primitiva”. Cf. *Ibid.*, p. 105.

das forças produtivas é ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração do trabalho”.⁶⁵⁴

Segundo o autor

A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos da própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-1964, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas.⁶⁵⁵

Subjacente ao posicionamento acima exposto se apresenta uma das mais fundamentais discordâncias de Oliveira da análise realizada por Fernando Henrique Cardoso em seu texto *O Regime Político Brasileiro*⁶⁵⁶; discordância que, como vimos em nosso primeiro capítulo foi, de certo modo, uma das grandes motivações para que Oliveira concebesse seu clássico artigo *Crítica a Razão Dualista*.⁶⁵⁷

De acordo com a interpretação de Fernando Henrique Cardoso no texto supracitado, o regime instaurado pós-1964

não teve o caráter de uma volta ao passado, como pensam alguns analistas que insistem na continuidade da história contemporânea brasileira desde 1930, com o interregno de 1945-1964. Pelo contrário, ele expressa uma articulação política que se baseia em alterações no modelo social e

⁶⁵⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 105.

⁶⁵⁵ (Grifos no Original) *Ibid.*, pp. 105 e 106. Chasin, no mesmo diapasão afirma: “De cada crise do capital não tem brotado o novo, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, o reproduz em proporções inauditas, ao mesmo tempo em que reproduz em tamanho correlato sua crise constitutiva”. CHASIN, J. *A Sucessão na crise e a crise na Esquerda: crise nos dois Subsistemas do Capital*, n: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*, Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p.181.

⁶⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro. Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972

⁶⁵⁷ Cf. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972 ou OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências ‘revolucionárias’, no plano econômico.⁶⁵⁸

Em suma:

O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais “moderno”, porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional. A política econômica e tanto quanto ela, a reforma da administração e do aparelho do Estado potenciaram as forças produtivas do ‘capitalismo contemporâneo’. A economia integrou-se mais profundamente ao sistema capitalista internacional de produção, ou seja, a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se dentro do contexto atual da economia capitalista mundial que não exclui a possibilidade do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas. A acumulação urbano-industrial – que vinha crescendo desde o período Kubitschek – passou a preponderar no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.⁶⁵⁹

É evidente, pelo o que até aqui foi exposto, que Oliveira discordará diametralmente dessa interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre as conseqüências da política econômica pós-1964. Em suas próprias palavras

o pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.⁶⁶⁰

⁶⁵⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. O Regime Político Brasileiro. In: _____. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1972, p. 52.

⁶⁵⁹ *Ibid.*, p. 69.

⁶⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 106.

7 – O “Milagre Econômico”: agonia, êxtase, agonia.

Como visto até aqui, o golpe militar de 1964 não representou para Oliveira uma ruptura no que concerne ao padrão de acumulação brasileiro do período anterior, isto é, não “se muda o padrão de acumulação, sustentado na expansão do Departamento III; pelo contrário, é o no novo período que essa predominância vai aparecer de forma mais cabal”.⁶⁶¹

Assim sendo, pergunta-se então Oliveira: “Como resolver os problemas do financiamento da acumulação de capital, externa e internamente? Como resolver os problemas de pagamento internacional, que o padrão de acumulação recria ampliadamente de forma inusitada?”.⁶⁶²

Buscando responder a tais questões, observa Oliveira, no que se refere ao financiamento interno, que uma das soluções se deu, como se pode facilmente inferir da discussão do subitem anterior, na “contenção dos salários, cuja possibilidade se dá pelo desmantelamento, em primeiro lugar da coalizão política anterior, e em segundo pela intervenção nos sindicatos, postos sob controle do Governo”.⁶⁶³

Todavia, essa drástica redução salarial, amplamente demonstrada logo acima, gerou como conseqüência uma crise ampliada no Departamento II (bens de consumo não duráveis), crise, entretanto, que não causou muito impacto no sistema, uma vez que, segundo o sociólogo, “os interesses ali criados [no Departamento II] e em reprodução, embora poderosos, não são os mais importantes para o projeto de política econômica e, no limite, os empresários preferem que se ‘vão os anéis, mas fiquem os dedos’”.⁶⁶⁴

⁶⁶¹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 92.

⁶⁶² *Ibid.*, p. 92. Lembrem-se, como dito no final do subitem 4 deste capítulo, que em sendo nossa indústria a partir do período Kubitschek voltada para o mercado interno, mas de propriedade do capital estrangeiro, não se gerará, conseqüentemente, os meios de pagamentos internacionais (dólares) suficientes tanto para a reprodução ampliada do capital, quanto para fazer retornar à circulação internacional do capital-dinheiro a enorme massa de lucros obtidos pelas empresas estrangeiras aqui instaladas.

⁶⁶³ *Ibid.*, p. 93.

⁶⁶⁴ “Mesmo nos ramos e setores do Departamento II, a contenção de salários joga um papel fundamental para o processo de concentração: as falências e concordatas são o prelúdio das fusões, incorporações e, no limite, exclusão do mercado das empresas mais débeis”. Cf. *Ibid.*, p. 93.

Além do recurso à contenção salarial, iniciou-se também nesse período, graças as transformações das funções e caráter do setor produtivo estatal na economia brasileira⁶⁶⁵, um processo de remanejamento dos preços relativos internos, como forma de “eliminar os déficits das empresas estatais e aumentar as margens de remuneração do capital investido em serviços básicos”⁶⁶⁶, o que, por sua vez, acabou por gerar o que a literatura econômica especializada denominou de “inflação corretiva”. Essa inflação corretiva, que gerou consideráveis pressões inflacionárias na economia, contribuiu sobretudo para o já descrito processo de concentração, uma vez que “o grau de oligopolização já alcançado dava condições para que isso não atingisse a rentabilidade das empresas, ao mesmo tempo em que uma severa política creditícia interna funcionava no sentido de estrangular as empresas financeiramente mais débeis, levando água ao moinho da concentração”.⁶⁶⁷

Somado as duas determinantes desse processo inicial de expansão capitalista pós-1964, realizou-se também nessa primeira fase, uma reforma fiscal audaciosa para se adequar as receitas do Estado à nova estrutura produtiva, reforma, no entanto, acompanhada de uma política de incentivos e de créditos fiscais que, para Oliveira,

fazia retornar parte do excedente captado pelo Estado como capital gratuito para as empresas que, conseguindo a façanha de pagar os novos impostos ampliados, os recebiam de volta sem juros e sem obrigação de retorno. Essa forma extremamente nova de capital financeiro geral administrado pelo Estado é característica da fase monopolista do capitalismo no Brasil.⁶⁶⁸

⁶⁶⁵ “Vale a pena considerar ainda a radical transformação que no período se inicia quanto às funções e caráter do setor produtivo estatal na economia brasileira. A simples menção de que o projeto da Usiminas [1956], por exemplo, se constituísse à base de uma associação entre o Estado e o capital japonês já é, por si mesma, indicativa da mudança; isto é, esperava-se para as empresas estatais performances lucrativas, sem o que o capital estrangeiro decerto não participaria. Essa transformação apenas será **completamente explicitada e aprofundada no período pós-64**, exatamente pela mudança na correlação de forças políticas que fundam o novo regime, mas ela está substancialmente anunciada na constituição da Usiminas; o projeto da Cosipa também se faz sob a mesma expectativa, numa associação entre o Estado e grupos privados paulistas, principalmente. Estes, por absoluta incapacidade de sustentar o processo de acumulação de uma usina daquele porte, terminam por transferir completamente para o Estado o controle do empreendimento”. (Grifos nossos) OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 90.

⁶⁶⁶ *Ibid.*, p. 93.

⁶⁶⁷ *Ibid.*, p. 93.

⁶⁶⁸ *Ibid.*, p. 94.

Com efeito, o Estado assumindo essa nova característica de *capital financeiro geral da economia*, também entrou como garantidor do capital financeiro privado, isto é, ao contrário da teorização de Maria da Conceição Tavares⁶⁶⁹ e seguindo as “pistas” do economista Inácio Rangel⁶⁷⁰, o Estado entrou no mercado de capitais através das Letras e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (LTN⁶⁷¹ e ORTN⁶⁷²) e, desse modo, ao “invés de uma acumulação financeira privada, o Tesouro Nacional” funcionou segundo Oliveira “como o capital financeiro geral, como o pressuposto do lucro privado”.⁶⁷³

Importante observar essa transformação do papel do Estado que, como vimos com Oliveira, já se prenunciava na associação Estado-capital estrangeiro na constituição da Usiminas. Segundo ele:

⁶⁶⁹ A economista Maria da Conceição Tavares no “estilo da teorização de [Rudolf] Hilferding”, argumentava que como forma de ativar a circulação do capital-dinheiro nesse período a formação da acumulação financeira deu-se a partir “dos ativos reais do setor privado e como fração específica da mais-valia”, isto é, deu-se a partir de uma acumulação financeira privada. Eis o que diz ela: “(...) conviria chamar a atenção para algumas características do capital financeiro, relacionadas com sua finalidade no processo geral de acumulação. Nesse sentido, as potencialidades do capital sob a forma financeira, tal como se realizaram historicamente nos países desenvolvidos ao atingirem a etapa de acumulação oligopólica, e ao generalizar-se a acumulação capitalista em escala internacional, poderiam ser descritas sumariamente da seguinte maneira [em nota ela se refere à teorização de Hilferding]: – Possibilitar a acumulação financeira mediante a criação de capital ‘fictício’, ou seja, a emissão de títulos de propriedade com direito a renda, cuja valorização depende de operações especulativas no lançamento ou na circulação dos títulos em mercados secundários de valores. – Separar as funções de empresário das de capitalista. O primeiro se encarregaria da organização interna da empresa no sentido de produzir lucros, isto é, **excedentes transformáveis em capital**. O segundo apareceria como portador de direitos de propriedade sobre a renda produzida, e se encarregaria da sua **acumulação sob a forma de capital financeiro**, bem como de sua reconversão em capital produtivo, mediante aplicação nos setores que lhe pareçam mais rentáveis (um dos quais pode ser por algum tempo o próprio setor financeiro)”. (Grifos nossos) TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973, pp. 215 e 216. Cf. também OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 94, (nota 10).

⁶⁷⁰ Cf. RANGEL, Inácio. *A Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1963.

⁶⁷¹ Letras do Tesouro Nacional (LTN). “Títulos de renda fixa, com taxas de juros convencionais, emitidos pelo governo federal e utilizados para financiar obras públicas e para controlar as operações open market [Mercado Aberto]. Quando há excesso de liquidez (muito dinheiro em circulação), o governo vende LTNs, ‘enxugando’ o meio circulante. Em caso contrário, o governo recompra esses títulos, repondo dinheiro em circulação”. Cf. SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994, p. 201.

⁶⁷² Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORNT). “Título negociável da dívida pública, de prazo fixo, emitido pelo governo federal, que rende juros e correção monetária mensal de acordo com os índices oficiais de inflação. A variação do valor das ORNT foi utilizada como fator de correção e reajustamento em outras áreas, como o setor imobiliário. Assim, trimestralmente – em janeiro, abril, julho e outubro – o valor de uma ORNT correspondia ao valor de uma UPC (Unidade Padrão de Capital). Em fevereiro de 1986, com a adoção do Plano Cruzado, a ORNT foi substituída pela OTN (Obrigação do Tesouro Nacional)”. *Ibid.*, p. 249.

⁶⁷³ OLIVEIRA Francisco M. C. *op. cit.*, p. 94.

as empresas estatais são, agora, parte do capital produtivo. Devem gerar seus próprios recursos e, portanto, devem ser lucrativas. A posição monopolística de algumas empresas estatais e quase monopolística de outras, colocadas nos lugares-chaves da cadeia de relações interindustriais, confere enorme vitalidade às empresas, as quais, por necessidade mesmo do próprio processo de expansão, têm pela frente enormes demandas a satisfazer: tal é uma das decorrências da predominância do Departamento III no processo de acumulação; o Departamento I caminha sempre atrás da demanda em crescimento. Isso converteu as empresas estatais num sólido bloco capitalista – não importa o apelido que se lhe dê –, gerando e absorvendo enormes massas de lucro, e, numa etapa de forte concentração do capital, jogando poderosamente no tipo de concorrência que se instala entre o bloco estatal e as empresas estrangeiras, ficando em segundo plano o bloco das empresas de capital privado nacional. Ao invés agora de dependerem dos recursos fiscais, elas concorrem não apenas no mercado de produtos, mas no mercado de capitais, o que agrava as condições do processo de concentração e contribui sobremaneira para a elevação dos custos do capital-dinheiro.⁶⁷⁴

Posto as determinantes do financiamento interno – arrocho salarial e concentração de capital –, bem como as transformações operadas no Estado nessa primeira fase de expansão da acumulação de capital pós-64, resta-nos explicitar como se processou seu financiamento externo.

De acordo com Oliveira, “o financiamento externo da expansão, nessa primeira fase agônica do ‘milagre’, dirigir-se-á, sobretudo, a ‘limpar’ o terreno para atuação do processo de concentração”.⁶⁷⁵ Tal financiamento se fará por meio de termos de empréstimos e não, como já realizado no passado, mediante capital de risco. Ou seja, assinou-se um *Acordo de Garantias para o Investimento Estrangeiro* que, ainda que tenha tido “resultados imediatos pobres”, não falhou em seus objetivos, uma vez que, segundo Oliveira

ele se constituía como um dentre os muitos requisitos institucionais forjados para o processo que se chamou ‘modernização’ da economia nacional, isto é, prepará-la para desempenho de grandes corporações. Como resultado da confiança que agora inspira o regime ao capital estrangeiro, de que a **derrogação da Lei de Remessas de Lucros de 1962**⁶⁷⁶ é o sinal mais

⁶⁷⁴ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 95.

⁶⁷⁵ *Ibid.*, p. 96.

⁶⁷⁶ (Grifos nossos) Em meados de 1964, o governo militar de Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei (promulgada como Lei 4.390) que buscava suprimir o artigo 33 e eliminar o teto de 10% do capital registrado para remessas de lucros constantes na denominada emenda Celso

conspícuo, os empréstimos externos, cujas negociações se arrastavam desde 1962, são imediatamente abertos, para saldar as dívidas de importações e renegociar a dívida externa – então não maior que três bilhões de dólares.⁶⁷⁷

Como se vê, foi graças tanto a necessidade de se criar os meios de pagamentos internacionais imprescindíveis ao incremento das remessas dos lucros ou retornos dos capitais à circulação internacional do capital-dinheiro, quanto pela intenção de se preparar o terreno para o processo de concentração de capital que, segundo Oliveira, “abriu-se a possibilidade de entrada de capitais, sob a forma de empréstimo” na economia brasileira desse período. Todavia, alerta ele

Isto foi, no mais das vezes, apenas a aparência para financiar o capital de giro das empresas. Claro está que, nessas condições, principalmente as empresas estrangeiras com filiais no País é que utilizaram esse mecanismo, enquanto as empresas privadas de capital nacional não apenas não contavam com relações externas suficientes para utilizar o mecanismo como, por força mesmo da recessão da economia, não se apresentavam como ‘boas’, bancariamente falando, para pleitear empréstimo no mercado internacional.⁶⁷⁸

Assim sendo, dirá Oliveira

a fase agônica inicial [1962-1967] é de preparação, mesmo porque à escala internacional não se está em presença, ainda, de uma fase de exportação de capitais por parte dos países capitalistas mais desenvolvidos, o que dificultará sobremodo a implementação das medidas de caráter interno e externo tomadas na gestão [Roberto] Campos, e que vão realizar toda a sua

Brant (Lei nº 4.131), promulgada no governo João Goulart, e que estabelecia a limitação quantitativa das remessas e das repatriações a um teto de 10% por ano do investimento original e discriminavam entre capital inicial e capital reinvestido. Eis os três artigos da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962 (emenda Celso Brant) “atacados” pelo projeto de lei do governo militar:

- Art. 31 - As remessas anuais de lucros para o exterior não poderão exceder de 10% sobre o valor dos investimentos registrados.

- Art. 32 - As remessas que ultrapassam o limite estabelecido no artigo anterior serão consideradas retorno do capital e deduzidas do registro correspondente para efeito das futuras remessas de lucros para o exterior.

Parágrafo único - A parcela anual de retorno do capital estrangeiro não poderá exceder de 20% do capital registrado.

- Art. 33 - Os lucros excedentes do limite estabelecido no artigo nº 31 desta lei serão registrados à parte, como capital suplementar, e não darão direito a remessas de lucros futuros.

⁶⁷⁷ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. p. 96.

⁶⁷⁸ *Ibid.*, p. 97.

potencialidade apenas na fase de êxtase do milagre, que se lhe segue, tendo como ano de referência o de 1968.⁶⁷⁹

De fato, foi a partir de 1968 que se iniciou uma extasiante ampliação das taxas de crescimento da economia brasileira, ainda que o período ascensional já tivesse se iniciado desde “o terceiro ano de gestão Campos, quando acusa taxas positivas de crescimento”⁶⁸⁰. Entretanto, observa Oliveira que esse “milagroso” incremento das taxas de crescimento jamais seria possível

se – e esse se é importante – não se tivessem criado os meios de pagamento internacionais que pudessem dar às grandes corporações a capacidade de realizarem internacionalmente a fração do excedente interno que deveria voltar à circulação internacional do dinheiro.⁶⁸¹

Nesse sentido, portanto, fez-se um grande esforço para se ativar as exportações, como forma de proporcionar à economia brasileira as *divisas* necessárias tanto aos pagamentos internacionais, quanto as remessas de lucros ao exterior, todavia tal esforço, por mais exitoso que se mostrou, foi ineficaz segundo Oliveira, ineficácia dada, justamente, “pelas próprias condições da reprodução ampliada, da expansão reforçada pela própria expansão”⁶⁸². Assim sendo, o governo, conseqüentemente, teve de recorrer à ampliação da dívida externa “cuja função não é outra senão financiar o retorno à circulação internacional do capital da fração do excedente de propriedade das empresas internacionais e, apenas secundariamente, financiar a própria acumulação de capital”.⁶⁸³

Claro está que, para Oliveira,

O recurso à dívida externa soluciona, nessa etapa, a contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais. Essa é a principal mudança a assinalar-se na fase do êxtase quanto à questão do financiamento. Internamente, todos os mecanismos de financiamento interno

⁶⁷⁹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 98.

⁶⁸⁰ *Ibid.*, p. 98.

⁶⁸¹ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 99.

⁶⁸² *Ibid.*, p. 99.

⁶⁸³ *Ibid.*, p. 99.

da acumulação são mantidos e reforçados: os fundos de poupança compulsória que, além do FGTS, tomam expressão sob as siglas **PIS e PASEP**⁶⁸⁴ dirigem-se para o financiamento interno do processo de formação do capital. Não é por outra razão que eles se destinam a ser intermediados pelo grande banco nacional de financiamento a longo prazo, que é o BNDE e seus fundos auxiliares, FINAME, FIPEME, e agora as empresas filiadas EMBRAMEC, IBRASA, FIBASE, estas na verdade compondo a estrutura de financiamento de um novo padrão de acumulação, em emergência.⁶⁸⁵

Esclarecido assim, o “conjunto de premissas e fatores que se institucionalizaram no período da recessão até 1967, e viabilizada pela solução da dívida externa”, observará Oliveira, “a expansão da economia nacional disparou, conformando um novo recorde médio, em torno dos 8 a 9% anuais, para um período tão largo quanto o de sete anos, 1968-1974”⁶⁸⁶. Contudo, tal expansão se deveu, sobretudo, aos setores e ramos do Departamento III, setores que, como vimos, eram prioritários para o padrão de acumulação desse período. Ou seja,

sob qualquer aspecto, seja o de produção física, seja o de excedente, seja o de consumo, seja o de demanda, o crescimento da indústria automobilística – ela mesma o carro-chefe do Departamento III –, alcançou taxas excepcionais, inusitadas, deixando perplexos os teóricos da ‘estreiteza de mercado’ das economias subdesenvolvidas.⁶⁸⁷

Porém, não resta dúvida que esse inusitado e extraordinário crescimento do Departamento III (bens de consumo duráveis), que ficou conhecido na literatura econômica como “milagre econômico”, criou “novas e potentes desproporcionalidades”, contradições, pois, que passaram a se constituir, segundo

⁶⁸⁴ (Grifos nossos) O PIS (Programa de Integração Social), criado pela Lei Complementar 07/1970 e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), criado pela Lei Complementar 08/1970 são contribuições sociais de natureza tributária, “devida” pelas pessoas jurídicas, com objetivo de financiar tanto o pagamento do seguro-desemprego, quanto o abono para os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Para se equiparar os “benefícios” concedidos aos empregados das empresas privadas (PIS) aos dos funcionários públicos (PASEP), a Lei Complementar Federal 26/1975 unificou os fundos constituídos com os recursos do PIS e do PASEP, dando origem ao Fundo de Participação PIS/PASEP. Essa articulação do PIS e do PASEP consistia em distribuir ao final de cada exercício, entre os servidores das entidades vinculadas aos Programas, as contribuições arrecadadas. Todavia, de acordo com o art. 239 da Constituição Federal de 1988, a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS e o PASEP passou a custear o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Seguro Desemprego) Programa do Seguro Desemprego e o abono salarial anual. Assim, a partir de 1989 deixou de existir o crédito da distribuição de recursos nas contas dos participantes.

⁶⁸⁵ (Grifos no Original) OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 99 e 100.

⁶⁸⁶ *Ibid.*, p. 100.

⁶⁸⁷ *Ibid.*, p. 100.

Oliveira, na “**esfinge** da expansão da economia nacional”.⁶⁸⁸ Em primeiro lugar, tem-se que o desenvolvimento do Departamento III, que por si só já é indicativo de concentração de renda na economia, afetou, pois, a expansão do Departamento II (bens de consumo não duráveis) que, a partir desse momento, passou

a depender, de novo, da exportação, e a repousar, pelo menos hipoteticamente, na exportação de produtos agropecuários. Isto quer dizer que essa expansão do Departamento III penalizou fortemente o crescimento dos salários reais dos trabalhadores; mesmo os salários dos trabalhadores desse setor, que concentra certamente mão-de-obra mais qualificada do País, na faixa dos operários, não fez senão acompanhar o ritmo de crescimento dos preços e não houve nenhum ganho real. Isto deveria alertar para as qualidades de um processo de expansão liderado pelo Departamento III: não é aleatória a correlação entre expansão do Departamento III e contenção dos salários reais; antes, é estrutural, é de fundo essa simbiose.⁶⁸⁹

Em segundo lugar tem-se que essas novas desproporcionalidades gestadas entre a “milagrosa” expansão do Departamento III (bens de consumo duráveis) e o “profano” crescimento do Departamento I (bens de produção)

pode ameaçar a própria continuidade da expansão à escala global da economia. A questão, entretanto, não reside na estagnação dessa produção: ao contrário, o produto real do setor de bens de capital praticamente triplicou entre 1968 e 1975. Mas, se se verificar que a expansão das importações de bens de capital cresceu muito mais que a produção interna, pode-se concluir pela inadequação a longo prazo – que em prazos mais curtos tende a dramatizar-se, como agora – de um padrão de acumulação que tenha o Departamento III na vanguarda da expansão.⁶⁹⁰

Nesse ambiente, as relações externas da economia nacional também foram “radicalmente modificadas”, isto é, em sendo nossa indústria voltada para o mercado interno, mas de propriedade do capital estrangeiro, não se gerava, como já vimos, os meios de pagamentos internacionais suficientes tanto para a reprodução ampliada do capital, quanto para fazer retornar à circulação internacional do capital-dinheiro a enorme massa de lucros obtidos pelas empresas estrangeiras aqui instaladas. A

⁶⁸⁸ (Grifos nossos) OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 100.

⁶⁸⁹ *Ibid.*, pp. 100 e 101.

⁶⁹⁰ *Ibid.*, pp. 101 e 102.

esse novo tipo de crise, soma-se a tradicional crise do Balanço de Pagamentos – característica de uma expansão capitalista periférica baseada no Departamento III –, tradicional crise que toma a “forma de uma pressão crescente para importação de bens de capital e bens intermediários de produção”⁶⁹¹, dada a insuficiência produtiva desse setor (Departamento I) na economia brasileira.

Posto o problema de financiamento externo da expansão da economia brasileira nesses termos, a solução encontrada no período foi, como já se antecipou acima, o recurso a “expansão da dívida externa, como forma de financiar as crescentes remessas”. Todavia, alertava Oliveira

O peso da dívida externa, que beira hoje [1977] os 25% do Produto Interno Bruto, pode dar lugar a uma pressão sobre a capacidade global de acumulação da economia, induzindo a uma crise cuja origem tem lugar na reexternalização do Departamento I, e nas diferentes formas que a fração exportada do excedente toma: o excessivo peso dos serviços da dívida externa, aos quais devem somar-se as demais formas de remessa e repatriamento do capital estrangeiro, pode chegar, e certamente já chegou, a níveis que comprometem a capacidade de acumular.⁶⁹²

Agravando ainda o quadro dessa inevitável crise de acumulação da economia brasileira, tem-se que a “transformação operada no conjunto das empresas produtivas do Estado cobra, agora, seus direitos”. Ou seja, ao contrário de fases anteriores em que o Estado, mediante suas empresas, jogava “no mercado uma massa de recursos, preferencialmente sob a forma de não-capital, que alimentava o setor privado e, nas mãos destes, transformava-se em capital”, a partir do período em questão não é mais “*permitida* pelas próprias regras do jogo essa transferência para o setor privado via empresas do Estado, e estas têm, do mesmo modo que as empresas do setor privado, como primeira meta, saírem elas próprias do atoleiro da crise”⁶⁹³. Desse modo, portanto, numa etapa recessiva, que já se anunciava na economia brasileira desse período, “o fato de que as empresas do Estado agora também devem produzir lucros aprofunda a fase recessiva”.⁶⁹⁴

⁶⁹¹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 103.

⁶⁹² *Ibid.*, p. 103.

⁶⁹³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 103.

⁶⁹⁴ *Ibid.*, p. 103.

Somado ainda ao “drama” desse período, criou-se uma crise fiscal irresolúvel para o Estado brasileiro, crise que, segundo Oliveira, foi gerada por uma dupla determinação: de um lado pelo papel do Estado e de “suas empresas no processo de acumulação” e, de outro, pelo próprio fato, já assinalado, de que o “Tesouro Nacional converteu-se no pressuposto geral de todas as produções particulares”⁶⁹⁵. Ou seja:

*Qualquer mudança fiscal afeta grave e profundamente o conjunto da economia. Veja-se o paradoxo que se produz no mercado financeiro: é sobejamente conhecido que este se sustenta basicamente pelas transações com as ORTN⁶⁹⁶ e as LTN⁶⁹⁷ no *open market*⁶⁹⁸ e pelo destacado papel de liderança – as *blue chips*⁶⁹⁹ – das ações das empresas estatais no precário mercado de ações. Qualquer alteração nas ORTN e LTN, como por exemplo, descolá-las da correção monetária – uma medida que se impõe, dia a dia –, pode levar a uma grave comoção no mercado financeiro; qualquer diminuição da rentabilidade das empresas estatais, o que seria natural num período crítico, colocará o mercado de ações num nível tão baixo de credibilidade, que seu soerguimento requererá anos. Daí, a política gradualista, menos que uma opção teórica, é uma imposição da impotência do Estado para remanejar sua própria política fiscal, de inversões, financeira, e o gradualismo nesse caso faz prolongar a crise.⁷⁰⁰*

Já no que se refere ao financiamento interno da acumulação desse período, continuou, segundo Oliveira, a se utilizar sobremodo dos mecanismos compulsórios (os fundos de poupança compulsória: FGTS, PIS, PASEP) para os financiamentos de longo prazo, uma vez que o enorme crescimento do excedente econômico,

⁶⁹⁵ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 104.

⁶⁹⁶ ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). Ver nota 672.

⁶⁹⁷ LTN (Letras do Tesouro Nacional). Ver nota 671.

⁶⁹⁸ “*Open Market* [ou Mercado Aberto]. Mercado no qual o banco central de cada país regula o fluxo da moeda comprando e vendendo seus títulos (títulos da dívida pública). Quando há muito dinheiro em circulação, o banco central ‘enxuga’ o mercado vendendo letras do Tesouro Nacional; quando ocorre o contrário, ele compra esses títulos. As operações são feitas por intermédio de instituições financeiras. O *open* opera com grande flexibilidade e sem limitações; vendedores e compradores não precisam estar presentes no mesmo recinto para que se efetivem as transações”. Cf. SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994, pp. 216 e 246.

⁶⁹⁹ “*Blue-Chips*. Termo inglês do jargão das bolsas de valores que designa as ações mais valorizadas pelos compradores. No Brasil, são consideradas *blue-chips* as ações das grandes empresas estatais, como o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, e de algumas tradicionais empresas privadas”. *Ibid.*, p. 29.

⁷⁰⁰ (Grifos no Original) OLIVEIRA Francisco M. C. *op. cit.*, p. 104.

gerado pelo dito “milagre econômico”, não se converteu em poupança que, constituída a partir dos impressionantes lucros do período anterior, pudessem fundar as bases de um sistema de financiamento interno de longo prazo. Ou seja, não se formou uma poupança interna – que cumprisse com a função de financiar internamente a acumulação –, graças “à própria preponderância do Departamento III no processo de acumulação e ao fato de que essa preponderância é do capital forâneo”. Em suma

Em primeiro lugar, a preponderância do Departamento III torna absolutamente necessário direcionar as poupanças principalmente das classes mais favorecidas para financiar a circulação interna de mercadorias oriundas do próprio Departamento III [financiamentos de carros, barcos, etc]; em segundo lugar, a predominância do capital forâneo leva as empresas a exportarem o excedente [remessas de lucros para o exterior]; em terceiro lugar, as relações assimétricas entre um Departamento III basicamente controlado pelo capital estrangeiro e um Departamento I em que a propriedade estatal e do capital nacional são marcantes faz com que o financiamento de longo prazo para acumulação de capital se configure como um problema apenas para o capital estatal e o nacional privado. O capital estrangeiro socorre-se, em primeiro lugar, das fontes internas, mas no limite pode recorrer ao mercado internacional. E, mais importante que os demais argumentos, a desproporcionalidade entre o Departamento III e o Departamento I e as diferenças básicas do ponto de vista do controle do capital que os marcam dá lugar a que a enorme massa de excedentes do Departamento III em absoluto não tenha interesse no financiamento interno da acumulação de capital e, portanto, na internalização do circuito da reprodução, pois isso significaria competir com as suas próprias matrizes.⁷⁰¹

Todos esses fatores em conjunto acabaram por conduzir “a uma forma de inflação de custos de difícil contenção”, inflação que, como é óbvio, não teve sua origem no comportamento dos salários que, como vimos, permaneceu estável, quando não em declínio nesse período. Essa inflação de custos deveu-se, sobretudo, a quatro determinantes fundamentais que, na esteira do ideário de Oliveira, explicitamos a seguir:

⁷⁰¹ (Grifos no Original) OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 105.

Em primeiro lugar, tem-se o novo papel das empresas do Estado que, como já assinalado, não mais podem repassar de forma subsidiada seus produtos à economia nacional já em recessão.⁷⁰²

Em segundo, essa inflação de custos decorre principalmente do papel chave do Departamento III na condução da economia, isto é, “a turbulência gerada nos preços relativos dos insumos básicos não pode ser absorvida por aumentos de produtividade, desde que a economia [nesse setor] se encontra em plena capacidade de operação, com quase nenhuma capacidade ociosa”.⁷⁰³

Em terceiro lugar, a própria crise cambial faz com que as empresas estrangeiras aqui instaladas, predominantemente do Departamento III, aumentem os preços de seus produtos – até por sua condição oligopólica – muito mais velozmente que as desvalorizações cambiais, buscando, dessa forma, defender-se da perda de seus lucros reais.

Em quarto tem-se que, “a necessidade de sustentação dos preços, levou a uma competição pelos recursos financeiros que não é rigorosamente mais que especulação, dado que os volumes físicos estão em queda em vários e importantes ramos do próprio Departamento III”.⁷⁰⁴

Claro está, portanto, que

Essa inflação de custos (que, em última instância, é uma inflação de lucros) é peculiar, pois, à forma preponderante do Departamento III na acumulação de capital, às formas de seu financiamento e a qualidade do controle forâneo do seu capital, e seu reflexo mais profundo aponta para a queda da taxa de lucro específicas ou setoriais e global; imediatamente, a estruturação oligopolística dos principais ramos resiste a essa tendência transferindo para os preços os custos em elevação, mas mediatamente – e esse mediatamente é já agora [1977] – esse mecanismo perde eficácia pela sua incidência sobre a própria lucratividade das empresas.⁷⁰⁵

⁷⁰² “A crise do petróleo deixou à mostra a incompatibilidade, na crise, das formas de controle do capital, pois os preços subsidiados da Petrobrás na primeira fase da crise estavam levando a empresa estatal à beira da falência; o mesmo argumento vale para as outras empresas do Estado, colocadas em pontos-chaves das relações interindustriais”. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 106.

⁷⁰³ *Ibid.*, p. 106.

⁷⁰⁴ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 107.

⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 107.

Postas as determinantes fundamentais que, segundo Oliveira, concorreram para a *agonia*, *êxtase* e *agonia* do dito “milagre econômico”, convém, todavia, retomá-las de forma sumária, de modo a reter seu sentido mais geral.

Vimos com ele que o aprofundamento da acumulação capitalista brasileira pós-1964 foi, em sua fase agônica (1962-1967), um momento de preparação das bases institucionais para um processo de concentração do capital que vinha se dando caoticamente, isto é, teve-se nesse período uma forte política de controle salarial, uma inflação dita “corretiva” que não foi mais do que a tentativa de “estrangular as empresas financeiramente mais débeis” rumo a uma maior concentração na economia, uma mudança radical das funções do Estado tanto no que se refere a sua nova configuração produtiva (associação Estado-capital estrangeiro), quanto a seu papel na estruturação do mercado financeiro (LTN e ORTN).

Acompanhamos também como a economia, já em seu momento de êxtase (1968-1975) “resolveu”, segundo Oliveira, seu problema de financiamento externo (o recurso à ampliação da dívida externa), bem como seu financiamento interno (arrocho salarial, poupanças compulsórias – FGTS, PIS, PASEP); onde se deram as inusitadas e extraordinárias taxas de crescimento do período (preponderantemente no Departamento III) e como esse crescimento penalizou fortemente os salários dos trabalhadores e, conseqüentemente, o Departamento II (bens de consumo não-duráveis).

Por fim, constatamos, a partir de seu ideário, como o padrão de acumulação baseado na predominância do Departamento III entrou em sua fase agônica, impulsionada, inclusive, pela irresolúvel crise fiscal do Estado, pela já assinalada inflação de custos e pelas desproporcionalidades fundamentais entre o Departamento I e III que puseram em ameaça a própria expansão à escala global da economia brasileira. Fase agônica, portanto, que não se deu

por nenhum esgotamento de mercado ou outros argumentos do mesmo jaez; entrou em *agonia* bloqueado pela intensidade dos requerimentos do Departamento I que a própria expansão estimulou. E esse esgotamento se dá principalmente **pela contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do capital do**

Departamento III, que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional de capital.⁷⁰⁶

⁷⁰⁶ (Grifos nossos) OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 107.

Considerações Finais

Eis que chega ao fim nossa exposição do ideário de Francisco de Oliveira; fim de uma caminhada que, ainda que breve devido às condições possíveis para um mestrado nos dias atuais, fora matizada pela busca incessante de revelar o mais aproximado possível a trama e os significados imanentes da obra desse importante sociólogo.

Valendo-se das contribuições de Chasin, importante observar que

Em cumprimento à própria especificidade da análise imanente, os Capítulos anteriores, à medida que avançavam no rastreamento dos escritos de (...) [Francisco de Oliveira], natural e obrigatoriamente, foram pondo à luz a identificação buscada, de tal forma que a *explicação* entreteceu a *descrição*, de maneira que nossa exposição poderia ter tomado o ponto final no capítulo anterior como o ponto final da exposição no seu todo. Posto que a *prova* da *interpretação* que se construía realizava-se pela própria possibilidade de *extração*, do material examinado, da interpretação oferecida. Razão pela qual, no caso, para levar o rigor ao limite, buscamos *colar* o método expositivo ao método de investigação, o que se expressou, no mais visível, no esforço de *dizer*, o máximo possível, através da própria palavra do objeto analisado. Isto é, buscamos fazer com que o discurso de (...) [Francisco de Oliveira] assumisse e sustentasse seu significado próprio, de tal sorte que insubstissem hipóteses analíticas, relativas ao todo ou as partes, que não encontrassem arrimo no próprio *fato ideológico* posto para exame. Conseqüentemente a conclusão principiou a ser articulada no mesmo instante que se iniciava o rastreamento dos textos, superando, assim, a pseudodualidade entre *apresentação de dados* e *processo analítico*. Os dois apareceram na inteireza de sua unicidade originária. Com isso evitou-se o uso, até mesmo involuntário, de *modelos*, e assim, pretende-se ter apalrado o concreto do discurso investigado.⁷⁰⁷

Dessa forma, portanto, buscaremos apresentar aqui mais que um mero resumo das determinações do pensamento de Oliveira; procuraremos, a partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa, avançar em algumas reflexões sobre a História particular da Formação Econômica do Brasil, apontando as contribuições ou mesmo os equívocos do ideário de Oliveira na compreensão desse processo particular de constituição do modo de produção capitalista.

⁷⁰⁷ (Grifos no Original) CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, pp. 603 e 604.

Como se sabe, a busca de uma apreensão do capitalismo “na especificidade com que se objetivou e se tem objetivado no Brasil”⁷⁰⁸, já é feita há quase meio século. Entretanto, tais estudos, abstraindo seus aspectos relevantes, importantes sob o aspecto de uma rigorosa aproximação do real podem ser classificados, segundo Chasin, em duas grandes ordens de incorreções.

A primeira seria aquela em que por meio de um entendimento do que seria o caráter universal do fenômeno capitalista, tenta de toda forma constatar o aparecimento deste caráter universal no Brasil, isto é, partem de um modelo de entificação do capitalismo clássico (França e Inglaterra, por exemplo), tentando forçar uma adequação dos atributos e leis genéricas deste modelo ao caso brasileiro. “Assim, preservam-se universais, mas não propriamente na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas”.⁷⁰⁹

A segunda, por sua vez, despreza o caráter universal da entificação capitalista, “hiperacentuam as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica”. Tal interpretação faz da relação entre o universal e o singular “uma relação entre categorias exteriores uma à outra, como a subsunção de um amontoado de notas empíricas a um princípio geral”.⁷¹⁰

Por certo, é patente a incapacidade dessas interpretações de dar conta da realidade brasileira, pois, como observa Chasin citando Lukács, “dir-se-ia estar em face de teorias fetichizadas, na medida em que lidam exclusivamente com categorias de universalidade e singularidades, eliminando ou não reconhecendo exatamente a categoria da particularidade”.⁷¹¹

Desse modo, portanto, para uma efetiva apreensão do real - enquanto concreção específica -, necessário levar em conta que; “O movimento do singular ao universal ou vice-versa está sempre mediado pelo particular; é um membro real de

⁷⁰⁸ CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 11.

⁷⁰⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁷¹⁰ *Ibid.*, p. 12.

⁷¹¹ *Ibid.*, p. 13.

mediação tanto na realidade objetiva, quanto no pensamento que reflete de modo aproximadamente adequado esta realidade”.⁷¹²

Assim, é por meio da “particularidade” histórica brasileira, portanto, da constatação de seu real movimento, que podemos apreender, de forma mais aproximada possível, a forma como se deu a entificação do capitalismo brasileiro, sempre atentos, porém, “à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”.⁷¹³

Segundo Chasin, esta busca do reconhecimento da particularidade das várias formas de entificação do capitalismo é uma constante em Marx. Já em seus escritos de juventude, Marx operou uma análise da “miséria alemã”, da forma de objetivação do capitalismo Alemão, em que evidenciou “o caráter tardio e retardado do processo de constituição do capitalismo na Alemanha, onde a emersão do novo paga alto tributo ao historicamente velho, numa conciliação, portanto, entre progresso e atraso sociais”.⁷¹⁴ Vejamos:

É muito pior que a da Inglaterra a situação dos lugares da Alemanha onde se implantou a produção capitalista, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, e isto por faltar o contrapeso das leis fabris. Nos demais setores, a Alemanha, como o resto da parte ocidental do continente europeu, é atormentada não apenas pelo desenvolvimento da produção capitalista, mas também pela carência desse desenvolvimento. Além dos males modernos, oprime a nós alemães uma série de males herdados, originários de modos de produção arcaicos, caducos, com seu séquito de relações políticas e sociais contrárias ao espírito do tempo. Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos. *Lê mort saisit lê vif* [O morto tolhe o vivo (Trad. livre do autor)].⁷¹⁵

⁷¹² LUCKÁCS, G. Apud CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 13.

⁷¹³ CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 11.

⁷¹⁴ *Ibid.*, pp. 13 e 14.

⁷¹⁵ MARX, Karl. Apud CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 14.

Contudo, tal como observa Chasin, não somente Marx nos forneceu tal explicação, também Engels e Lênin nos proporcionaram importantes contribuições neste mesmo diapasão. Engels, a propósito da evolução capitalista na França e na Alemanha assim asseverou: “em cada época e para cada problema histórico os franceses encontraram uma solução progressista e os alemães, uma solução reacionária”.⁷¹⁶ Lênin, por sua vez, sintetizou algumas particularidades da entificação do capitalismo de forma bastante clara. Ao se referir à transformação da propriedade agrária russa para o capitalismo, apontou duas possíveis formas de objetificações deste desenvolvimento:

Os restos do feudalismo podem desaparecer tanto mediante a transformação das terras dos latifundiários, como mediante a destruição dos latifúndios dos grandes proprietários, quer dizer, por meio da reforma e por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes fazendas latifundiárias, que paulatinamente se tornam cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituem os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e pode verificar-se também tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que por via revolucionária extirpam do organismo social a ‘excrescência’ dos latifúndios feudais e se desenvolvem depois livremente pelo caminho das granjas capitalistas. Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, nós os denominamos caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo e destacando uma minoria de Grossbauer (grandes camponeses). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são destruídas pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usuário e em exploração capitalista sobre as terras dos latifundiários-feudais-junkers. No segundo caso, o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês.⁷¹⁷

Chasin citando ainda Lênin explicita de forma clara os desdobramentos destas formas específicas de desenvolvimento capitalista:

⁷¹⁶ ENGELS, F. Apud CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 14.

⁷¹⁷ LÊNIN. Apud CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 14 e 15.

A primeira implica a manutenção máxima da sujeição e da servidão (transformada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo; implicam calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses e, por conseguinte, do proletariado. A segunda entranha o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas e as melhores condições de existência das massas camponesas (as melhores possíveis sob a produção mercantil).⁷¹⁸

De posse destas contribuições, Chasin se volta, pois, à tentativa de um contorno, em linhas gerais, da forma específica de entificação do capitalismo no Brasil. Utiliza para isso, os traçados determinativos gerais das interpretações de Marx, Engels e Lênin sobre a *via prussiana* com a intenção de tomá-los como referenciais para traçar a particularidade de objetivação do capitalismo brasileiro. Todavia, observa que:

entendemos que este [entificação do capitalismo brasileiro] sob certos aspectos importantes é conceitualmente determinável de forma próxima ou assemelhável àquela pela qual o fora o caso alemão, mas de maneira alguma de forma idêntica. Dito de outro modo: estamos convencidos da real efetividade de tomar o caminho prussiano como fonte apropriada de sugestões, como referencial exemplar, e, mais que tudo, como um caminho histórico concreto que produziu certas especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproxima de algumas das que foram geradas no caso brasileiro. Mas, grife-se com a máxima ênfase, o caminho prussiano não é tomado como modelo, como contorno formal aplicável a ocorrências empíricas. Ao contrário, é precisamente enquanto modo particular de se constituir e ser capitalismo que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica. Enquanto tal, nos diversos níveis de concreção em que é apreensível, permite, como qualquer objeto, destilar certos caracteres, mais ou menos gerais, que importa considerar para orientar a apreensão do caso brasileiro.⁷¹⁹

Chasin verifica, portanto, que tal como a objetivação do capitalismo pela via prussiana, a objetivação capitalista brasileira também pode ser considerada, em

⁷¹⁸ LÊNIN. Apud CHASIN, José. *A 'Politicização da Totalidade': Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 15.

⁷¹⁹ CHASIN, José. *A 'Politicização da Totalidade': Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 15.

relação aos casos clássicos de entificação do capitalismo⁷²⁰, um “particular contrastante”, ou seja, apesar de serem estas duas vias, distintas em suas especificidades, particulares em sua constituição capitalista, guardam, no entanto, uma conexão que “situa-se no plano de certas determinações gerais”.

Nesse sentido, observa o autor:

tanto no Brasil quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o ‘reformismo pelo alto’ caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social.⁷²¹

Chasin observa ainda que também há em ambos os casos, um desenvolvimento capitalista tardio, retardado. Ou seja, devido a ampla resistência de forças retrógradas que dificultam um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas há, nesses países, grandes obstáculos rumo a um capitalismo progressivamente industrial.

No entanto, apesar de podermos extrair destas duas formas particulares de objetivação do capitalismo características gerais tomadas abstratamente, não se pode perder de vista que: “Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através de comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes”⁷²². E isto porque:

se o concreto é tomado como síntese de várias determinações, esta síntese (*Zusammenhang*), que sumariza, põe junto, se faz por uma lógica que não se

⁷²⁰ “clássicos, acima de tudo, porque mais coerentes, mais congruentes ou consentâneo no plano da sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas partes fundamentais se imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como racional, no nível da máxima racionalidade historicamente possível”. CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 15.

⁷²¹ *Ibid.*, p. 15.

⁷²² MARX, Karl. Apud CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 16.

reduz à mera justaposição dos predicados, mas como o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social.⁷²³

Como se vê, portanto, em ambos os casos é decisiva a presença da grande propriedade rural, porém, em vista de uma efetiva concreção, temos de constatar como este predicado abstrato se objetiva em cada uma das entificações estudadas.

Importante observar então que, enquanto que no caso alemão a grande propriedade rural provém, num quadro europeu, de uma forma com características feudais, no Brasil, a gênese histórica da grande propriedade advém da forma latifundiária agroexportadora⁷²⁴, “no universo da economia mercantil pela empresa colonial”.⁷²⁵

Outra importante diferenciação, anotada por Chasin, quanto à especificidade dos predicados nos dois casos, é a expansão das forças produtivas. Apesar de em ambos os casos haver um desenvolvimento retardado em relação aos casos clássicos é importante frisar, porém, que: enquanto que no caso alemão este desenvolvimento industrial se deu em fins do século XIX, acelerando a partir daí o desenvolvimento das forças produtivas a ponto de alcançar este país a configuração imperialista, no Brasil, tal desenvolvimento se dá muito mais tarde, isto é, em um momento já avançado das guerras imperialistas. “De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hiper-tardio, é caudatário das economias centrais”.⁷²⁶

As constatações acima nos permitem afirmar, portanto, que dentre o universo das formas não clássicas de entificação capitalista, podemos distinguir duas, “dois

⁷²³ GIANNOTTI, José A. Apud CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 16.

⁷²⁴ “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira”. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961, pp. 13 e 26.

⁷²⁵ CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 16.

⁷²⁶ *Ibid.*, p. 17.

particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é, nem se põe como o mesmo”.⁷²⁷

Tais formas são, portanto, o *caminho prussiano* e “sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*. Expressão conveniente que tem nos parece, a propriedade de combinar a dimensão histórica-genética com a legalidade dialética”.⁷²⁸

Eis que chega o momento, pois, de refletirmos sumariamente sobre as contribuições do corpus ideológico de Oliveira no que tange à compreensão e desvendamento da *via colonial* de entificação do capitalismo brasileiro, ainda quando se saiba que não se deve a ele tal sugestão designativa.

No decorrer de nossa análise pudemos apreender que em suas obras perpassa como que um fio vermelho, a exemplo das cordas da Armada Real Inglesa⁷²⁹, que é a expressão de uma rigorosa análise, matizada pela reflexão marxista, do desenvolvimento das relações de produção brasileiras, de sua particularidade edificante. De fato, em grande parte de suas obras, há uma análise cuidadosa da economia brasileira, análise pautada em uma atenta e cuidadosa observação das particulares relações materiais de produção brasileira, que ora desabonam teses consagradas, ora fundamentam, diríamos de forma ontológica, suas próprias “interpretações”.

Ou seja, mesmo incorrendo muitas vezes no *ardil do politicismo*, fraqueza que o liga a seu século⁷³⁰, Oliveira conseguiu em grande medida fugir tanto “das

⁷²⁷ CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade’: Oposição e Discurso Econômico*. In: _____. *Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 17.

⁷²⁸ *Ibid.*, p. 17.

⁷²⁹ “Já ouvimos falar de uma tática singular da marinha inglesa. Todas as cordas da Armada Real, da mais forte à mais fraca, são tecidas de tal maneira, que um fio vermelho as perpassa por inteiro, sendo impossível de ser tirado sem desfazer tudo, e assim podem-se reconhecer até mesmo os menores pedaços pertencentes à coroa”. Cf. GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*. São Paulo: NovAlexandria, 1998, p. 147.

⁷³⁰ Como diria Goethe: “Os grandes homens estão sempre ligados ao seu século, através de alguma fraqueza” e, sem dúvida, Francisco de Oliveira também. Ou seja, vimos no decorrer de nosso trabalho que Oliveira, no intuito de considerar em sua análise as condições “políticas” do sistema acaba por resvalar muitas vezes para o *politicismo*. Grande exemplo disto é sua interpretação da passagem, a partir de 1930, do padrão de acumulação agroexportador ao urbano industrial que, ainda que contenha um grande esforço de análise das condições concretas da produção e reprodução da economia capitalista brasileira desse período, culmina, entretanto, numa análise *politicista*, representada pela redução da economia a fator e a utilização, como determinante fundamental e

singularizações empiristas”, quanto das “universalizações vazias”, logrando quase sempre uma análise concreta, alinhada com a particularidade.

Como vimos com Chasin,

as formas particulares *não clássicas* de objetivação do capitalismo revelam-se, em ponto essencial, precisamente em relação ao processo de industrialização. De maneira que, em suma, (...), há que atentar para o modo pelo qual se pôs a industrialização nos casos que nos tangem de imediato.⁷³¹

Por certo, vimos que Oliveira, afinado à assertiva acima, voltou-se em seu clássico artigo *A emergência do modo de produção de mercadoria*, à análise do período da República Velha no Brasil (1889-1930), buscando responder, dessa forma, duas importantes questões por ele formuladas: *Por quê tardou a industrialização no Brasil, como forma do novo capital?* e *Por quê a sociedade política no Brasil não transitou para as formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais?*

No que tange a resposta da primeira questão, observou o cientista social que o surgimento do capital industrial no Brasil da República Velha fora marcado por uma série de restrições, cujas conseqüências acabaram por protelar seu avanço. Ou seja, a quase inexistência, devido à herança do modo de produção agroexportador, de uma economia de trocas anterior; a ausência de virtualidade técnica da ampla população liberada para o capital com a Abolição; a necessidade, graças à relação estanque entre campo e cidade, da simultaneidade da industrialização com urbanização, bem como da autarcização da produção industrial; e, por fim, a concentração de renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo foram responsáveis, em grande medida, por esse intermitente e *hiper-tardio* avanço da economia brasileira rumo ao capitalismo industrial. Contudo:

última desse processo histórico, da famosa, porém *mal cosida* teoria política do século XX – o populismo. GOETHE, J. Wolfgang. *op. cit.*, p. 175.

⁷³¹ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 630.

ao lado de todas essas restrições, existirá uma outra que garroteará as possibilidades de financiamento da acumulação de capital: a já assinalada intermediação comercial e financeira externa da economia da República Velha, que privilegiará constantemente a forma de valor da agroexportação, e que se expressa na política de defesa do café. Um negativo dessa restrição pode ser encontrado no encilhamento: na ausência dos mecanismos internos de financiamento da formação de capital, a virtualidade das demais condições – que avançam, apesar de tudo – não conseguirá concretizar-se, pelo menos na velocidade esperada pelos agentes sócio-políticos-econômicos que viam na implantação do trabalho livre assalariado o sinal de mudanças há tanto tempo esperado.⁷³²

Já no que se refere a resposta da segunda questão, conclui Oliveira que também foi graças à “subordinação de toda a economia, de todos os seus segmentos, tanto setoriais quanto regionais, à forma de produção do valor da economia agroexportadora e seu xifópago, a intermediação comercial e financeira externa”⁷³³ que se reafirmou a reiteração da ‘vocação agrícola’ do País, e todas suas conseqüências, que se impossibilitou que a sociedade no Brasil transitasse para “formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais”.⁷³⁴

Em suma, cabe frisar que, para Oliveira, a análise do modo particular pelo qual se pôs o surgimento da industrialização no Brasil não poderia jamais prescindir do exame das relações internacionais que o conformara “a intermediação comercial e financeira externa, que tanto se enfatizou (...), não é um acaso nessa trama de relações: ela é a *relação*. Seu epicentro é a Inglaterra, na fase típica de exportações de capitais; seu nome é *imperialismo*”.⁷³⁵

Com efeito, observará Chasin que, é “precisamente num panorama dessa ordem que principia a brotar a industrialização brasileira”, isto é, “sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardadas, configurantes do *capitalismo hiper-tardio* Brasileiro, que se põe a industrialização, (...), de tal forma que”⁷³⁶

⁷³² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 28.

⁷³³ *Ibid.*, p. 35.

⁷³⁴ *Ibid.*, p. 2.

⁷³⁵ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 35.

⁷³⁶ (Grifos no Original) CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978, p. 642.

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura.⁷³⁷

Como vimos, foi a partir dos anos 1930 que se teve segundo Oliveira o início um processo de inversão do padrão de acumulação capitalista brasileiro rumo a um novo patamar da divisão internacional do trabalho, inversão pelo qual se afirmará “a expansão industrial [brasileira], cortada durante toda a República Velha pela hegemonia do café”.⁷³⁸

Todavia, Oliveira nos chama a atenção para o fato de que

a ausência daquela base capitalista prévia, desde que a economia agroexportadora era uma economia que exportava seu excedente, vai cobrar fortes direitos no momento em que se empreende o esforço no sentido de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização. Emergem, nesse processo, duas forças novas, novas em sua qualidade; essas duas forças vão ser o Estado de um lado, e de outro o capital estrangeiro.⁷³⁹

Com efeito, enquanto o Estado, investindo no setor produtivo⁷⁴⁰, passava a executar importantes tarefas que não podiam ser “cumpridas ou simplesmente sustentadas pela própria força da burguesia nacional⁷⁴¹” o capital estrangeiro, por sua vez, proporcionava à

⁷³⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 35.

⁷³⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 77.

⁷³⁹ Por certo, é num quadro de uma economia caudatária do capitalismo central e herdeira do colonialismo, que se processa a inversão verificada a partir de 1930. Tal quadro, nada mais é do que o resquício de uma economia agroexportadora que tinha como característica intrínseca à impossibilidade de “uma acumulação que se cristalizasse na máquina”. Cf. *Ibid.*, p. 116.

⁷⁴⁰ “a estratégia da expansão fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor produtor dos bens de produção, o que implicava no virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria. Sob certos aspectos, essa estratégia de industrialização parece-se muito com o modelo Dobb para a primeira fase da expansão da economia soviética; essa semelhança é apenas teórica, já que nunca esteve, nem na ideologia nem na prática dos grupos dominantes de então, qualquer veleidade socializante”. *Ibid.*, p. 80.

⁷⁴¹ *Ibid.*, p. 80.

economia nacional aquele fator que a ausência de acumulação capitalista prévia tornara débil na economia brasileira: teve a virtualidade de transformar, de poder potencializar o trabalho vivo, isto é, a exploração do trabalho mediante a utilização de um trabalho morto acumulado, vale dizer, de uma tecnologia em processos, máquinas e equipamentos que vão potencializar o trabalho, a exploração do trabalho e, portanto, a própria acumulação.⁷⁴²

Para Oliveira, o recorrer ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que trouxe novas forças ao processo de acumulação brasileira, também significou novos problemas à continuidade da expansão, isto é

Em primeiro lugar, incorporando-se rapidamente uma tecnologia mais avançada, a produtividade dará enormes saltos, ainda mais se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, *de per sí*, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia vão acelerar ainda mais o processo de concentração de renda. A acumulação dá, aí, um salto de qualidade: a mera transferência de tecnologia, isto é, ‘trabalho morto externo, potencializa enormemente a reprodução do capital.⁷⁴³

Claro está, portanto, que foi por meio da transferência de “recursos” pelo Estado (incentivos fiscais, transferência indireta de capital via empresas estatais, etc.), bem como pelo *Know how* tecnológico “fornecido” pelo capital estrangeiro que se deu o “pontapé” inicial à efetiva industrialização brasileira, industrialização que, segundo ideólogos tal como Celso Furtado⁷⁴⁴, teriam o condão de promover o “desenvolvimento” e “progresso” da sociedade brasileira.

Contudo, se observarmos mais atentamente o processo inicial de nossa industrialização, já podemos perceber um primeiro indício da relação dialética existente entre a “moderna” indústria nascente e a manutenção do atraso na economia brasileira. Ou seja, os “recursos” utilizados pelo Estado para a transferência ao setor industrial eram obtidos, como vimos, pelo denominado confisco cambial da agroexportação, tanto é assim que, nesse período, assiste-se

⁷⁴² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 116 e 117.

⁷⁴³ *Ibid.*, p. 75.

⁷⁴⁴ Como já observado, a incondicional defesa do processo de industrialização por Celso Furtado escondeu o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas. Cf. SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995, pp. 15 e 16.

um rol de políticas aparentemente contraditórias; ao mesmo tempo em que se incentiva a empresa industrial a fim de transformá-la no setor chave da economia, penaliza-se a empresa agro-exportadora - mas num nível suportável que não a inviabilize - afinal é a exportação de produtos primários que gera divisas para a manutenção da capacidade importadora do sistema.

Nesse sentido, portanto, será a manutenção do setor agrícola nos mesmos moldes anacrônicos da famigerada *economia colonial* [produção de matérias primas voltada para fora (agro-exportação), precária mecanização no campo e a conseqüente exploração intensiva de força-de-trabalho], um dos fatores fundamentais ao impulso da industrialização do país. Estrutura arcaica que, além de gerar as divisas necessárias ao Estado para a transferência ao impulso industrial; também possibilitará a manutenção – em baixos níveis - do salário do trabalhador urbano, uma vez que a produção agrícola, produzida a custas de intensa exploração da força-de-trabalho no campo, garantirá o suprimento da demanda por alimentos que, devido ao aumento da população nas cidades, tendia a crescer, inflacionar os preços e pressionar uma elevação dos salários nas cidades.

Como se vê, a permanência do atraso no setor agrícola brasileiro foi condição *sine qua non* ao estímulo de nosso processo inicial de industrialização, entretanto, não coube a este único setor o “mérito” do êxito de nossa industrialização, mas também outros setores – tal como o de serviços – muito contribuíram nesse diapasão.

Consensualmente se admite que o processo de industrialização brasileiro se deu tardiamente; que o parque industrial brasileiro só se consolidou de forma preponderante em nossa economia em fins dos anos de 1950, bem mais tarde que o ocorrido nos países europeus centrais Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão.

Dessa forma, portanto, essa gestação tardia da industrialização brasileira, exigirá como contrapartida uma ampla e diversificada divisão social do trabalho, devido inclusive a contemporaneidade das indústrias. No entanto, essa exigência de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho chocar-se-á “contra a

exigüidade inicial – uma razão estrutural – dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços”.⁷⁴⁵

Ora, como então resolver esse problema, como satisfazer a exigência de uma estruturada e diversificada divisão social do trabalho sem recursos suficientes?

A solução encontrada, que denuncia mais uma vez a relação dialética existentes entre o surgimento do “moderno” Brasil industrial e a permanência do “atraso” na economia brasileira, pode ser facilmente notada pela ampla dimensão do Terciário que se consubstanciou no crescimento dos serviços de forma horizontal, isto é,

sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de ‘pôr fora’ dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços.⁷⁴⁶

Em outras palavras, a reestruturação do padrão de acumulação nesse período operou na perspectiva de que o setor de serviços poderia atuar satisfatoriamente com exígua capitalização, ou melhor “os serviços ‘não apenas podiam como deveriam’ ser implantados apoiando-se na oferta de força de trabalho barata”.⁷⁴⁷

Claro está, portanto, que subjacente a toda essa estruturação capitalista pós-1930, está uma determinante essencial que concorreu fundamentalmente para o esforço de acumulação: trata-se “do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação”⁷⁴⁸, ou seja, “o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação”⁷⁴⁹.

⁷⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, pp. 67 e 68.

⁷⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 68.

⁷⁴⁷ *Ibid.*, p. 68.

⁷⁴⁸ *Ibid.*, p. 78.

⁷⁴⁹ *Ibid.*, p. 78.

Por certo, cabe reafirmarmos novamente aqui uma esclarecedora constatação realizada por Oliveira em seu clássico artigo *Crítica à Razão Dualista* de 1972:

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que os 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos (pois dos dados sob análise excluem-se os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os autônomos), sendo que no Estado mais industrializado [São Paulo] o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que 1964! Além disso, podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, *reduz pela metade* o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolongará até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano 1958, é marcada pela deteriorização do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart.⁷⁵⁰

Como se vê, será sob essa estrutura de distribuição de renda extremamente concentradora, que se assentará a política econômica pós-1964. Política que, segundo Oliveira, tinha exatamente nessa distribuição desigual da renda a garantia de um mercado para os novos ramos industriais implantados, no caso o Departamento III (bens de consumo duráveis).

Ora, perguntar-se-á Oliveira, portanto: *em que sentido caminhou o sistema [pós-1964] em sua re-posição?*

Vimos com ele que o sistema não caminhou no sentido de “superar” os ditos “esquemas arcaicos de produção”, mas ao contrário, continua explorando-os. “A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração do trabalho”.⁷⁵¹ Ou seja:

O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-

⁷⁵⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 78.

⁷⁵¹ *Ibid.*, p. 105.

1964, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida *na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas.*⁷⁵²

Com efeito, o golpe militar de 1964 não representou para Oliveira uma ruptura no que se refere ao padrão de acumulação brasileiro do período anterior, uma vez que, como vimos, não houve para ele alterações no padrão de acumulação brasileiro dessa fase – fundado, sobretudo, na expansão do Departamento III –, ao contrário, será nessa período pós-1964 que esse padrão de acumulação se aprofundará.

Desse modo, pois, pergunta-se Oliveira: “Como resolver os problemas do financiamento da acumulação de capital, externa e internamente?”

No que tange a resposta ao problema do financiamento interno, uma das soluções – que reafirmam o arrocho salarial como “viga mestra da acumulação monopolista subordinada de nosso país”⁷⁵³ – se deu mediante a “contenção dos salários, cuja possibilidade se dá pelo desmantelamento, em primeiro lugar da coalizão política anterior, e em segundo pela intervenção nos sindicatos, postos sob controle do Governo”.⁷⁵⁴

Já no que se refere a resposta ao problema do financiamento externo, vimos que, ainda que tenha havido um grande “esforço exportador” como forma de proporcionar à economia brasileira as *divisas* necessárias tanto aos pagamentos internacionais, quanto as remessas de lucros ao exterior, tal se mostrou ineficaz pelas próprias condições e exigências da reprodução ampliada da expansão da economia brasileira desse período. Desse modo, pois, teve o governo militar de

⁷⁵² (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 106.

⁷⁵³ Convém reafirmarmos que “A partir de 1964, a política salarial tornou-se o principal instrumento, a viga mestra, da acumulação monopolista subordinada em nosso país. Não há, pois, que reduzir a ditadura a um simples exercício de um poder arbitrário de uns sobre os demais. A ditadura se enraíza na própria anatomia da sociedade civil, nas relações sociais de produção. A ditadura do capital sobre o trabalho – na fórmula marxiana do trabalho morto que se apodera do vivo – logra o seu máximo objetivo: alcançar altas taxas de crescimento econômico com a elevação da produtividade e a diminuição politicamente forjada do valor da força de trabalho. Os operários explicavam-na com uma simples expressão: estavam sob o jugo da política do arrocho salarial. Desmobilizadas e reprimidas as categorias sociais vinculadas ao campo do trabalho, a ditadura militar realiza sua ‘operação limpeza’, com a finalidade de aniquilar qualquer possível resistência ao projeto em marcha. O projeto ditado pela Doutrina de segurança Nacional e Desenvolvimento tinha duas condições básicas: estabilidade política e desenvolvimento potencializado pela abertura ao capital estrangeiro”. RAGO FILHO, Antonio. *A Ideologia 1964: Os Gestores do Capital Atrófico*. 1998. Tese (Doutorado em História) PUC. São Paulo, p. 362.

⁷⁵⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 93.

recorrer, conseqüentemente, à expansão da dívida externa brasileira que “solucionava”, nesse período, “a contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais”.⁷⁵⁵

Por certo, observa Oliveira que não seria possível o “milagroso” incremento das taxas de crescimento ocorridas a partir de 1968 na economia brasileira

se – e esse se é importante – não se tivessem criado os meios de pagamento internacionais que pudessem dar às grandes corporações a capacidade de realizarem internacionalmente a fração do excedente interno que deveria voltar à circulação internacional do dinheiro.⁷⁵⁶

Como se vê, as medidas acima tomadas denunciam de forma indelével que foram poucos os “abençoados” pelas extraordinárias taxas de crescimento verificadas na economia no período 1968-1974, isto é, o “milagre econômico”⁷⁵⁷, como vimos com Oliveira, atendeu apenas às “preces” do Departamento III, sob o controle do capital forâneo⁷⁵⁸, deu-lhes extraordinários lucros mediante uma extremada concentração de capital e monopolização crescente; deu-lhes divisas para as suntuosas remessas de lucros e importações de bens de capital mediante uma ampliação do endividamento externo também extraordinário; e, principalmente, pela espada do bonapartismo militar, a força-de-trabalho de trabalhadores que,

⁷⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977, p. 99. “A política econômica da ditadura conheceu seu estrangulamento pela contradição que se estabeleceu, dadas as condições do país economicamente subordinado, entre o *esforço exportador* e as *exigências de importação*. Estas superando sempre aquelas, gerando os desequilíbrios das balanças comercial e de pagamentos, implicando progressivos endividamento”. CHASIN, José. *Conquistar a Democracia pela Base*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 70 e 71.

⁷⁵⁶ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *op. cit.*, p. 99.

⁷⁵⁷ Importante observar que: “nem as ditaduras, nem os ‘milagres’ são novidade na história brasileira; ao contrário, fazem parte, lamentavelmente, do que há de mais característico profundo e dominante da nossa formação histórica. Ditaduras e ‘milagres’ traduzem o caráter essencial de nossa formação e estrutura coloniais. Estrutura que se vem conservando sob formas diferentes – mais ou menos complexas, ou mais ou menos sofisticadas, como eixo básico de nossa existência social. Assim é, desde a empresa açucareira colonial, até a recente tentativa de uma economia de exportação de manufaturados [1968-74]. Assim é, para nós, falar da nossa história republicana, desde a máscara democrático-liberal da República Velha, até a ditadura explícita da última década e tanto [1970]”. CHASIN, José. *Conquistar a Democracia pela Base*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 59.

⁷⁵⁸ “O ‘milagre’, pois, é um milagre sobretudo para o capital financeiro internacional, sob a condição de que veja constantemente assegurada a certeza de que os mecanismos econômicos montados produzam e reproduzam a captação dos dólares necessários para ‘remunerá-lo’”. *Ibid.*, p. 70.

sofrendo um perverso rebaixamento de suas condições de reprodução física e espiritual, pagaram à “penitência” que profanamente chama-se arrocho salarial.

De fato, sintetizaria José Chasin

O “milagre” é uma forma de desenvolvimento capitalista; desenvolvimento no quadro dos países economicamente submetidos ao imperialismo, que beneficia o capital monopolista e que expulsa as massas da esfera dos direitos políticos e econômicos. Semelhante desenvolvimento atende ao objetivo essencial e único da acumulação capitalista enquanto tal. Atende às exigências do capital em sua forma monopolista, submetendo tudo o mais a seus próprios objetivos, vinculados estes especialmente ao grande capital. No caso brasileiro, os mecanismos principais do “milagre” podem ser simplificada e assim delineados. A organização da produção foi sistematizada sobre dois eixos básicos, indissolúveis em sua complementariedade orgânica: a produção de bens de consumo duráveis para a absorção de uma fatia privilegiada do mercado interno e o, assim, chamado, esforço exportador, que, mantendo a tradicional dimensão exportadora da economia brasileira, baseada em bens primários, a ela buscou agregar uma componente de bens manufaturados. Da conjugação destas duas linhas produtivas é que se desenhou, pelo prazo de alguns anos, o “milagre”. **Não sendo mais do que uma expressão complexificada e sofisticada da estrutura de caráter colonial ou neocolonial da economia brasileira.** Por outros termos, a economia do país realiza-se e está voltada, como subordinada, para os interesses e determinações das economias centrais que a imperializam. As necessidades internas, as carências nacionais, particularmente as das vastas camadas trabalhadoras das cidades e dos campos, ficam relegadas a planos infinitamente secundários, desatendidas, mesmo em suas necessidades primárias. Numa palavra, amplas camadas populares são inteiramente sacrificadas, coagidas a níveis baixíssimos de subsistência, e sobre este sacrifício e por causa dele realiza-se a acumulação capitalista, atendendo à dinâmica do capital monopolista, particularmente o estrangeiro.⁷⁵⁹

* * *

Percorrido, pois, esse breve trajeto pelo ideário de Francisco de Oliveira, resta-nos por fim citar ainda uma passagem de Chasin; passagem que, para nós, expressa efetivamente nosso sentimento ao terminar esse trabalho

⁷⁵⁹ (Grifos nossos) CHASIN, José. *Conquistar a Democracia pela Base*. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 68 e 69.

E assim, chega-se ao final, com a certeza de que, agora, foi alcançada a aptidão para o começo. Mas, se assim é, o começo é recomeço, o fim torna-se suposto, e a jornada pode prosseguir, melhor e mais ampla. Fecha-se um círculo, e provisoriamente, de um círculo de círculos⁷⁶⁰

⁷⁶⁰ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 652.

Apêndice

- Resenha crítica do artigo *Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro* de Francisco de Oliveira

Incluimos essa resenha no apêndice de nossa Dissertação uma vez que, ainda que não tenhamos incorporado seu conteúdo por completo em nosso texto dissertativo, ela é muito elucidativa para a compreensão do pensamento político de Oliveira, isto é, ao se dedicar nesse ensaio à análise da interpretação de Celso Furtado sobre a configuração do Estado na economia e sociedade brasileira pós-1930 Oliveira deixa por transparecer alguns aspectos de sua própria concepção de política e de Estado

* * *

Francisco de Oliveira desenvolve no ensaio *Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro*⁷⁶¹, uma análise crítica da interpretação de Celso Furtado sobre a configuração do Estado na economia e sociedade brasileira pós-30. Nele, defende a tese de que nessa interpretação o economista estabelece um diálogo com os representantes do “pensamento autoritário brasileiro” do começo do século XX, especialmente Alberto Torres⁷⁶² e Oliveira Vianna⁷⁶³.

⁷⁶¹ OLIVEIRA, F. M. C. *Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 48, 1997.

⁷⁶² Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), conhecido como um dos autores autoritários do início do século XX, foi um influente político e jurista no período da República Velha, chegando a ser membro, inclusive, do conservador Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dentre suas obras, importante destacarmos *A organização nacional* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915).

⁷⁶³ Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), também conhecido como um dos autores autoritários do início do século XX, foi um jurista e historiador muito reconhecido em sua época. Era um dos ferrenhos ideólogos da eugenia racial no Brasil e, como jurista, especializou-se no Direito do trabalho, tendo sido um dos grandes organizadores da legislação trabalhista instituída no período Vargas. Dentre suas obras, importante destacarmos: *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Raça e Assimilação* (1932), *Problemas do Direito Corporativo* (1938) entre outras.

Como afirma o autor, a obra *Formação Econômica do Brasil*⁷⁶⁴ de Celso Furtado, que trata da interpretação do papel do Estado a partir dos anos 30, passa a ser referência para se pensar a economia e a sociedade brasileiras. Essa paradigmática “releitura Keynesiana da história”⁷⁶⁵ que se torna hegemônica, principalmente no período *populista*, passa a orientar a maioria das ações estratégicas governamentais, a influir na formação acadêmica nacional e a servir de base a formação dos quadros técnicos-burocráticos estatais. Atenta ainda Oliveira, que o esquema interpretativo furtadiano influencia, inclusive, a esquerda nacional - o Partido Comunista Brasileiro (PCB) –; partido que inicialmente se mostrava resistente a tal esquema, mas que por fim acabou por se render a ele uma vez que:

de um lado ele permitia acolher os velhos cavalos-de-batalha do antiimperialismo e, de outro, a teorização de Furtado sobre o papel do mercado interno ajudou a dar plausibilidade ao rol que o Partido Comunista do Brasil, depois Brasileiro, desejava para a burguesia nacional, como vanguarda de um desenvolvimento autônomo.⁷⁶⁶

Contudo, Oliveira chama a atenção para um fato curioso: em toda produção de Celso Furtado e principalmente na obra acima citada, não se encontra, em nenhum momento, um diálogo dele com os denominados “Interpretes de 30” (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.). Todavia, observa ele: não podemos apostar que esta ausência de diálogo se deva a um desconhecimento, por parte de Celso Furtado, das obras destes escritores, mesmo porque, as obras consideradas clássicas dos “Interpretes de 30” já eram, neste período, amplamente divulgadas e discutidas em diversos círculos acadêmicos e intelectuais.

Ora, o que explicaria então a ausência de diálogo de Celso Furtado com autores cujos temas trabalhados eram muito próximos aos seus?

Francisco de Oliveira tentando responder a esta questão supõe que essa ausência se deve ao fato de que os “novos clássicos” não respondem as questões de Furtado quanto ao papel do Estado na sociedade e na economia. Ou seja, os

⁷⁶⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

⁷⁶⁵ OLIVEIRA, F. M. C. *op. cit.*, p. 3.

⁷⁶⁶ *Ibid.*, p. 4.

trabalhados realizados pelos “Interpretes de 30” tem por temática básica a formação da sociedade brasileira, sendo o tema do papel do Estado, para Oliveira, muito pouco trabalhado.

Observa o autor ainda, que também a direita intelectual contemporânea de Furtado, principalmente os economistas conservadores, não tinham ainda avançado na questão do Estado. Esta, que tinha como “chefe” o economista Eugênio Gudim, utilizava-se apenas de manuais econômicos para suas reflexões, não possuindo, por isso, nem mesmo uma interpretação consistente do Brasil.

Tampouco a esquerda dispunha de uma interpretação do papel do Estado no Brasil. Tanto é assim que Oliveira afirma que:

o próprio projeto do PCB [Partido Comunista do Brasil] para a exploração do petróleo, quando o partido ainda estava na legalidade: não era um projeto estatizante. Foi depois das grandes estatizações e da campanha do petróleo que a esquerda se alinhou, em geral, com um projeto estatizante.⁷⁶⁷

Assim sendo, Francisco de Oliveira sugere que, uma vez “impossibilitado” a Furtado uma discussão mais pragmática sobre o papel do Estado com seus contemporâneos, recorre ele ao diálogo com o pensamento conservador/autoritário - principalmente Alberto Torres e Oliveira Vianna - e isto porque, segundo ele, já havia nestes autores conservadores do início do século, uma reflexão, “mesmo feitos todos os descontos”⁷⁶⁸ do papel do Estado no Brasil, reflexão marcada, sobretudo:

por uma antropologia e sociologia da formação da sociedade brasileira, pelo estabelecimento das articulações entre esta sociedade, suas representações, formas de regime político e coroadas por reflexões – no mais das vezes menos que análises – sobre o Estado.⁷⁶⁹

⁷⁶⁷ OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 6.

⁷⁶⁸ *Ibid.*, p. 10.

⁷⁶⁹ *Ibid.*, p. 7.

Portanto, mesmo sem haver na obra de Celso Furtado qualquer referência explícita aos autores conservadores/autoritários⁷⁷⁰, Francisco de Oliveira certo está da existência deste diálogo, afinal, como observa o autor:

Difícilmente Furtado desconhecia a obra dos clássicos do autoritarismo. Formado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro do fim dos anos 30, o lugar por excelência da produção e circulação das idéias do Brasil, onde viveram, produziram, debateram e agitaram Alberto Torres e Oliveira Vianna, para tomar dois dos mais representativos expoentes do pensamento autoritário, é muito pouco provável que um estudante de direito daquela escola não os estudasse e conhecesse.⁷⁷¹

Como já dito, com o fito de promover um diálogo com a obra de Celso Furtado, Francisco de Oliveira toma, neste ensaio, as idéias de dois grandes expoentes do pensamento conservador/autoritário clássico – Alberto Torres e Oliveira Vianna –, uma vez que, para ele, estes autores elaboraram uma interpretação articulada do Brasil, isto é, promoveram:

uma espécie de *summa* do pensamento de seu tempo. (...) algo como a coroação de uma longa elaboração ideológica, cujo epicentro de preocupações pode ser encontrado na constatação das diferenças entre a sociedade brasileira e as sociedades tidas como civilizadas.⁷⁷²

Ou seja, na época do Brasil Império, cuja ideologia analítica era predominantemente do tipo “branqueadora”⁷⁷³ e “europeizante”⁷⁷⁴, não se debatia,

⁷⁷⁰ Oliveira explica a ausência de citações dos autores conservadores/autoritários nas obras de Celso Furtado a partir de dois fatores. O primeiro se deve ao que Oliveira denomina “estilo furtadiano”, ou seja, “a ausência de qualquer polêmica explícita e a busca constante de procurar manter-se, e aparecer, como estritamente científico”. Já o segundo, refere-se a um possível menoscabo de Celso Furtado “por uma produção que, aos olhos de um economista recém-fascinado pela produção anglo-saxã, cujas formas da retórica têm outra sintaxe e outro léxico, tinha tudo para parecer não-científica e até anticientífica”. Cf. OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 8.

⁷⁷¹ *Ibid.*, p. 8.

⁷⁷² *Ibid.*, p. 8.

⁷⁷³ Oliveira chama a atenção para o autor argentino Domingo Faustino Sarmiento Albarracín (1811-1888) que em sua obra *Facundo o Civilización y Barbarie*, publicada em 1845, propõe o “branqueamento” da Argentina para andar ao compasso da civilização.

⁷⁷⁴ “Isto foi geral na América latina, até mesmo porque nunca coube nenhuma dúvida às classes dominantes, em todas as suas latitudes, de que nossa história havia sido gerada a partir da Europa; portanto, cabia não nos afastarmos demasiadamente da nossa matriz, que era, assim, nosso

segundo Oliveira, sobre a “natureza” do Estado, isto é, tanto os abolicionistas como os republicanos estavam mais interessados na forma do regime do que na reforma do Estado brasileiro, afinal, para eles, “a segunda coisa incluí-se na primeira, de forma reducionista”.⁷⁷⁵

No entanto, é na República Velha que vamos assistir segundo Oliveira, “uma verdadeira explosão do tema do Estado”. Os movimentos que na época do Império não tinham muita repercussão passam, na Primeira República, à pauta principal. Questões tais como a do saneamento das cidades e da vacina obrigatória com Oswaldo Cruz, o serviço militar obrigatório ou voluntário com Olavo Bilac, a defesa do café pelo governo, as obras contra as secas no Nordeste, dentre outras, muito contribuíram “para colocar o tema do Estado no primeiro lugar da agenda pública da discussão”.⁷⁷⁶

Emergia assim, de forma confusa, a reflexão do papel do Estado em uma economia capitalista e, como afirma Oliveira, Alberto Torres e Oliveira Vianna “podem ser considerados os mais representativos expoentes de toda essa confusa emergência”.⁷⁷⁷

De acordo com Oliveira, ao contrário dos conservadores contemporâneos de Furtado e dos “neoliberais” atuais que não vêem a relação da sociedade com o Estado porque não consideram a existência desta última, os autores conservadores Oliveira Vianna e Alberto Torres dispunham de uma interpretação do Brasil que se fundava em uma “análise da sociedade e das projeções e/ou repercussões e/ou conseqüências que a formação da sociedade projetava sobre as instituições políticas, sobre a política e o Estado”.⁷⁷⁸ Ou seja, estas interpretações tinham segundo ele, “o mérito de pretender integrar todas as facetas da constituição da sociedade e do Estado e, por meio das reformas que pretendia alterar os termos dos problemas detectados”.⁷⁷⁹

Todavia, observa Oliveira que a base teórica de Alberto Torres e Oliveira Vianna para a análise da formação da sociedade brasileira, ainda era muito

modelo”. OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 9.

⁷⁷⁵ *Ibid.*, p. 9.

⁷⁷⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁷⁷⁷ *Ibid.*, p. 9.

⁷⁷⁸ *Ibid.*, p. 10.

⁷⁷⁹ *Ibid.*, p. 9.

influenciada pela antropologia física das raças, isto é, partiam estes de uma imagem pessimista de “três raças tristes’ [o português (visto como degredado, ladrão, assassino e funcionário de baixo nível); o negro (raça inferior, que carrega a impossibilidade de se constituir enquanto uma civilização) e o índio (sombrio, selvagem, *schizoide típico*)] que na sua amálgama, constituíam a base multiétnica da maioria da população brasileira”.⁷⁸⁰

Segundo Oliveira, essa visão antropológica promoveu uma espécie de sociologia política da anarquia, isto é, para esses autores conservadores, e mais especificamente Oliveira Vianna, a natureza psicossocial da base multiétnica brasileira (principalmente no que diz respeito ao negro e ao índio) promoveu uma espécie de anarquia política oligárquica nos denominados clã latifundiários, anarquia esta que de certa forma “dificultava” a organização e centralização do poder político na colônia brasileira.

Porém, com o surto da mineração Portugal – que até então não demonstrava grandes interesses econômicos pela colônia brasileira –, logo se organiza para impor ordem a esta “anarquia” oligárquica dos clãs latifundiários. O poder da Coroa Portuguesa, que antes se mostrava impotente frente a esse poder político anárquico, passa a alcançar os mais afastados rincões nacionais, inaugurando um período considerado áureo para o pensamento conservador, período caracterizado por uma intensa centralização do poder.

É devido a isso, segundo Oliveira, que a centralização do poder foi um dos temas fundamentais nas obras de Oliveira Vianna e Alberto Torres. No primeiro, a república “deveria ser unitária, centralista e centrípeta”, enquanto que no segundo, mais complexo para o autor, a república deveria combinar “descentralização, que não significa autonomia das províncias, e centralização, cujo sinônimo, para ele, era coordenação”.⁷⁸¹

Para Oliveira, tanto Celso Furtado, como os autores clássicos do autoritarismo, guardadas as devidas diferenças teórico-metodológicas e ideológicas,

⁷⁸⁰ OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 9.

⁷⁸¹ *Ibid.*, p. 11.

têm suas produções estreitamente vinculadas “às possibilidades de ação racional estratégica na política”.⁷⁸²

Na República Velha, os principais representantes do pensamento autoritários, Oliveira Vianna e Alberto Torres, sempre incitaram o debate intelectual com importantes questões políticas⁷⁸³, sempre propuseram “reformas” políticas, institucionais e jurídicas, que promovessem a tão almejada organização nacional, mesmo porque, acreditavam que “o progresso das nações e dos povos que afinal para eles, eram exemplares, devia-se antes de tudo à organização nacional que souberam lograr”.⁷⁸⁴

As questões e proposições destes autores, principalmente as de Alberto Torres, tinham, segundo Oliveira, muitos pontos em comum com as relativas ao planejamento que as décadas de 1950 e 60 conheceram. Entretanto, ao contrário do “planejamento pós-30 que buscou dotar o Estado brasileiro de meios e técnicas para intervir no sentido de acelerar e auxiliar a industrialização, o conteúdo dos clássicos do autoritarismo, em geral, era antiindustrialista”.⁷⁸⁵

Para Oliveira, portanto, esses portadores do “espírito” próprio da ciência de seu tempo mostravam-se, pois, “vigorosamente conservadores, nacionalistas e contraditoriamente xenófobos”; pensavam, como afirma ele, “um país agrário, de pequenos proprietários” e abominavam “o latifúndio, não apenas pelas mazelas sociais que estruturam, mas por constituírem, virtualmente, um desafio à ordem e a lei”. Também abominavam “a grande produção, a economia voltada para as exportações”, idealizando sempre “um país bucólico, de completa harmonia social”.⁷⁸⁶

Como sustentado por Oliveira, a obra de Celso Furtado “constitui uma espécie de resposta, num diálogo inconsútil, sem traços, mas perfeitamente reconhecível, aos problemas propostos pelo pensamento autoritário clássico brasileiro”⁷⁸⁷. Na obra

⁷⁸² OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 12.

⁷⁸³ Segundo Oliveira, essas questões políticas consistiam na discussão do financiamento dos gastos com a infra-estrutura nacional, inclusive obras contra a seca no Nordeste; no financiamento da defesa dos preços do café já empreendida por São Paulo; na expansão da educação, dentre outras.

⁷⁸⁴ OLIVEIRA, F. M. C. *op. cit.*, p. 14.

⁷⁸⁵ *Ibid.*, p. 14.

⁷⁸⁶ *Ibid.*, p. 15.

⁷⁸⁷ *Ibid.*, p. 15.

*Economia Brasileira*⁷⁸⁸ de 1954, Celso Furtado já promove, principalmente na parte que corresponde à transição para a economia industrial, algumas respostas às questões propostas por estes autores. Mas é em *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1971, que o economista finalmente vai completar segundo Oliveira, o quadro histórico brasileiro pós-30, interpretando-o de forma atualizada.

Desse modo, foi por meio de uma reconstrução concreta da história que, segundo Oliveira, Celso Furtado escapou à já referida concepção conservadora das “três raças tristes”, isto é, o economista cepalino, segundo ele, teria visto, ao contrário dos autores conservadores/autoritários, que o que existe

é um processo de colonização, com problemas de uma ‘colônia de produção’ – para cuja especificidade tanto Gilberto Freyre quanto Caio Prado Jr., ambos citando Leroy Beaulieu, já haviam chamado a atenção -, e posteriormente a conversão de Portugal num satélite da Inglaterra, com o Tratado de Methuen, que Furtado estuda suficientemente.⁷⁸⁹

Ou seja, para Oliveira, o economista Celso Furtado, “em sua rigorosa interpretação da crise dos anos 30”, promoveu, pioneiramente, uma reestruturação teórica-explicativa da relação entre economia, sociedade, política e Estado. Na obra *Formação da Economia Brasileira*, que segundo Oliveira é construída sob o mesmo prisma com que Marx escreveu o *18 do Brumário de Luís Bonaparte*, Furtado demonstrou como, a partir de interesses de classes sociais – proprietários, produtores, exportadores – o governo implementou importantes medidas tais como a defesa do preço do café, por meio da queima do estoque de excedente.

Para Oliveira, portanto, pode-se notar três importantes influências teóricas nestas obras de Celso Furtado. A primeira, mais explícita, é a de Keynes, principalmente em sua análise da queima do café, como também da sustentação da renda dos produtores em 1933. A segunda seria a de Mannheim, cuja tese de ação racional voltada para fins objetivos muito influenciaria Furtado em suas análises da ação dos sujeitos da cena política, econômica e social brasileiras. E por fim, a

⁷⁸⁸ FURTADO, Celso. *Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1954.

⁷⁸⁹ OLIVEIRA, F. M. C. *Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 16.

terceira influência seria a de Marx que, mesmo não sendo citado explicitamente por Furtado, está presente em sua obra sob outra roupagem nominativa.

Um dos maiores méritos de Furtado nestas obras está, aos olhos de Oliveira, na resposta que o economista dá à questão da nação. Para ele, as “três raças tristes” – formulação que como já dito não consta em sua produção – são sim capazes de formar um Estado e uma nação. No entanto, não é essa nação produto do Estado e da sociedade e nem tampouco é o Estado e a sociedade produto da nação, isto é, ao contrário da determinação de uma instância sobre a outra, há, para Furtado, uma articulação entre ambas, uma relação que se dá numa espécie de movimento dialético.

Esse ponto de vista furtadiano, segundo Oliveira, supera, portanto, o que Caio Prado Jr. não superou, ou seja, enquanto que para Furtado a industrialização completava o projeto nacional, para Caio Prado Jr. este projeto nacional nunca seria completado enquanto permanecesse a submissão brasileira ao imperialismo. E essa divergência na compreensão de ambos autores se deve, como afirma o sociólogo, a algo que Furtado logo compreendia e que Caio Prado Jr. não percebeu, qual seja:

que a existência de Estados nacionais não é indiferente às relações com o imperialismo, e que essas relações não são uma avenida de mão única. Isto é, havia a possibilidade para uma inserção autônoma nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista, justamente o cavalo-de-batalha em torno do qual começou a erigir-se o edifício cepalino, com sua denúncia da deteriorização dos termos de intercâmbio como sugadora dos excedentes produzidos pelos países produtores de matérias-primas, que reinteravam permanentemente esta dependência. A industrialização teria o condão de romper com o círculo vicioso.⁷⁹⁰

Como já vimos, a questão fundamental do pensamento conservador dizia respeito a autonomia e descentralização dos estados da Federação. Para eles, era necessária essa descentralização, afinal o Brasil era muito amplo bem como possuía uma enorme diversidade regional; no entanto, devido suas desconfianças antiliberais, temiam que esta descentralização pudesse alimentar a autonomia das oligarquias regionais, enfraquecendo o Estado central.

⁷⁹⁰ OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 18.

A essa questão, como afirma Oliveira, Furtado não dá resposta imediata, uma vez que somente passa a respondê-la em seus trabalhos posteriores, já na época da Operação Nordeste e da criação da Sudene.

Constata o economista cepalino nesse período que o crescimento industrial concentrado no Sudeste desmonta a Federação, o que o leva a “controversa e, no mínimo neoclássica”; interpretação de que tal concentracionismo aguça as “tensões que já se apresentavam no mercado de força de trabalho e no crescimento dos salários reais do operariado do Sudeste, pela concorrência da emigração nordestina”. Para Oliveira, Furtado inicialmente demonstra a contribuição do Nordeste no desenvolvimento nacional promovendo, por conseguinte, um deslocamento do “centro nevrálgico da questão para o uso da terra e para a própria industrialização do Nordeste”.⁷⁹¹

Dessa forma, Furtado, consciente de que “as tendências concentracionistas não podiam ser revertidas pelo Estado apenas por meio de uma política ‘político’”, propõe então o que Oliveira denominou “federalismo regionalizado”, ou seja, “uma saída”, segundo ele, “absolutamente inovadora, democratizante, renovadora do federalismo e da Federação”.⁷⁹²

Assim, foi por meio da criação de um organismo regional e da utilização de “incentivos fiscais para interessar as forças concentracionistas na desconcentração” que Furtado pretendeu “soldar os estados num novo pacto federativo, de caráter regional, para assim refazer todo o pacto federativo nacional”.⁷⁹³

Oliveira observa, no entanto, que o projeto de reformulação do pacto federativo proposto por Furtado foi, pós-1964, transformado em letra morta, afinal o movimento das forças econômicas de então tornavam “a Federação uma ficção”⁷⁹⁴.

Segundo Oliveira, teria sido essa proposta de Furtado uma resposta ao “pavor que as chamadas tendências centrífugas inspiravam aos clássicos do autoritarismo brasileiro. Sem enfraquecer o Estado central”⁷⁹⁵. Tanto é assim, que Oliveira chega a comparar Furtado aos clássicos do autoritarismo brasileiro, observando que Furtado,

⁷⁹¹ OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 18.

⁷⁹² *Ibid.*, p. 18.

⁷⁹³ *Ibid.*, p. 19.

⁷⁹⁴ *Ibid.*, p. 19.

⁷⁹⁵ *Ibid.*, p. 19.

tal como Oliveira Vianna e Alberto Torres, ofereceu uma interpretação do Brasil que teve por mérito uma inovadora problematização do Estado, como também de suas repercussões na ação do Estado. Ou seja, Oliveira atenta para o fato de que Furtado oferece-nos, sem dúvida, uma efetiva “interpretação do Brasil”; interpretação pela qual pode ser ele “comparado aos clássicos do autoritarismo brasileiro, (...) com propósitos de mapear a história das idéias e a gênese de problematizações do Estado e do planejamento e suas repercussões na ação do Estado”.⁷⁹⁶ Todavia, adverte o sociólogo, num ambíguo ímpeto conservador, que:

não está se dizendo, reiterar-se, que há filiações entre Furtado e os autoritários clássicos brasileiros, o que de resto não seria infamante, já que eram intelectuais legitimamente preocupados com os destinos do país, e, na história das idéias e posições assumidas por intelectuais, filiações que desembocam em orientações diametralmente opostas são mais comuns que o contrário; aliás, tais conflitos costumam gerar obras extraordinárias.⁷⁹⁷

Por fim, Oliveira afirma, contraditoriamente à muitas de suas obras anteriores, que Celso Furtado, pois, não somente elaborou uma interpretação do Brasil tal como já se prenunciava nas obras dos autoritários brasileiros clássicos, mas ofereceu à ciência social contemporânea, sobretudo,

a **notável** construção da teoria do subdesenvolvimento – de que a Cepal foi uma espécie de incubadora e Raúl Prebisch e a equipe inicial mui justamente (*sic!*) co-autores -, que se situa num patamar acima de uma interpretação nacional. Ou, melhor dizendo, foi com essa arma teórica que ele pode elaborar a interpretação do Brasil que o inscreveu no panteão dos “demiurgos” do Brasil contemporâneo.⁷⁹⁸

⁷⁹⁶ OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997, p. 19.

⁷⁹⁷ *Ibid.*, pp. 19 e 20.

⁷⁹⁸ (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 20.

Fontes

- Entrevistas

OLIVEIRA, F. M. C. (Entrevista). In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007.

OLIVEIRA, F. M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999.

- Livros

OLIVEIRA, F. M. C. *O Banquete e O Sonho: Ensaios Sobre Economia Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976.

OLIVEIRA, F. M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, F. M. C. *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

OLIVEIRA, F. M. C. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992.

OLIVEIRA, F. M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitórrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C. *O Elo Perdido: Classes e Representação de Classes na Bahia*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

- Artigos completos publicados em periódicos

OLIVEIRA, F. M. C. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano*. 1. Estrutura de Poder e Economia. 1ª ed. São Paulo: Ed. Difel, 1974, v. 1, p. 391-414.

OLIVEIRA, F. M. C. A Economia Política da Social-Democracia. *Revista da USP*, São Paulo - SP, v. 17, p. 136-143, 1993.

OLIVEIRA, F. M. C. *Fernando Collor de Mello: perfil de um prestidigitador*. Nueva Sociedad (Venezuela), Caracas - Venezuela, v. 118, p. 99-108, 1992.

OLIVEIRA, F. M. C. O Estado e o Urbano. *Espaço & Debates*, São Paulo - SP, v. 6, 1982.

OLIVEIRA, F. M. C. A Falsificação da Ira. Ensaio-síntese para o projeto RLA 86/001. Clacso, Buenos Aires - Argentina, 1991.

- Capítulos de livros publicados

OLIVEIRA, F. M. C. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999.

OLIVEIRA, F. M. C. Das Invenções à Indeterminação - Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA, F. M. C. Oração a São Paulo – A Tarefa da Crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 200.

OLIVEIRA, F. M. C. Qual é a do PT?. In: SADER, E. S. *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

- Artigos publicados em jornais

OLIVEIRA, F. M. C. Tudo que é sólido se desmancha em... cargos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A8 - A8, 14 dez. 2003.

- Artigos publicados na Revista *Estudos Cebrap* e *Novos Estudos Cebrap*

OLIVEIRA, F. M. C. Crítica à Razão Dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

OLIVEIRA, F. M. C.; REICHSTUL, H. P. Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 4, p. 131-168, 1973.

OLIVEIRA, F. M. C. Capital, inflação e empresas multinacionais (resenha do livro de Charles Lewison). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 4, p. 173-183, 1973.

OLIVEIRA, F. M. C. Para Entender A Revolução Peruana: do Modo de Produção Asiático à Crise de 1968. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 10, p. 57-78, 1974.

- OLIVEIRA, F. M. C. Um assalto contra a burocracia (resenha de M. Vargas Llosa). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 8, p. 97-101, 1974.
- OLIVEIRA, F. M. C. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976.
- OLIVEIRA, F. M. C.; MAZZUCHELLI, F. Patronos de Acumulación, Oligopólios Y Estado en Brasil (1950-1976). *Investigacion Economica*, Cidade do México - México, v. XXXVII, n. 143, 1977.
- OLIVEIRA, F. M. C. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 24, p. 137-168, 1979.
- OLIVEIRA, F. M. C.; BORGES, W. J. Notas Intempestivas sobre a Questão da Universidade (II). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 27, p. 15-24, 1980.
- OLIVEIRA, F. M. C. Anos 70: as Hostes Errantes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1981.
- OLIVEIRA, F. M. C.. Da Paixão de Poulantzas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 2, p. 7-11, 1982.
- OLIVEIRA, F. M. C.. O compromisso dos intelectuais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 3, p. 3-3, 1982.
- OLIVEIRA, F. M. C. As decisões cruciais: democracia ou bestialização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 2, n. 4, p. 1-2, 1984.
- OLIVEIRA, F. M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 11, p. 5-30, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Por quem as greves dobram?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 12, p. 1-10, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Além da transição, aquém da imaginação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 12, p. 2-15, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Por que Pacto Social?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 2-3, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Crise Econômica e Pacto Social. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 3-13, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. E Agora PT? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 15, p. 32-43, jul. 1986.
- OLIVEIRA, F. M. C. Depois da paz, a guerra!. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 16, p. 1-10, 1986.
- OLIVEIRA, F. M. C. Homenagem a Stanislaw Ponte Preta. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 1-10, 1987.
- OLIVEIRA, F. M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 19-19, 1987.
- OLIVEIRA, F. M. C. A longa espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 19, p. 03-05, dez. 1987.
- OLIVEIRA, F. M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988.

- OLIVEIRA, F. M. C. Eleições, mais que simplesmente. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 23, p. 3-6, 1989.
- OLIVEIRA, F. M. C. O Marajá Super-Kitsch. *Novos Estudos Cebrap*, v. 26, p. 5-14, 1990.
- OLIVEIRA, F. M. C. *A Metamorfose da Arribaçaã*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 27, p. 67-92, 1990.
- OLIVEIRA, F. M. C. A Herança do Marajá Superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 34, p. 8-14, 1992.
- OLIVEIRA, F. M. C.; EQUIPE. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 36, p. 3-7, 1993.
- OLIVEIRA, F. M. C. A Reconquista da Amazônia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, n. 38, p. 3-14, 1994.
- OLIVEIRA, F. M. C. Eleições 94: da Paixão do CEBRAP. *Novos Estudos*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 3-4, 1994.
- OLIVEIRA, F. M. C.; COMIN, Á. Crise e Concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 149-171, 1994.
- OLIVEIRA, F. M. C.. Quem Tem Medo da Governabilidade?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 41, p. 61-77, 1995.
- OLIVEIRA, F. M. C. Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, A. *A Individualidade nos Grundrisse*. Belo Horizonte, 1999. Dissertação (Mestrado)- Filosofia – UFMG.
- BALZAC, Honeré. Carta à Condessa Mafei – 1837.
- BONDUKI, Nabil. Autoconstrução e Habitação: Memórias e Reflexões sobre a Contribuição de Chico de Oliveira. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BORGES, Maria. A. *Eugênio Gudin: Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: Ed. Educ, 1996.
- BRITO, Edson Machado de. Do Sentido aos Significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. 2008, Dissertação (Mestrado em História). PUC. São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1977.
- CARDOSO, Fernando H. O Regime Político Brasileiro. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

- _____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. Difusão Européia, 1962.
- CERVANTES S., Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Prólogo. (Trad. Sérgio Molina). São Paulo: Ed. 34, 2003.
- CHASIN, José. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: Teixeira, F.S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.
- _____. Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 - do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. Conquistar a Democracia pela Base. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. As Máquinas Param Germinar a Democracia! Das Assembléias de Massas ao Movimento Democrático de Massas. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 - do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. A Sucessão na crise e a crise na Esquerda: crise nos dois Subsistemas do Capital. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. A Sucessão na crise e a crise na Esquerda: os impasses da via colonial do capitalismo. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. A Via Colonial de Entificação do Capitalismo. In: _____. *A Miséria Brasileira: 1964-1998 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. Marx – A Determinação Ontonegativa da Politicidade. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. O Futuro Ausente. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. A Morte da Esquerda e o Neoliberalismo. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo III – Política*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista. In: *Revista Ensaios Ad Hominem 1, Tomo IV – Dossiê Marx.*, São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.
- COTRIN, Ivan. Imperialismo e Via Colonial x ‘Teoria’ da Dependência. *Revista PUC VIVA*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 49-77, abr a jun. 2004.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. (Trad. B. A. Schumann). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974.
- GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa época de Transição*. (Trad. Eurico L. Figueiredo & José Jeremias O. Filho). São Paulo: Ed. Mestre Jou, s. d.
- GIANNOTTI, José Arthur. Receções de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 50, p. 115-124, mar. 1998.
- _____. *Trabalho e Reflexão – Ensaios para uma dialética da Sociabilidade*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*. São Paulo: Ed. NovAlexandria, 1998.
- GRACIARENA, Jorge. *Poder y Clases Sociales em el Desarrollo de America Latina*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1967.
- _____. *Poder e Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina*. (Trad. Miguel Maillat). São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1971.
- LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. (Trad. Leila Prado). São Paulo: Ed. Centauro, 2005.
- LEROY-BEULIEU, Paul. *Colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Ed. Guillaumin, 1886.
- LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Apresentação. In: *Classe Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital* (Trad. Moniz Bandeira). Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970.
- MARINE, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILLE, João P; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marine: Vida e Obra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.
- _____. Grundrisse, 1857-1858. In: *Carlos Marx – Frederico Engels Obras Fundamentais*. vols. 6 e 7. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, v. II. (Trad. Reginaldo Sant'Anna). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *A Origem do Capital: Acumulação Primitiva*. (Trad. Walter S. Maia). São Paulo: Ed. Global, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999.

- PELÁEZ, Carlos Manuel. Conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil – 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- PRADO Jr., Caio. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- RAGO FILHO, Antonio. A Ideologia 1964: Os Gestores do Capital Atrófico. 1998. Tese (Doutorado em História) PUC. São Paulo.
- _____. A Filosofia de José Arthur Giannotti: Marxismo Adstringido e Analítica Paulista. *Cadernos de Ciências Sociais 1 – Ciência e Engajamento*. Santo André: Centro Universitário Fundação Santo André, FAFIL, Colegiado de Ciências Sociais, pp. 479-512, 2005.
- _____. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Communicare, Revista de Pesquisa Faculdade Cásper Líbero*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 149, 2º Semestre 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RANGEL, Inácio. *A Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Tempos Brasileiros, 1963.
- RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Apresentação: Depois do desmanche. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SAMUELSON, Paul Anthony. Introdução à Análise Econômica. (Trad. Sérgio Túlio dos Santos). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1963.
- SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.
- SOUZA, Ângela Maria. O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo.
- SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 50, p. 99-114, mar. 1998.
- _____, Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, F. M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995.
- SINGER, Paul Israel. Crítica e Rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- _____, O Milagre Brasileiro: causas e conseqüências. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.
- _____, (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999.

- SORJ, Bernardo. *A Construção do Brasil Contemporâneo: Da Resistência à Ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973.
- TEXEIRA, Paulo T. F. *A Individualidade na Obra de Juventude de Karl Marx*. 1993. Dissertação (Mestrado em Filosofia) FAFICH – UFMG, Belo Horizonte.
- TEXEIRA, Francisco José Soares. *O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política*. In: BOITO JR., Armando et. al. (orgs). *A Obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.
- _____. *Pensando com Marx. Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.
- TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- VAISMAN, Ester. *A Usina Onto-societária do Pensamento*. In: *Revista Ensaio Ad Hominem 1, Tomo I – Marxismo*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- VIANNA, Francisco J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 5ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA, Série Monográfica, Monografia nº 10, 1973.
- WEFFORT, Francisco Côrrea. *O Populismo na Política Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003.
- _____. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1978.

- Matérias em Sites

- CNPQ/ DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhe>. Acesso em: 14 maio 2008.
- COMO FORAM AS ELEIÇÕES/SITE PT. <http://www.pt.org.br/pt25anos/>. Acesso em: 10 abr. 2008.
- HISTÓRICO/BANCO DO NORDESTE. <http://www.bnb.gov.br/Conten/aplicaco>. Acesso em: 24 fev. 2008.
- NATALI, João Batista. *Graziano vincula migração de nordestinos à violência*. FolhaOnLine. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45780.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2008.